ISCTE IUL
University Institute of Lisbon

admirável mundo novo

rita patinha dias

admirável mundo novo

RITA PATINHA DIAS

Caderno síntese
Projeto Final de Arquitetura
2012-2013*

Rita Patinha Dias

Admirável Mundo Novo

Contágio: espaço, tempo e escala

Vertente teórica:
Ana Vaz Milheiro- Prof. Auxiliar do ISCTE-IUL

Vertente projectual:
José Luis Saldanha- Prof. Auxiliar do ISCTE-IUL

*esta tese está escrita ao abrigo do acordo ortográfico de 1945

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

ÍNDICE GERAL

Introdução 04

Vertente teórica

Arquitectura Residencial Mineira
Aljustrel, 1898-1993 11

Vertente prática

Grupo

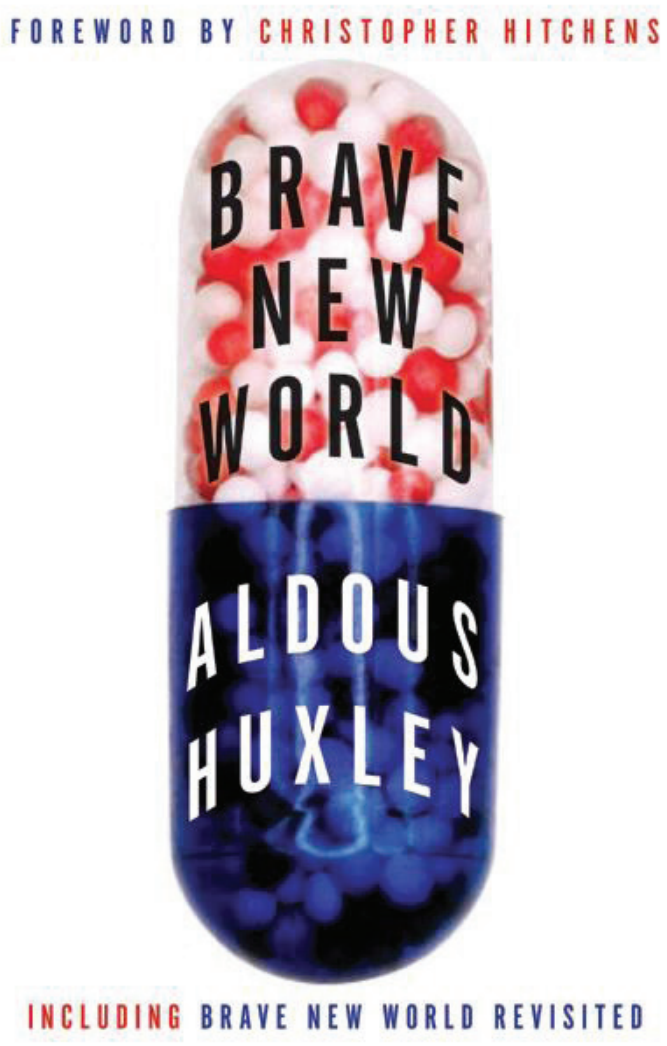
Marca texto espaço- Workshop de lançamento 165
Bafatá- Workshop Guiné-Bissau 181
Amoreiras 2033- Tema II 205

Individual

Espaço público- Tema III 253
Quatro habitações- Tema I 295
Tema IV 331

Anexos 359

Bibliografia 371



capa da edição inglesa do *Admirável Mundo Novo*

O *Admirável Mundo Novo*, tema anual da unidade curricular Projecto Final de Arquitectura, do Mestrado Integrado em Arquitectura, leccionado no Instituo Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa, teve como base a obra de Aldous Huxley (1894-1963), Brave New World, publicado no Reino Unido em 1932.

Neste clássico da literatura inglesa, Huxley narra uma realidade futura alternativa, onde a sociedade é condicionada biológica e psicologicamente, sendo dividida por castas e em que cada classe tem características e comportamentos pré-determinados. A obra localiza-se no ano de 634 depois de Ford[1], descrevendo uma sociedade sem ética religiosa, com valores morais completamente atípicos – em comparação com a nossa sociedade actual – e em que qualquer dúvida ou insegurança dos cidadãos é solvida pelo consumo da droga "soma". A narrativa desenvolve-se em torno da personagem de Bernard Marx, um indivíduo insatisfeito que procura libertar-se dos condicionamentos a que é sujeito e descobrir o modo de vida anterior a Ford, suscitando os acontecimentos que constituem a obra.

Esta Tese, submetida para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura, divide-se entre a vertente teórica e a vertente projectual, tendo sido elaborada uma dissertação e um conjunto de exercícios práticos, respectivamente. Como tal, no início do ano lectivo foi-nos dado a escolher um laboratório no qual desenvolveríamos o trabalho teórico, tendo optado pelo Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea, orientado pela professora Ana Vaz Milheiro. *Mundos Ficcionados: Seis cidades africanas – planos urbanos entre 1940 e 1974*, foi o tema estudado, abordando os projectos urbanos desenvolvidos pelo Gabinete de Urbanização Colonial[2] no período do Estado Novo, o nosso *Admirável Novo Mundo* – o Ultramar Português.

O primeiro objectivo do laboratório foi "promover leituras sobre a construção do

1 O norte-americano Henry Ford (1863-1947) é a figura central da sociedade narrada no *Admirável Mundo Novo*. Tendo fundado em 1903 a Ford Motor Company e devido ao facto de ser o principal impulsionador do modelo de montagem em série, Ford é, nesta obra, equiparado a um Messias, sendo recorrente expressões como "Nosso Ford" ou "Oh, Ford!".

2 Organismo criado pelo Ministério das Colónias, em 1944, para a elaboração de projectos urbano e de arquitectura para as colónias. Gabinete de Urbanização do Ultramar, em 1951, e Direcção dos Serviços de Urbanização e Habitação, em 1957, sob a jurisdição da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar.

território como um lugar ficcionado e por isso expressão de diversas narrativas que se sobrepõem, completam ou anulam" (Milheiro, 2012, s.p.)[3]. Em grupos, foram analisados vários planos urbanos das *Seis cidades africanas*: Praia; Bissau; Luanda; Lourenço Marques; São Tomé; e Lisboa. No meu caso particular, estudei os diversos planos urbanos propostos para a cidade de São Tomé e os principais planos e edifícios representativos do Estado Novo na metrópole do Império Português, Lisboa. A investigação decorreu no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), no Centro de Documentação o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e no Arquivo Municipal de Lisboa (AML), permitindo-nos identificar as linhas orientadoras, filosofias estruturantes e objectivos gerais. Paralelamente, foi-nos proposta a visualização dos filmes *A Costa dos Murmúrios*, de Margarida Cardoso (2004), baseado no romance de Lídia Jorge (1988), e *20,13*, de Joaquim Leitão (2006), assim como a leitura e análise dos livros *Um Cesto de Cerejas, Conversas, Memórias, uma vida*, do arquitecto Francisco Castro Rodrigues[4] (organização e introdução de Eduarda Dionísio, Lisboa: Casa da Achada, 2009), e *Manifestos Ensaios Falas Publicações*, de Pancho Guedes[5] (Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007), de forma a "identificar esquemas de representação do território africano, através do cinema, no imaginário português recente" (Milheiro, 2012, s.p.). Ou seja, após análise de todos estes elementos criámos um vídeo, onde expressamos a imagem que o tema nos tinha transmitido, a nossa imagem de África.

No segundo semestre foi desenvolvido um trabalho de investigação individual original, a dissertação. O tema escolhido foi motivado pelas minhas raízes familiares, assim como pela aprendizagem adquirida ao longo de todo o percurso académico, que me permitiu compreender a oportunidade que seria estudar a Vila Mineira de Aljustrel, que deve tanto a sua origem como desenvolvimento a esta actividade. Apesar do interesse que sempre me pareceu ter esta temática, verifiquei ao longo do trabalho nunca tinha sido objecto de qualquer análise. O objectivo deste ensaio foi compreender a forma como a Indústria Mineira foi capaz de gerar tecido urbano neste concelho, directa e indirectamente. Sobretudo, durante o período em que a *Société Anonyme Belge des*

3 Enunciado do exercício (anexo, p. 369).

4 Francisco José Pereira Rodrigues (Lisboa, 1920). Arquitecto pela Escola de Belas Artes de Lisboa.

5 Amâncio d'Alpoim Miranda Guedes (Lisboa, 1925). Arquitecto, Escultor e Pintor.

Mines d'Aljustrel foi concessionária do couto mineiro, entre 1898 e 1993, época em que se observa o maior crescimento de mancha urbana na vila, devido à relação paternalista entre empregador e empregado, que garantia a construção de residências para grande parte dos funcionários, independentemente do cargo que desempenhavam. Para além dos edifícios industriais, a empresa criou infra-estruturas sociais e de lazer para os empregados e comunidade em geral. Deste modo, com *Arquitectura Residencial Mineira: Aljustrel, 1898-1993* pretende-se fazer o levantamento das estruturas edificadas e o estudo da contribuição que esta Sociedade teve no crescimento urbanístico de Aljustrel.

Na vertente projectual foram desenvolvidos seis exercícios, tendo sido dado grande ênfase ao trabalho realizado em grupo, sendo cada grupo composto por cinco elementos inseridos em diversos laboratórios, conferindo ao trabalho diferentes abordagens e pontos de vista.

O primeiro exercício, *Marca, Texto e Espaço*, foi um exercício de arranque e aquecimento, de carácter abstracto, que pretendia criar uma marca gráfica a partir de um objecto do quotidiano usado como carimbo. De seguida, seria escolhido um excerto literário que o grupo achasse que se relacionava com a marca obtida. Por fim, estes dois elementos serviriam de base para a criação de uma unidade espacial representada em maqueta. O nosso grupo elegeu *Cubo de Rubik* como objecto do quotidiano, tendo alcançado uma marca com várias tonalidades de cinza, remetendo-nos para o excerto *O Elogio da Sombra* de Junichirō Tanizaki (Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2008), sobre a dualidade da sombra e da luz, tão presente na cultura nipónica. Consequentemente, criámos um ambiente que jogasse com a manipulação da sombra, tal como fizemos na marca, mas conferindo tridimensionalidade, através da utilização de materiais opacos, translúcidos e vazios.

O segundo exercício foi um *workshop*, com duração de duas semanas, realizado em comemoração dos 90 anos de nascimento de Amílcar Cabral[6], na sua cidade natal, Bafatá, Guiné-Bissau. Foi-nos proposto desenvolver um Centro Interpretativo Efémero, tendo como linhas orientadoras a obra do fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde[7] (PAIGC). O nosso grupo optou por reinterpretar elemen-

6 Amílcar Lopes Cabral (Bafatá, 1924-1973). Político da Guiné Bissau e Cabo Verde.

7 O PAIGC foi criado a 19 de Setembro de 1956 por Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin, defendendo a independência da Guiné e Cabo Verde de Portugal.

tos da casa tradicional guineense, como a estrutura de madeira de forma circular e a utilização de painéis entrançados, as cubatas. Referenciando o primeiro exercício, toda a estrutura é suportada por estacas e os espaços limitados por entrançados e tábuas de madeira espaçadas entre si, de forma a manipular a intensidade da sombra, mas também permitir ventilação.

Os restantes exercícios práticos decorreram na zona das Amoreiras, em Lisboa. Após um trabalho de reconhecimento do local de intervenção, desde a caracterização biofísica à sua evolução histórica, definimos um perfil sociológico, no âmbito do tema geral *Admirável Mundo Novo*, que desejamos que venha a ocupar a zona em 2033. Em grupo, interpretámos a evolução da ocupação das Amoreiras como sendo uma consequência de uma série de acontecimentos que a contagiaram, criando uma paisagem urbana extremamente heterogénea. Como tal, propomos a inclusão de um novo elemento que não é mais que a consequência da Globalização – indivíduos em constante mobilidade. Daqui a 20 anos, desejamos que o território de intervenção seja "invadido" por pessoas individuais e jovens famílias em período de transição, com estadias temporárias (cinco anos no máximo), tornando os espaços comunitários essenciais na cidade e, consequentemente, nas habitações.

Ainda no primeiro semestre, projectamos individualmente quatro habitações, tendo em conta o perfil social anteriormente definido. Cada membro do grupo elegeu uma local de intervenção nas Amoreiras, sendo que eu optei por escolher a área mais consolidada, marcada pela ortogonalidade dos quarteirões, de forma a reflectir sobre a densificação da cidade. Após estudar os logradouros e os espaços expectantes escolhi o quarteirão junto à Mãe d'Água das Amoreiras e o Jardim Marcelino Mesquita, vulgarmente conhecido por Jardim das Amoreiras, por me permitir criar uma relação entre a Calçada Bento da Rocha Cabral e a Travessa das Amoreiras.

No segundo semestre voltámos a trabalhar em grupo, desta vez reflectindo sobre o espaço público. Optámos por uma estratégica de carácter cirúrgico, voltando a dar ênfase aos espaços comunitários. Desta forma, definimos seis centralidades junto às habitações, projectadas por cada elemento do grupo, espaços de reunião, interligados entre si pela linha de *trolleybus* que reutiliza a antiga linha de eléctrico que atravessa toda a

zona. Cada centralidade foi desenvolvida individualmente, tendo em conta os princípios acordados em grupo. Sendo o Jardim das Amoreiras uma centralidade inquestionável, fiz um levantamento detalhado dos elementos existentes, desde as espécies vegetais ao mobiliário urbano. Tratando-se, sobretudo, de um projecto de nomeação.

Como exercício de encerramento do ano lectivo, foi-nos pedido que produzíssemos um trabalho individual, de tema livre, que sintetizasse o percurso de cada estudante. Como tal, surgiu a oportunidade de relacionar os exercícios práticos realizados no âmbito da vertente projectual com a dissertação elaborada no Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea. Produzi uma pequena reflexão sobre as habitações operárias – vilas, pátios e bairros – mais precisamente, um estudo comparativo entre um modelo operário em um contexto urbano e rural. Analisei a Vila Raul, uma vila operária situada nas Amoreiras, e uma banda habitacional no bairro mineiro de Vale d'Oca em Aljustrel.

Ao longo de todo o percurso académico, foram muitos os ensinamentos apreendidos com professores e convidados. Contudo, este ano lectivo foi marcado pelo constante trabalho em grupo, de forma a experienciarmos o processo que decorre num estúdio de arquitectura e esta experiência não poderia ter corrido melhor. Aqui fica um agradecimento sentido a cada um dos elementos do grupo que souberam ceder e impor-se quando necessário, aproveitando as qualidades individuas de cada um.

vertente teórica

ARQUITECTURA RESIDENCIAL MINEIRA
ALJUSTREL, 1898-1993

Tese submetida como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

Orientadora:
Doutora Ana Vaz Milheiro, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa



panorâmica de Aljustrel
Eng. Francisco Colaço, 2012



RESUMO

O presente trabalho teórico foi motivado pelas minhas raízes familiares e pela aprendizagem adquirida ao longo de todo o percurso académico, que me permitiu compreender a oportunidade que seria estudar a Vila Mineira de Aljustrel. Apesar do interesse que sempre me pareceu ter este tema, verifiquei ao longo do trabalho que nunca tinha sido objecto de qualquer análise, podendo este ensaio auxiliar na constituição de uma futura pesquisa continuada e aprofundada.

O objectivo deste ensaio foi compreender a forma como a Indústria Mineira foi capaz de gerar, directa e indirectamente, tecido urbano neste concelho. Sobretudo, durante o período em que a Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel (SABMA) foi concessionária do couto mineiro, entre 1898 e 1993, passando em 1952, a ter a designação de Mines d'Aljustrel SA (MASA). Pretendo fazer o levantamento de parte das estruturas edificadas e o estudo da contribuição que esta Sociedade teve no desenvolvimento urbanístico da Vila de Aljustrel, um crescimento que contudo resultou muitas vezes de uma visão paternalista entre empregador e empregado. Esta relação garantiu a construção de residências para grande parte dos funcionários, sendo que o cargo que desempenhavam na empresa definia a tipologia habitacional onde residiam, assim como o investimento "estético" do projecto. Contudo, não foram as únicas infra-estruturas criadas. Para além dos edifícios industriais, a SABMA/MASA criou infra-estruturas sociais e de lazer para os seus funcionários e comunidade em geral.

A metodologia utilizada na elaboração desta dissertação apoiou-se no contacto directo e pessoal com esta realidade com diferentes visitas de campo, que incluíram visitas aos edifícios e entrevistas com diversos interlocutores (proprietários, habitantes, arquitectos, etc), acção completada com uma bibliografia específica, quer em torno da vila propriamente dita, quer no âmbito do património industrial e estruturas similares. Tive a possibilidade de aceder aos arquivos e espólios da Câmara Municipal da Aljustrel e da actual concessionária do couto mineiro, a ALMINA Minas do Alentejo, SA.

Este conhecimento permitiu-me escolher os casos de estudo, tendo desde o início optado por incidir o trabalho na inventariação, descrição e análise das principais tipolo-

gias habitacionais, representativas de todas as classes trabalhadoras. Analisei as residências seleccionadas, tendo redesenhado os seus planos o que me permitiu produzir um estudo sobre cada uma, de forma a perceber o grau de satisfação com as residências e as diferenças habitacionais entre os diferentes funcionários. No mesmo âmbito, tive a oportunidade de entrevistar o único projectista envolvido com a experiência de projectar para esta entidade empregadora, o Arquitecto Pedro da Cunha Paredes.

Palavras-chave: Minas de Aljustrel, Habitação Operária, Património Mineiro e Industrial, Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel, Mines d'Aljustrel SA, Pirites Alentejanas SA.

ABSTRACT

This theorical work was motivated by my family roots and by my learnings throughout the course, which enabled me to understand the opportunity that is to study the mining village of Aljustrel. Despite my interest, I noticed that the theme was never object of analysis, which means that this essay can be of use in a future research.

My objective with this essay was to understand the way that the mining industry was able to create urban tissue in this county- not only directly but also indirectly – especially when the *Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel* (SABMA) had the dealership of the mine, between 1898 and 1993. The name changed to *Mines d'Aljustrel SA* (MASA) since 1952.

I intend to make a survey of the structures built by this society and also a study of the contribution of this society to the urbanistic development of the village of Aljustrel, a growth however that usually had a fatherly vision between employer and employee. This relationship granted the construction of residences to the majority of the workers, and their role within the company defined the housing typology as well as the aesthetic involvement of the project. However, these weren't the only infrastructures created.

Beyond the industrial buildings, SABMA/MASA created social and leisure infra--structures to their workers and community in general.

The methodology used in this essay was the direct contact with this reality, which means field visits to the buildings and interviews with interlocutors (owners, habitants, architects, etc), an action completed with specific bibliography about the village, industrial patrimony and similar structures. I was able to access the archives of the village council and the current company that is the dealership of the mine, *ALMINA Minas do Alentejo, SA*.

This knowledge enabled me to choose the case studies and I choose to focus in making the inventory, description and analysis of the main habitation typologies that represent all working classes. I analyzed the selected residencies and redesigned the schemes, which enabled me to produce a study about each one of them so I could understand the degree of satisfaction with the residences and the habitation differences

between the workers. In the same scope, I had the opportunity to interview the only designer involved in the experience of designing to this company, the architect Pedro da Cunha Paredes.

Keywords: Mines of Aljustrel, Worker Habitation, Mining and Industrial Heritage, Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel, Mines d'Aljustrel SA, Pirites Alentejanas SA.

AGRADECIMENTOS

A realização desta Dissertação de Mestrado só foi possível graças ao contributo, de forma directa e indirecta, de algumas pessoas e instituições, às quais não posso deixar de exprimir algumas palavras de reconhecimento e profundo agradecimento, em particular:

à Professora Ana Vaz Milheiro, não só por ter aceite ser orientadora desta dissertação, mas principalmente, pelo rigor que nos incutiu em todas as unidades curriculares que leccionou ao longo do meu percurso académico.

a todos os docentes da DAU na sua generalidade, em especial aos Professores Paulo Tormenta Pinto e José Luís Saldanha por me desafiarem a fazer mais e melhor. Obrigada pelos ensinamentos e palavras de motivação.

aos funcionários da Câmara Municipal de Aljustrel, sempre disponíveis para ajudar, cedendo elementos fundamentais para a elaboração deste ensaio.

à empresa *ALMINA Minas do Alentejo, SA*, em particular à Doutora Ana Isabel Guerreiro Braz e à Urbanista Daniela Petronilho, que muito amavelmente me permitiram aceder ao arquivo da empresa e me emprestaram todos os documentos necessários para a realização desta dissertação.

ao Engenheiro Francisco Colaço que gentilmente me cedeu o seu espólio, me ensinou e corrigiu quando necessário.

ao Arquitecto Pedro da Cunha Paredes, pela disponibilidade na transmissão da experiência que foi projectar para a Vila de Aljustrel.

à população de Aljustrel que, com amabilidade e curiosidade, me contaram as suas histórias e que me abriram as portas de suas casas.

ao meu grupo de trabalho, Claudia Diniz, Rita Rodrigues, Rúben Viegas e Vanessa Silva, que desde o início me apoiou e estimulou.

ao Nuno, companheiro incansável de muitas visitas a locais de intervenção e arquivos. Agradeço o seu apoio, compreensão, paciência e dedicação.

e por fim, à minha família, em particular à minha mãe, pai e irmão. O vosso apoio foi essencial, assim como a educação, moral e cultural, que me deram . Obrigada por ouvirem todas as minhas lamentações e, mesmo assim, continuarem a motivar-me a perseguir os meus objectivos. Obrigada nunca chegará para agradecer tudo o que fizeram por mim.

ÍNDICE

Resumo 17
Abstract 19
Agradecimentos 21

Introdução 25

1. Enquadramento
   - 1.1. Enquadramento Geográfico 28
   - 1.2. Enquadramento Histórico 31
   - 1.3. Evolução Urbana 42

2. Habitações da SABMA | MASA 48
   - 2.1. Bairros Operários Mineiros 52
   - 2.2. Residências dos Empregados 58
   - 2.3. Habitações dos Técnicos Superiores 62
   - 2.4. Casas dos Administradores 66
   - 2.5. Casas de Hóspedes 70
   - 2.6. Residências Autónomas 72

3. Infra-Estruturas da SABMA | MASA 76
   - 3.1. Infra-Estruturas Industriais 78
   - 3.2. Equipamentos de Assistência Social 82
   - 3.3. Equipamentos de Lazer 88

4. Casos de Estudo
   - 4.1. Mineiros | Bairro de Vale d'Oca 94
   - 4.2. Empregados | Conjunto Habitacional Moagem 100
   - 4.3. Técnicos Superiores | 11 Casas 106
   - 4.4. Administradores | Casa da Horta da Luz 112

Conclusão 122

Anexos 129

Bibliografia 158

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teórico está inserido no Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea, no Mestrado Integrado em Arquitectura no ISCTE – IUL, procurando fazer uma análise sobre a vila alentejana de Aljustrel. Este concelho no distrito de Beja teve a sua origem na indústria da extracção mineira, remontando ao terceiro milénio a.C.. Contudo, o espaço temporal que me propus a estudar é relativo ao período em que a *Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel* (SABMA) foi concessionária do couto mineiro, entre 1898 e 1993, que passou a ter, a partir de 1952 a designação de *Mines d'Aljustrel SA* (MASA). A escolha desta temática deve-se à aprendizagem adquirida ao longo do percurso académico, que me possibilitou compreender a oportunidade que seria estudar o lugar de onde é natural grande parte da minha família, a vila de Aljustrel.

O caso de estudo aqui apresentado vai de encontro ao tema anual – *o Admirável Mundo Novo*. Este clássico da literatura, escrito por Aldous Huxley, descreve um hipotético futuro em que sociedade é dividida por castas, vivendo num contexto antagónico com o passado, chegando mesmo a negá-lo. Todavia, na temática estudada, a SABMA/MASA constrói uma estrutura independente que se sobrepõem a uma estrutura já existente, tendo assim um carácter que se pode igualmente considerar *utópico*, tal como a narrativa de Huxley. Este microcosmos criado por uma empresa privada acaba por beneficiar toda a população de Aljustrel, apesar de ser pensado como uma unidade.

Como forma de compreender melhor esta realidade estudei a primeira experiência internacional em que uma indústria criou residências para os seus trabalhadores – a Salina Real de Arc-et-Senans. Esta obra de arquitectura industrial foi projectada em 1773 pelo Arquitecto Claude-Nicolas Ledoux, tendo sido uma referência essencial para esta dissertação. Ledoux projectou um conjunto semicircular, em que a casa do director ocupa o centro do complexo, sendo ladeada pelos edifícios de produção de sal. Neste complexo, as residências dos trabalhadores formavam, juntamente com os restantes equipamentos industriais e de assistência, um semicírculo, constituindo uma cidade ideal: edifício dos guardas; prisão; cozinha comunitária; padaria; lavadouro; hortas; oficina; armazém; escritórios; entre outros. Esta diversidade de infra-estruturas – industriais,

sociais e habitacionais – tem muitas características comuns com o caso de estudo aqui analisado. Tendo-se provavelmente aqui iniciado um modelo para conjuntos produtivos.

A pesquisa realizada para a elaboração desta investigação foi sempre acompanhada e informada pela leitura de diversas publicações e trabalhos académicos, que me proporcionou um conhecimento generalista sobre a temática. Actualmente, a bibliografia disponível sobre a Vila de Aljustrel, em particular sobre o impacto das Minas assenta sobretudo no âmbito das ciências sociais, arqueologia, sociologia e antropologia, como a Tese de Doutoramento em Antropologia, *Trabalho, Identidade e Memórias em Aljustrel*, da investigadora Inês Fonseca do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. No domínio da historiografia do concelho destaca-se a monografia *Aljustrel, um olhar sobre as minas e as gentes no século XX*, de Helena Alves e Artur Martins e *2000 anos de Mineração em Aljustrel*, dos mesmos autores em conjunto com Teresa Costa, ambos editados pela Câmara Municipal de Aljustrel em 2005 e 2003, respectivamente.

O único estudo feito no âmbito da arquitectura foi produzido por um conjunto de estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, na unidade curricular de "História da Arquitectura Portuguesa", de forma a compreenderem "o modo de crescimento urbano da vila". Contudo, em momento algum deste trabalho a expansão urbana de Aljustrel é relacionada com o principal impulsionador de desenvolvimento- as Minas.

Para a elaboração deste ensaio foram necessários vários momentos ao longo do trabalho, tendo como início a deslocação ao local, onde fiz o levantamento de planos e recolha de bibliografia, permitindo-me elaborar um enquadramento histórico e um retrato da evolução urbanística da vila. A possibilidade de aceder ao arquivo da Câmara Municipal de Aljustrel, mas principalmente ao espólio da actual concessionária das Minas, a "*ALMINA Minas do Alentejo, SA*", possibilitou-me fazer o mapeamento de todas as infra-estruturas criadas pela SABMA/MASA – habitacionais, industriais, sociais e de lazer. Tendo esta dissertação como principal objectivo analisar as residências dos trabalhadores, classifiquei e dividi as habitações por classes de funcionários: mineiros; empregados; técnicos; e administradores. Elegi, estudei e redesenhei os planos de casos de estudo, conjuntos de residências, representativos de cada classe, de forma a repro-

duzir a diversidade existente em função do cargo que cada funcionário desempenhava. Porém, para garantir uma perspectiva técnica, também realizei uma entrevista ao Arquitecto Pedro da Cunha Paredes, o único projectista ainda em condições de descrever a experiência de trabalhar para esta entidade empregadora.

Com esta dissertação não se pretendeu construir um guião pormenorizado do impacto que a Indústria Mineira teve na Vila de Aljustrel, mas sim uma primeira abordagem, dada a ausência de outros estudos semelhantes. O levantamento de planos e projectos da SABMA/MASA realizado ao longo deste trabalho poderá servir como base para uma futura pesquisa continuada e aprofundada sobre esta temática, para além de lançar algumas questões sobre experiências urbanísticas semelhantes em Portugal.



ortophoto, Aljustrel

1.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Localizando-se no distrito de Beja, o concelho de Aljustrel ocupa uma área de 458,4 km2. Com aproximadamente 9 mil habitantes[1], engloba as freguesias de Ervidel, Messejana, Rio de Moinhos, São João de Negrilhos e a da sede, Aljustrel.

O concelho de Aljustrel é delimitado a sul e nascente por uma cordilheira com uma altura superior a 200 metros. A norte, o terreno desce em direcção à Ribeiro do Roxo, devendo esta designação à poluição pelas águas das minas, que atravessa o concelho na direcção este-oeste, num percurso de 25km. Encontra-se no limite do concelho e é um dos principais afluentes do Rio Sado, pertencendo a esta bacia hidrográfica. Na margem esquerda deste Ribeira, podemos encontrar a Ribeira dos Galhudos, onde eram efectuadas as descargas das águas das minas, que atravessa o campo da concessão mineira dos Algares e Ribeira de Rio de Moinhos. Já na margem direita existe a Ribeira de Pêro Bonito. Para além destas ribeiras, existem ainda as de Messejana e a dos Nabos.

Aljustrel localiza-se entre três morros: Malpique, Castelo e o Monte dos Moinhos dos Currais Velhos. Por se implantar num ponto elevado, a uma altitude compreendida entre 150 a 200 metros, possuí um domínio visual sobre todo o território que se encontra para sul do Morro do Castelo.

A vila de Aljustrel encontra-se na Faixa Piritosa Ibérica, que se estende ao longo de 250kms de comprimento e 60km de largura. Ocupando, genericamente, um território que vai desde a região de Grândola até perto de Sevilha. Em Espanha há onze minas sobre esta Faixa, enquanto que em Portugal há cinco locais de extracção: Canal-Caveira; Lousal; Aljustrel; Neves-Corvo; e São Domingos. Aljustrel encontra-se entre a Mina de Algares/Feitais e a de São João do Deserto/Moinho. São consideradas minas do tipo "Jazigos de Sulfuretos Maciços", por serem compostos predominantemente por sulfuretos de ferro. Os jazigos minerais são constituídos essencialmente por cobre, zinco, chumbo e ferro, que dá a cor característica à terra. Contudo, também há metais preciosos como o ouro e a prata, apesar de ser em quantidades ínfimas.

A existência milenar de um povoado nesta área deve-se à actividade mineira, sen-

1 9234 Habitantes segundo os Censos de 2011. Em anexo, encontra-se um quadro da "Evolução da População no Concelho de Aljustrel (1801-2011) " especificando as diversas freguesias.

do mesmo anterior à ocupação romana[2]. A extracção de minério na Antiguidade deve-se muito provavelmente à existência na região de Chapéus de Ferro. Trata-se de afloramentos à superfície dos jazigos minerais que se apresentam como uma formação rochosa intensamente oxidada, cuja cor avermelhada não passa despercebida. Sendo denunciadores de jazigos subterrâneos.

2 Ruy Freire de Andrade (Lisboa, 1925), Engenheiro de Minas e Geólogo, trabalhou nas Minas de Aljustrel, tendo dedicado grande parte da sua actividade à pesquisa arqueológica e criado o Museu Arqueológico das Minas de Aljustrel. De uma vasta obra que publicou destaca-se a monografia *A exploração das Minas de Aljustrel, pelos Romanos*, que teve por co-autores Abel Viana e Veiga Ferreira.

1.2 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O território alentejano, no período compreendido entre 3800 e 2500 a.C., era ocupado de diferentes formas, consoante as características de cada zona. Regra geral, as populações eram nómadas, fixando-se temporariamente e relacionando-se com alguma actividade, geralmente agricultura e a pastorícia.

Na Idade do Cobre, entre 2500 e 1800 a.C., começa a verificar-se uma tendência para a fixação dos povos em zonas elevadas. É neste período que é arqueologicamente documentada a primeira ocupação em Aljustrel, tendo sido encontrados vestígios de pequenos núcleos urbanos, junto à Mina de Algares, e as fundações do Castelo de Aljustrel e no Castro da Mangancha. Estima-se que aqui viviam cerca de duas mil pessoas[1], o que à época romana representava uma grande comunidade.

A primeira designação deste povoado é de origem romana, "Os romanos vieram e encontraram, aqui, a grande riqueza de metal que a terra escondia (…) o inesgotável filão e este lugar toma o nome de *Vicus Mettallum Vipascense*, a Mina de *Vipasca*"[2] . A sua população dedicava-se sobretudo à extracção de cobre, para além das actividades agrícolas e pecuárias, de forma a aqui subsistirem. Pensa-se que usavam este mineral como moeda de troca, pois há registos arqueológicos de materiais originários de outras civilizações (gregos, fenícios e cartagineses)[3].

Vipasca localizava-se a um importante ponto de confluência de percursos, entre *Miróbriga* (Santiago do Cacém) e *Pax Júlia* (Beja)[4]. Considerando que estas importantes vias romanas serviam para transportar o minério, eram vigiadas por estruturas fortificadas nas áreas actualmente correspondentes aos concelhos de Aljustrel, Castro Verde,

1 ALVES, Helena; COSTA, Teresa; MARTINS, Artur- *2000 anos de Mineração em Aljustrel*. Aljustrel: Museu Municipal de Aljustrel, 2003, p.25.

2 LOBATO, Padre João Rodrigues – *Aljustrel – Monografia*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, 1983, p.25.

3 ALVES, Helena; COSTA, Teresa; MARTINS, Artur- *2000 anos de Mineração em Aljustrel*. Aljustrel: Museu Municipal de Aljustrel, 2003, p.9.

4 COELHO, Alda; COELHO, Ana; MARQUES, Catarina; OLIVEIRA, Margarida; GOMES, Samuel – *Vila de Aljustrel*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto no âmbito da unidade curricular de História da Arquitectura Portuguesa, 2006, p. 5.

Almodôvar, Mértola e Alcoutim. Estas estruturas, denominadas por *castella*, implantavam-se em pontos altos e sobre terrenos pobres, visto que a sua função não era a exploração agrícola, mas sim a de vigiar o transporte do minério e, em caso de necessidade, albergar as comunidades que o extraíam.

Do período romano foram encontrados vestígios do que se pensa ser um fórum, termas, uma escola, espaços comerciais e oficinas, para além de três necrópoles em zonas diferentes. Contudo, para o estudo das explorações mineiras desta época foram encontrados dois documentos essenciais, as "Tábuas de Bronze de Aljustrel". Nestas estão inscritas gravações referentes à legislação que vigorava nas minas e na vida quotidiana de *Vipasca*[5]. Crê-se que tenham sido redigidas durante os reinados de Trajano e Adriano, dizendo respeito à concessão da extracção das minas e à adjudicação da cobrança de taxas e impostos.

A exploração romana das minas de Aljustrel tem o seu apogeu nos séculos II e III, período em que houve maior procura de minério. Contudo, no século V, com a necessidade de minério a escassear, devido ao declínio do Império Romano, a região perdeu dinamismo e as pessoas foram abandonando o território, perdendo grande parte da sua comunidade.

A ocupação islâmica da Península Ibérica teve início no século VII. Crê-se que se instalaram em *Vipasca* no início do séc. XI, ocupando apenas a encosta do Cerro do Castelo onde foi erguida, sobre as ruínas de um antigo povoamento pré-histórico, uma fortificação em taipa que subsistirá até ao século XVI[6]. A população vive concentrada dentro das muralhas do Castelo Árabe e o povoado mineiro manter-se-á desabitado, não havendo registo de extracção de minério. A presença islâmica é relevante na vila pela implementação do sistema viário árabe, constituindo uma simplificação do anterior sistema romano.

Inicialmente, denominavam a região por *Albasturil* ou *Al-Bashturil* evoluindo para *Al-lustre*, nome que transcrito para os primeiros documentos em português resulta em *Aliuster*. Esta forma evoluiu, entre o século XV e século XIX, para *Aljustre*, começando a ser utilizada a actual expressão, *Aljustrel*, paralelamente a partir do século XVIII[7].

5 COELHO, Alda; COELHO, Ana; MARQUES, Catarina; OLIVEIRA, Margarida; GOMES, Samuel – *Vila de Aljustrel*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto no âmbito da unidade curricular de História da Arquitectura Portuguesa, 2006, p. 6.

6 LOBATO, Padre João Rodrigues – *Aljustrel – Monografia*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, 1983, p.39-40.

7 MATTOSO, José – *História de Portugal – Antes de Portugal – Volume I*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

Durante o reinado de D. Sancho II, em 1234, o Castelo é conquistado aos árabes pelos Cavaleiros da Ordem de Santiago de Espada, assim como grande parte do sul do actual território nacional. Esta ordem surge em Portugal ainda no reinado de D. Afonso Henriques, mas só ganha visibilidade durante o reinado de D. Afonso II e, sobretudo, neste período. Desta forma, D. Sancho II doa-lhes a vila e o castelo de Aljustrel, assim como um vasto território "Além-Tejo", evoluindo posteriormente para Alentejo, assim como os actuais concelhos de Almodôvar, Odemira, Ourique, e parte dos de Ferreira do Alentejo, Beja, Castro Verde e Santiago do Cacém[8]. A ordem de Santiago recebia todos os rendimentos provenientes de Aljustrel, que provinham sobretudo da actividade agrícola. Contudo, recebiam apenas 10% dos rendimentos das termas de São João do Deserto e da exploração das Minas.

No reinado de D. Manuel I é realizado um levantamento das minas em actividade em Portugal, onde são mencionadas as Minas de Aljustrel. Sendo referidas por "ferrarias" devido à extracção de metais. Aljustrel volta a ser mencionada no reinado de D. João III, por produzir e comercializar um pigmento azul para os pintores da época, denominado por "Azul de Aljustrel". *"Em 1521, já no reinado D.João III, existe um documento sobre a venda, pelo pintos da corte Jorge Afonso, do "azul de Aljustrel", um pigmento que era vendido a outros pintores para fabricarem uma tonalidade de azul. (…) Não se sabe ao certo como seria obtido este "azul de Aljustrel", eventualmente seria a partir do sulfato de cobre. No entanto, ficamos a saber que existia uma pessoa encarregue, por nomeação régia, de controlar a qualidade do fabrico do pigmento e outra encarregue de o comercializar"*[9]. Só é feita oficialmente nova referência às minas de Aljustrel em meados do séc. XIX, com a liberalização da exploração mineira e quando o cobre volta a ter interesse económico.

As primeiras cartografias existentes sobre Aljustrel só surgem no início do século XVIII, em 1720, representando apenas a vila, embora saibamos que nesta época a freguesia já não era composta apenas pelo actual centro histórico. A freguesia englobava

8 COLAÇO, Francisco Palma – O Concelho de Aljustrel: Subsídios para a sua História. Vipasca, Aljustrel, v. 10, p.65, Outubro de 2010.

9 Documento sobre a venda em anexo. ALVES, Helena; COSTA, Teresa; MARTINS, Artur- *2000 anos de Mineração em Aljustrel*. Aljustrel: Museu Municipal de Aljustrel, 2003, p.68.

ainda algumas herdades e montes, para além da aldeia das Magras, situada nos arrabaldes da vila, Corte Vicente Anes e Rey de Moinhos, que após a Implantação da República se passou a denominar Rio de Moinhos. No conjunto sabe-se que a freguesia tinha no mínimo 1243 habitantes, pois estavam obrigadas ao preceito de confissão e comunhão, sendo que apenas 200 pessoas viviam na vila de Aljustrel[10].

Em 1847 é concedida licença e o respectivo alvará de exploração do jazigo de S. João do Deserto ao súbdito espanhol Sebastião Gargamala, que já possuía a mina do Palhal, em Albergaria-a-Velha. Gargamala a fim de obter financiamento para os seus empreendimentos associa-se ao industrial José Ferreira Pinto Basto (1801-1875). Este perante as dificuldades financeiras do seu sócio consegue, a transferência das concessões de S. João do Deserto em 1854 e do Palhal em 1858. Pinto Basto funda então a *The Lusitanian Mining Company*, em associação com ingleses, para a exploração destas concessões em arrendamento[11]. Os elevados custos de transporte e o baixo teor do minério encontrado, levariam a *Lusitanian* a suspender a exploração da mina de S. João do Deserto, mantendo apenas a exploração de Palhal, sendo a declaração de abandono daquela decretada em 1959.

Contudo, as promissoras massas minerais e o facto de nessa época ter inaugurado a linha de comboio do sul até Beja, despertou um maior interesse nas Minas de Aljustrel. *A Companhia de Mineração Transtagana*, constituída por capitais portugueses e brasileiros, que já detinha outras minas de cobre no Alentejo, adquire as Minas de Aljustrel em 1867 e vê a concessão ser-lhe outorgada definitivamente nesse mesmo ano. A exploração integrada da Mina de Algares e da Mina de São João do Deserto gerou crescimento populacional. Em 1871 o número de habitantes da freguesia de Aljustrel rondava os 2400, enquanto em 1878 eram cerca de 3500. Depois de avultados investimentos em infra-estruturas[12] e confrontada com a depreciação dos preços verificada ao

10 COELHO, Alda; COELHO, Ana; MARQUES, Catarina; OLIVEIRA, Margarida; GOMES, Samuel – *Vila de Aljustrel*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto no âmbito da unidade curricular de História da Arquitectura Portuguesa, 2006, p. 13..

11 GUIMARÃES, Paulo Eduardo – *Indústria e conflito do meio rural – Os mineiros alentejanos (1858-1938).* Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS-UE, Dezembro de 2001, p. 89.

12 Tais como: o estabelecimento hidro-metalúrgico da herdade das Pedras Brancas; o ramal ferroviário de via estreita entre Aljustrel e a estação da Figueirinha; edificação de casas de habitação para funcionários e da sede da companhia; entre outros.

longo da década de 70, mas sobretudo devido à concorrência do cobre chilena, levou a Companhia a declarar falência técnica em 1882.

A descoberta da possibilidade de produzir adubos químicos pela solubilização da fosforite com ácido sulfúrico, aproveitando o enxofre, gerou novo interesse na pirite. Alguns membros da *Companhia de Mineração Transtagana*, a Casa *Fonseca, Santos e Viana* e outros capitalistas portugueses e belgas constituíram em Antuérpia uma sociedade que explorou as Minas de Aljustrel entre 1898 e 1973 – a *Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel* (SABMA). Iniciou-se assim um novo ciclo para a vila de Aljustrel, que saiu de um longo período de recessão, durante o qual chegou a perder a sua autonomia administrativa, com a extinção do concelho[13].

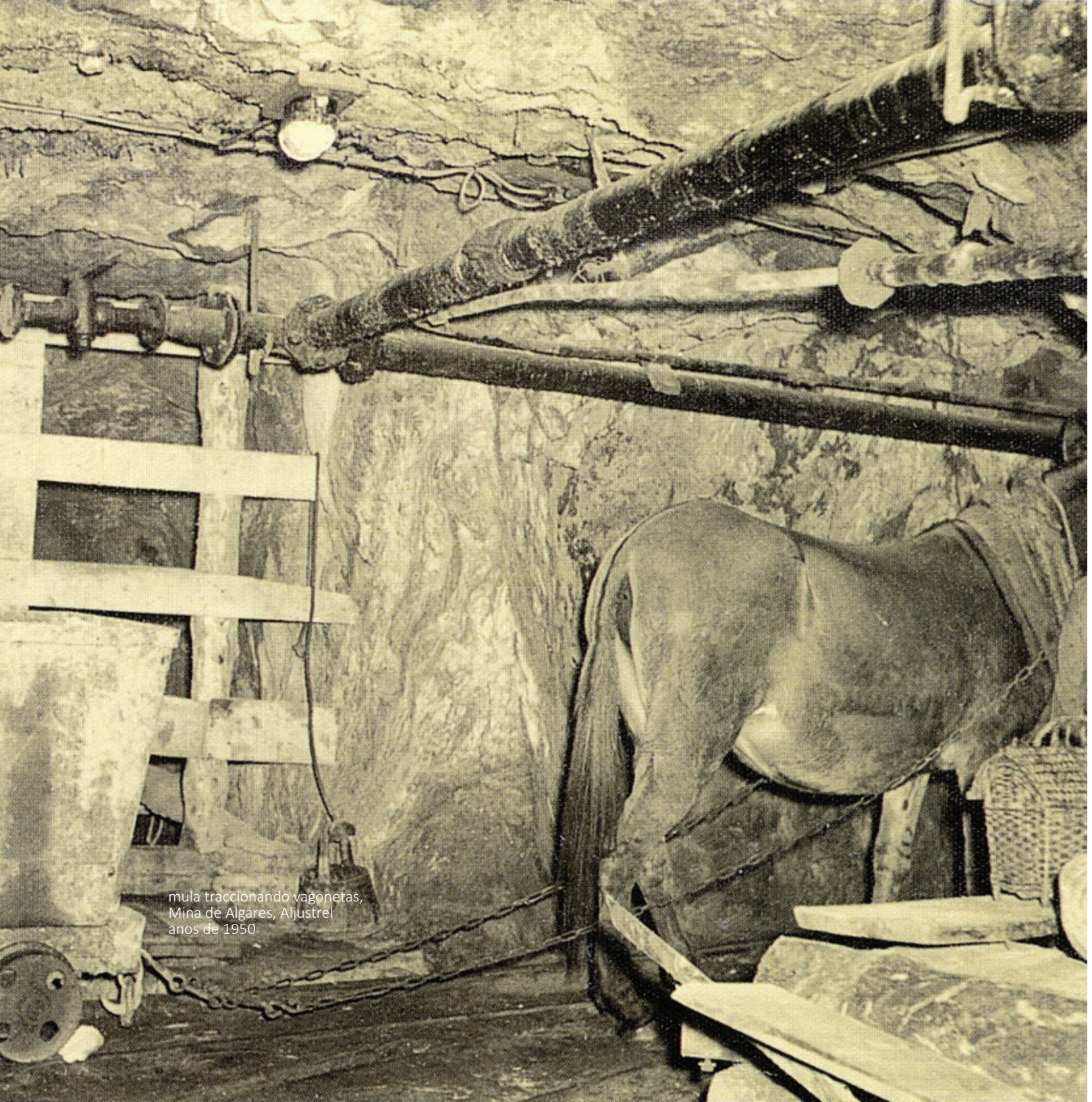
A 29 de Junho de 1929 é inaugurado o ramal ferroviário de Aljustrel, permitindo uma redução significativa nos custos de transporte do minério. A SABMA dinamizou de tal forma o funcionamento das Minas que, entre 1892 e 1940, a população de Aljustrel triplicou, de 3000 para 9000 habitantes[14], vindos de todo o país, mas também pela incrementação da imigração, em especial quadros técnicos belgas e franceses e operários especialistas espanhóis. Paralelamente, a vila ganha relevância administrativa e comercial, contribuindo para o seu crescimento urbano, directa e indirectamente.

As Guerras Mundiais, a Guerra Civil Espanhola e, especialmente, a invasão da Bélgica pelas tropas nazis, em 1940, afectaram significativamente a actividade mineira[15], verificando-se um decréscimo de exportações e consequentemente de lucros. Contudo, apesar do contexto internacional, mantiveram-se as estruturas industriais, produzindo apenas para as encomendas nacionais, como as Campanhas do Trigo no Alentejo, assen-

13 A medida de extinção do concelho de Aljustrel foi decretada em Novembro de 1895 e restaurado ao fim de 26 meses, em Janeiro de 1898.

14 Em anexo, encontra-se um quadro da "Evolução da População no Concelho de Aljustrel (1801-2011) " especificando as diversas freguesias.

15 *" (…) a I Guerra Mundial provocou uma fortíssima recessão da extracção mineira devido a um conjunto de factores bastante desfavoráveis, como eram os elevados custos dos fretes marítimos, o encerramento de mercados importantes na Europa como eram o da Bélgica, o da Rússia e o da Alemanha, e ainda o facto de sociedades com a SABMA e a Mason & Barry pertencerem a países envolvidos no conflito desde o princípio."* GUIMARÃES, Paulo Eduardo – *Indústria e conflito do meio rural – Os mineiros alentejanos (1858-1938)*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS-UE, Dezembro de 2001, p. 103.



mula traccionando vagonetas,
Mina de Algares, Aljustrel
anos de 1950

tes na utilização de adubos químicos.

Apesar da Indústria Mineira ter sido a principal impulsionadora de desenvolvimento da região e empregar grande parte dos habitantes em Aljustrel, a profissão de Mineiro não deixa de ser extremamente difícil, principalmente nesta época. Trabalhavam em locais exíguos, sujeitos a altas temperaturas, com falta qualidade do ar e sem elevadores para os trabalhadores, até aos anos 30. É neste contexto que surgem as primeiras organizações operárias, a *Associação de Classe dos Operários Mineiros de Aljustrel*[16] e o *Sindicato Mineiro Metalúrgico*, assumindo um poder sindical e político, mas também cívico, cultural e recreativo, criando nos mineiros e população em geral um carácter reivindicativo.

São muitas as greves que pontuam a história das minas de Aljustrel, mas destaca-se a greve 1922/23, pois marca o movimento operário e social da vila, sendo liderado pelo *Movimento Anarco-Sindicalista*. Os mineiros exigiam um aumento salarial de 100% e uma melhoria geral das condições de trabalho[17]. Iniciaram a greve a 3 de Outubro de 1922 e só retomaram as suas funções a 18 de Janeiro de 1923, apesar de não alcançarem tudo aquilo que reivindicaram. Durante estes 4 meses de interregno, a extracção de minério paralisou totalmente e teve repercussões nacionais e internacionais. Contudo, quem sentiu mais os efeitos da greve foram os mineiros e as suas famílias. Verificou-se uma grande solidariedade da população em geral para com os grevistas. Comerciantes e agricultores doavam e vendiam a crédito produtos, Porém, o maior entrave à continuação da greve era a subsistência dos filhos dos mineiros, que nesse período foram acolhidos em casas de membros e simpatizantes do Sindicato, dentro e fora da vila. Muitas crianças foram acolhidas por famílias em Beja, Barreiro e Lisboa, processo acompanhado nacionalmente pelos jornais. A 17 de Outubro de 1922, o jornal *A Batalha*[18] narra o episódio da seguinte forma: *"O Comité Confederal apela pois para todos os trabalhadores,*

16 *" (...) no dia 15 de Maio de 1911 que irá realizar-se uma nova greve dos operários mineiros, mobilizados pela primeira vez em Associação de Classe: cerca de 150 trabalhadores dos dois poços das minas (São João e Algares) dirigiram-se à mina de São João, pelas 16.30 horas, dando início à greve."* FONSECA, Inês – *Trabalho, Identidade e Memórias em Aljustrel*. Lisboa: 100 Luz, 2007, p.143.

17 FONSECA, Inês – *Trabalho, Identidade e Memórias em Aljustrel*. Lisboa: 100 Luz, 2007, p.152.

18 Foi um periódico de tendência comunista e propagandista da revolução russa, fundado a 23 de Fevereiro de 1919 que cessou a publicação regular a 26 de Maio de 1927, data em que as instalações foram destruídas pela polícia, em consequência do Golpe de 28 de Maio de 1926.

que dêem guarida nos seus lares aos filhos dos mineiros, tratando-os durante esta luta como se fora seus, praticando assim o mais belo gesto de solidariedade".

Após a Segunda Guerra Mundial e depois de um longo período de instabilidade na SABMA, esta sofre uma alteração estatutária em 1952, passando a designar-se por *Mines d'Aljustrel S.A.* (MASA). Desenvolvendo processos que permitiam facilitar a extracção do minério através de uma política de prospecções, sondagens e pesquisas geológicas, de forma a recuperar o comércio internacional, *"nas duas décadas subsequentes, ascende ao primeiro lugar das minas nacionais."*[19].

Durante o Estado Novo, entre 1933 e 1974, Aljustrel foi um dos concelhos que mais resistiu às medidas arbitrárias salazaristas, tendo sido uma das regiões do país com mais presos políticos, como é exemplo a luta protagonizada pelos mineiros e comunidade aljustrelense em 1960. Em 1955, os trabalhadores iniciam um lento processo, com cinco anos de duração, em que reivindicavam a actualização de um acordo colectivo de trabalho. A ausência de acordo conduziu os mineiros a iniciarem, em 1959, uma greve de zelo[20], extraindo da mina o mínimo obrigatório. Prescindindo assim dos prémios de produção, com consequências para a empresa, as suas próprias famílias e mais uma vez toda a comunidade, principalmente os comerciantes. A 8 de Abril de 1960, as negociações falharam e os acontecimentos precipitaram-se, sendo despedidos 12 trabalhadores[21] da mina de S. João, representantes da greve de zelo.

Os mineiros da Mina de Algares tomaram conhecimento destes factos durante o primeiro turno de trabalho, quando se preparavam para almoçar. A notícia chegou através de um bilhete escondido na cesta de um dos mineiros, onde todos os dias eram transportadas as refeições dos mineiros, tendo sido lida no refeitório da mina. Como forma de protesto e solidariedade para com os seus companheiros, os mineiros de Algares não retomaram o trabalho e nem saíram do fundo da mina no final do turno, exigindo a

19 ALVES, Helena; MARTINS, Artur – *ALJUSTREL, um olhar sobre as minas e as gentes no século XX*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, Julho de 2005, p.38.

20 Na noite de 1 para 2 de Março de 1959 foram espalhados, na zona industrial das Minas de Aljustrel, panfletos que apelavam à greve de zelo, dizendo *"Não aumentem a produção sem que o novo contrato inclua os 15$ de aumento por dia e que a sociedade dê o escudo que lhes deve!"* – Arquivo Particular de Sérgio do Ó, Dossier *"Lutas Reivindicativas de 1957 a 1959. Minas de Aljustrel"*

21 FONSECA, Inês – *Trabalho, Identidade e Memórias em Aljustrel*. Lisboa: 100 Luz, 2007, p.188.

libertação e readmissão dos seus colegas.

Rapidamente a notícia se espalhou pela vila, que se deslocou em peso para junto do sindicato, em solidarização e preocupados com os mineiros. Havendo desta forma dois protestos, dentro e fora da mina, ambos cercados pelos guardas da PSP privativa da MASA, GNR de Aljustrel e Beja e ainda por agentes da Polícia Internacional e de Defesa do Estado. As autoridades proibiram que os mineiros recebessem mantimentos e água potável e cercaram a população que ocupou o sindicato. Os mineiros mantiveram-se no interior da mina durante 33 horas, e a ocupação do sindicato durou mais de 25 horas. Este protesto terminou com 120 mineiros[22] presos pela PIDE. Lentamente, a situação voltou à normalidade e os mineiros grevistas foram sendo gradualmente libertados, apenas foram levados a julgamento 14 dos detidos considerados os incitadores da greve, depois de terem cumprido um ano de prisão. Apesar da aparente acalmia, as reuniões clandestinas de trabalhadores continuaram na procura de estratégias reivindicativas. Foi um período de grande agitação social e rica em histórias locais.

Desde o início do século XX, a SABMA/MASA rentabilizou as minas de Aljustrel essencialmente através do aproveitamento do enxofre contido na pirite, utilizado na produção do ácido sulfúrico destinado à florescente indústria de adubos em Portugal (sector dominado pela CUF – Barreiro, Amoníaco Português – Estarreja e Sapec – Setúbal) e na Europa. As cinzas de pirite eram tratadas na CUF, das quais se extraiam cobre, zinco, prata e ouro.

Com a concorrência do enxofre elementar, a MASA previu o declínio do ciclo do ácido sulfúrico para a pirite, e não querendo arriscar avultados investimentos no aproveitamento dos metais não ferrosos contidos no minério através de novas tecnologias a implementar, que futuramente sustentariam a sua exploração, vendem a concessão e todo o património mineiro à empresa *Pirites Alentejanas, SARL* (PA), constituída em 20 de Julho de 1973, em que o Estado português participa com 45%, a CUF com 45% e a empresa belga/luxemburguesa *Sogemindus* com 10%[23]. Os belgas mantêm, no entanto, a direcção técnica e o controle da exportação através daquela sociedade, pertencente

22 FONSECA, Inês – *Trabalho, Identidade e Memórias em Aljustrel*. Lisboa: 100 Luz, 2007, p.383.

23 ALVES, Helena; MARTINS, Artur – *ALJUSTREL, um olhar sobre as minas e as gentes no século XX*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, Julho de 2005, p.38.

ao seu anterior e principal accionista belga. Com a nacionalização da CUF, ocorrida em 10 de Julho de 1975, o Estado passa a deter 90 % do capital de PA.

A estratégia da criação daquela empresa mineira, com capital maioritariamente português, assentava num plano de desenvolvimento do País, tornando-o autónomo em sectores fundamentais como a energia e a transformação de matérias-primas, construindo para esse efeito, no início da década de 1970, o complexo portuário-industrial de Sines, prevendo-se concentrar ali o tratamento das pirites alentejanas.

É nessa perspectiva, que em 1976 é criado o organismo estatal – *Comissão do Programa das Pirites* (CPP), encarregada de coordenar e desenvolver o *Plano de Aproveitamento Integrado das Pirites* (P.A.I.P.). Entretanto também é criada, em 1979, a *holding* estatal *Empresa Mineira e Metalúrgica do Alentejo*, E.P. (EMMA), que passa a ser detentora de 90% do capital de PA e a ser responsável pela implementação do PAIP, nas suas mais diversas vertentes. Esta *holding* irá sofrer sucessivas alterações estatutárias: *Empresa de Desenvolvimento Mineiro do Alentejo*, EP (1982) – EDMA, *Empresa de Desenvolvimento Mineiro*, EP – EDM, EP (1986) e EDM,SA (1989). Esta evolução da *holding* reflecte as alterações que o projecto de valorização das pirites complexas de Aljustrel vai sofrendo, passando de um ambicioso PAIP, que previa a produção dos metais não ferrosos, enxofre, ácido sulfúrico e *pellets* de ferro para a siderurgia, e ainda um complexo metalúrgico a instalar em Sines, para um projecto mais restritivo – *Projecto de Produção de Concentrados* – PPC (1986), que visava apenas a produção de concentrados de cobre, chumbo e zinco.

Ainda no âmbito do PAIP é construída em Aljustrel uma Lavaria Piloto, inaugurada no final de 1982, unidade que irá servir para os ensaios de produção de concentrados à escala semi-industrial e para o dimensionamento da futura Lavaria Industrial. Assim, no início da década de 1990 é lançado o PPC, onde são investidos pelo Estado Português 18 milhões de contos (90 milhões de euros), nomeadamente na construção da Lavaria Industrial[24] e em infra-estruturas mineiras.

Devido a vicissitudes de vária ordem, nomeadamente tecnológicas, de deficiente reconhecimento dos jazigos e sobretudo por razões conjunturais que provocaram a

24 Lavaria Industrial foi oficialmente inaugurada a 10 de Setembro de 1991, tendo sido ampliada e modernizada em 2004 pela *Eurozinc Mining Coroporation*. Actualmente, é o local onde se processa a actividade industrial após a extracção do minério.

recessão da cotação dos metais, aquele projecto acabou por falhar economicamente, provocando a suspensão da lavra mineira em maio de 1993, entrando a empresa num longo processo, entregue a um administrador judicial. Este processo complicado passou sucessivamente por um período de "Lay-off"[25], formação profissional, reformas antecipadas, rescisões amigáveis de pessoal e complicadas renegociações com os credores da empresa.

Em 2001 as minas foram adquiridas pela empresa canadiana *EuroZinc Mining Corporation*, que depois de uma reavaliação da viabilidade da exploração, apresentou em Maio de 2006 o *Projecto de Retoma da Produção de Aljustrel*, assinando um contrato de investimento com a API. Em Outubro dá-se a fusão entre esta empresa canadiana e a sueca *Lunding Mining* e no final do ano começam os trabalhos de desenvolvimento da Mina de Feitais. Em Dezembro de 2007 a lavaria industrial inicia o tratamento do minério de zinco da mina do Moinho e em Maio de 2008 comemora-se oficialmente o arranque da produção.

Entretanto, em Fevereiro de 2009, a *Lunding Mining* desinteressa-se da exploração e vende a concessão das minas de Aljustrel à empresa portuguesa *I'M Mining SGPS*, pertencente aos Irmãos Martins, passando a empresa Pirites Alentejanas, S.A. a ter uma nova designação: *Almina – Minas do Alentejo, S.A*. Presentemente, a empresa encontra-se em plena laboração, produzindo concentrado de cobre a partir da pirite extraído dos jazigos do Moinho e de Feitais e assegura a manutenção, directa e indirectamente, de cerca de 700 postos de trabalho. Futuramente, prevê-se a exploração de uma nova mina jazigo do Gavião, localizada a 2 km a norte da lavaria industrial. Existe ainda por explorar o jazigo da Estação, situado na periferia este de Aljustrel.

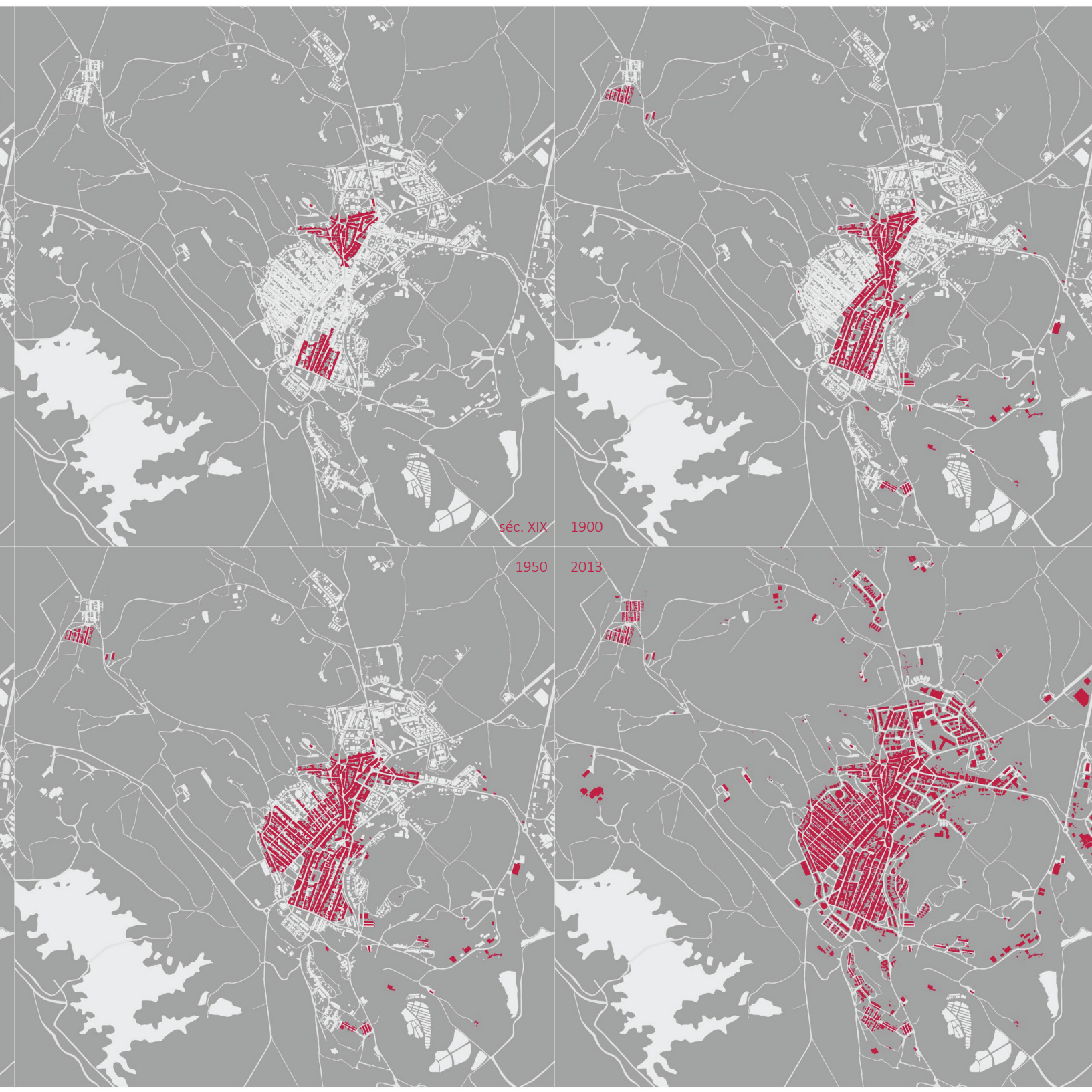
25 Dos 422 empregados que a empresa tinha no final de 1992 só restavam 98 em 1998.


séc. XI


séc. XV


séc. XVI


séc. XVIII


séc. XIX
1900
1950
2013

1.3 EVOLUÇÃO URBANA

A primeira ocupação de Aljustrel regista-se durante a ocupação neolítica, tendo sido encontrados vestígios de Castros[1]. Inicialmente no Cerro do Castelo e depois no Cerro da Mangancha, pela sua proximidade às minas. Estes locais são considerados *Sítios de Interesse Público*, desde 1992 e 2011, respectivamente.

Durante o período romano, a área de povoamento vai deslocar-se cerca de um quilómetro a sudeste do povoamento inicial, nas imediações da mina de Algares. Onde o povoado se estabeleceu e denominou por *Vipasca*. Crê-se, a partir dos vestígios encontrados, que neste local terá existido um fórum, termas, uma escola e oficina[2]. No Cerro do Castelo, pelo seu domínio visual, foi implantada uma fortificação com o propósito de vigiar o transporte do minério.

A ocupação islâmica, no século XI, diferencia-se de todas as outras, por ter sido a única em que não há registo de actividade mineira. Durante este período o núcleo urbano de *Vipasca* ficará despovoado, concentrando a população no interior do Castelo Árabe. *"Os muçulmanos construíram aí um castelo de taipa militar que durou até ao séc. XIV."*[3].

Durante a reconquista, o Castelo de Aljustrel torna-se um importante ponto estratégico, pois inicialmente define a fronteira árabe e depois marca o limite do território reconquistado. A vila começa a desenvolver-se a partir do Castelo em direcção ao vale, na vertente mais abrigada, para sudeste.

Após este período, a Ordem de Santiago construiu junto ao Castelo, que entretanto se torna obsoleto devido à consolidação das fronteiras, a Ermida de Nossa Senhora do Castelo. Implantada num ermo, com 247 metros de altitude, a Ermida domina toda a zona envolvente, sendo na actualidade o principal ponto turístico da vila. A Igreja é circundada por um terreiro empedrado e um murete, com bancos incorporados, que

1 ALVES, Helena; COSTA, Teresa; MARTINS, Artur- *2000 anos de Mineração em Aljustrel*. Aljustrel: Museu Municipal de Aljustrel, 2003, p.59.

2 COELHO, Alda; COELHO, Ana; MARQUES, Catarina; OLIVEIRA, Margarida; GOMES, Samuel – *Vila de Aljustrel*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto no âmbito da unidade curricular de História da Arquitectura Portuguesa, 2006, p. 6.

3 ALVES, Helena; COSTA, Teresa; MARTINS, Artur- *2000 anos de Mineração em Aljustrel*. Aljustrel: Museu Municipal de Aljustrel, 2003, p.59.

comunica com a vila através de um arco rematado por volutas, que enquadram a sineira, e um amplo escadório, com vários patamares. Do castelo, actualmente, só podemos encontrar vestígios de troços das fundações em alvenaria de pedra e de muralhas de taipa.

Nos séculos XV e XVI, Aljustrel cresce condicionada pela geografia do terreno, desenvolvendo-se a partir da encosta do Castelo, em torno da Igreja Matriz, de que há registo desde 1478. O tecido urbano cresce no sentido norte-sul, em direcção da mina de Algares, onde se encontrava um povoado de origem mineira, a Aldeia das Magras, da qual há notícia desde 1448.

Em 1720, ano em que surgem as primeiras informações cartográficas, verifica-se que a vila se organiza sobre dois eixos de expansão. O mais antigo, a Rua do Paço (actualmente Rua S. João de Deus), desce o Cerro do Castelo, sendo uma das ruas com maior declive do centro histórico e onde se concentram os edifícios de interesse público, como os antigos Paços do Concelho, a Casa do Comendador e a Igreja Matriz. Contudo, é sobre o outro eixo, com orientação norte-sul, que Aljustrel se vai desenvolver. Seguindo a linha do vale, a Aldeia das Magras vai-se expandindo em direcção ao centro histórico e simultaneamente a vila cresce em direcção à sua principal actividade, as minas. Gerando uma nova malha de ruas paralelas com pequenas vias perpendiculares que dividem os quarteirões, adquirindo uma configuração regular.

No final do último quartel do século XIX, o número de habitantes em Aljustrel duplica, devido à exploração das minas pela empresa *Transtagana*. Decorre assim a maior expansão urbana verificada até então, resultando na união da vila com a Aldeia das Magras. O resultado desta junção é uma zona de transição de malha menos regular, devido à adaptação de duas manchas em crescimento. Porém, é neste período que surgem as primeiras infra-estruturas necessárias à actividade mineira, devido à posição dos recursos geológicos longe do centro urbano.

Durante o século XX, a relevância das minas evidencia-se através da construção de uma importante via de circulação, a Estrada da Circunvalação[4], que faz a ligação entre a mina de Algares e a mina de São João do Deserto, atravessando o Rossio da Feira. Actual-

4 COELHO, Alda; COELHO, Ana; MARQUES, Catarina; OLIVEIRA, Margarida; GOMES, Samuel – *Vila de Aljustrel*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto no âmbito da unidade curricular de História da Arquitectura Portuguesa, 2006, p. 18.



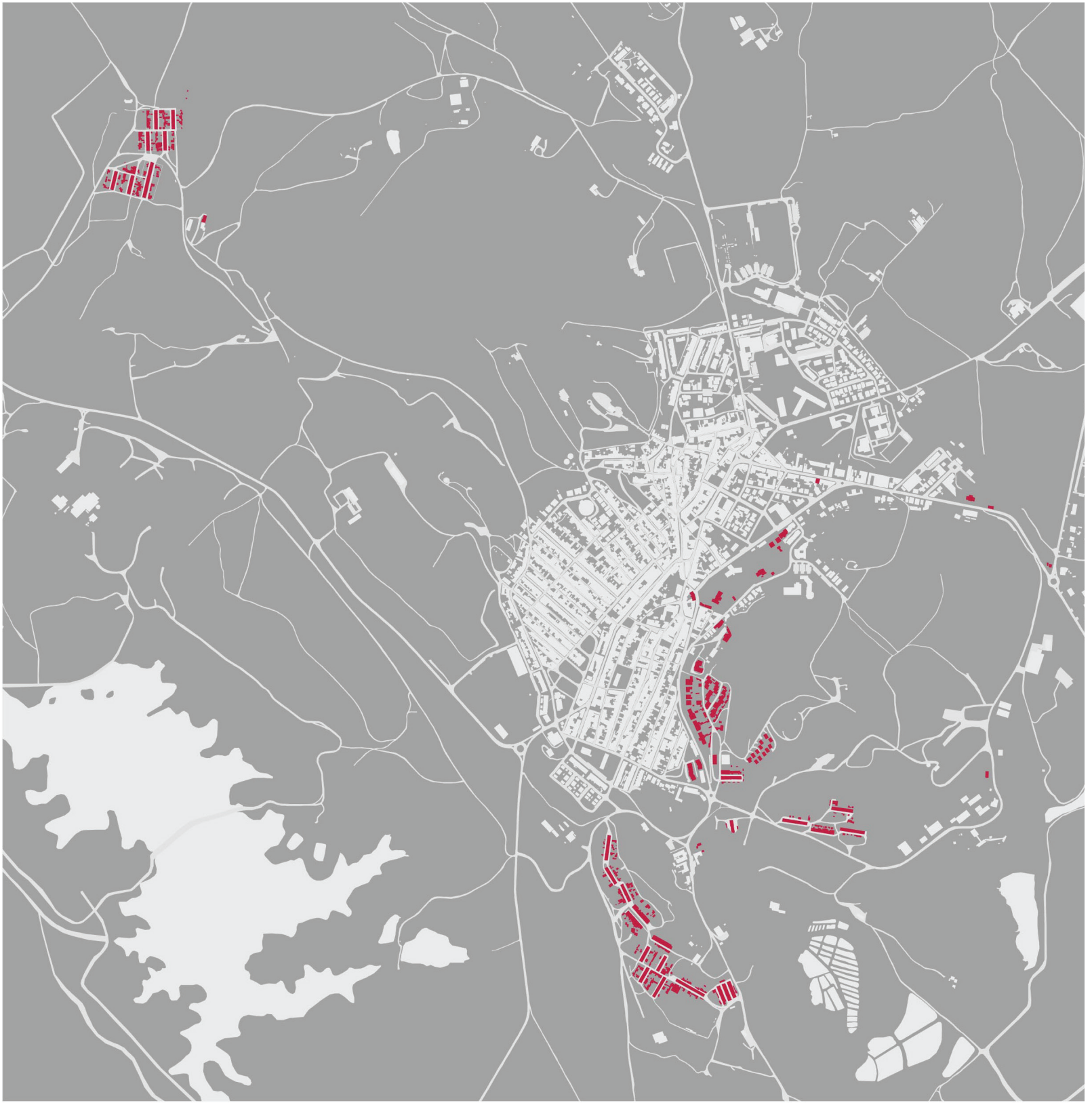
panorâmica de Aljustrel,
auto desconhecido, 1940

mente, esta via é denominada por Rua de Santa Bárbara, a padroeira dos mineiros. Com o surgimento de novas vias de ligação entre as minas e a malha urbana, os eixos no interior da vila perdem importância e as funções aqui concentradas tendem a deslocalizar-se.

Entre 1910 e 1930, surgem duas expansões. Um delas encontra-se entre a malha urbana existente da vila e a recente Estrada da Circunvalação. Entre estes dois eixos surge um tecido ortogonal de ruas paralelas alternando de importância, entre principais e traseiras, ou seja, ruas e travessas[5]. Totalmente de uso habitacional, esta expansão tem uma relação directa entre a direcção das ruas e o declive do terreno onde são traçadas. A outra expansão, a este do centro histórico, é de carácter industrial.

Simultaneamente, verifica-se uma densificação do centro da vila, traduzindo-se na construção em terreiros associados à Igreja Matriz. Assim, Aljustrel cresce ao longo dos séculos, ao ritmo da exploração mineira. Sendo que o maior crescimento de tecido urbano corresponde ao período de maior incremento nos trabalhos da mineração.

5 Geralmente as residências tinham as entradas principais viradas para as ruas e as portas dos quintais para as travessas ou "atravessas", como eram popularmente designadas. As ruas eram calcetadas e as travessas não tinham qualquer tipo de pavimento.



2. HABITAÇÕES DA SABMA | MASA

Aljustrel é marcada pela Indústria Mineira, devendo-lhe tanto a sua origem como o seu crescimento. O período de maior desenvolvimento do tecido urbano corresponde à época de maior incremento nos trabalhos de mineração de que há registo na vila, o século XX.

Em 1898, as minas de Aljustrel são adquiridas por uma companhia simultaneamente belga e portuguesa, a *Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel*, que tinha a sua sede em Antuérpia. Esta sociedade dinamizou de tal forma o funcionamento das minas que a população da vila aumenta exponencialmente. A empresa adquire terrenos com o objectivo de garantir que todos os funcionários tivessem a sua residência, independentemente do cargo que desempenhavam. Grande parte destes terrenos era rural, longe do centro urbano, devido à localização dos recursos geológicos.

Simultaneamente à construção dos edifícios industriais e de rede viária (rodoviária e ferroviária) indispensável, a SABMA/MASA edificou conjuntos habitacionais capazes de albergar o aumento efectivo de trabalhadores permanentes. Contudo, a planificação dos povoados obedecia a uma tipologia comum que se adequava à escala hierárquica, ou seja, a função que os trabalhadores ocupavam na companhia definia a localização e a tipologia de residência a que tinham direito.

Como tal, dividi a totalidade de residências criadas pela empresa, classificando-as consoante a classe de funcionárias que as habitavam: os bairros operários mineiros; as residências dos empregados; as habitações dos técnicos; as casas dos administradores; mas também as casas de hóspedes, destinadas a visitantes ou estagiários da companhia; e as residências autónomas, de pessoas que não trabalhavam para a Sociedade, mas influentes na vila, como o padre, o notário, o comandante do posto da GNR ou o delegado de saúde. Contudo, a par da hierarquia socioprofissional, também se estruturava tendo em conta a hierarquia civil, isto é, separando o tipo de alojamento dado às famílias do facultado aos solteiros, conforme as regras da sociedade da época.

Porém, a presença de estrangeiros, ocupando cargos relevantes na companhia, também marcou a construção das residências, através da introdução de características



bairro operário mineiro, Vale d'Oca, Aljustrel
auto desconhecido, 1952

que reflectiam as tradições dos seus países de origem. As primeiras edificações destinadas aos funcionários belgas[1], e actualmente destruídas, nas imediações da mina de São João do Deserto, tinham particularidades que as aproximavam das residências tradicionais das suas regiões natais. O mesmo sucedia com o Bairro dos Suecos, junto à mina de Algares, construído em 1988 para um grupo de técnicos originários deste país nórdico, composto por um conjunto de moradias pré-fabricadas em madeira, inspiradas provavelmente na arquitectura tradicional sueca, onde não faltava um clube de convívio, equipado com sala de jogos e sauna.

1 Fotografia das residências em anexo.



2.1 BAIRROS OPERÁRIOS MINEIROS

Na indústria mineira a mão-de-obra é essencial, sendo indispensável a construção de pólos habitacionais nas proximidades dos jazigos da mina de Algares e da mina de São João do Deserto, ou seja, "à boca dos poços". Essa necessidade foi colmatada pela *Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel*, edificando cinco bairros exclusivamente mineiros: Plano, Algares, Vale d'Oca, São João do Deserto, e Trituração.

A Aldeia das Magras é o primeiro bairro mineiro de configuração regular em Aljustrel, cujas primeiras referências datam do século XV, pela sua proximidade maior da mina de Algares. *"A aldeia (não sei porque motivo denominavam assim o bairro operário), estende-se para o sul da villa em seis longas bichas, algo sinuosas, que são outras tantas filas de casas, eguaes, pequenas, apertadas, como que amparando-se na sua mutua fraqueza de gente pobre."*[1]. Algumas das características aqui presentes repetem-se nos bairros operários mineiros criados pela SABMA/MASA, no século XX, sendo possível determinar que foi usada a mesma lógica, mantendo-se a mesma dinâmica de utilização. Apresentam-se com uma frente de rua perfeitamente definida por construção densificada e, paralelamente, uma rua traseira de acesso a quintais ou construções volumetricamente menos expressivas. Inicialmente, os bairros mineiros eram denominados por "Quartéis"[2], pelas semelhanças com os quartéis militares e características comunitárias. O modelo é composto por baterias de casas gerando extensas bandas habitacionais, configuração comum no contexto mineiro. Contudo, existia uma hierarquia dentro destes conjuntos. As casas que se situavam nos topos das bandas, com maior área, eram reservadas para os encarregados – mineiros responsáveis por supervisionar os colegas, durante e após o horário de trabalho.

O Bairro do Plano é o bairro mais antigo criado pela SABMA e o mais próximo das infra-estruturas industriais, sendo inicialmente denominado por "Bairro do Plano Incli-

1 Excerto do texto GOUVEIA, João – *As Minas de Aljustrel*. Serões, p. 314, Novembro 1907.

2 É possível encontrar vários documentos oficiais em que se faz referência a esta denominação, tal como o Registo de Casamento, em anexo, do empregado do Laboratório Químico da SABMA, Francisco Rasquinho com Victoria Valente Rasquinho, onde podemos ler "(…) no ano de mil novecentos e quarenta, numa casa dos Quartéis de Vale de Oca, na freguesia e concelho de Aljustrel (…)".



bairro de Vale d'Oca e bairro do Plano, Aljustrel
António cunha, sem data (posterior a 1970)

nado", porque fica situado no topo de um terreno inclinado. É constituído por quatro bandas habitacionais, edificadas em períodos distintos. Inicialmente, o bairro tinha apenas 19 fogos, sendo constituído por uma banda de residências e dois pequenos blocos, construídos no início do século XX. As bandas mais recentes são edificadas entre 1972 e 1974, sendo compostas por 33 fogos.

O Bairro de Algares implanta-se nas proximidades da mina que lhe dá nome e é o conjunto mineiro que se encontra mais perto do núcleo urbano, localizando-se a 500 metros do centro da vila. Apesar de ser um bairro operário relativamente pequeno, divide-se pelos conjuntos, Algares de Cima e Algares de Baixo, com 17 e sete fogos, respectivamente.

O Bairro de Vale d´Oca é o maior bairro mineiro de Aljustrel, com 144 fogos, e simultaneamente o mais emblemático. É o conjunto mais a sul do centro urbano, localizando-se nas proximidades da mina de Algares. Deve a sua toponímia à existência de Ocre ou Ocra[3], como é popularmente denominado, neste vale. Este composto extraído do chapéu de ferro de Algares, formava uma terra argilosa corada por óxido de ferro, dando-lhe uma coloração amarela, vermelha ou castanha. As casas eram caiadas com cal e as barras, típicas da arquitectura alentejana, eram feitas com estes pigmentos de Ocas, tendo inclusivamente sido fabricadas tintas pela companhia, durante a Segunda Guerra.

Sucessivamente ampliado pela companhia, o Bairro de Vale d'Oca cresceu em direcção à vila, localizando-se actualmente na periferia do tecido urbano de Aljustrel. Este crescimento deve-se ao contínuo défice habitacional mineiro, gerado pelo incremento da actividade nesta mina. A construção do primeiro conjunto remonta ao início do século XX, actualmente denominado por Vale d'Oca Velho, sendo composto por três bandas, paralelas entre si. Vale d'Oca Novo, foi edificado pouco depois, apesar da datação imprecisa e é definido apenas por uma banda de baterias de casas. O Bairro de Santa Bárbara, inserido em Vale d'Oca, é composto por dez bandas habitacionais, tendo sido construído entre 1951 e 1970.

O Bairro de São João do Deserto situa-se a norte do centro urbano, sendo o bairro mais isolado, implantando-se junto à mina que lhe dá nome. Este bairro foi denominado

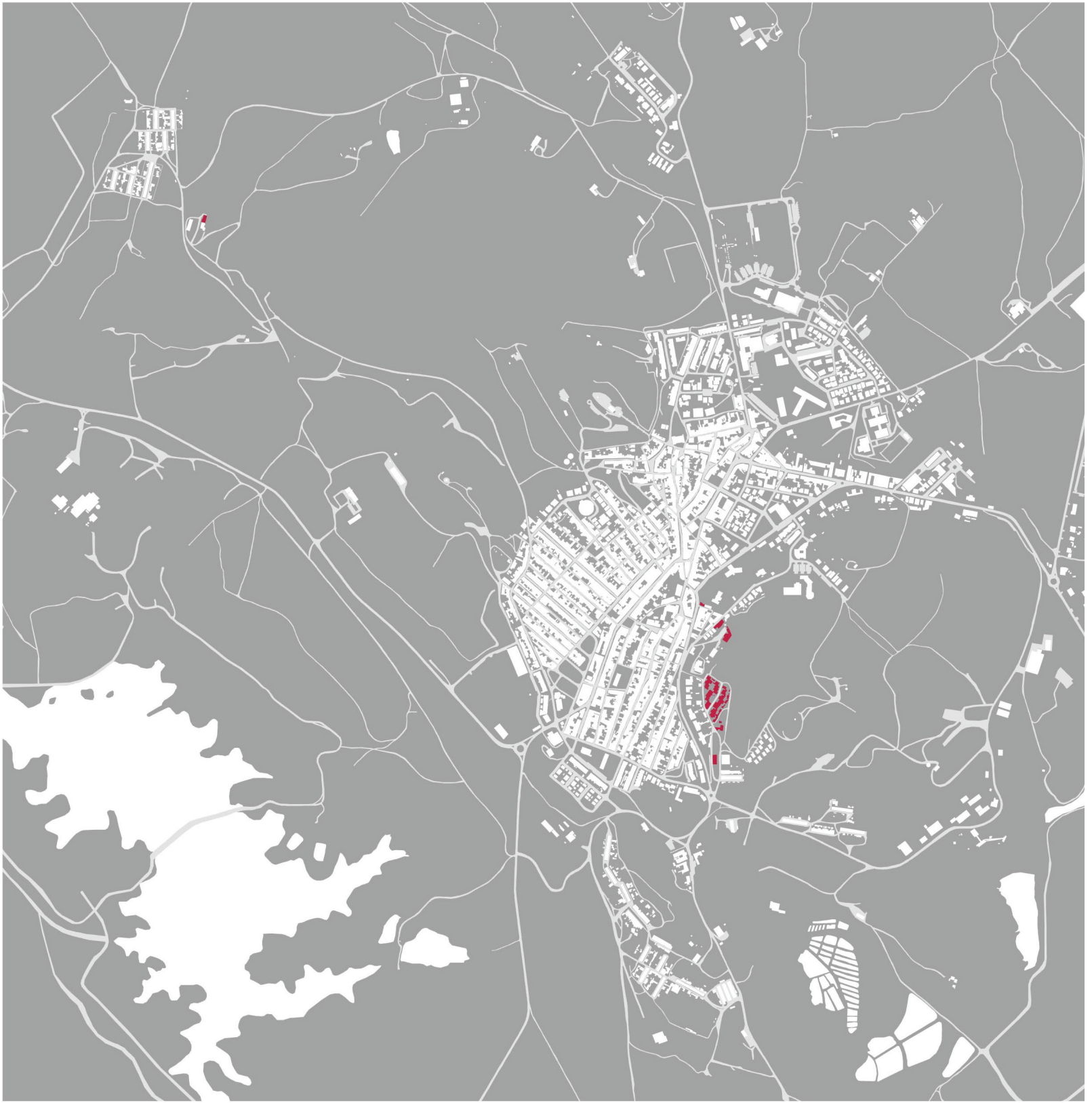
3 ALVES, Helena; MARTINS, Artur – *ALJUSTREL, um olhar sobre as minas e as gentes no século XX*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, Julho de 2005, p.55.

por “Bairro de São João”, mas também por designações muito peculiares como “Focinho de Cão” e “Cú de Lobo”, provavelmente porque António Lobo foi o último dos concessionários particulares das termas de São João. O conjunto é formado por 87 fogos e divide-se por duas fases de construção. A primeira composição remonta ao início do século XX e é constituída por três bandas habitacionais de 47 fogos. As restantes quatro baterias de casas são construídas no final dos anos 50 e acrescentam ao bairro mais 40 fogos.

O Bairro da Trituração era o menor bairro operário mineiro de Aljustrel, erguendo-se a sudeste da vila. Este pequeno núcleo habitacional, constituído apenas por sete casas, foi construído no princípio do século XX e demolido em 2006. A sua toponímia deve-se à proximidade que se encontrava do antigo moinho triturador, mais conhecido por britadeira de Malha-ferro. Os terrenos rurais adquiridos pela SABMA/MASA, para além dos conjuntos habitacionais, eram utilizados como terrenos agrícolas, fazendo parte da estratégia de relativa auto-suficiência dos povoados mineiros e abastecimento dos quadros superiores. Desta forma, era usual que os mineiros e os empregados tivessem direito a parcelas para cultivarem. A planificação urbanística dos bairros mineiros incluía geralmente, para cada unidade, uma pequena horta, de forma a apoiarem a economia doméstica. Visto que as famílias dos mineiros eram numerosas. Contudo, a planificação urbanística dos bairros pretendia que fossem auto-suficientes noutros aspectos. Cada mina tinha a sua contabilidade, administração, marcenaria, ferraria, entre outros serviços, excepto espaços comerciais. Existindo apenas a Cantina, como ainda hoje é denominada, onde todos os funcionários da companhia faziam as suas compras e o valor era directamente descontado dos seus vencimentos.

O período em que os bairros operários mineiros foram edificados foi muito extenso, tendo surgido inovações que alteraram a composição dos conjuntos. Como é exemplo as casas de banho, que só surgem no interior das habitações construídas a partir de 1968. Inicialmente, os sanitários das residências localizavam-se nos quintais, sendo construídos em pequenos anexos pelos próprios mineiros. Era necessário sair de casa e atravessar a rua para se lhes aceder, até porque na maioria dos conjuntos regista-se a existência de ruas de ambos os lados dos blocos, sendo que os quintais de apoio se situam do outro lado dessas ruas. Formando-se dois tipos de quarteirões complementares: das casas e dos quintais.

A construção sucessiva dos bairros operários mineiros estava profundamente relacionada com a actividade produtiva. Os jazigos da mina de Algares e da mina de São João do Deserto foram explorados em períodos diferentes, havendo necessidade de alojar trabalhadores nessas fases. Ou seja, é possível associar a ampliação de um bairro operário com o incremento da actividade mineira nessa zona específica, tal como se previa no plano urbanístico do Bairro de São João do Deserto, em anexo.



2.2 RESIDÊNCIAS DOS EMPREGADOS

Apesar desta classe de trabalhadores não ser considerada parte dos quadros superiores, as residências dos empregados eram relativamente próximas do centro urbano. A sua favorecida localização deve-se essencialmente aos cargos que estes funcionários desempenhavam, pois grande parte trabalhava nas casas dos administradores.

A pequena residência, localizada mais a norte e no centro da vila, trata-se de um reduzido anexo situado na propriedade onde residia o Director[1] da SABMA/MASA com a sua família, a Casa da Horta do Poço d'Além. Este anexo, construído em 1940, era residência do empregado que executava a função de jardineiro/porteiro da casa principal.

Nas proximidades da Casa da Horta do Poço d'Além, encontra-se um conjunto residencial para empregados, denominado por Bairro da Quadra[2]. Construído nos anos de 1930, é composto inicialmente por apenas quatro pequenas habitações, sendo acrescentadas ao conjunto mais três casas em 1940. Os empregados que residiam neste bairro exerciam funções muito específicas, sendo motoristas dos administradores ou do Serviço de Transporte, trabalhando na manutenção dos carros que trabalhavam à superfície, devido à proximidade que se encontravam da garagem da Sociedade.

O maior complexo residencial desta classe de trabalhadores é o Bairro do Malpique, localizado no cerro que lhe dá nome. O conjunto foi construído no início da década de 1980 e é composto por 27 habitações unifamiliares, sendo dirigido para os quadros de jovens solteiros. O plano urbanístico criado pela SABMA/MASA previa a construção de mais fogos e um conjunto muito mais regular do que aquele que foi alcançado.

O único conjunto de habitação colectiva criado pela companhia pertence à ca-

1 Director era a figura com maior autoridade residente em Aljustrel, pois representava e recebia ordens da Administração, que estava na Bélgica ou em Lisboa. Nos anos 50, aparece a figura do Director Técnico, embora continuasse a existir o Director Geral. Só já sob a gestão portuguesa é que a Casa da Horta ou do Director é que passou a ser a residência da Administração ou do Presidente do Conselho de Administração.

2 A toponímia "Quadra" tem vários significados, mas neste caso é um termo que vem do provincianismo alentejano, que significa "cavalariça". No início do século XX, existia neste lugar uma cavalariça da força militar e da mina, uma vacaria, um hangar de palha e um forno comunitário (fotografia em anexo). Contudo, a referência à Quadra mantém-se até à actualidade.



residência do bairro da Quadra, Aljustrel
2013

tegoria dos empregados e encarregados localiza-se na Avenida de Algares. O edifício, construído no início do século XX, era originalmente de carácter industrial e o local onde se moíam cereais. Actualmente, é conhecido como o conjunto da Moagem, apesar de grande parte das pessoas não ter conhecimento da razão da sua denominação. A infra--estrutura foi reabilitada em 1954, resultando num complexo com três andares e nove fogos, tratando-se de um pequeno falanstério, apesar do sistema político da época considerar o modelo subversivo, por ter um carácter cooperativista.



2.3 HABITAÇÃO DE TÉCNICOS SUPERIORES

A SABMA/MASA edificou residências para uma parte considerável de trabalhadores, independentemente do cargo que desempenhassem na companhia. Inicialmente, as únicas residências reservadas aos técnicos superiores localizavam-se a este do centro urbano e relativamente distantes das minas, mas, ainda assim, próximas do Ramal Ferroviário de Aljustrel. Compostas apenas por duas moradias geminadas, edificadas em 1943.

A sociedade adquiriu muitos terrenos rurais no início do século XX. Contudo, a vila cresceu rapidamente e os terrenos, outrora agrestes, tornaram-se alvo de especulação. A Câmara Municipal acordou com a empresa *Pirites Alentejanas* (PA) que em troca do terreno, construiria dois conjuntos residenciais, que correspondiam a duas fases de projecto. A primeira era constituída por 11 habitações unifamiliares de dois pisos, confluindo na Avenida Primeiro de Maio e o segundo era formado por dois blocos habitação social, compostos por 16 apartamentos, situado nas traseiras do primeiro. O primeiro conjunto foi construído entre 1980 e 1984, tendo sido doados pela autarquia quatro dessas residências para os técnicos superiores da Sociedade habitarem. O segundo conjunto foi edificado em 1990.

Também situadas na Avenida Primeiro de Maio[1] e em frente à Praça da Resistência, localizam-se duas moradias unifamiliares das PA, construídas em 1967 e que só vieram a ser ocupadas por quadros da empresa em 1973.

A partir do século XIX começa a notar-se a presença de estrangeiros a trabalhar nas minas, marcando a construção dos bairros conferindo-lhes características arquitectónicas dos países de origem. Exemplo disto é o aldeamento provisório do Malpique, implantado no cerro que lhe dá nome e nas proximidades da mina de Algares. O conjunto foi construído em 1988 e é vulgarmente conhecido pelo Bairro dos Suecos, tratando-se de doze moradias unifamiliares, pré-fabricadas em madeira, com características vulgar-

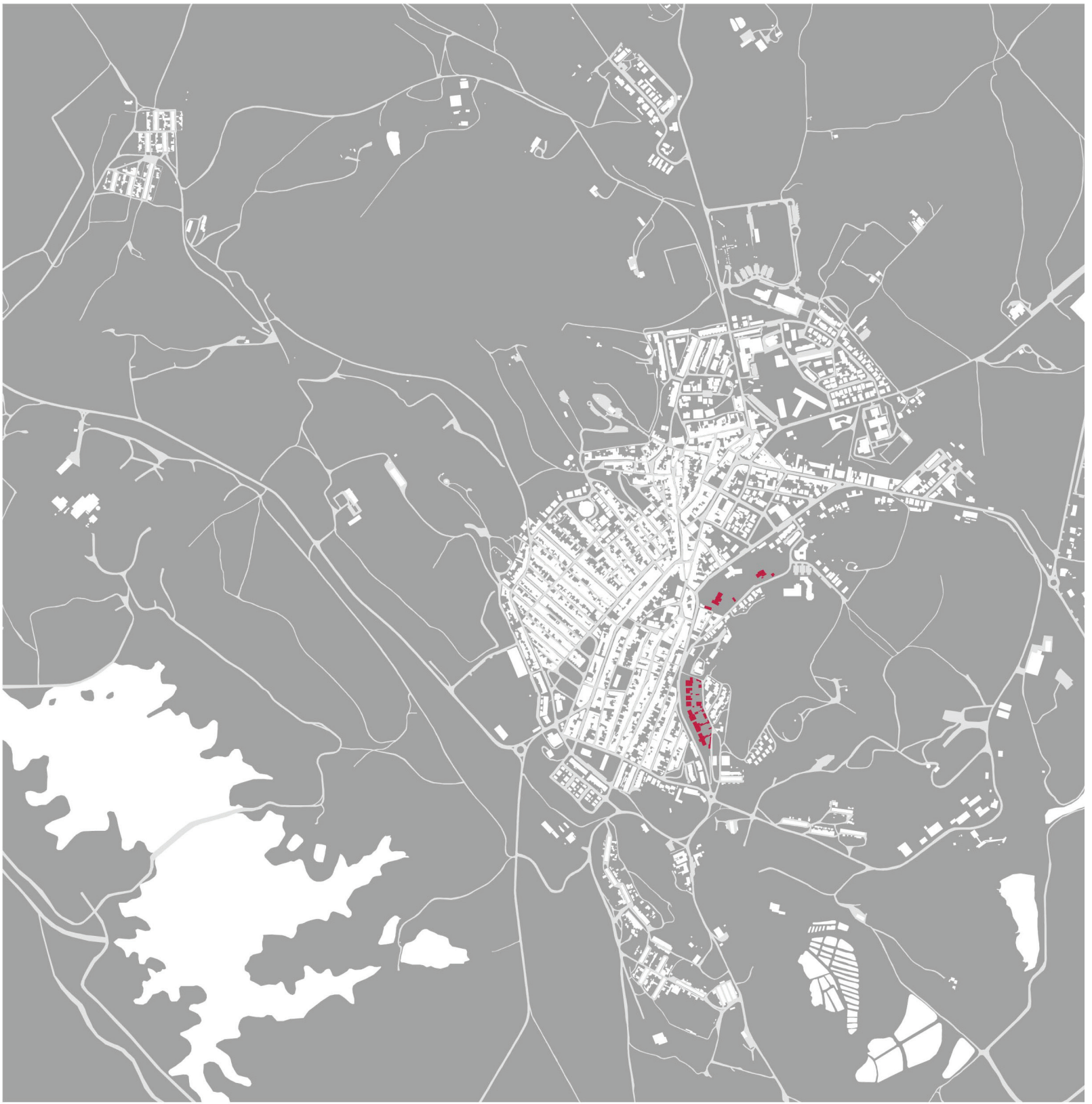
1 Os arruamentos de Aljustrel sofreram uma grande reestruturação toponímica após a Revolução dos Cravos, à semelhança de outras localidades. A Avenida Primeiro de Maio era denominada por Avenida António Oliveira de Salazar e a Avenida 25 de Abril era designada por Avenida 28 de Maio, fazendo referência ao Golpe de 28 de Maio de 1926 que conduziu à Constituição Política da República Portuguesa de 1933, que vigorou até 1974.



bairro dos suecos, Aljustrel
2013

mente associadas à arquitectura tradicional sueca. Este complexo provisório, preservado até à actualidade para a mesma classe trabalhadora, serviu para albergar engenheiros suecos especializados do empreiteiro a quem foi adjudicado a execução do PPC, nomeadamente na construção da Lavaria Industrial e novas infra-estruturas mineiras.

As residências mais recentes, criadas pela concessionária Pirites Alentejanas, foram edificadas entre 1989 e 1991. O conjunto de onze casas foi projectado pelos Arquitectos Pedro da Cunha Paredes e Jorge Costa, sendo dos poucos projectos "de autor" que podemos encontrar em Aljustrel. O complexo, que estilisticamente se pode categorizar como "pós-moderno", teve uma enorme receptividade por parte da empresa. No entanto, a comunidade local, mais conservadora, reagiu com alguma "estupefacção" ou estranheza, por o seu desenho romper com a configuração habitual destes conjuntos, mais conforme à imagem da "típica arquitectura alentejana". O facto reflecte-se nas diversas "alcunhas" que o conjunto recebeu, como Pintarolas, Lápis de Cor, Benettons, entre outros.



2.4 CASA DOS ADMINISTRADORES

A primeira residência da administração da SABMA ergue-se nas proximidades da mina de São João do Deserto, levando a crer, que no final do século XIX grande da extracção de minério provinha desse jazigo. Os administradores eram, inicialmente, sobretudo belgas, apesar de existirem alguns portugueses.

Quando a Sociedade se constituiu, em 1898, adquiriu ao *Banco Fonseca Santos e Vianna* todo o seu património, como equipamentos industriais, prédios urbanos e rústicos, onde se incluía a quinta da Horta. Posteriormente, a Companhia comprou outros terrenos adjacentes a esta propriedade, onde edificou a Casa da Administração, a Casa da Horta da Palmeira ou Casa da Horta A. Trata-se da maior habitação criada pela SABMA e existente na vila. Com cerca de nove mil metros quadrados, a propriedade possui a casa da administração, com aproximadamente 900 metros quadrados, casa para o jardineiro/porteiro, garagens, auditório, oratório, piscina, court de ténis e um poço[1] com acesso exterior para a população.

Adjacentemente, localiza-se a Casa da Horta da Luz ou Casa da Horta B, construída em 1950, com cerca de dez mil metros quadrados. Esta residência foi edificada propositadamente para alojar o Engenheiro Robert Van Vliet, director belga, e a sua família, que chegou a Aljustrel entre 1950 e 1951. Após a revolução de 1974, em Março de 1975, a propriedade foi invadida e ocupada pela população, transformando a residência no actual Lar de Idosos de Aljustrel, em 1977, e o respectivo logradouro no Jardim 25 de Abril, aberto a toda a comunidade. Em 1988, parte da propriedade, entre as Casas da Horta A e B, foi ainda cedida para a construção do Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel.

Contudo, para além das residências a companhia também criou um importante arruamento, a Avenida de Algares, de forma a ligar a Casa da Administração à mina de Algares. Neste eixo implanta-se a maioria das residências dos quadros superiores, dez moradias unifamiliares, grande parte geminadas, construídas no início do século XX e remodeladas ou reconstruídas n a segunda metade.

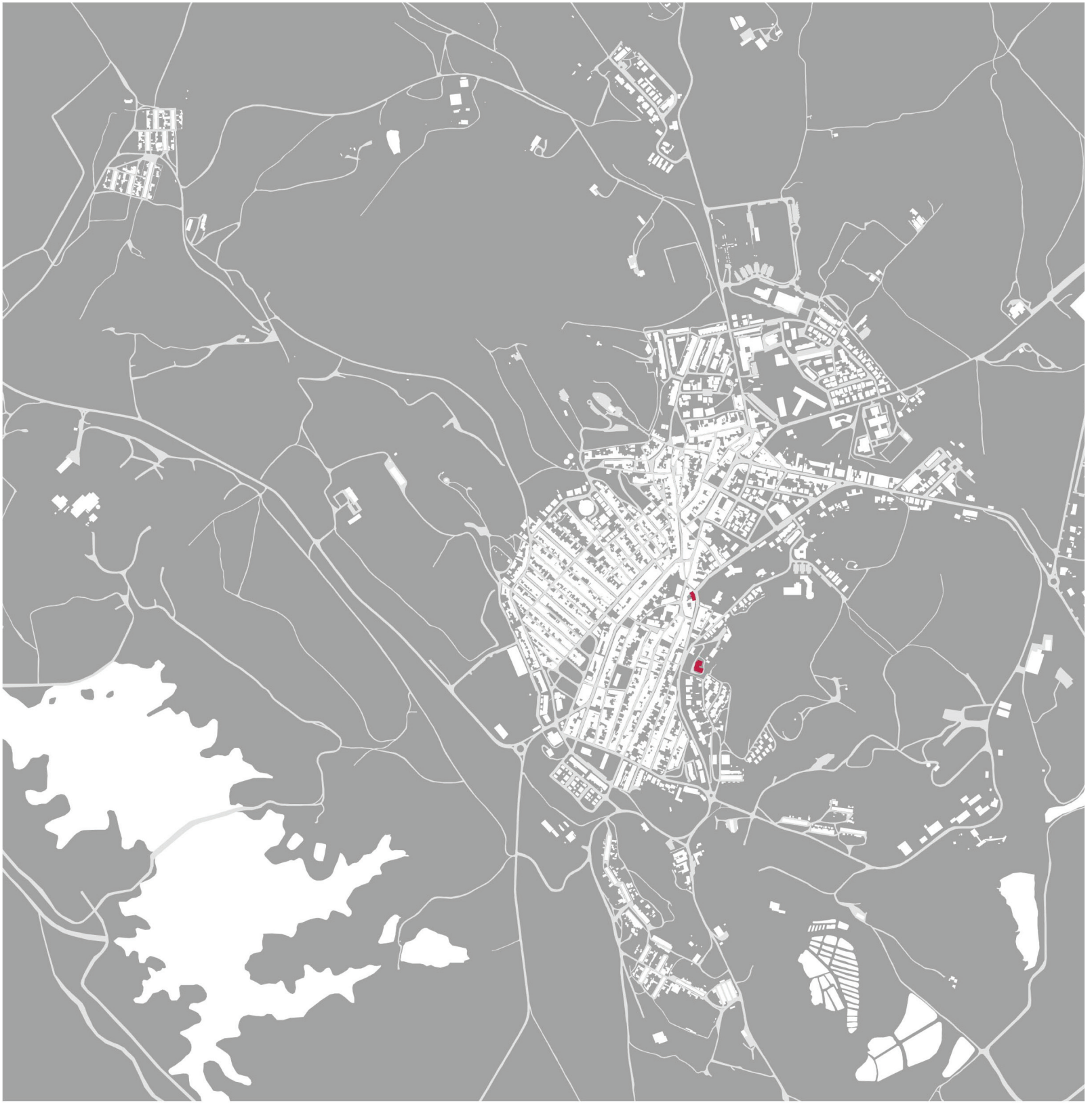
1 Denominado por Poço d'Além e anterior à Casa da Administração.



casa da Horta A, Aljustrel
2013

O vocábulo Algares é de origem árabe e significa covas, fazendo referência aos buracos que este povo encontrou na respectiva mina, após a extracção realizada pelos romanos. Assim como existe a Serra de Algares a seis km de Grândola. Porém, esta não foi a única toponímia relacionada com as minas deixada pelos árabes. Almada deriva do árabe Almadan[2], que significa mina de ouro.

2 CAMPOS, Jorge de – *As Minas na Toponímia de Portugal*. Lisboa: Edição do Autor, 1944.



2.5 CASAS DE HÓSPEDES

As casas de hóspedes são uma tipologia pouco comum neste contexto, até porque não havia necessidade de alojamento temporário. A SABMA/MASA criava residências para os seus quadros viverem permanentemente e a longo prazo, não fazendo sentido construir alojamentos temporários.

Contudo, podemos encontrar uma casa de hóspedes junto à Casa da Horta A, mais precisamente, em frente ao Poço d'Além, a Casa Baptista. Tem essa designação porque pertenceu ao Sr. Luís António Baptista até à primeira metade do século XX, ou seja, não foi edificada pela Sociedade. Contudo, a urgente necessidade de hospedar estagiários levou a Companhia a adquirir a residência e realizar obras de reabilitação e restauro em 1954. Porém, a denominação inicial mantém-se até à actualidade.

No final da década de 1960, foi construída na Avenida de Algares, entre as residências dos quadros superiores e o Bairro da Quadra, uma residência para o Director Técnico inglês, o Eng. Henry Chapman. Posteriormente, com o incremento da actividade mineira e o crescimento da companhia, surgiu a necessidade de possuir uma verdadeira casa de hóspedes, de forma a alojar devidamente as pessoas que visitavam a mina ou que vinham trabalhar temporariamente. Nos anos de 1980, residência sofreu obras de reabilitação de forma a ter a configuração necessária a uma casa de hóspedes, tendo sido reestruturada e composta por várias suites. Actualmente, é a casa da Administração da *Almina – Minas do Alentejo, S.A*.



2.6 RESIDÊNCIAS AUTÓNOMAS

Para além das residências criadas para os funcionários, a SABMA/MASA também garantia habitação a figuras relevantes da vila, ou seja, personalidades influentes em Aljustrel. Esta prática, que podemos classificar igualmente de *paternalista*, era uma forma da Companhia exercer a sua influência junto à sociedade civil. Deste modo, construía ou comprava propositadamente residências para pessoas que não trabalhavam para a Sociedade, como o padre, o notário, o comandante do posto da GNR ou o delegado de saúde.

O Ramal Aljustrel foi inaugurado a 2 de Junho de 1929. Tanto a Estação e como o seu respectivo Armazém foram edificados pela companhia, não sendo gerido pela Rede Ferroviária Nacional. Como tal, os funcionários do Ramal viviam nas residências também construídas pela sociedade, em 1940, implantadas a este do centro urbano, na Estrada Nacional 261, e junto ao posto de trabalho.

Na Rua de Olivença, que converge da Estrada Nacional 261, residia o pároco de Aljustrel[1], uma das figuras mais influentes na comunidade. A habitação foi edificada em 1954, porém, não existindo informação se foi construída ou adquirida pela empresa.

Na mina de Algares, principal ponto de extracção de minério durante o século XX, localizam-se grande parte das residências criadas pela SABMA/MASA. Todavia, havia funcionários que se destacavam, pelos cargos singulares que ocupavam, como o Corpo de Polícia Privativo que a Companhia dispunha desde o início do século XX. Tratavam-se de guardas PSP, que envergavam o mesmo fardamento, eram comandados por um chefe ou subchefe, e eram para ali destacados, passando a ser renumerados pela Sociedade. O chefe ou subchefe tinham residências equivalentes a um quadro médio. Enquanto o corpo da polícia tinha um quartel, junto aos Escritórios Centrais, edificado em 1959, onde pernoitavam quando estavam de serviço, visto que trabalhavam por turnos e rondas pelas instalações e terrenos da mina. Todos os agentes tinham direito a residências para as suas famílias e ficavam nos bairros mineiros, como convinha.

Apesar da Polícia Privativa ter jurisdição apenas sobre o património da empresa, agiam como autoridades policiais junto de toda a população. Esta prática devia-se ao

1 Só moraram nesta residência dois párocos, o Pe. Simões e o Pe. Lobato, a partir de 1960, onde viveu o resto da vida até 1998 e escreveu o Aljustrel –Monografia em 1983.

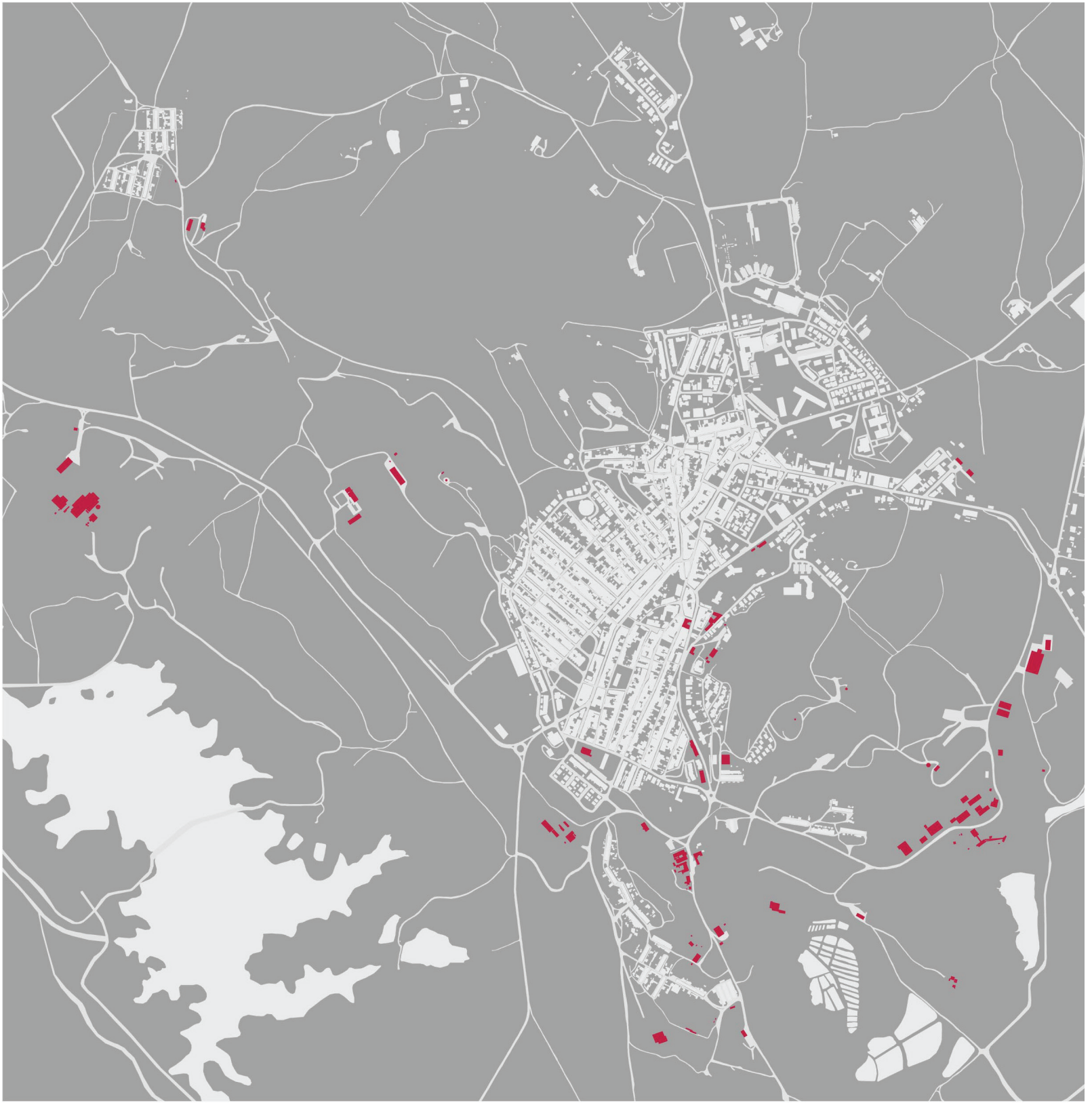


quartel da polícia privada da SABMA | MASA e residência dos quadros, Aljustrel
2013



poder e influência que a companhia detinha, gerando conflitos com a administração local. Assinale-se ainda que a concessionária belga também era proprietária do Quartel da GNR e assegurava o alojamento ao sargento e ao comandante.

Apenas tenho conhecimento de dois casos em que entidades recusaram as benesses de alojamento gratuito por parte do maior empregador do concelho e pela mesma razão, idoneidade profissional. O Dr. Adeodato Barreto, notário e advogado em Aljustrel, entre 1933 e 1937, tendo defendido algumas causas dos mineiros por motivos laborais e o Dr. António Cardoso Ferreira, delegado de saúde de Aljustrel, entre 1975 e 1982, enquanto autoridade sanitária e implementador da valência de Medicina do Trabalho no Centro de Saúde, e impulsionador e membro da Comissão de Segurança e Higiene no Trabalho de Pirites Alentejanas, também preferiu sentir-se livre das obrigações para com a Administração da empresa.



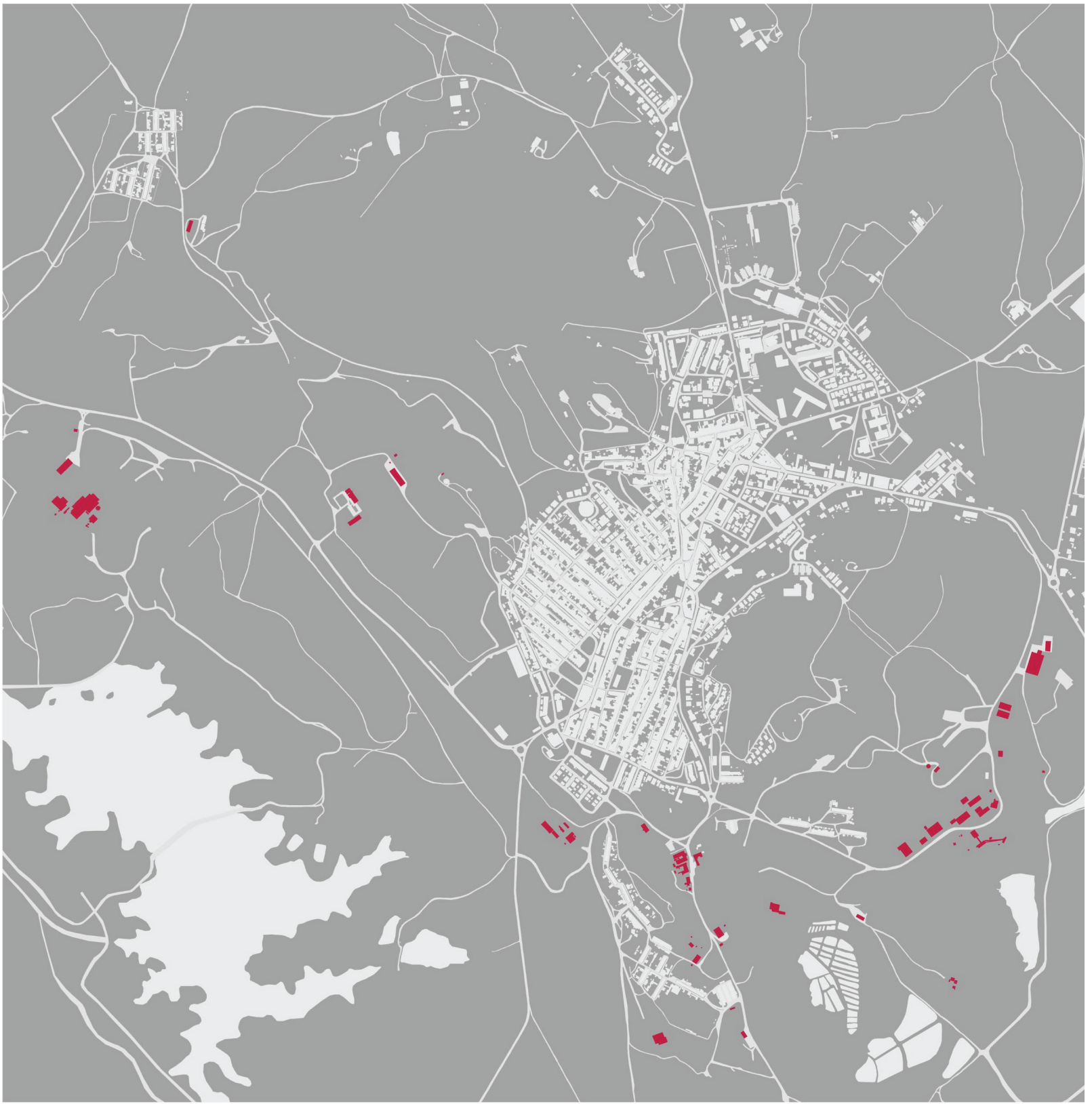
3. INFRA-ESTRUTURAS DAS SABMA | MASA

Desde o período pré-romano, Aljustrel é um núcleo urbano marcado pela exploração mineira, sendo a sua principal actividade económica e moldando o seu tempo e espaço. Apesar de se tratar de uma indústria que se desenvolve, sobretudo, subterraneamente, está dependente de muitas infra-estruturas à superfície. No início do século XX, o incremento dos trabalhos da mina gerou a construção de diversas infra-estruturas industriais, para além do maior crescimento do tecido urbano verificado até então. Grande parte destas estruturas, que permitiam o funcionamento da actividade mineira, mantém-se na actualidade, dotando a vila de um imenso património industrial.

Contudo, a SABMA/MASA não se limitou a construir estruturas que apoiassem a extracção de minério, edificando equipamentos que assistissem socialmente todos os funcionários. Prática que se torna recorrente em Portugal neste período, sendo o mais importante exemplo deste modelo a *Companhia União Fabril* (CUF), que construiu no Barreiro o maior complexo sócio industrial português do século XX[1].

Ao longo da Avenida de Algares a companhia edificou diversos organismos de cariz social, tais como serviços de saúde e alimentação. Simultaneamente, a companhia criou infra-estruturas de lazer para os seus funcionários, mas também população em geral, de forma a praticarem actividades lúdicas, de carácter desportivo e recreativo.

1 MORAIS, Jorge – *Rua do Ácido Sulfúrico* – Patrões e Operários: um Olhar sobre a CUF e o Barreiro. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2008.



3.1 INFRA-ESTRUTURAS INDUSTRIAIS

Sendo Aljustrel uma vila marcada pela actividade mineira é natural que existam muitas infra-estruturas industriais. Ao longo do século XX, a SABMA/MASA edificou uma grande variedade de edifícios, à superfície, que apoiavam a extracção mineira. Contudo, a infra-estrutura industrial mais antiga que conseguimos encontrar foi erguida pela *Companhia de Mineração Transtagana*, junto à mina de Algares e ao Bairro de Vale d'Oca, a Chaminé da Transtagana. Edificada no século XIX, é um dos vestígios mais emblemáticos, embora em ruínas, do que se pensa ser parte restante de um conjunto de chaminés e medas, assentes sobre camadas de mato, de ustulação de minério[1].

Tal como a Transtagana, a sociedade belga edifica grande parte dos edifícios industriais junto à mina de Algares, local onde decorreu a maioria dos trabalhos de extracção. O conjunto de edifícios mais próximo do centro urbano é sobretudo de carácter administrativo e construído no início do século XX. Os Escritórios Centrais da empresa foram remodelados em 1955 e realizadas obras de melhoria no final dos anos de 1980, projectadas pelos Arquitecto Pedro da Cunha Paredes. Adjacentemente, situa-se a antiga Esquadra da Polícia Privada, que era constituída por gabinetes administrativos, calaboiços e camarata. O edifício do Posto da Polícia ficava entre a residência de um polícia e a residência de um quadro técnico. Pouco depois do 25 de Abril, a Polícia Privativa foi extinta e nas suas dependências, bem como a residência do quadro técnico, foram instalados o Gabinete de Estudos e Projectos, que incluía a Sala de Desenho e Serviços Geológicos.

Ainda na mina de Algares, mas próximo do Bairro do Plano, a companhia implanta infra-estruturas de carácter técnico. A Central Eléctrica[2], cuja construção foi iniciada em 1940 e concluída em 1950, é uma obra de arquitectura moderna, com influências funcionalistas e em harmonia com o movimento internacional. Contiguamente, a empresa edificou o Laboratório Químico, em 1959. Assim como a Central de Compressores, Oficinais Gerais, Carpintaria, Caroteca, entre outras infra-estruturas tecnicamente relevantes

1 ALVES, Helena; MARTINS, Artur – *ALJUSTREL, um olhar sobre as minas e as gentes no século XX*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, Julho de 2005, p.76-77.

2 Conhecida por Central Nova, pois a primeira, referida como Central de Algares, foi construída no início da década de 1920. Fotografia em anexo.

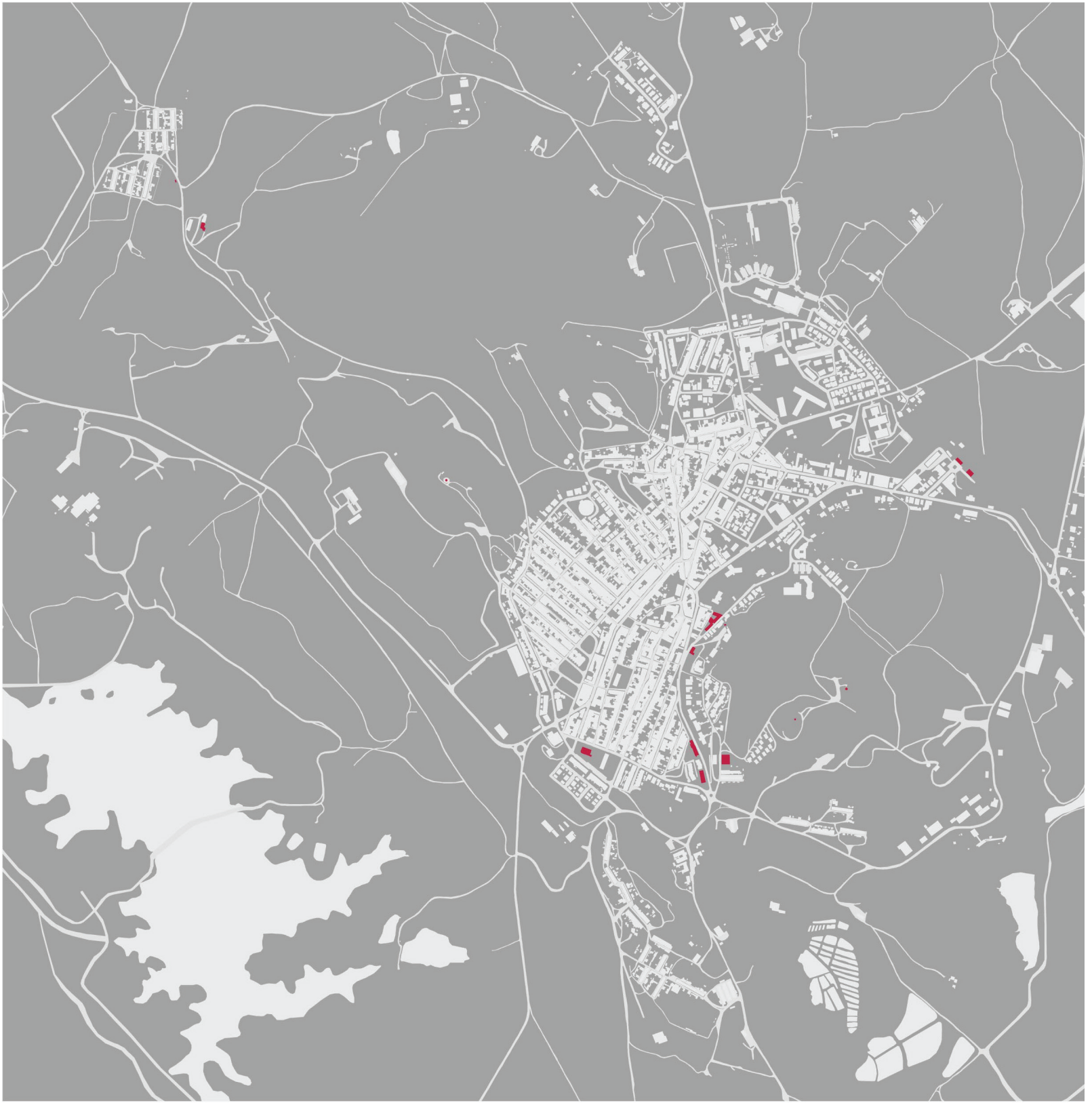


construção da central eléctrica, vendo-se em segundo plano o edifício da antiga central eléctrica, Aljustrel.
autor desconhecido, 1940.
fonte: ALVES, Helena; MARTINS, Artur – *ALJUSTREL, um olhar sobre as minas e as gentes do séc. XX*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, Julho de 2005.

que substituem actualmente. Contudo, nem todo o património industrial foi preservado, como é o caso do edifício da Trituração[3], construído nos anos de 1930 e demolido em 2006, assim como os trilhos ferroviários onde era transportado o minério.

Contudo, apesar da maioria destes edifícios se implantarem junto à mina de Algares, é a oeste da vila que actualmente se encontra o maior polo industrial. Em 1982, a empresa edificou a Lavaria Piloto, junto ao Bairro de Vale d'Oca, um projecto experimental que procurava maximizar as potencialidades do minério e aumentar os lucros. A Lavaria Industrial foi construída em 1990/91, tendo sido inaugurada oficialmente a 10 de Setembro de 1991. Em 2004, quando a mina retomou actividade, o parque industrial foi modernizado e ampliado pela *Eurozinc Mining Coroporation*. Actualmente, todos os trabalhos industriais realizados à superfície ocorrem neste complexo, independentemente do local em que se está a extrair mineral. Esta inovação técnica deve-se à aplicação de um sistema de tapetes rolantes, capazes de transportar o minério, de qualquer lugar, até à Lavaria Industrial, facilitando a logística industrial.

3 Conhecido na gíria mineira por Moinho Tarrincador.



3.2 EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Entre 1898 e 1973, período em que a SABMA/MASA foi proprietária das Minas de Aljustrel, foram edificadas diversas infra-estruturas que garantissem a qualidade de vida dos funcionários da companhia. Como tal, dotaram a vila de uma série de equipamentos de cariz social à disposição dos trabalhadores e das suas famílias.

O Bairro de São João do Deserto, assim denominado, provavelmente, por se encontrar tão longe do centro urbano, só teve uma Escola Primária criada pelo Estado em 1960, inserida do Plano dos Centenários[1]. Contudo, a empresa havia inaugurado em 1952 uma escola que possibilitasse a instrução dos filhos dos mineiros, sem terem de se deslocar até à vila, a cerca de dois quilómetros de distância.

Também é passível considerar a Estação Ferroviária de Aljustrel, localizada a este do centro urbano, uma infra-estrutura de carácter social, apesar de não ter sido edificada pela companhia. Inaugurada em 1929, foi adquirida em 1973, pois transportava, sobretudo, minério.

Para além de a empresa ter a sua própria Polícia, também tinha grande influência sobre a Guarda Nacional Republicana de Aljustrel, pois eram proprietários das instalações que ocupavam, assim como das residências para o comandante do Posto e do Destacamento, um sargente e um oficial, respectivamente. O edifício, localizado junto à Casa da Administração, foi construído na década de 20 e utilizado até 2005, quando as actuais instalações foram inauguradas.

Adjacentemente e no início da Avenida de Algares, a SABMA implantou, no início do século XX, a sede da Associação de Socorros Mútuos "Mineira Aljustrelense", fundada em 1906 pela *Colectividade das Minas de São João do Deserto e Algares*. Esta instituição de socorros mútuos veio substituir o velho "Monte-Pio Aljustrelense"[2], fundado em 1893 por um grupo de influentes republicanos, tendo à cabeça o benemérito Dr. Manuel Joaquim Brando, que posteriormente foi contratado pela SABMA. Actualmente, ainda

1 Plano levado a cabo pelo Estado Novo, entre 1940 e 1960, de forma a garantir a construção de escolas em larga escala.

2 HENRIQUES, Arthur Alberto de Campos- *Estatutos do Monte-Pio Aljustrelense*. Évora: Typographia Gutenberg, 1904.



entrada da Cantina da SABMA | MASA, Aljustrel.
dezembro 2012.

é possível encontrar no Arquivo Municipal o acervo documental daquela associação mutualista[3], que funcionou até ao final dos anos de 1970. Após, um longo período de abandono, as instalações foram adquiridas e restauradas, em 2002 pela Câmara Municipal, que as cedeu ao NAVA, Núcleo de Artes Visuais de Aljustrel.

Ainda na Avenida de Algares, onde todas as infra-estruturas são de origem mineira, a companhia criou equipamentos sociais de carácter médico. Embora desde o início do século XX já existisse em Algares um posto médico da empresa, só em 1939, é edificado no mesmo local o Hospital da Mina, servido por enfermeiro residente e médico. Este serviço de saúde era apoiado pela Companhia de Seguros. O edifício foi doado, em 2002, pela EDM à Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel, que o converteu numa extensão do Lar de Idosos.

Contudo, era necessário uma infra-estrutura especializada nas doenças que mais afectam os mineiros, as doenças respiratórias. Como tal, foi construído, em 1968, pelo Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos, o Dispensário do SLAT- Serviço de Luta Anti-Tuberculose, que proporcionou esses cuidados médicos aos mineiros. A realização desta obra deveu-se em grande parte à influência do médico radiologista, Dr. António Covas Lima[4], conhecedor profundo e dedicado na luta contra a silicose, a doença que mais atingia os mineiros de Aljustrel. Como reconhecimento da sua dedicação a esta causa, foi dado a este dispensário o seu nome. No mesmo edifício foi entretanto instalado o Centro de Assistência Materno-Infantil, que tinha sido criado pela Sociedade em 1953 e funcionava numa residência particular. Apesar de ter sido prevista a sua construção entre os dois equipamentos de saúde, onde actualmente se encontram residências dos técnicos superiores, existindo, inclusive, desenhos de todo o projecto. Contudo, esta instituição realizou um serviço notável no âmbito da assistência pré-natal, partos, medicina e alimentação infantil e educação das mães e tinha a colaboração voluntária de um grupo de senhoras. Ali passou também a funcionar a sub-delegação de saúde. Com o advento do 25 de Abril e a chegada dos médicos de Saúde Pública, Drs. António e Maria José Cardoso Ferreira, Delegado e Sub-delegado de Saúde, respectivamente, foi

3 Em anexo, fotografia da Ficha do Montepio do mineiro Manuel Godinho.

4 LIMA, João Covas – *Torre de (Ho)menagem, Crónicas de um Homem do Alentejo*. Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2010.

naquele edifício que foram lançadas as bases para a criação de um novo modelo de Centro de Saúde. Com a integração de todos os serviços de saúde do concelho, verificada em 1982, tendo sido concentrada a maior parte das suas valências no edifício ampliado do Posto Clínico das Caixas de Previdência, aquele equipamento manteve praticamente todas as valência para as quais tinha sido criado. Esta situação manteve-se até à entrada em funcionamento do Novo Centro de saúde, em Março de 2008, data em que aquele histórico edifício deixou de ter a utilidade para a qual fora concebido. O edifício sofreu obras de reabilitação em 2009/2010, tendo sido aí instalados a CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aljustrel e o Julgado de Paz, respectivamente, inaugurados a 9 de Abril e 15 de Julho de 2010.

Na proximidade do edifício da Moagem, residência dos empregados, que antes de ser habitacional tinha carácter comercial, a companhia edificou os celeiros da Moagem, em 1921, onde se armazenavam os cereais. Os Moinhos localizados no cerro do Malpique também eram propriedade da sociedade, assim como o próprio cerro.

Porém, o equipamento social mais emblemático apoiado financeiramente pela concessionária belga foi a Cantina, como ainda hoje é denominada, permanecendo na memória das gentes de Aljustrel. Em 1957, uma comissão de funcionários da empresa decidiu organizar uma cooperativa de consumo, designada por "Cooperativa do Pessoal das Minas de Aljustrel, S.C.R.L."[5] . Depois de aprovados os estatutos e obtido o respectivo alvará, a cooperativa abriu em 1959 nas instalações do antigo estabelecimento comercial J. Lemos & Cia, situado no início Avenida 25 de Abril. Devido ao êxito obtido pela "Cantina" junto dos funcionários, onde todos se iam abastecer, independentemente da categoria hierárquica, sendo o valor das compras descontado nos vencimentos, a direcção sente a necessidade de expandir o espaço. Para isso resolve construir de raiz um edifício de dois andares, localizado na Rua de Santa Bárbara, para onde no início de 1917 é transferida a cooperativa. Devido a uma deficiente gestão, em Março de 1997, esta cooperativa entra em falência e vê-se forçada a encerrar as portas. Após quatro anos de encerramento, o edifício é adquirido em hasta pública por um conhecido grupo de supermercados[6], que depois de o remodelar o abre ao público, em Novembro de

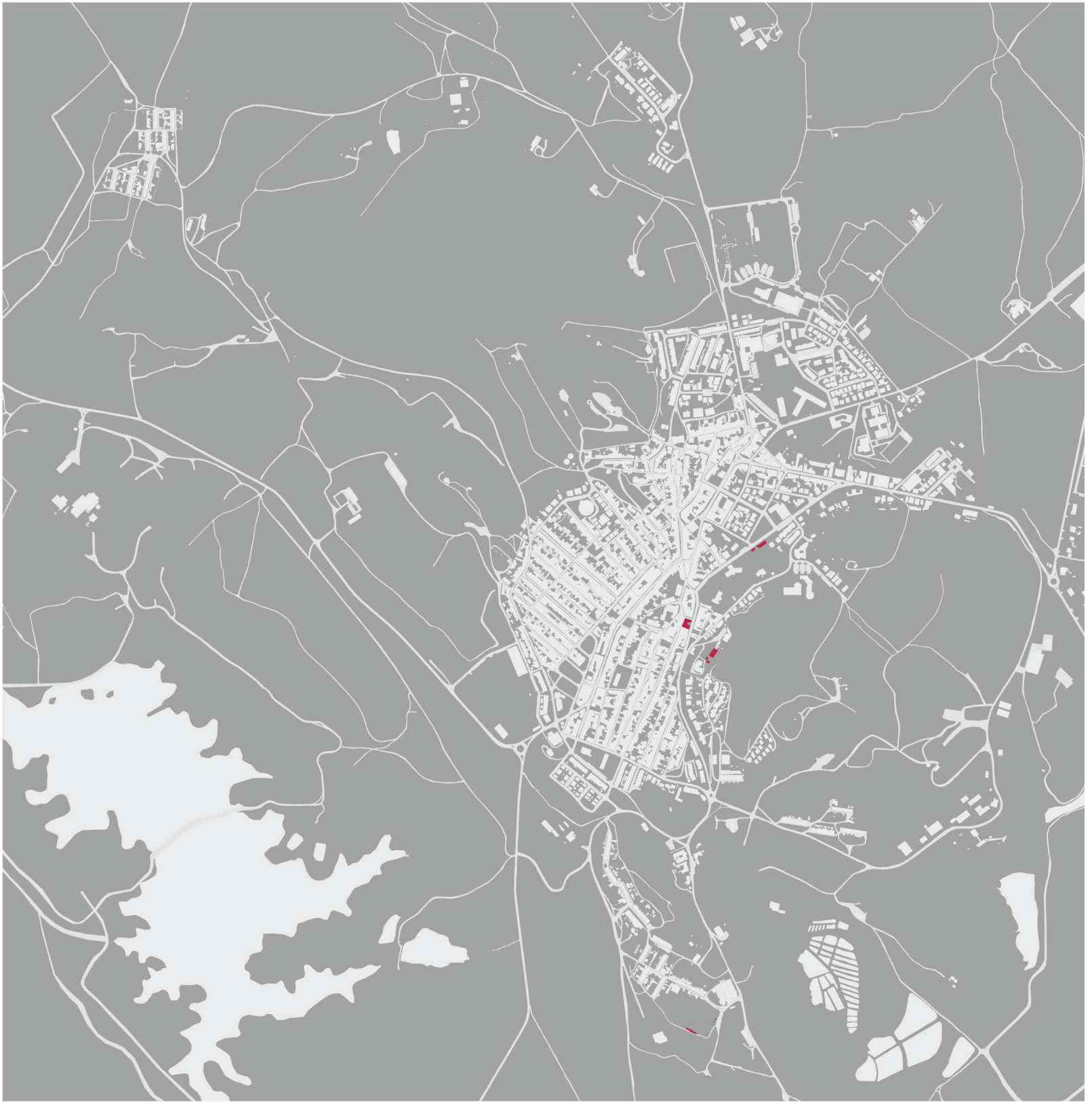
5 *Estatutos da Cooperativa do Pessoal das Minas de Aljustrel, S.C.R.L.* Setembro de 1958.

6 Cooperativa Proletário Alentejano.

2001. Volvidos dez anos de funcionamento em regime aberto, este emblemático espaço volta a encerrar, encontrando-se actualmente abandonado.

É de salientar que, já em 1907, um grupo de funcionários superiores da SABMA tinha constituído a Sociedade Cooperativa – A Bemfeitora[7] – dos Operários e Empregados das Minas de Aljustrel. Esta cooperativa ficou instalada em edifício próprio construído pela empresa, situado na Av. 25 de Abril, onde hoje é a sede do Sport Clube Mineiro Aljustrelense. Esta cooperativa haveria de funcionar até 1938, ano em que o clube se instala no edifício.

7 VICTOR, Francisco Soares- *Estatutos da Sociedade Cooperativa, A Bemfeitora*. Lisboa: Typographia de Francisco Silva, 1907.



3.3 EQUIPAMENTOS DE LAZER

A SABMA marcou a vila de Aljustrel pelas muitas infra-estruturas que edificou. A companhia forneceu aos seus funcionários muitas regalias, como a habitação e assistência social, mas não só. Fornecia instalações a entidades públicas, como o antigo Quartel da GNR, e construiu equipamentos que proporcionassem actividades lúdicas a toda população. Sendo uma forma da empresa exercer a sua influência na sociedade civil, militar e religiosa. Em 1900, construiu um novo estabelecimento termal, desviado cerca de um km das primitivas fontes de S. João, constituído por balneários, capela e casa para o ermitão, canalizando para lá as águas provenientes do esgoto da mina.

Nos anos de 1950, criaram um ringue de patinagem, no terreno onde foi posteriormente construída a principal Casa de Hóspedes. Edificaram, nos anos de 1960, um Court de Ténis no Bairro da Quadra, próximo das residências dos quadros superiores, visto que era esta a classe que mais praticava este desporto. Este equipamento foi remodelado no início dos anos de 1990 pelo arquitecto Pedro da Cunha Paredes. Já nos anos de 1970, construíram um novo ringue de patinagem, no sítio do Torito, de dimensões reduzidas, onde se iniciou verdadeiramente a prática do hóquei em patins sob as cores do Sport Clube Mineiro Aljustrelense. No início dos anos de 1980, foi construído pela Câmara Municipal, em um terreno pertencente à Sociedade e junto ao Jardim 25 de Abril, o Parque Desportivo. Posteriormente, nas traseiras do mesmo foram criados pelo município dois *courts* de ténis, numa propriedade da empresa.

No centro da vila, a companhia cedeu parte do edifício onde funcionara a Cooperativa "A Bemfeitora" para a Sede do Sport Clube Mineira Aljustrelense, clube fundado em 1928. Contudo, a primeira colectividade desportiva fundada em Aljustrel data de 1922, a União Futebol Clube de Aljustrel [1], com sede na Juventude Sindicalista. Entre os anos de 1920 e de 1930, surgiram em Aljustrel nove clubes de futebol, tendo apenas soçobrado o Sport Clube Mineiro Aljustrelense, um dos clubes mais emblemáticos do distrito de Beja. O primeiro campo de futebol foi construído pela SABMA no Bairro de

1 LOBATO, Padre João Rodrigues – *Aljustrel – Monografia*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, 1983, p.368-369.



campo de futebol do bairro de Vale d'Oca, Aljustrel
autor desconhecido, sem data

Vale d'Oca [2], no início da década de 1930, tendo importantes melhoramentos em 1949[3].

Ainda na antiga Cooperativa foi instalada a sede da Sociedade Musical de Instrução e Recreio Aljustrelense, quando da sua criação em 1942 e mais tarde, em 1952, passou a ser o Quartel dos Bombeiros Voluntários. A empresa belga deu sempre um grande apoio a estas agremiações, chegando mesmo a financiar a reorganização da banda no início dos anos de 1930, que passou a ser conhecida pela "Filarmónica das Minas".

A existência da Mina em Aljustrel criou uma identidade mineira na população, em particular nos grupos socioprofissionais envolvidos no trabalho mineiro, sendo responsável por gerar inúmeras colectividades. Tais como os clubes desportivos, culturais e recreativos, de onde surge e o Grupo Coral dos Operários Mineiros de Aljustrel, fundado em 1926 e composto por mineiros. As Minas, constituíram uma fonte geradora de espírito recreativo, associativo e consequentemente reivindicativo e resistente, transformando a sua população numa verdadeira comunidade mineira.

2 Fotografia em anexo.

3 Foi o administrador Paul Van den Bosche que pagou os melhoramentos ao Campo de Futebol de Vale d'Oca, dotando-o de balneários e bancadas. A partir do dia 1 de Janeiro de 1949 o equipamento passou a designar-se por Campo Madame Van den Bosche. *Diário do Alentejo* de 4/01/1949.

casos de estudo



bairro de Vale d'Oca, Aljustrel.
autor desconhecido, julho de 1952.
fonte: ALVES, Helena; MARTINS, Artur – *ALJUSTREL, um olhar sobre as minas e as gentes do séc. XX*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, Julho de 2005.

4.1 MINEIROS | BAIRRO DE VALE D'OCA

ANO: 1911-78

LOCALIZAÇÃO: Vale d'Oca

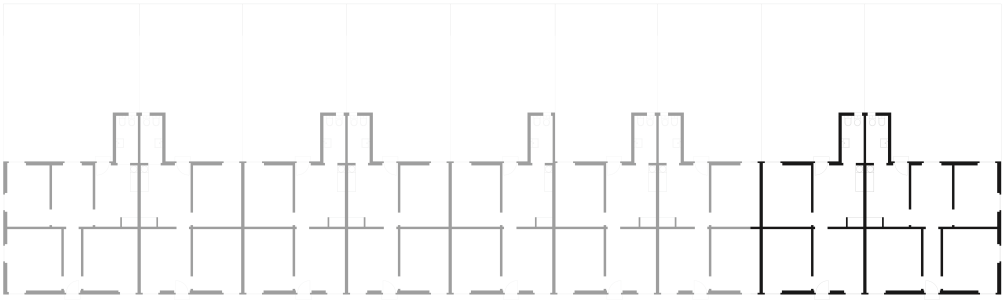
AUTOR: Desconhecido

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

USO: Residencial




horta
60.8 m²
i.s.
4.2 m²
i.s.
4.2 m²
horta
81.6 m²
quarto
12.2 m²
cozinha
12.6 m²
cozinha
10.7 m²
sala
10.3 m²
quarto
11 m²
quarto
12.1 m²
sala
12.6 m²
quarto
13.7 m²
4.3 m²
quarto
13.9 m²



escala 1.100
planta da residência do mineiro e encarregado.
bairro de Vale d'Oca, Aljustrel.
SABMA | MASA



bairro de Santa Bárbara em Vale d'Oca, Aljustrel.
autor desconhecido, julho de 1952.
fonte: ALVES, Helena; MARTINS, Artur – *ALJUSTREL, um olhar sobre as minas e as gentes do séc. XX*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, Julho de 2005.

Localizado a sul do centro urbano da freguesia de Aljustrel, o Bairro de Vale d'Oca teve um longo período de construção, entre o início do século XX e 1970. Este complexo é composto por três conjuntos, Vale d'Oca Velho, Vale d'Oca Novo e o Bairro de Santa Bárbara, onde se encontra a banda habitacional seleccionada como caso de estudo.

O Bairro de Santa Bárbara deve a sua denominação à Santa padroeira dos mineiros e foi construído entre 1951 e 1970, sendo composto por dez bandas. O complexo habitacional estudado foi edificado em 1966 e é constituído por nove residências, em que as casas que se encontram nos topos das bandas eram normalmente reservadas para os encarregados e capatazes. Estes operários também eram mineiros, mas estavam incumbidos de monitorizar os colegas, no interior e exterior da mina.

O facto deste conjunto se encontrar num contexto rural, deslocado do centro urbano e próximo das entradas das minas, possibilita que todas as residências dos mineiros tivessem acesso a um pequeno terreno hortícola, designado por quintal. O direito a possuírem uma pequena horta ajudava na economia doméstica, porém, era uma forma de manter os mineiros dentro dos bairros operários, afastando-os ao mesmo tempo da tentação de frequentarem, durante a semana, as tabernas, localizadas na periferia da malha urbana.

Contudo, estes quintais, contíguos às residências, também serviam para os mineiros construírem precariamente pequenos anexos onde localizavam as instalações sanitárias, tornando necessário sair de casa para aceder à casa de banho. O conjunto estudado é o primeiro onde o projecto prevê a instalação de casas de banhos dentro das habitações, constituindo uma grande inovação.

A residência do mineiro tem uma área de 54 metros², aproximadamente, e é constituída por um espaço de estar, dois quartos, uma cozinha e uma pequena instalação sanitária, para além do quintal. Contiguamente, a casa do encarregado ou capataz tem cerca de 68 metros², tendo mais um quarto, um espaço de distribuição e uma horta de maior dimensão. Ou seja, a pequena diferença de cargos laborais pressupunha uma desigualdade de residência. Por vezes, a SABMA alojava nestas casas mineiros com famílias mais numerosas, sendo sensível às necessidades dos seus trabalhadores.



conjunto habitacional da moagem da SABMA | MASA, Aljustrel
agosto 2013

4.2 EMPREGADOS | CONJUNTO HABITACIONAL MOAGEM

ANO: início do séc. XX

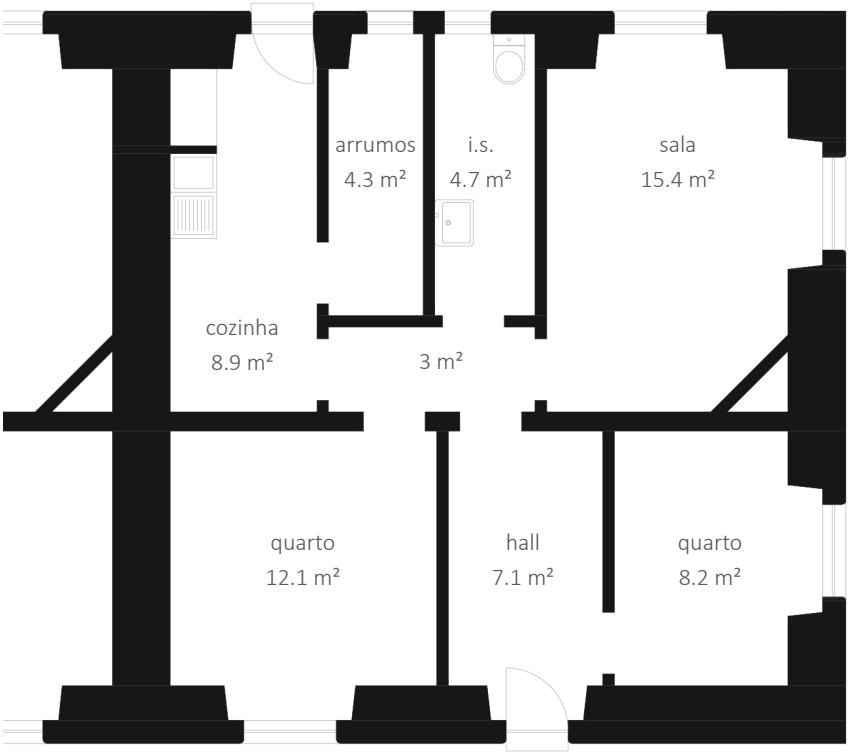
LOCALIZAÇÃO: Avenida de Algares

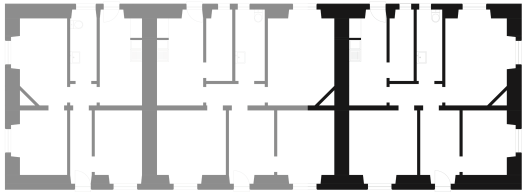
AUTOR: Desconhecido

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

USO: Residencial




arrumos
4.3 m²
i.s.
4.7 m²
sala
15.4 m²
cozinha
8.9 m²
3 m²
quarto
12.1 m²
hall
7.1 m²
quarto
8.2 m²



escala 1.100
planta da residência do empregado.
edifício da Moagem, Aljustrel.
SABMA | MASA



conjunto habitacional da moagem da SABMA | MASA, Aljustrel
agosto 2013

A escolha da Moagem como caso de estudo dos empregados deveu-se ao facto de se tratar do único conjunto de habitação colectiva criado pela SABMA, mas também por ser resultado de uma reabilitação em que se alterou o uso. Sendo construído no início do século XX, no início dos anos de 1920, este edifício tinha originalmente carácter industrial e comercial. Devendo a sua actual toponímia à actividade inicial, moer cereais, apesar da generalidade das pessoas não ter esse conhecimento e ainda assim o denominar por Moagem.

Após o equipamento cair em desuso, a companhia criou um plano de regeneração, de forma a reaproveita-lo para a sua maior necessidade, o alojamento de trabalhadores. Sendo um edifício com características tão particulares e localizando-se no perímetro urbano, a escolha da classe de funcionários aqui alojados foi óbvia- os empregados administrativos e encarregados. O projecto de reabilitação da infra-estrutura foi realizado em 1954, resultando num complexo com três andares e nove fogos. As residências têm uma área entre os 49 e os 64 metros², não sendo muito distintas das condições dadas aos mineiros. O único aspecto que os diferenciava era a localização e a facilidade de acesso à vila. Os três fogos localizados no primeiro piso tem dois acessos, enquanto os seis fogos inseridos no segundo e terceiro pisos são apenas acessíveis pelas escadas de serviço traseiras, entrando directamente nas cozinhas.

O conjunto colectivo residencial é único neste contexto, sendo apenas gerado por se tratar de uma reabilitação, tornando-se num pequeno falanstério. Este modelo pressupunha uma série de características sociais que não se enquadravam com o sistema político da época, o Estado Novo, considerando-o subversivo.

Actualmente, este peculiar edifício residencial encontra-se em bom estado de conservação devido, sobretudo, à política de manutenção que a empresa belga tinha para com o seu património. A grande maioria dos fogos foi adquirida pelos seus habitantes, que tornaram possível a sua manutenção até aos dias de hoje.



conjunto 11 casas da SABMA | MASA, Aljustrel
dezembro 2012

4.3 TÉCNICOS SUPERIORES | 11 CASAS

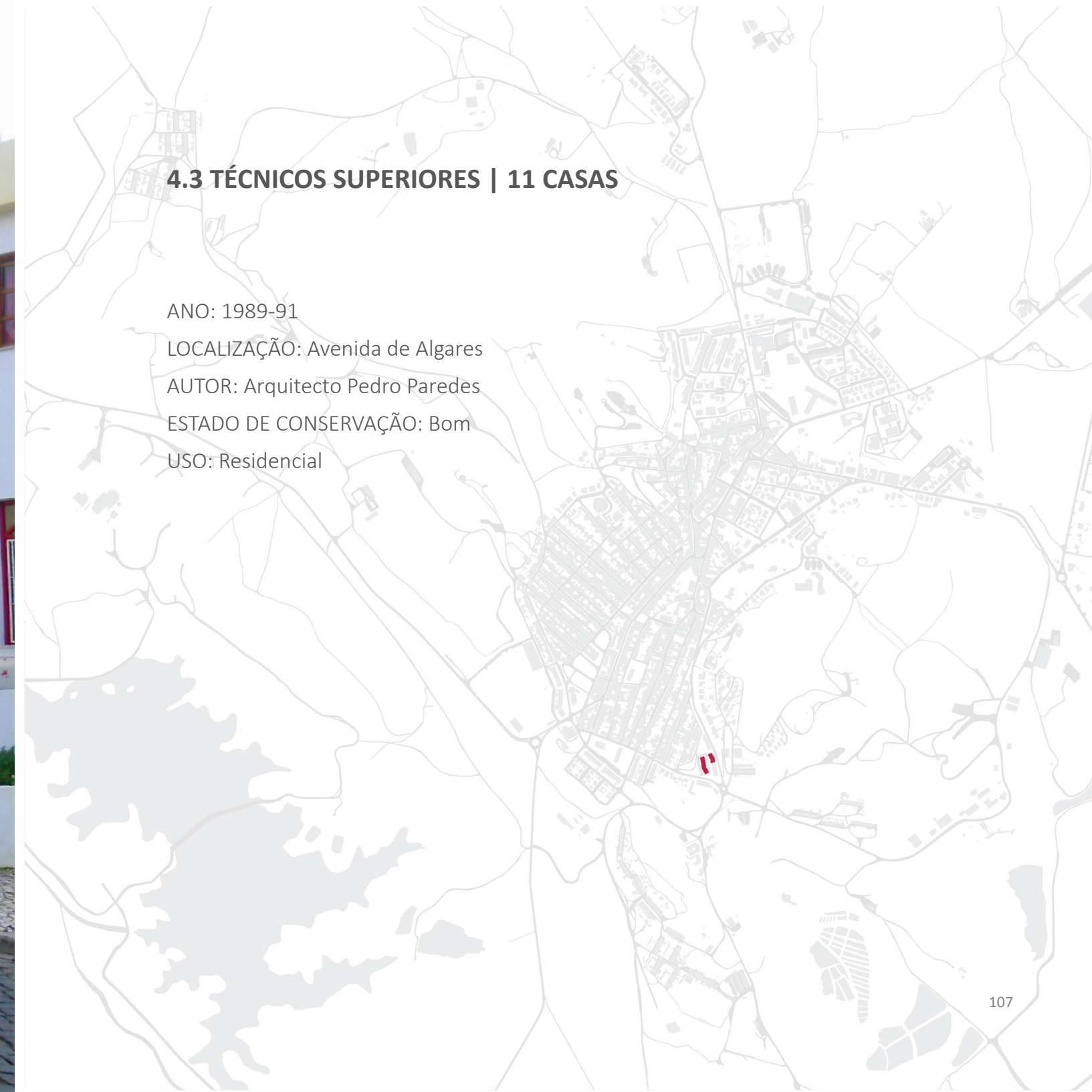
ANO: 1989-91

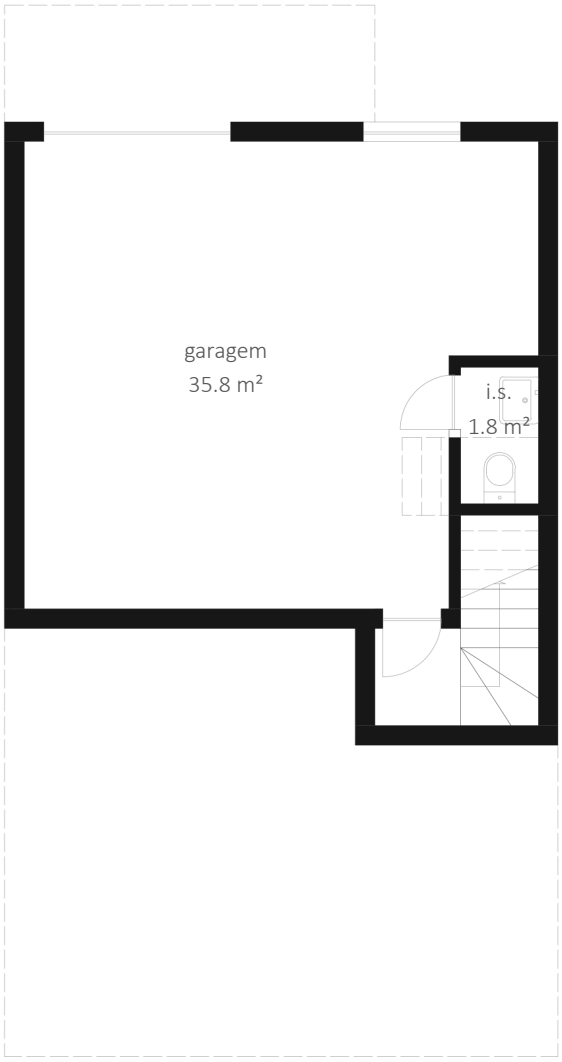
LOCALIZAÇÃO: Avenida de Algares

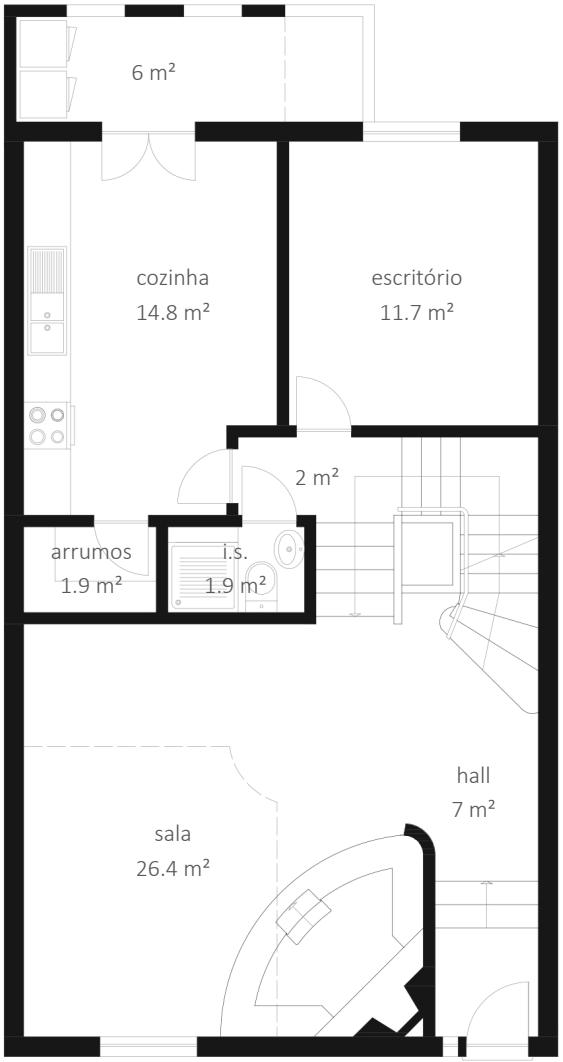
AUTOR: Arquitecto Pedro Paredes

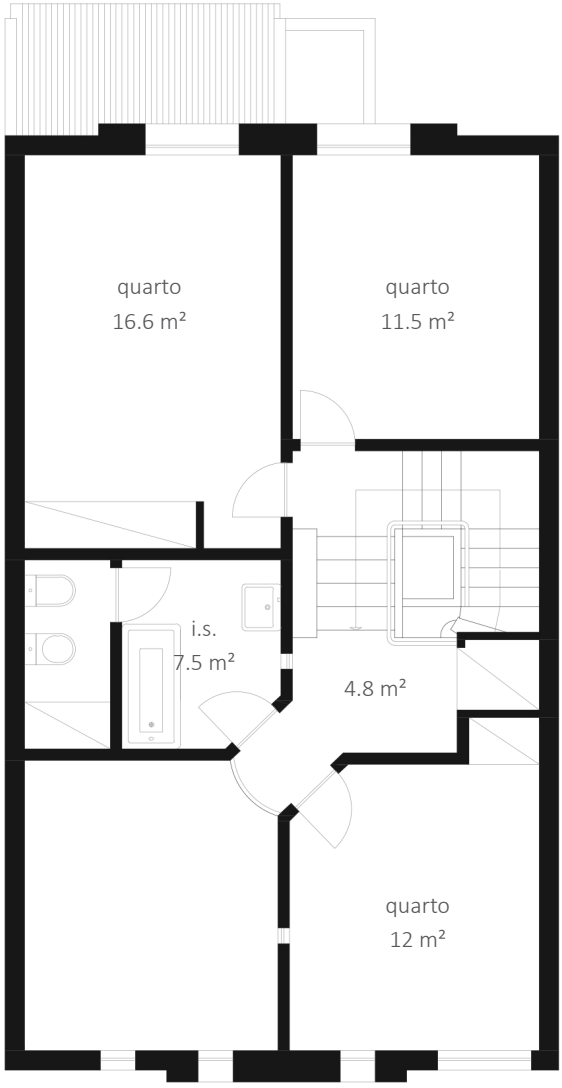
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

USO: Residencial




garagem
35.8 m²
i.s.
1.8 m²


6 m²
cozinha
14.8 m²
escritório
11.7 m²
2 m²
arrumos
1.9 m²
i.s.
1.9 m²
hall
7 m²
sala
26.4 m²



escala 1.100
plantas da residência dos técnicos superiores.
11 casas, Aljustrel.
arquitectos Pedro da Cunha Paredes e Jorge Costa
SABMA | MASA



conjunto 11 casas da SABMA | MASA, Aljustrel
dezembro 2012

Inicialmente estava previsto edificar para este local, entre o Hospital da Mina e o Dispensário do Serviço de Luta Anti-Tuberculose, o Centro de Assistência Materno-Infantil, tornando-o numa zona totalmente dedicada aos equipamentos de assistência social aos funcionários. Contudo, e apesar da existência de planos, o projecto não foi concretizado, acabando por ser instalado no Dispensário.

No final dos anos de 1980, o Engenheiro António Nobre Góis, o Presidente do Concelho de Administração da companhia à época, entregou ao Arquitecto Pedro da Cunha Paredes uma série de projectos pois detectou falta de Arquitectura nas obras realizadas pela SABMA/MASA. Segundo a entrevista dada pelo Arquitecto, o Engenheiro Nobre Góis não estava satisfeito com os projectos executados pelos desenhadores técnicos ou engenheiros civis, pois faziam intervenções *"secas e eficientes, apesar de baratas, mas sem arte"*[1] .

Após projectar vários equipamentos para a sociedade, foi encomendado aos Arquitectos Pedro Paredes e Jorge Costa, então associados, o projecto de onze residenciais para os técnicos superiores, tornando-se num dos poucos projectos "de autor" em Aljustrel. As 11 Casas são o empreendimento mais recente criado pela Sociedade, tendo sido construído entre 1989 e 1991. O conjunto distribui-se em duas frentes, quatro fogos na Avenida de Algares e sete fogos na Rua de Algares, onde se encontram as entradas principais para as residências. Esta divisão originou um pátio, de carácter mais doméstico, onde se encontram os acessos para todas as garagens. As residências são compostas por quatro pisos, com cerca de 170 metros², sendo os topos ocupados pelas garagens e sótãos. A planta das residências denota uma grande racionalidade, apenas interrompida pela mezzanine, que confere ao espaço de estar um duplo pé direito e possibilita a comunicação com o piso dos quartos. Contudo, em algumas residências, este duplo pé direito foi anulado, tendo sido criada outra divisão.

O conjunto residencial, que estilisticamente de pode categorizar como "pós-moderno", é composto por ornamentos padrões e formas clássicas para a composição dos alçados. Esta opção teve uma enorme receptividade por parte da companhia, porém, criou estupefacção na população, apesar dos arquitectos não pretendessem provocar uma ruptura. A comunidade, habituada à conservadora arquitectura alentejana, reagiu com espanto e apelidou o conjunto com diversas alcunhas, como *Lápis-de-Cor, Pintarolas* ou *Benettons*. Actualmente, as 11 Casas estão totalmente aceites e integradas, tendo introduzido alegria e frescura em Aljustrel.

1 PAREDES, Pedro da Cunha – Entrevista por Rita Patinha Dias. Alcácer do Sal, Portugal. 16 Julho. 2013. Em anexo.



casa da Horta da Luz da SABMA | MASA, Aljustrel.
autor desconhecido, década de 1950.
fonte: ALVES, Helena; COSTA, Teresa; MARTINS, Artur- *2000 anos de Mineração em Aljustrel*. Aljustrel: Museu Municipal de Aljustrel, 2003.

4.4 ADMINISTRADORES | CASA DA HORTA DA LUZ

ANO: 1951

LOCALIZAÇÃO: Avenida Primeiro de Maio

AUTOR: Desconhecido

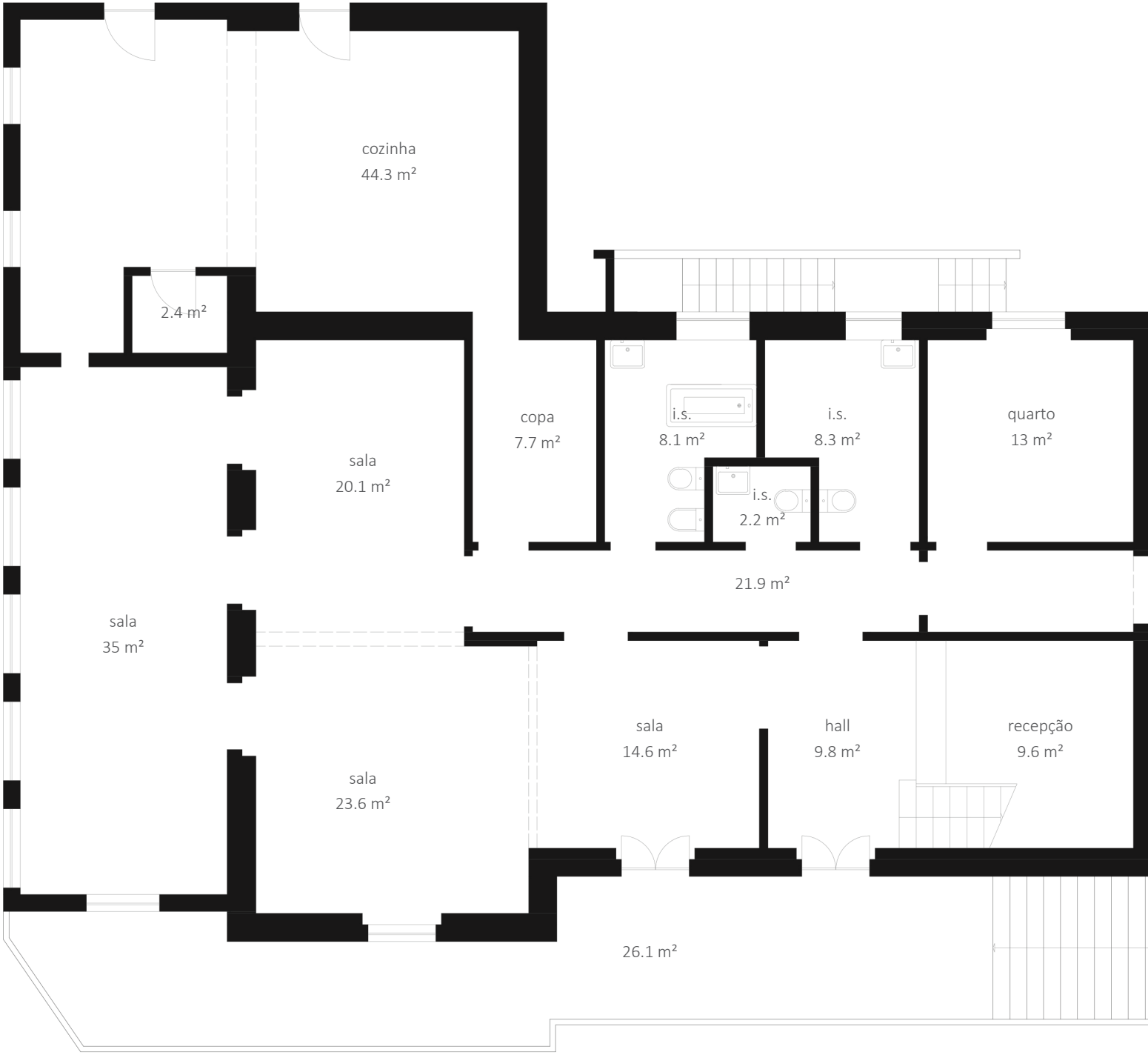
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

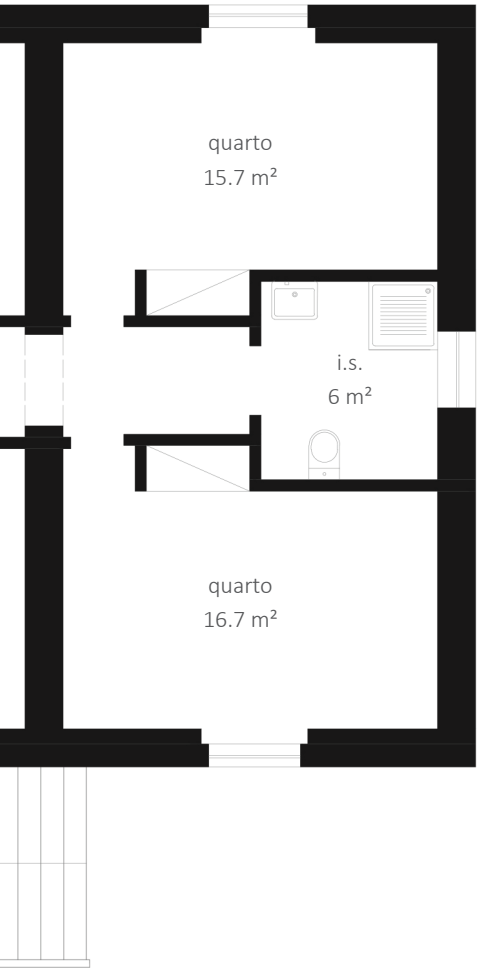
USO: Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel


arrumos
8.4 m²
8 m²
arrumos
4.8 m²
economato
19.2 m²
armazém de frio
20.3 m²
armazém de
roupa
11.1 m²
17 m²
6.7 m²
9.6 m²
lavandaria
33.5 m²
gabinete
16.3 m²
zona de apoio
23.1 m²
8.3 m²
i.s.
8.9 m²
10.2 m²



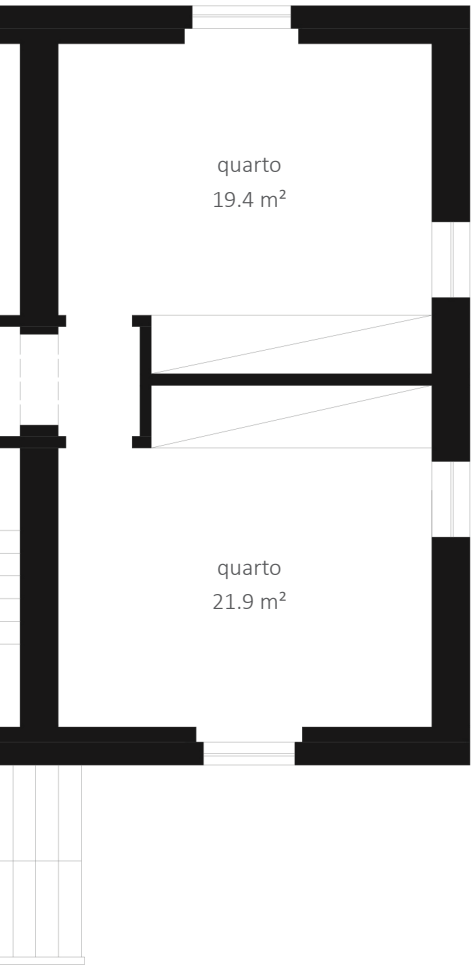
escala 1.100
planta piso-1 da casa da administração.
casa da horta da luz, Aljustrel.
SABMA | MASA


cozinha
44.3 m²
2.4 m²
sala
20.1 m²
copa
7.7 m²
i.s.
8.1 m²
i.s.
8.3 m²
quarto
13 m²
i.s.
2.2 m²
21.9 m²
sala
35 m²
sala
23.6 m²
sala
14.6 m²
hall
9.8 m²
recepção
9.6 m²
26.1 m²



escala 1.100
planta piso 0 da casa da administração.
casa da horta da luz, Aljustrel.
SABMA | MASA


23.4 m²
quarto
25.8 m²
7 m²
arrumos
6 m²
i.s.
4.7 m²
i.s.
1.4 m²
quarto
10.9 m²
i.s.
7.2 m²
quarto
11.4 m²
quarto
13.7 m²
26 m²
sala
21.7 m²
quarto
24.6 m²
quarto
15.2 m²
quarto
14.6 m²
18.8 m²



escala 1.100
planta piso 1 da casa da administração.
casa da horta da luz, Aljustrel.
SABMA | MASA



entrada do Jardim 25 de Abril, Aljustrel.
abril 2013.

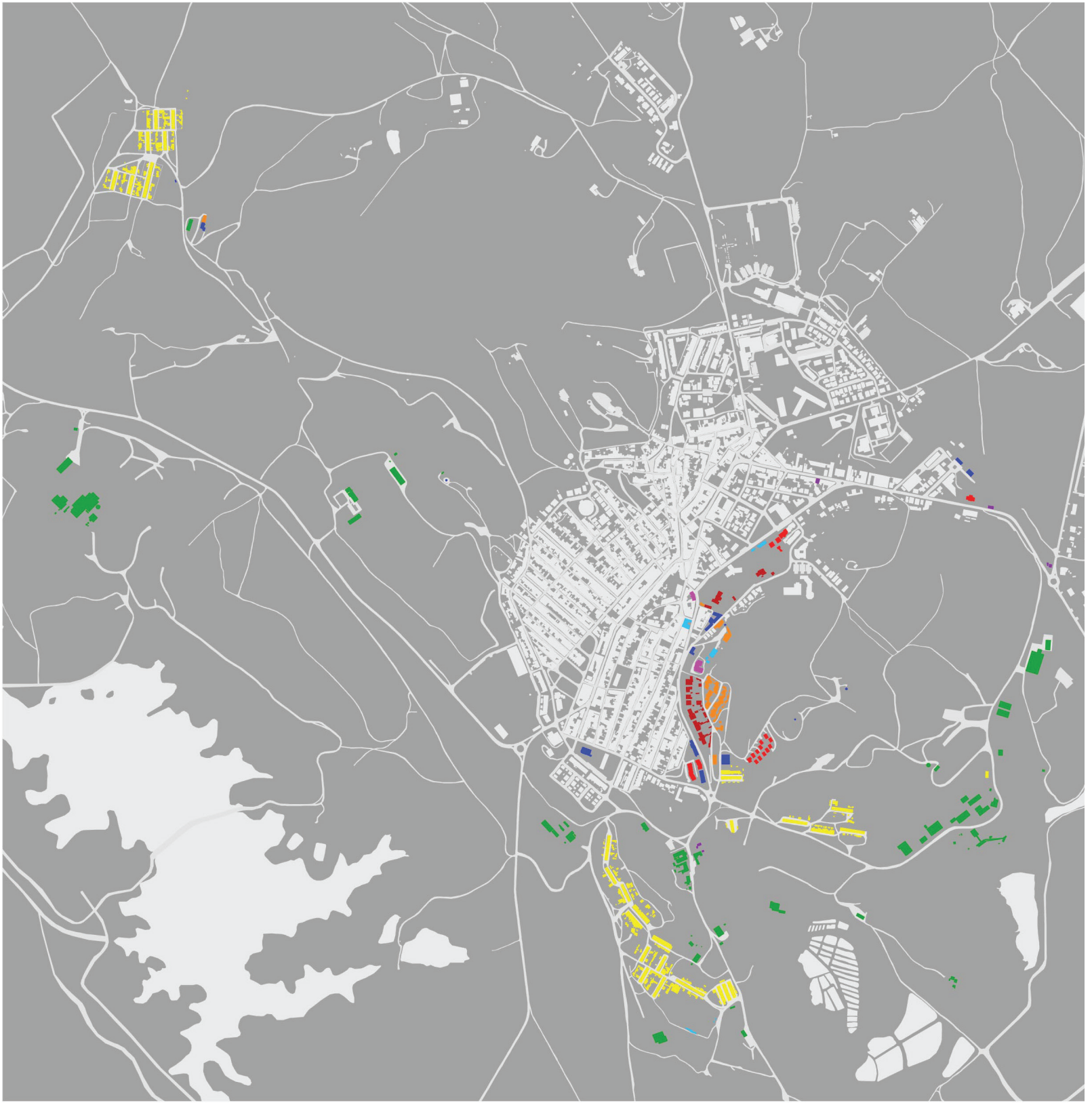
O caso de estudo dos administradores, a Casa da Horta da Luz ou B, é a residência que sofreu o processo mais interessante, desde que foi construído até à actualidade. A SABMA adquiriu a quinta da Horta no início do século XX, de forma a fornecer bens alimentares aos quadros superiores e às respectivas famílias. Porém, surgiu a necessidade de construir casas para os quadros administrativos, tendo a companhia adquirido propriedades adjacentes e edificado duas grandes residências. A Casa da Horta do Poço d'ALém e a Casa da Horta da Luz, também denominadas por Casa da Horta A e Casa da Horta B, respectivamente, e onde residiam os dois directores da Sociedade com as suas famílias.

A Casa da Horta da Luz foi construída em 1951, sendo composta por três pisos com aproximadamente 800 metros² e encontra-se numa propriedade com cerca de dez mil metros². A residência localiza-se no centro da vila, na Avenida Primeiro de Maio e junto à Praça da Resistência, assim renomeadas após o 25 de Abril de 1974.

Aljustrel foi um dos concelhos com maior número de presos políticos, tendo a sua população, como é peculiar nas comunidades mineiras, um espírito muito reivindicativo e tentado resistir a várias medidas repressivas salazaristas. A revolução provocou uma grande agitação social por todo o país e Aljustrel não foi excepção. Em Março de 1975, a população invadiu a Casa da Horta da Luz, exigindo que fosse colocada ao serviço da comunidade. Sensivelmente na mesma época havia sido criada, pelo Dr. António Cardoso Ferreira, a Comissão Integradora dos Serviços Locais de Saúde que viu nesta apropriação uma possibilidade garantir maior assistência social à população. A residência foi reabilitada, tornando-se no actual Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel e o outrora jardim privado, foi transformado no Jardim 25 de Abril, acessível a toda a comunidade.

Trata-se da única residência criada pela SABMA e reocupada para usufruto da comunidade, tendo sido necessário realizar obras reabilitação, de forma a possibilitar a actividade e ampliar o espaço. Os planos apresentados representam a Casa da Horta da Luz actualmente, sendo a ala da direita resultado da ampliação efectuada. Foram acrescentados à residência quatro quartos e uma instalação sanitária, agregando cerca de 88 metros². Presentemente, tanto o equipamento como o jardim encontram-se em bom estado de conservação devido às sucessivas obras de manutenção realizadas.

Actualmente, a Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel está a construir de raiz um novo Lar de Idosos, tendo vendido à autarquia tanto a Casa da Horta da Luz como o seu logradouro, que serão objecto de novas intervenções e usos.



CONCLUSÃO

Como podemos observar ao longo desta análise de Aljustrel, a vila deve tanto a sua origem como o seu crescimento à Indústria Mineira. Verificámos que, ao longo dos séculos, a mancha urbana crescia ao ritmo do desenvolvimento da exploração mineira. O século XX é o período em que se observa o maior crescimento do tecido urbano de Aljustrel, correspondendo portanto à época em que, paralelamente, se verifica o maior incremento da actividade mineira de que há registo na vila. Gradualmente, o núcleo urbano desenvolveu-se, numa aproximação territorial à mina e sobre uma economia determinada pelo seu progresso, criando uma expressão de identidade colectiva, tornando Aljustrel numa vila mineira.

A *Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel,* proprietários da exploração mineira entre 1898 e 1973, foi o principal impulsionador do desenvolvimento da vila e essencial na evolução urbanística verificada. Sendo as políticas paternalistas da companhia fundamentais na concepção da identidade mineira na população em geral. A sociedade criou uma relação de confiança com a comunidade ao garantir um número considerável de habitações e assistência social para todos os funcionários, independentemente do cargo que ocupavam, assim como equipamentos a população praticar actividades

- bairros operários mineiros
- residências dos empregados
- habitações dos técnicos superiores
- casas dos administradores
- casas de hóspedes
- residências autónomas
- infra-estruturas industriais
- equipamentos de assistência social
- equipamentos de lazer

desportivas e recreativas. Assim como na vertente cultural e educacional[1], dando um precioso contributo no apoio à filarmónica, ao grupo coral, a grupos cénicos, nas escavações arqueológicas, na criação de um museu, na alfabetização, na criação de bolsas de estudo para os filhos dos operários e na organização de um transporte em autocarro para os filhos dos funcionários frequentarem a Escola Comercial e Industrial de Beja.

Na elaboração deste trabalho teórico, o contacto directo com esta realidade foi fundamental, tendo sido um principais elementos na metodologia utilizada. A possibilidade de aceder aos diversos arquivos e espólios permitiu-me realizar um detalhado levantamento das infra-estruturas construídas directamente pela empresa, visto que indirectamente influenciou a edificação de muitos outros equipamentos.

Na realização deste ensaio rapidamente percebi que a melhor forma de compreender este microcosmos, criado pela SABMA/MASA, era dividindo-o por categorias, pois foi assim que foi gerado. Classifiquei entre dois grandes grupos: as residências e as infra-estruturas complementares à vida urbana, constituídas por equipamentos industriais, de assistência social e lazer. As habitações sempre foram o principal objecto de estudo desta dissertação, pela sua diversidade tipológica e temporal. A Companhia criou uma amostra de tipologias e formas de habitar, tendo sempre presente a categorização dos funcionários. Portanto, utilizei a mesma lógica para classificar as habitações, a hierarquia profissional, e não por tipologias ou fases de construção.

Devido à indústria de que se trata, o grupo de residências mais representativo é naturalmente o dos Mineiros. Constituído por baterias de casas, as bandas habitacionais são a tipologia mais comum no contexto mineiro, estando divididas em conjuntos na proximidade com os poços de acesso aos jazigos.

As residências dos empregados, trabalhadores pouco qualificados, implantam-se curiosamente em locais privilegiados, devido às funções específicas que exerciam para os administradores e respectivas casas. Contudo, as condições das casas não eram muito melhores do que as habitadas pelos mineiros e respectivas famílias.

As habitações dos técnicos superiores, funcionários relevantes, surgem tardiamente neste contexto, em comparação com as anteriores residências criadas pela compa-

1 ANDRADE, Ruy Freire de- *As Minas de Aljustrel, volume 4*. Lisboa: Boletim das Minas, 1967.

nhia. Pensa-se que este facto se deve à transformação do *status* destes funcionários ao longo do século XX. Com a evolução tecnológica da exploração mineira e do tratamento do minério, surge uma diversidade de quadros técnicos superiores nas mais diversas especialidades, o que leva a empresa a ter de construir mais alojamentos com qualidade para esta categoria de funcionários. Portanto, beneficiaram de residências projectadas por arquitectos ou com características semelhantes aos países de que eram naturais.

As casas dos directores são as infra-estruturas que melhor simbolizam o poder que a SABMA/MASA tinha em Aljustrel. Tanto pela opulência das residências implantadas na Quinta da Horta, com pelas dez moradias localizadas na emblemática Avenida de Algares.

As residências menos representativas pertencem às pessoas que não trabalhavam para a Sociedade e às que serviam para alojar temporariamente visitas ou funcionários, apesar de não deixarem de ser casos interessantes. As casas de hóspedes foram edificadas devido a uma necessidade que precisava ser colmata – alojar alguém provisoriamente. Enquanto as casas autónomas, habitadas por figuras relevantes da vila, eram uma forma de companhia exercer influência sobre a sociedade.

De forma a realizar uma análise mais aprofundada, elegi, estudei e redesenhei quatro casos de estudo, representativos dos quatro grupos de trabalhadores. O critério da selecção deveu-se às particularidades de cada projecto, escolhendo: uma banda habitacional do Bairro Operário Mineiro de Vale d'Oca; o pequeno falanstério da Moagem, onde residiam empregados e único conjunto de habitação colectivo edificado pela companhia; o conjunto habitacional das 11 Casas projectadas para os técnicos superiores pelo Arquitecto Pedro da Cunha Paredes, que tive oportunidade de entrevistar; e a Casa da Horta da Luz, habitada por administradores, o caso de estudo mais curioso pela forma como foi reocupado.

Embora, a partir de 1993, a empresa belga tenha praticamente deixado de exercer a sua influência em Aljustrel, a nova concessionária, as *Pirites Alentejanas* de capital maioritariamente português, continuou a praticar a mesma filosofia relativamente à comunidade. Só a partir de 1991, na fase do lançamento do PPC, para fazer face às dificuldades financeiras da empresa, houve necessidade de reduzir custos, obrigando a

empresa a mudar de lógica em relação ao parque habitacional, iniciando uma política de alienação de património. Na primeira fase, a empresa vendeu as habitações aos seus ocupantes e, posteriormente, já no período de encerramento da mina, as residências que iam vagando, pela saída dos funcionários, foram vendidas a outros compradores, sem ligação à empresa. Este processo beneficiou a vila e o património criado pela sociedade belga e posteriormente pela empresa portuguesa PA, pois actualmente a maioria das infra-estruturas encontra-se em bom estado de conservação e em utilização.

Na minha opinião, Aljustrel, enquanto caso de estudo, é extremamente interessante pelo carácter utópico que a companhia aqui quis introduzir, construindo um microcosmos. Após a elaboração deste trabalho, consigo concluir que a SABMA/MASA, com as suas influências estrangeiras, foi indispensável na concepção do que é actualmente a vila de Aljustrel, urbanística e culturalmente. Permitindo ainda questionar, se no contexto actual, faria sentido voltarem a surgir empresas com estes princípios, em que a relação entre empregador e empregado fosse reforçada.

Contudo, com este ensaio não pretendi realizar um guião detalhado das infra-estruturas construídas por esta sociedade, trata-se apenas de uma primeira abordagem, devido ao grau académico em que se enquadra. Sendo um dos principais objectivos lançar algumas questões sobre experiências urbanísticas semelhantes, podendo este trabalho auxiliar na constituição de uma futura pesquisa mais aprofundada sobre esta temática.

anexos

Aljustrel, from the East, Alentejo.
George Landmann (1779-1854), 1814.
Fonte: espólio Eng. Francisco Colaço

Rua da Romeira, Aljustrel.
1950-1.
Fonte: espólio Eng. Francisco Colaço

"Existe uma analogia entre estas duas imagens de Aljustrel, registadas por duas pessoas diferentes, a uma distância de quase século e meio de distância, terem como ponto comum essa cena bíblica da mulher com o seu rítmico andar, vindo da fonte com a ânfora etrusca à cabeça"

Eng. Francisco Colaço



Algustrel, from the East. Alemtejo.





anteplano Geral de Urbanização de Aljustrel- 1ª Solução
Mário de Oliveira, 1948
Fonte: Arquivo Histórico da DGOTDU



plano Urbanístico do Bairro de São João do Deserto, Aljustrel.
década de1950



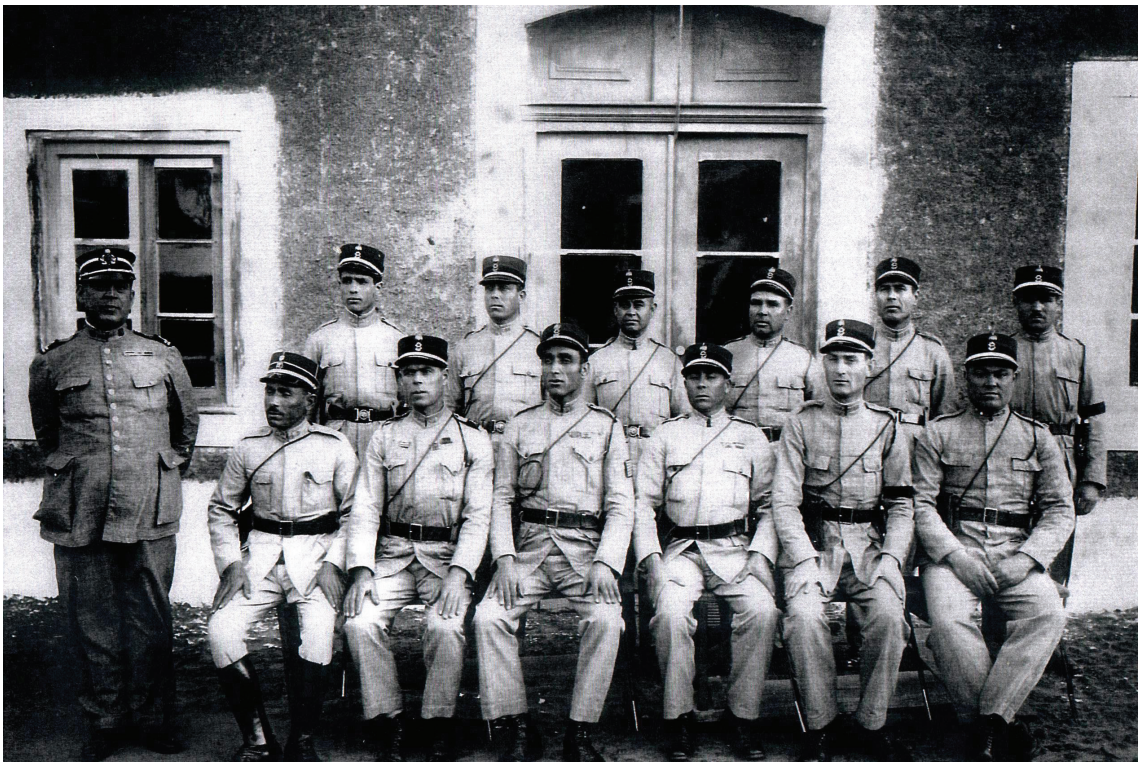
população a abastecer-se no Poço d'Além da Casa da Horta A, Aljustrel.
sem data
Fonte: espólio Eng. Francisco Colaço



poço d'Além da Casa da Horta A, Aljustrel.
agosto de 2013



equipa de Futebol do União FC Aljustrelense, Aljustrel.
autor desconhecido, sem data
Fonte: espólio Eng. Francisco Colaço



corpo de Polícia Privada da Mina, Aljustrel.
autor desconhecido, anos de 1940.
Fonte: espólio Eng. Francisco Colaço



filarmónica de Aljustrel, Aljustrel.
autor desconhecido, 1902
Fonte: espólio Eng. Francisco Colaço



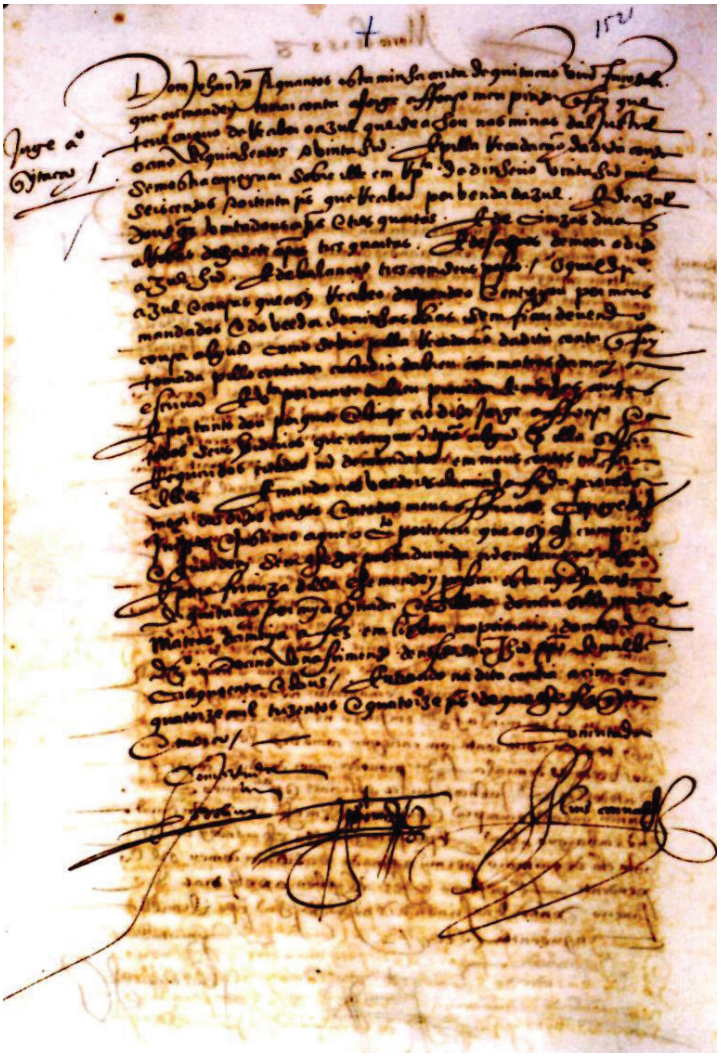
grupo Cénico de Aljustrel Flores do Alentejo, Aljustrel.
autor desconhecido, 1947
Fonte: espólio Eng. Francisco Colaço



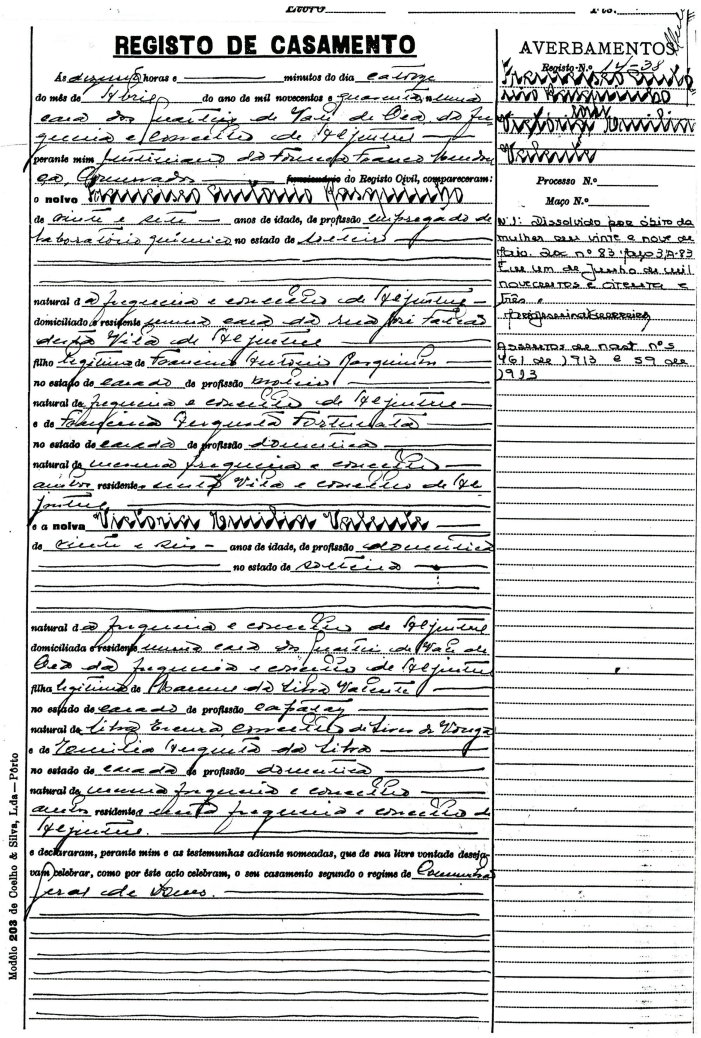
quartel da Quadra e membros da guarnição da GNR de Aljustrel, Aljustrel.
autor desconhecido, 1912
Fonte: ALVES, Helena; MARTINS, Artur – ALJUSTREL, um olhar sobre as minas e as gentes no século XX. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, Julho de 2005, p.47.



vista geral do antigo bairro mineiro de São João (Cu de Lobo) e as residências dos administradores belgas, Aljustrel.
autor desconhecido, início do século XX
Fonte: ALVES, Helena; COSTA, Teresa; MARTINS, Artur- 2000 anos de Mineração em Aljustrel. Aljustrel: Museu Municipal de Aljustrel, 2003, p.57.



reprodução do fólio 111 verso do Livro I de Privilégios da Chancelaria de D. João III, original existente na Torre do Tombo, Lisboa.
1521
Fonte: ALVES, Helena; COSTA, Teresa; MARTINS, Artur- 2000 anos de Mineração em Aljustrel. Aljustrel: Museu Municipal de Aljustrel, 2003, p.74.



Livro _____ Fls. _____

REGISTO DE CASAMENTO

Ás dezoito horas e _____ minutos do dia catorze do mês de Abril do ano de mil novecentos e quarenta, numa casa dos Quartéis de Vale de Oca da freguesia e concelho de Aljustrel perante mim Justiniano da Fonseca Franco Mendonça, Conservador ~~funcionário~~ do Registo Civil, compareceram:

o **noivo** Francisco Antonio Rasquinho de vinte e sete anos de idade, de profissão empregado de laboratório químico no estado de solteiro

natural da freguesia e concelho de Aljustrel domiciliado e residente numa casa da rua José Falcão desta Vila de Aljustrel filho legítimo de Francisco Antonio Rasquinho no estado de casado de profissão moleiro natural da freguesia e concelho de Aljustrel e de Francisca Augusta Fortunata no estado de casada de profissão domestica natural da mesma freguesia e concelho ambos residentes nesta Vila e concelho de Aljustrel

e a **noiva** Victoria Emilia Valente de vinte e seis anos de idade, de profissão domestica no estado de solteira

natural da freguesia e concelho de Aljustrel domiciliada e residente numa casa dos Quartéis de Vale de Oca da freguesia e concelho de Aljustrel filha legítima de Manuel da Silva Valente no estado de casado de profissão capataz natural da Silva Escura, concelho de Sines de Vouga e de Emilia Augusta da Silva no estado de casada de profissão domestica natural da mesma freguesia e concelho ambos residentes nesta freguesia e concelho de Aljustrel.

e declararam, perante mim e as testemunhas adiante nomeadas, que de sua livre vontade desejavam celebrar, como por êste acto celebram, o seu casamento segundo o regime de Comunhão geral de bens.

Modêlo 203 de Coelho & Silva, Lda — Pôrto

AVERBAMENTOS

Registo N.º 14-38

Processo N.º _____

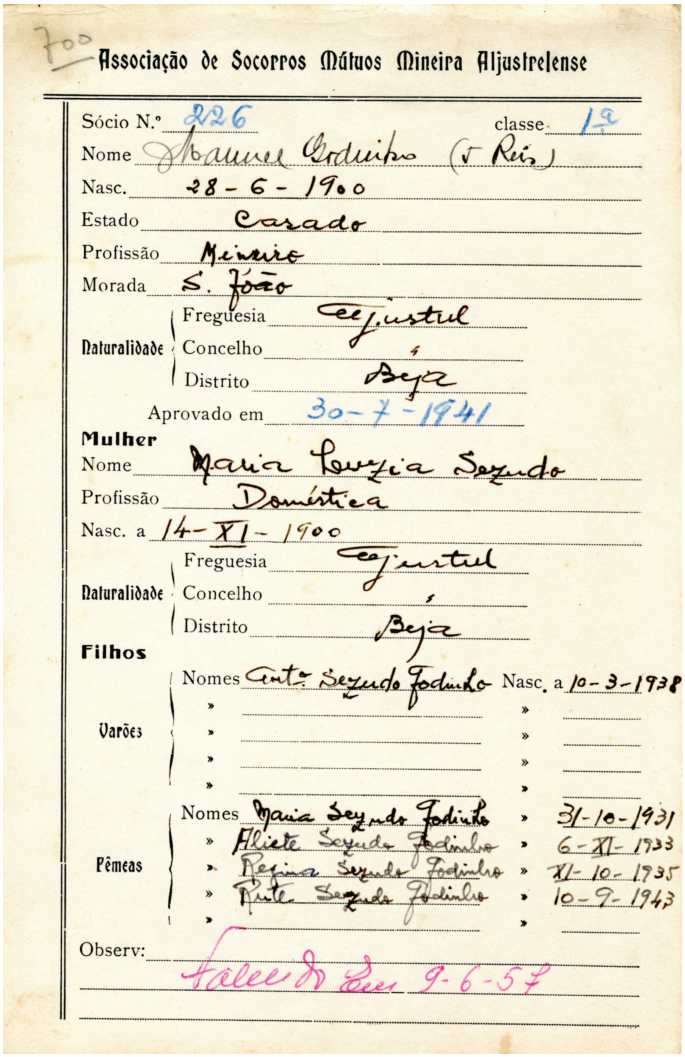
Maço N.º _____

N.B.: Dissolvido por óbito da mulher em vinte e nove de Maio. Doc. nº 83 pag. 3/3-83 Em um de Junho de mil novecentos e oitenta e três.

Assentos de nast. nºs 461 de 1913 e 59 de 1923

registo de casamento de Francisco Rasquinho com Victoria Valente Rasquinho, Aljustrel. 1940

Fonte: espólio Eng. Francisco Colaço



700

Associação de Socorros Mútuos Mineira Aljustrelense

Sócio N.º 226 classe 1ª

Nome Manuel Godinho (F Reis)

Nasc. 28-6-1900

Estado Casado

Profissão Mineiro

Morada S. João

Naturalidade: Freguesia Aljustrel; Concelho "; Distrito Beja

Aprovado em 30-7-1941

Mulher

Nome Maria Luzia Segundo

Profissão Doméstica

Nasc. a 14-XI-1900

Naturalidade: Freguesia Aljustrel; Concelho "; Distrito Beja

Filhos

Varões:
- Nomes Antº Segundo Godinho Nasc. a 10-3-1938
- »
- »
- »
- »

Fêmeas:
- Nomes Maria Segundo Godinho » 31-10-1931
- » Aliete Segundo Godinho » 6-XI-1933
- » Regina Segundo Godinho » XI-10-1935
- » Rute Segundo Godinho » 10-9-1943
- »

Observ: Faleceu em 9-6-57

ficha do Mineiro Manuel Godinho, Farmácia Montepio, Aljustrel.
Fonte: espólio Eng. Francisco Colaço



Polícia Internacional
e de Defesa do Estado

Autorização de Residência N.º 2732

Está autorizado a residir em Portugal, até 31 de Dezembro de 1948,

o sr. Charles Vincent Merckx

de nacionalidade belga nascido em 7/1/1881

dente em Av. Estgares, nº 10 - Aljustrel

Lisboa, 8 de Março de 1948

Pelo DIRECTOR

Proc. ind. n.º 7807

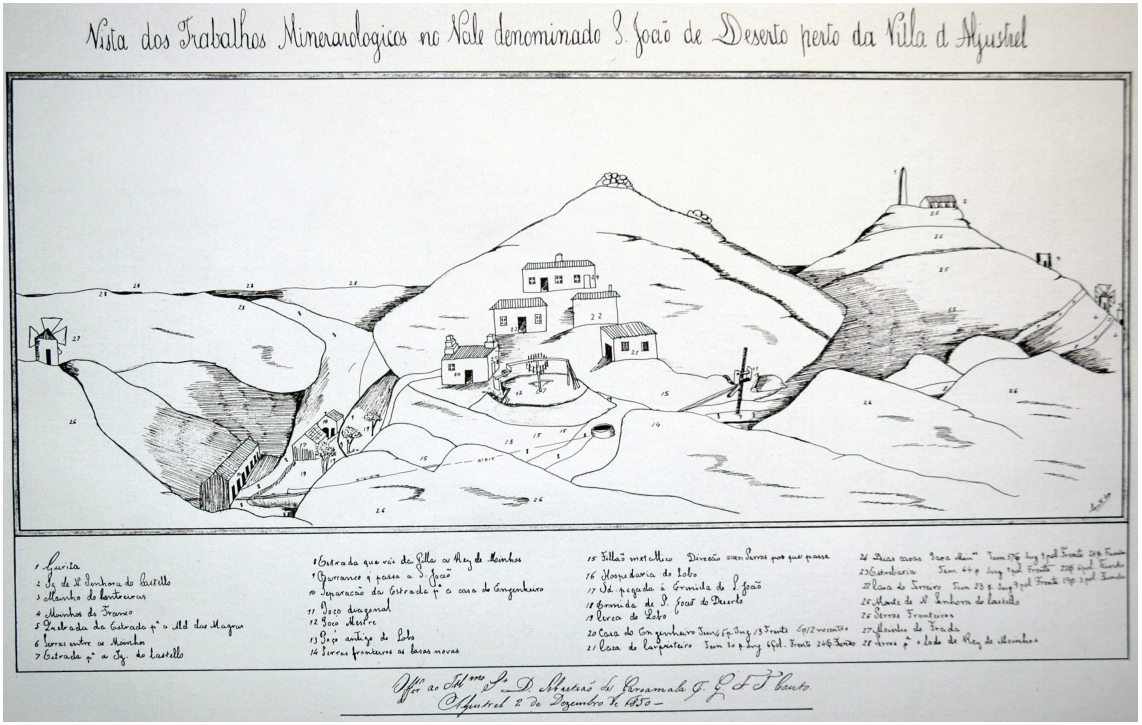
Modelo 451 — 200 Bl. c/ 50 fls. — 12-946

documento de Autorização de Residência de Charles Vincent Merkx, Aljustrel.
Fonte: espólio Eng. Francisco Colaço

Anos	Freguesias							Total
	Aljustrel	S. J. Negrilhos	Ervidel	Messejana	Roxo	Alvalade	R. Moinhos	Concelho
1801	1.460	416	904 (a)	1380 (b)	256 (c)	1056 (c)		**1.876**
1849	1.987	698	1.593	2149 (b)	(d)	911 (b)		**4.278**
1856	1.931	685	1.565	1.098	(d)	620		**5.899**
1866	2.235	735	1.900	1.124		(d)		**5.994**
1876	3.250	673	1.921	1.002				**6.846**
1885	4.020	940	2.000	1.120				**8.080**
1892	2.961	555	2.202	1.151				**6.869**
1911	6.594	1.619	2.388	1.699				**12.300**
1940	9.397	2.114	3.152	2.572				**17.235**
1950	9.590	2.610	3.073	2.648				**17.921**
1960	9.561	2.562	2.737	2.675				**17.535**
1970	7.473	2.539	1.993	1.779				**13.784**
1981	6.513	2.136	1.615	1.214				**11.478**
1991	6.095	2.056	1.599	1.303			937	**11.990**
2001	5.559	1.723	1.309	1.112			864	**10.567**
2011	5.127	1.468	1.005	894			740	**9.234**

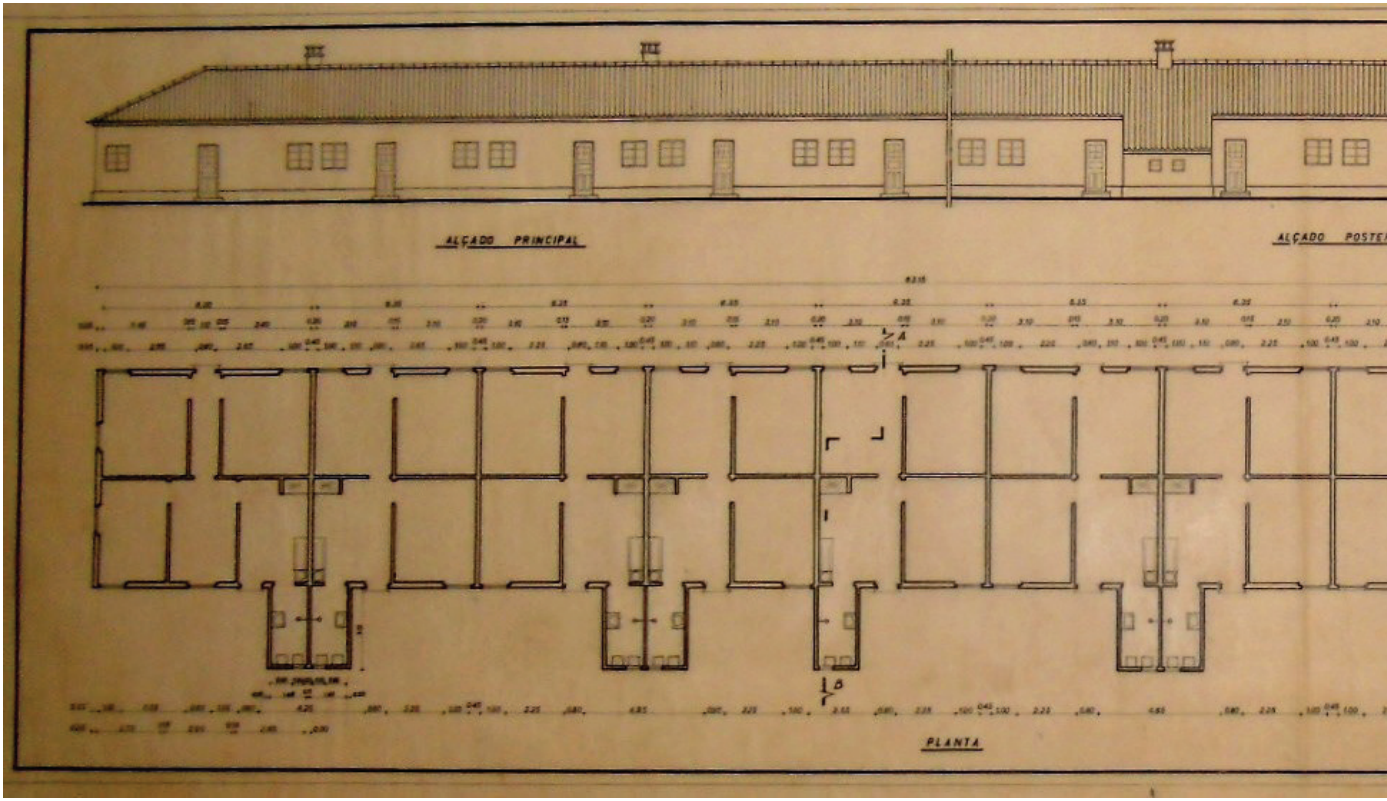
(a) pertencia ao concelho de Beja (b) concelho de Messejana (c) concelho de Alvalade

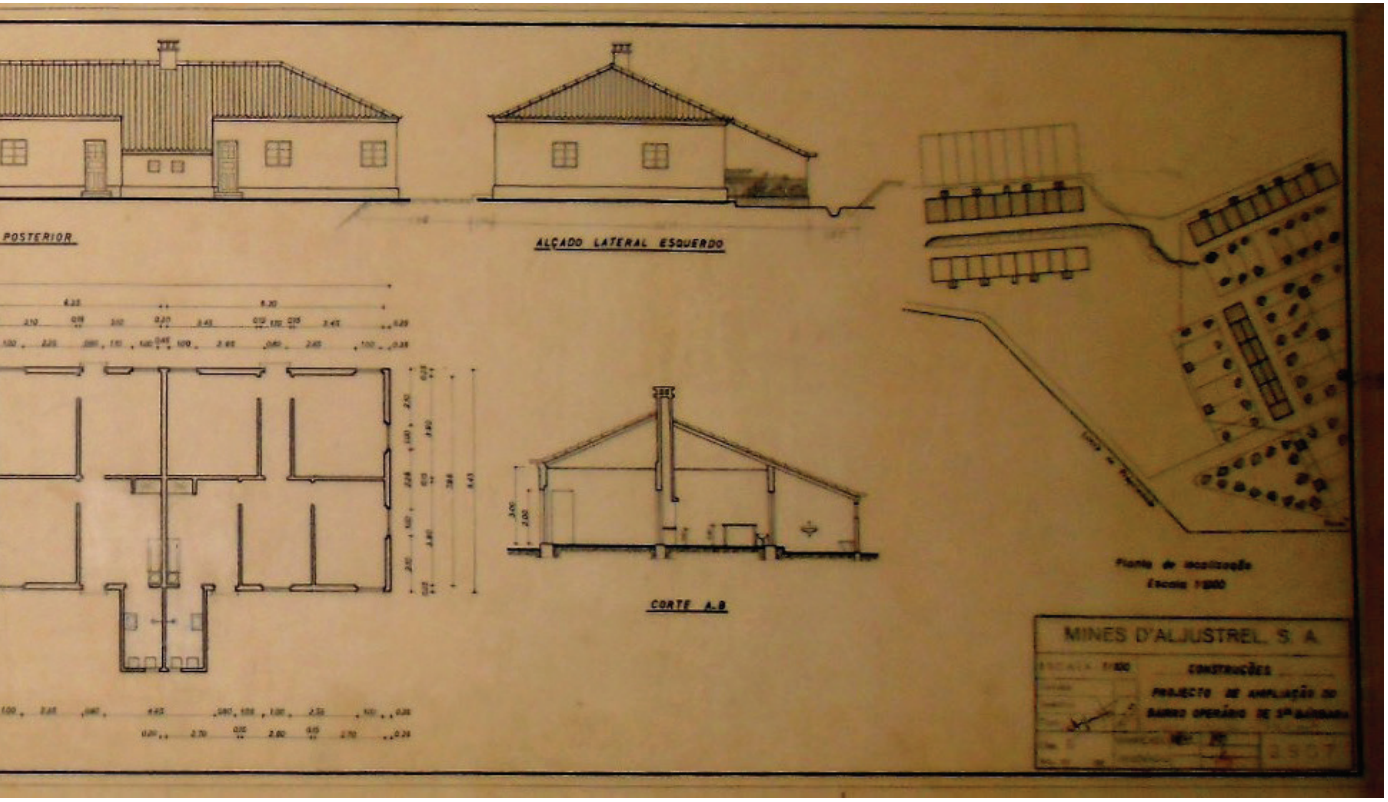
evolução da população no concelho de Aljustrel (1801-2011).
Fonte: Censos



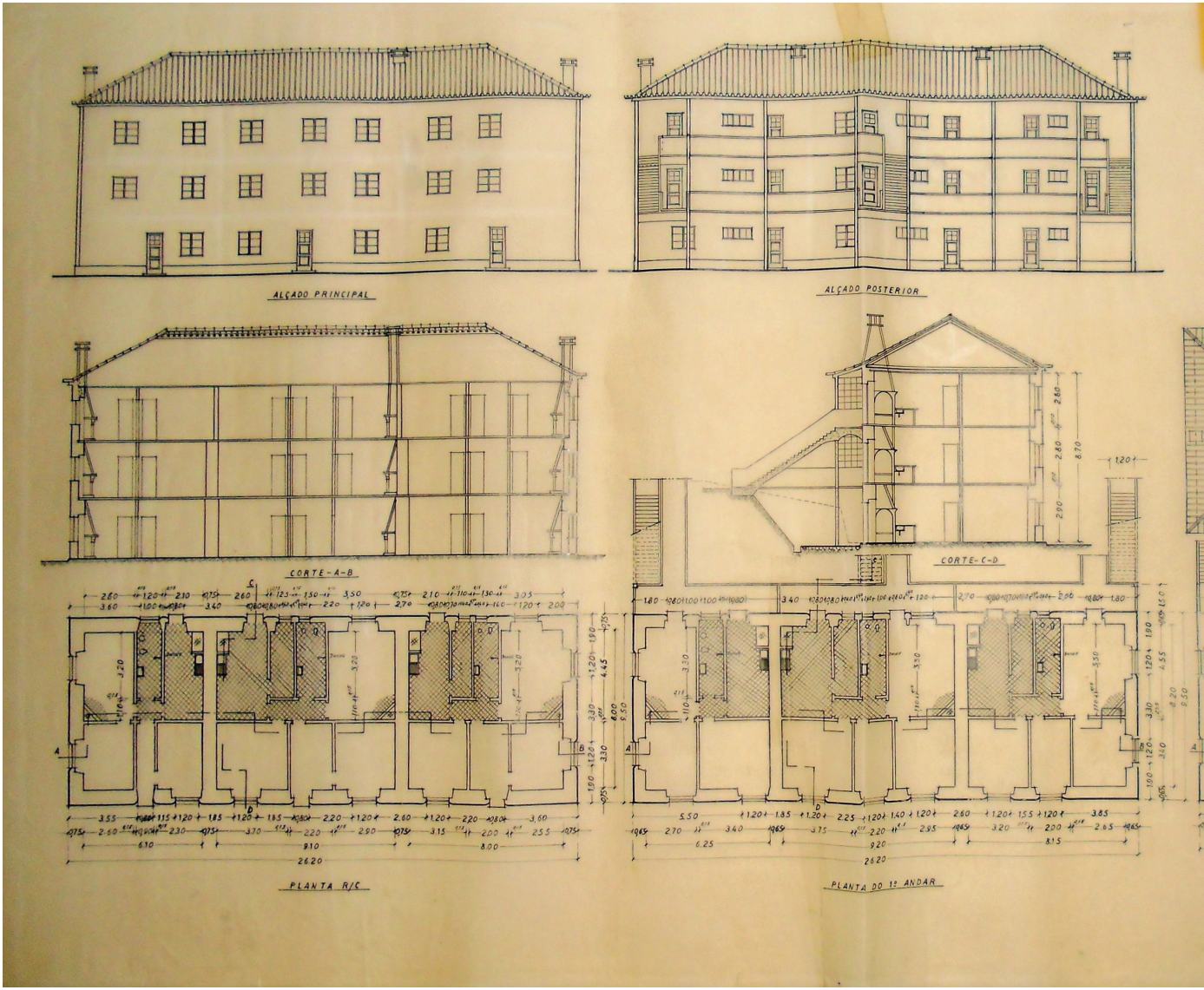
primeira gravura do antigo bairro mineiro de São João, Vista dos trabalhos Mineralogicos no vale denominado S. João do Deserto perto da Villa de Aljustrel.
2 de Dezembro de 1850

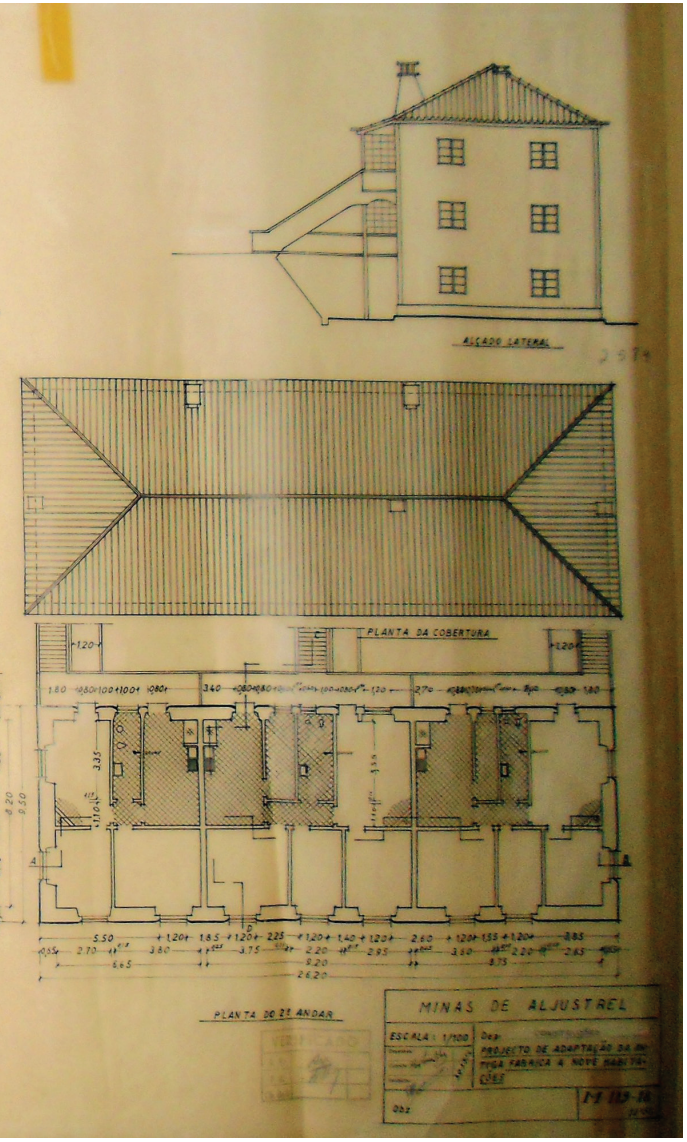
Fonte: ALVES, Helena; COSTA, Teresa; MARTINS, Artur- 2000 anos de Mineração em Aljustrel. Aljustrel: Museu Municipal de Aljustrel, 2003, p.63.


ALÇADO PRINCIPAL
PLANTA

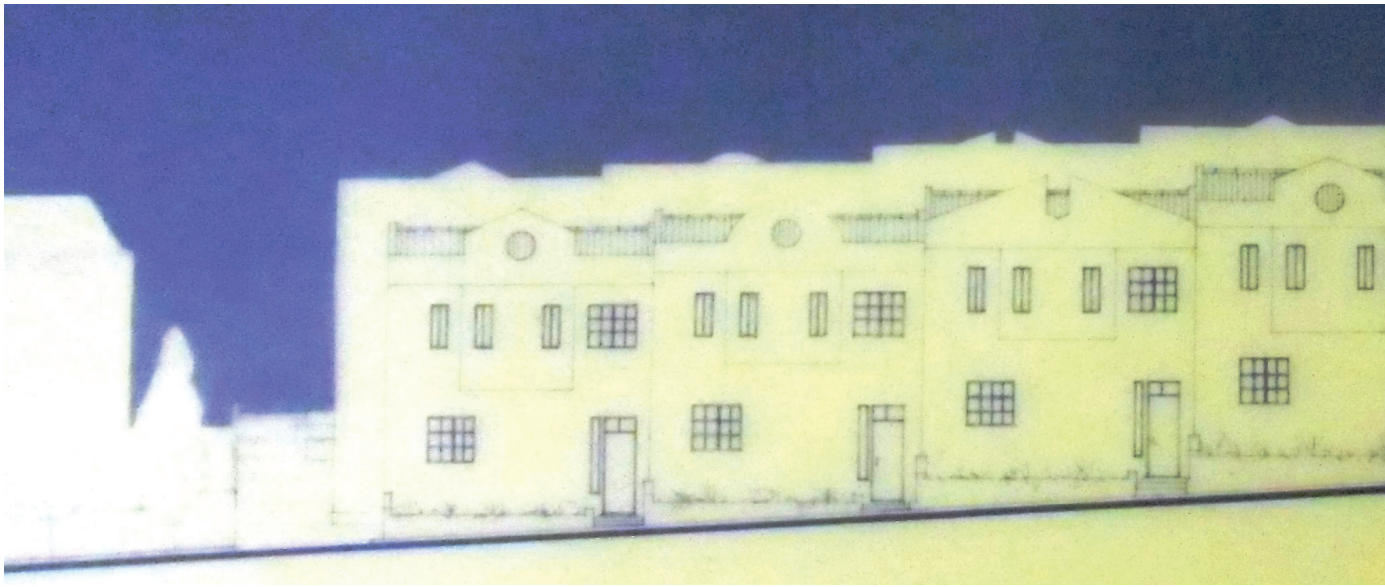


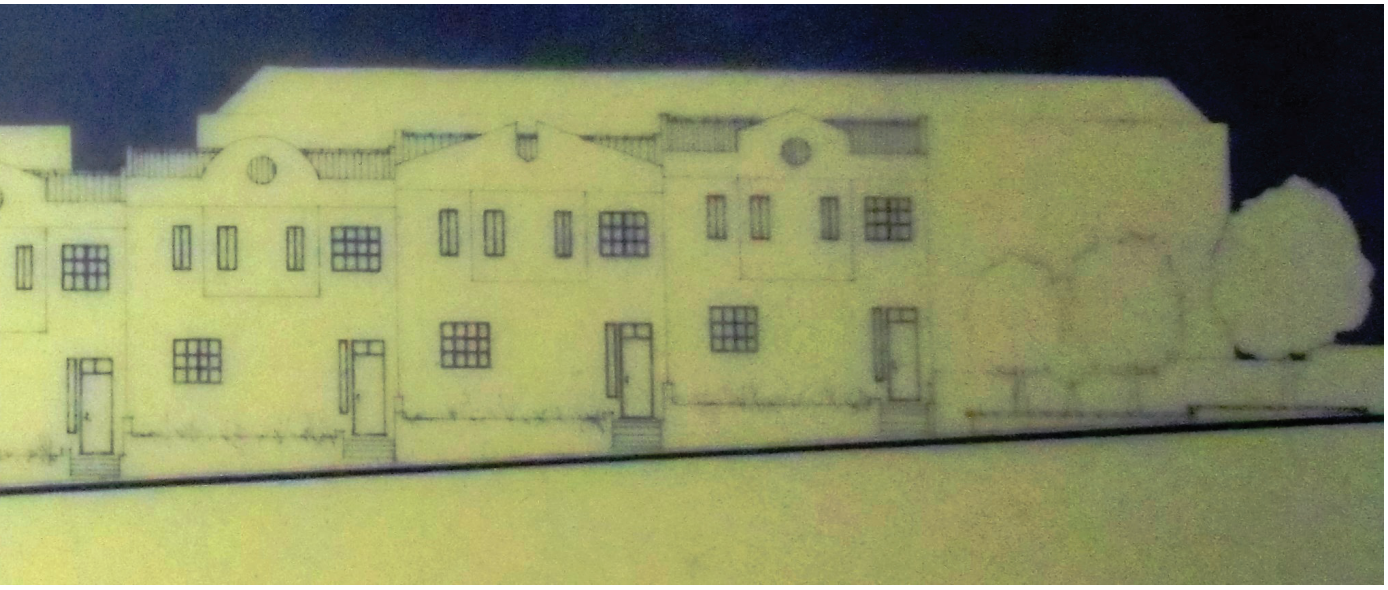
projecto de uma das bandas residenciais do Bairro de Santa Bárbara
em Vale d'Oca, Aljustrel.
1966


ALÇADO PRINCIPAL
ALÇADO POSTERIOR
CORTE-A-B
CORTE-C-D
PLANTA R/C
PLANTA DO 1º ANDAR



conjunto de habitação colectiva a Moagem, Aljustrel.
1954





conjunto residencial as 11 casas, Aljustrel.
arquitectos Pedro da Cunha Paredes e Jorge Costa, 1989-91

Entrevista feita ao Arquitecto Pedro da Cunha Paredes, projectista das 11Casas, caso de estudo dos técnicos superiores.

Como surgiu a possibilidade de projectar um conjunto residencial para os trabalhadores das Minas de Aljustrel?
PCP: A história é interessante. O Engenheiro António Nobre Góis, o Presidente do Concelho de Administração naquela época, conhecia-me de longa data, como amigo da família. Na altura, eu trabalhava na Câmara Municipal de Alcácer como Arquitecto, era chefe da Divisão de Projectos, trabalhei aqui cinco anos. Um dia o Engenheiro Nobre Góis, vindo de Aljustrel, passa por Alcácer, encontra-se comigo e diz-me "Preciso de ti ali nas Minas, estou farto de Engenheiros, fazem intervenções nas casas muito secas, eficientes, muito baratas, mas falta ali arte. Paredes, queres ir ali dar um jeito?", sendo ele próprio Engenheiro. Ao que eu respondi "Quero sim senhora". E foi assim que tranquilamente começou. O convite foi absolutamente informal. E então, entrou um Arquitecto na equipa, como prestador de serviços, na equipa de Projecto. Ao início, foi uma fita e houve imensa resistência por parte dos engenheiros civis e desenhadores técnicos que lá estavam, porque achavam que a arte na Mina não era necessária, mesmo que as casas fossem fora da Mina. A minha primeira intervenção foi nos Escritórios Centrais, uma pequena obra de arranjo, mas foi uma revolução. Consideravam um nojo, um horror, um desperdício. Passados seis meses de colaboração já se dizia "Afinal os arquitectos fazem falta.". É engraçado, porque passou de uma guerra a um namoro e a certa altura eram eles que pediam mais projectos e mais intervenções, acabando por fazermos ali projectos durante dois ou três anos. Ao ponto de me darem tanto trabalho que eu saí da Câmara de Alcácer. De alguma forma, as Minas foram as culpadas da minha saída da Câmara, passar para trabalhador liberal, durante vinte anos. Um projecto que me mudou a vida.

A encomenda do projecto tinha um programa rígido? Número de fogos, tipologias?
Ou a empresa estava aberta a propostas?
PCP: A partir de uma intervenção, que me parece ter sido feliz, nos Escritórios Gerais, passei a ter luz verde. Completamente. Ganhou-se uma confiança tal que se limitavam a dizer aquilo que pretendiam. Fui lá mostrar os primeiros esboços e diziam-me "Continue". Toda a minha vida profissional assim foi. Ganha-se uma relação de confiança, em que as pessoas nos tratam como "Meu Arquitecto", tal como o "Meu Médico".

Em algum momento lhe foi especificado a categoria profissional que iria ocupar as residências?
PCP: Foi muito bem definido, como Engenheiro que era, foi muito objectivo. Precisava de um conjunto de onze fogos, tinha aquele terreno na Avenida de Algares, precisava de alojar onze técnicos superiores, queria que fossem aquele número de tipologias e que custa-se tal. Acabou. No resto, tive luz verde. É claro que mostrava o projecto periodicamente. Íamos lá uma vez por semana, com um rolinho de papel debaixo do braço, faziam pequenos reparos, mas davam muita liberdade.

O facto dos futuros residentes pertencerem a um grupo de funcionários com habilitações académicas permitiu-lhe ter à disposição um orçamento confortável?
PCP: Razoavelmente confortável. Deixe-me dizer-lhe que, como Arquitecto, gosto muito de trabalhar com orçamentos baixos. É muito mais estimulante. Um dos edifícios mais interessantes que eu fiz em Aljustrel, um Balneário junto ao Bairro de São João do Deserto, foi feito com um orçamento miserável. Mas adorei fazer o projecto. Odeio trabalhar sobre um terreno enorme e com um orçamento enorme. É muito mais interessante de tiver desníveis, uma pedra ou uma árvore a meio. Quanto mais retorcido, mais interessante. E há imensos exemplos disso mesmo. Nomeadamente o projecto do Estádio do Braga, do Souto de Moura, que foi meu professor. Eu sou da Escola Superior de Belas-Artes do Porto e não da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. O Souto de Moura, o Siza Vieira e Alcino Soutinho foram meus professores, mas eu fui um péssimo aluno. Eu acho que os arquitectos, bons ou maus, e eu acho que sou um mau arquitecto, gosto é muito do que faço. O Souto Mouro fez o estádio numa pedreira, que não fazia sentido sem a pedreira. E não teve nada que fazer. O genial é fazer simples. Ele viu a evidência e eu penso que é esse o segredo dos bons arquitectos. Para além de trabalhar, claro.

Teve oportunidade de conhecer as habitações existentes dos restantes trabalhadores das Minas de Aljustrel? Os bairros operários mineiros, as casas dos empregados, dos técnicos ou da administração?
PCP: Sim. É sempre a primeira coisa que faço, como projectista, é meter o nariz em tudo o que há feito na zona. Sentir nas várias horas do dia, o tipo de luz, o que já está feito, como é que as pessoas utilizavam, etc.

Esse conhecimento influenciou o seu projecto?
PCP: De alguma forma sim, apesar de este projecto não ser para a mina. Ou seja, podia ser feito noutro sítio. É algo pouco condicionado. E como é feito para quadros superiores, é feito para pessoas que viviam em Lisboa, ou talvez Paris, não interessa. Não havia muito essa pressão.

Qual foi a receptividade da empresa aos apontamentos pós-modernos projecto?
PCP: Se quer que lhe diga, eu sou adepto de uma arquitectura intemporal. E os grandes projectos de arquitectura, como a Casa de Chá da Boa Nova, em Leça da Palmeira do Siza, são projectos extremamente simples. Porque estão agarrados à natureza, tornando-se intemporais. Eu acho que daqui a quatrocentos anos alguém ainda achará a Casa de Chá da Boa Nova bonita, tal como a Gulbenkian. São edifícios intemporais. Aqui, não são intemporais. A arquitectura é muito datada, muito pós-modernista. Olha-se e vê-se logo. Até as floreiras são neobarrocas. Há para aqui uma grande confusão. No fundo, há um projecto de exteriores muito neobarroco, cheio de volutas, há o projecto pós-moderno nos alçados e no interior uma intervenção mais seca. Conseguimos ver uma certa racionalidade, que só é interrompida pela mezzanine no segundo piso, formando o duplo pé direito da sala. Diria que este projecto é de alguém ainda pouco maduro e que tinha de entrar em compromisso com o meu colega Jorge Costa, que foi co-autor, apesar de ter tido uma participação menor que a minha. Podemos observar alguma imaturidade. Este edifício

não é intemporal. Ainda andava à procura de coisas, havendo uma certa mistura. Eu, hoje em dia, faria um projecto mais intemporal, menos datado. Não diria, necessariamente, que faria um projecto geometricamente mais simples, gosto de superfícies complexas, mas seria menos da moda daquele dia porque no dia depois já não tem graça.

E a receptividade da comunidade?
PCP: Um horror. Ao princípio, o conservadorismo falou mais alto. As pessoas pensavam "Que loucura. O que é que o Engenheiro Nobre Góis deixou aqui fazer?", mas com o tempo, acho que as pessoas gostam. Acho que acham graça ao projecto, porque de alguma forma também ganhou pátina e acabou por se integrar. Mas na altura foi uma ruptura e eu não desejava essa ruptura, até porque se encontra num ambiente conservador e fez escândalo.

Tem conhecimento das inúmeras alcunhas pelo qual o conjunto ainda hoje é conhecido? As Pintarolas, Benettons, Lápis de Cor?
PCP: (risos) Por acaso não sabia, mas estava-se mesmo a ver que ia ganhar alguma alcunha. Mas é um efeito interessante. Apesar de eu não querer provocar a ruptura. Se todos os arquitectos procurassem uma arquitectura de ruptura, as Avenidas seriam uma berraria desgraçada. Os arquitectos devem criar uma arquitectura de continuidade, mas aceito as alcunhas, significa que as pessoas acabaram por achar graça. Era inovador e rompia com o conceito da casa do operariado. Introduzi alguma alegria e frescura. Mas não foi um desejo meu, até porque tenho noção das minhas limitações. Um arquitecto deve procurar integrar-se no conjunto, fazendo uma arquitectura de continuidade. Apesar de haver colegas que não concordam comigo. Se não provocar ruptura, desistem do projecto. Aqui, resultou aqui. Provavelmente pela influência do Arquitecto Jorge Costa, que na altura era mais inexperiente que eu e necessitava de se afirmar. Mas acho que as pessoas vivem nas casas gostam delas, principalmente da zona do duplo pé direito e da mezzanine.

Actualmente, muitos residentes anularam o duplo pé direito, construindo outra divisão. O que lhe parece esta solução?
PCP: Não sabia. Pois, isto é tudo muito bonito, mas no dia-a-dia esta solução pode não ser muito confortável. Mas eu faria de outra maneira. Resolvia isso com a colocação de pequeno um ecrã na mezzanine, bem integrado, que possibilitasse fechar e abrir, porque esta relação é muito agradável. A sala deve ter perdido muito do seu encanto, apesar de terem ganho outra divisão.

Em retrospectiva, como foi a experiência de construir para uma entidade empregadora?
PCP: Respondo-lhe de uma forma mais genérica, porque eu tenho muitos anos de arquitectura. Só interrompi agora oito anos, para me dedicar à presidência da Câmara, mas tenho muitos anos de construção e arquitectura. Trabalhar para um cliente particular é muito mais difícil do que para uma firma. Eu, pratica-

mente, só trabalhei para firmas. Quando se trabalha para uma família, há um momento em que já está tudo feito e conseguimos que os donos gostem da solução encontrada. Contudo, vem uma prima, não sei de onde, que até é habilidosa e que transforma tudo. E de forma infantil, as pessoas pervertem um projecto todo e perde a coerência. Partem tudo. Trabalhar para privados é difícil e temos de engolir muitos sapos. É dramático para um arquitecto, apesar de eu viver bem com isso. Porque acho que as pessoas também têm esse direito. Numa firma, isso acontece menos. Aquilo não é do administrador, não é para ele, é um programa para cumprir. Para um arquitecto é muito mais interessante trabalhar para uma firma. No entanto, não desprezo que as famílias mereçam uma casa desenhada por um arquitecto. Temos de engolir uns sapos e quando passamos em frente às obras dizemos "Esta não é a minha solução, é a deles". Prefiro trabalhar com empresas. Trabalhei com Santas Casas da Misericórdia, Montepios, Casas do Povo e nesse sentido é mais interessante. Tem um programa, querem uma solução e não interferem no processo. Deixam o arquitecto fazer o seu trabalho. Mas estou a contradizer-se. Se procuro as contrariedades, trabalhar com uma família também é estimulante. Como é exemplo o drama das escadas. Numa família particular, o grande problema é sempre o espaço. O lote é pequeno e a família é grande. Dizem logo "Oh senhor Arquitecto, não são necessárias umas escadas assim tão grandes e com tantos degraus.". Nós dizemos que assim é melhor, mas querem uma escada que ocupe o menor espaço possível. E quando não é a família é o empreiteiro durante a obra. As escadas são o parente pobre da arquitectura para proprietários particulares. Aqui, como era para uma empresa, pude fazer as escadas como queria e acho que ficaram bem. Com patins intermédios, com degraus de espera, com tudo.

No contexto actual, considera que esta relação paternalista de empregador para trabalhador ainda faz sentido?
PCP: Absolutamente. Só isso dava um tratado. Na minha opinião, estamos até a regressar a esta solução. Todas as empresas do mundo já perceberem que muito mais do que pagar bem aos seus funcionários, ou estimula-los só pelo ordenado não é suficiente. A partir de certo nível, sobretudo para quadros superiores, o ordenado é pouco relevante. Qual é a diferença entre ganhar dez mil euros ou cinco mil euros? Já tem carro, já tem ginásio. É irrelevante. O importante é dar boas condições para ter os filhos na cresce, opções para praticar desporto. Mais do que nunca, retornamos a um conceito que nasceu com a Revolução Industrial, na transferência do século XVIII para o século XIX, que é garantir outras coisas aos seus trabalhadores. Estou a referir-me aos quadros superiores, que são exigentes noutras questões para além da remuneração. A habitação, os seguros de saúde, os ginásios. Acho que, mais do que nunca, este tipo de relação faz sentido. Se olharmos para as grandes empresas, Microsoft, Apple, Google, fazem entretenimentos para os seus funcionários vestirem a camisola e adquirirem espirito de grupo, apesar de lhes pagarem muito bem. Para os mineiros, não sei se será importante, porque não trabalhei para essa gama. O técnico valoriza ter uma casa boa e bonita e, eventualmente, fica amarrado e fiel à empresa. É um bom negócio para ambos.

BIBLIOGRAFIA

Monografia

ALVES, Helena; COSTA, Teresa; MARTINS, Artur- *2000 anos de Mineração em Aljustrel*. Aljustrel: Museu Municipal de Aljustrel, 2003.

ALVES, Helena; MARTINS, Artur – *ALJUSTREL, um olhar sobre as minas e as gentes no século XX*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, Julho de 2005.

ANDRADE, Ruy Freire de; FERREIRA, Octávio da Veiga; VIANA, Abel – *A exploração das Minas de Aljustrel, pelos Romanos*. Lisboa: Minerva Comercial, 1956.

ANDRADE, Ruy Freire de- *As Minas de Aljustrel, volume 4*. Lisboa: Boletim das Minas, 1967.

ARAÚJO, Norberto – *Peregrinações em Lisboa XI*. Lisboa: Vega, 1993.

BENTO, Miguel da Conceição – *Vida e morte numa mina do Alentejo* – Pobreza, Mutualismo e Provisão Social. Castro Verde: 100 Luz, 2013

CAMPOS, Jorge de – *As Minas na Toponímia de Portugal*. Lisboa: Edição do Autor, 1944.

FÉLIX, António Bagão – *Trinta Árvores em Discurso Directo*. Porto: Sextante Editora, Março de 2013.

GALAMBA, António Lains; CHICHORRO, Roberto – *Mineiros de Aljustrel – nas barrenas da memória, Trabalho e Resistência sob o Fascismo*. Aljustrel: Edição de Autor, Novembro de 2011.

GUIMARÃES, Paulo – *Crónica da Ordem Pública, 1861-1932*. Aljustrel: Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul, 1984.

GUIMARÃES, Paulo – *Indústria, Mineiros e Sindicatos*. Lisboa: ISCTE – Instituto de Ciências Sociais, 1989.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo – *Indústria e conflito do meio rural – Os mineiros alentejanos (1858-1938)*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS-UE, Dezembro de 2001.

HENRIQUES, Arthur Alberto de Campos- *Estatutos do Monte-Pio Aljustrelense*. Évora: Typographia Gutenberg, 1904.

JONES, Isabel; MATIAS, Luís; MATIAS, Francisco; VIDIGAL, Rogério – *Minas Aljustrel*. Aljustrel: Dividendo Edições, Setembro de 2007.

LIMA, João Covas – *Torre de (Ho)menagem, Crónicas de um Homem do Alentejo*. Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2010.

LOBATO, Padre João Rodrigues – *Aljustrel – Monografia*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, 1983.

MATTOSO, José – *História de Portugal – Antes de Portugal – Volume I*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MORAIS, Jorge – *Rua do Ácido Sulfúrico – Patrões e Operários: um Olhar sobre a CUF e o Barreiro*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2008.

MOREIRA, Eduardo Maria – *Do Fundo das Minas de Aljustrel ao Interior da Selva de Moçambique*. Aljustrel: Edição de Autor, Janeiro de 2013.

RASQUINHO, Francisco – *Filhos de Aljustrel, Crónicas*. Lisboa: Edição de Autor, 1976.

RASQUINHO, Francisco – *Os Três Isidoros de Aljustrel e Outros Contos*. Lisboa: Edição de Autor, 1977.
RODRIGUES, Paula – *Vidas na Mina: Memórias, Percursos e Identidades*. Oeiras: Celta Editora, Outubro de 2005.
VICTOR, Francisco Soares- *Estatutos da Sociedade Cooperativa, A Bemfeitora*. Lisboa: Typographia de Francisco Silva, 1907.

Trabalhos Académicos

COELHO, Alda; COELHO, Ana; MARQUES, Catarina; OLIVEIRA, Margarida; GOMES, Samuel – *Vila de Aljustrel*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2006. (feito no âmbito da cadeira de História da Arquitectura Portuguesa)
FONSECA, Inês – *Trabalho, Identidade e Memórias em Aljustrel*. Lisboa: 100 Luz, 2007.
LUZ, Maria Manuel Pereira da – *A endogamia como factor e efeito da Integração Social num Bairro de Aljustrel*. Évora: Universidade de Évora, 1987. (feito no âmbito da cadeira de Integração Social e Permanência de Valores, na Universidade de Évora)

Periódicos

COLAÇO, Francisco Palma – *O Concelho de Aljustrel: Subsídios para a sua História*. Vipasca, Aljustrel, v. 10, Outubro de 2010.
GOUVEIA, João – *As Minas de Aljustrel*. Serões, Novembro 1907.

Documentos Electrónicos

CAETANO, David – As Salinas Reais de Arc-et-Senans. Consult. 10 Julho. 2013. Disponível em WWW:<URL:http://dokatano.blogspot.pt/2010_07_01_archive.html>
Partido Comunista Português – Laboração da Mina de Aljustrel. Consult. 11 Julho. 2013. Disponível em WWWW:<URL:http://www.pcp.pt/labora%C3%A7%C3%A3o-da-mina-de-aljustrel>
Ulma Architectural Solutions – Fachadas Ventiladas Ulma. Consult. 27 Agosto. 2013. Disponível em WWWW:<URL: http://www.ulmaarchitectural.com/pt/fachadas-ventiladas/>

Audiovisuais

DUARTE, João Pedro – *ALJUSTREL VILA MINEIRA, documentário histórico-educacional*. Aljustrel: Ervilha Maravilha, 2009. 1 DVD (68 min.).

Fontes Directas

PAREDES, Pedro da Cunha – Entrevista por Rita Patinha Dias. Alcácer do Sal, Portugal. 16 Julho. 2013.

vertente prática


grupo


marca
texto
espaço

a marca

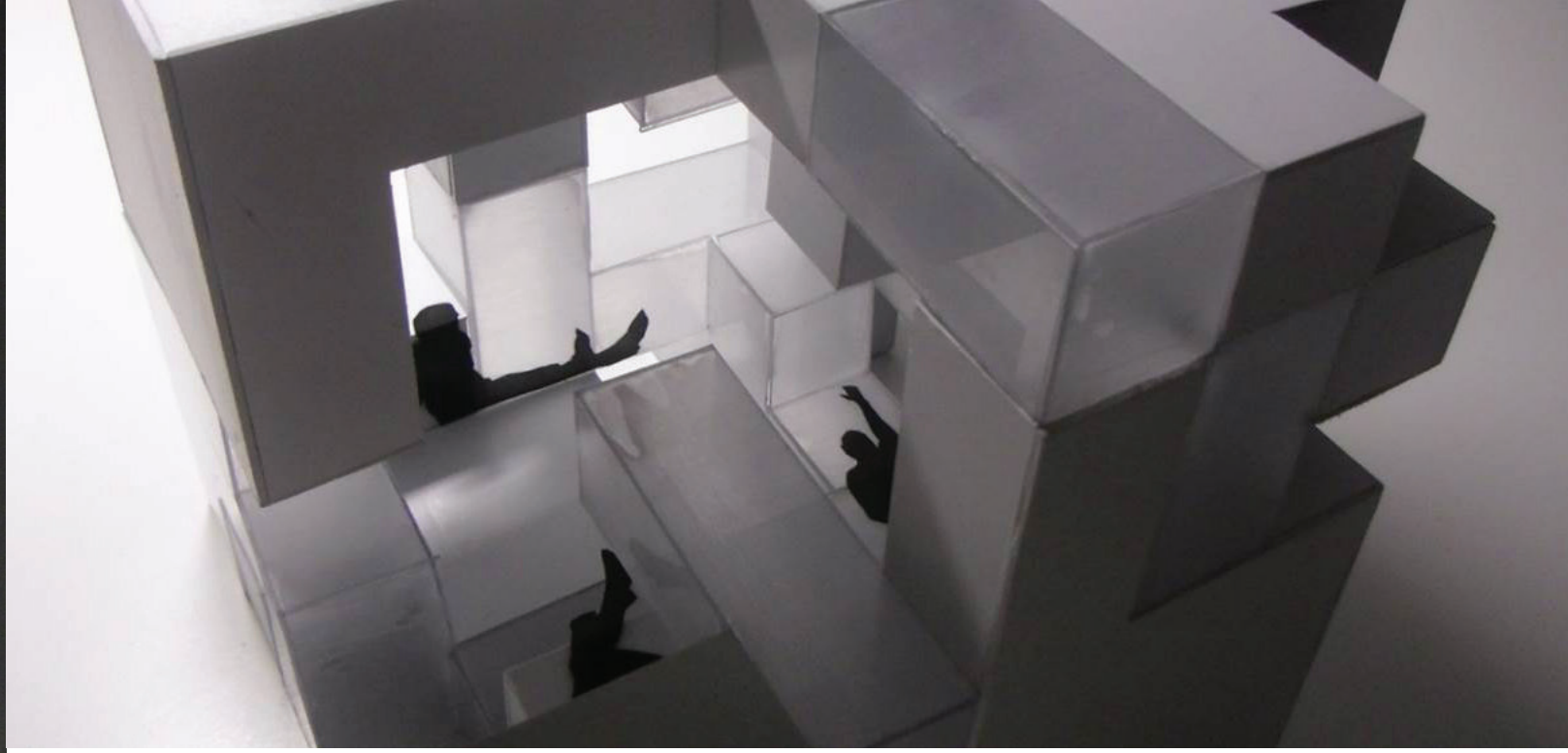
A partir de um objecto de uso comum, o cubo Rubik, produzímos a marca gráfica, usando o cubo como carimbo embebido em tinta-da-china, sobre papel cavalinho, num processo de repetição, sobreposição e rotação do objeto.



o texto

"Se comparássemos uma divisão de residência japonesa com um desenho a tinta-da-china, os *shōji* corresponderiam à parte em que a tinta está mais diluída e o *toko no ma* ao sítio em que se encontra mais espessa. De cada vez que contemplo um *toko no ma*, essa obra-prima do requinte, fico maravilhado por constatar até que ponto os Japoneses conseguiram penetrar nos **mistérios da sombra**, e com que engenho souberam utilizar **jogos de luz e sombra**. E isto sem visar especialmente um efeito determinado. Numa palavra, sem outro suporte para além de simples madeira e paredes nuas, compôs-se um espaço recatado onde os **raios luminosos** que aí deixamos penetrar produzem, aqui e além, **recantos** vagamente escurecidos. E no entanto, contemplando as **trevas** escondidas atrás da viga superior, em redor de uma jarra de flores, sob uma prateleira, e sabendo perfeitamente que são sombras insignificantes, experimentamos a **sensação** de que, nesses locais, o ar encerra uma **espessura de silêncio**, que uma **serenidade** eternamente inalterável reina nessa **escuridão**. Afinal, quando os Ocidentais, falam de "mistérios do Oriente", é bem possível que se refiram a essa **calma** um pouco **inquietante** que a sombra segrega quando possui essa qualidade. Eu próprio, nos meus tempos de criança, quando arriscava uma olhadela ao fundo do *toko no ma* de um salão ou de uma "biblioteca", que os **sol** nunca aflora, não conseguia evitar uma indefinível apreensão, um calafrio. Mas onde está, então, a chave do mistério? Muito bem, vou trair o segredo: vendo bem, é apenas a **magia da sombra**; expulsem essa sombra que se forma em todos os recantos e o *toko no ma* regressará imediatamente à sua realidade banal de **espaço vazio e nu**. Porque foi aí que os nossos antepassados se mostraram geniais: souberam conferir ao universo de sombra deliberadamente criada, delimitando um espaço rigorosamente **vazio**, uma qualidade estética superior à de qualquer fresco ou decoração. Aparentemente, trata-se apenas de um puro artifício, mas de facto as coisas são muito menos simples que isso." (Tanizaki, 2008: 45-46).


o espaço

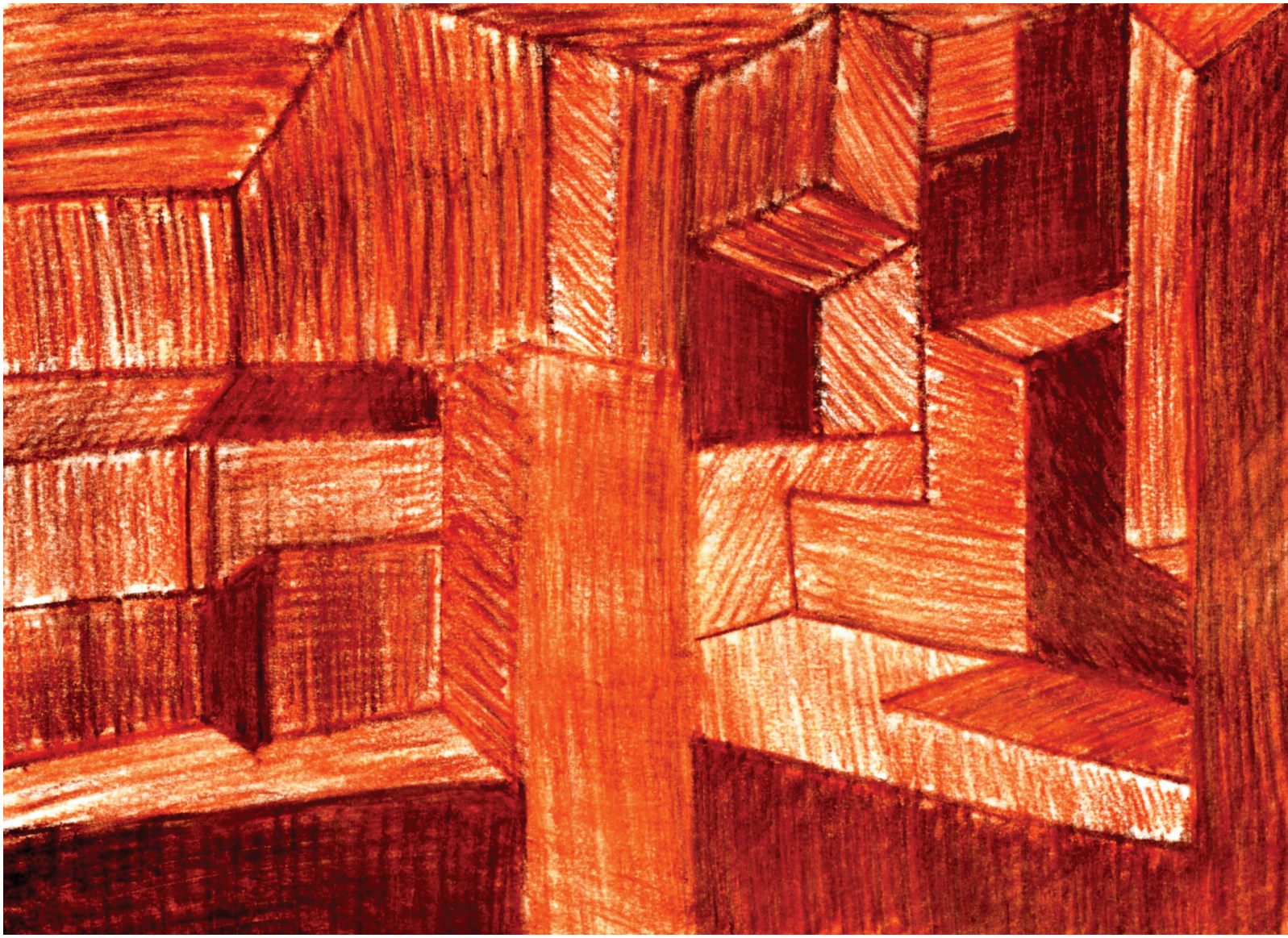








Esquiço espacialidade Rita Patinha Dias
sépia e sanguínea



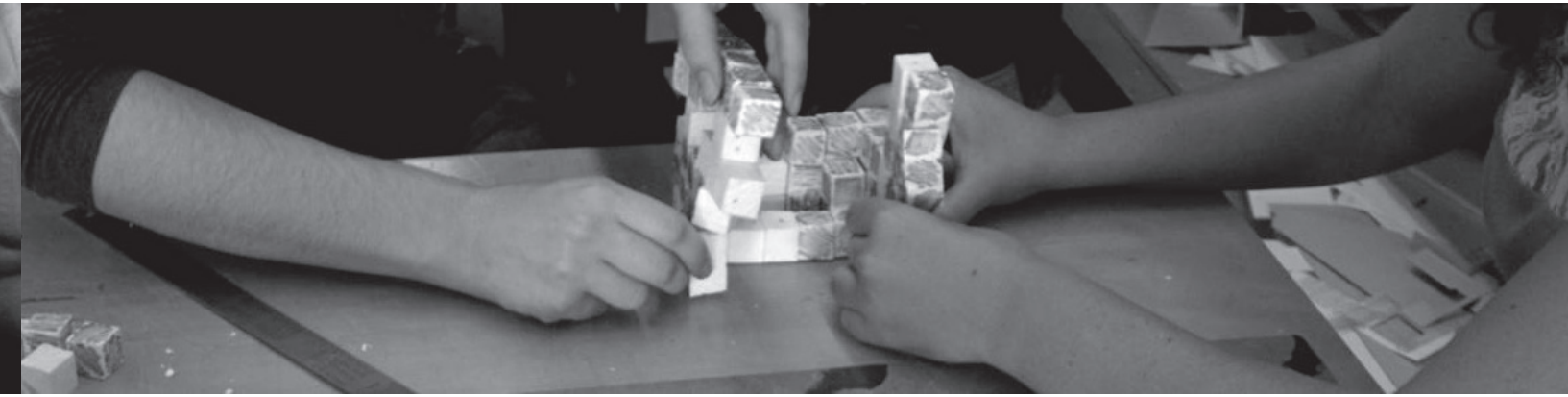


Secções do objeto





storyboard



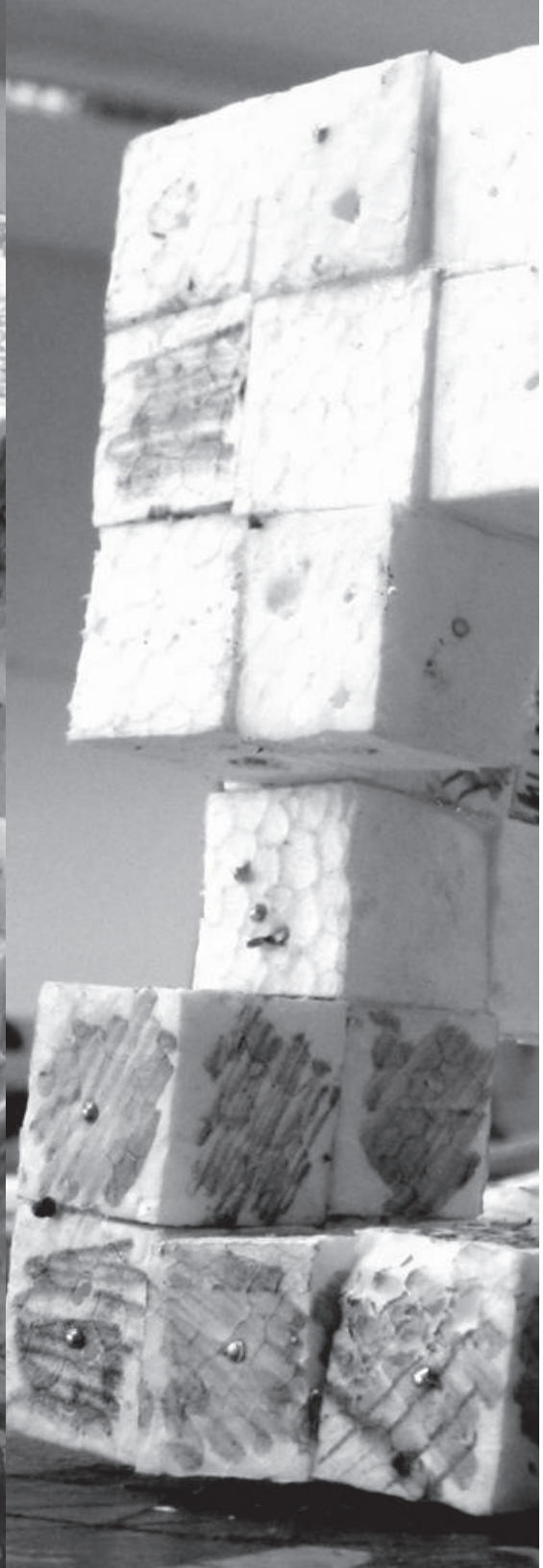


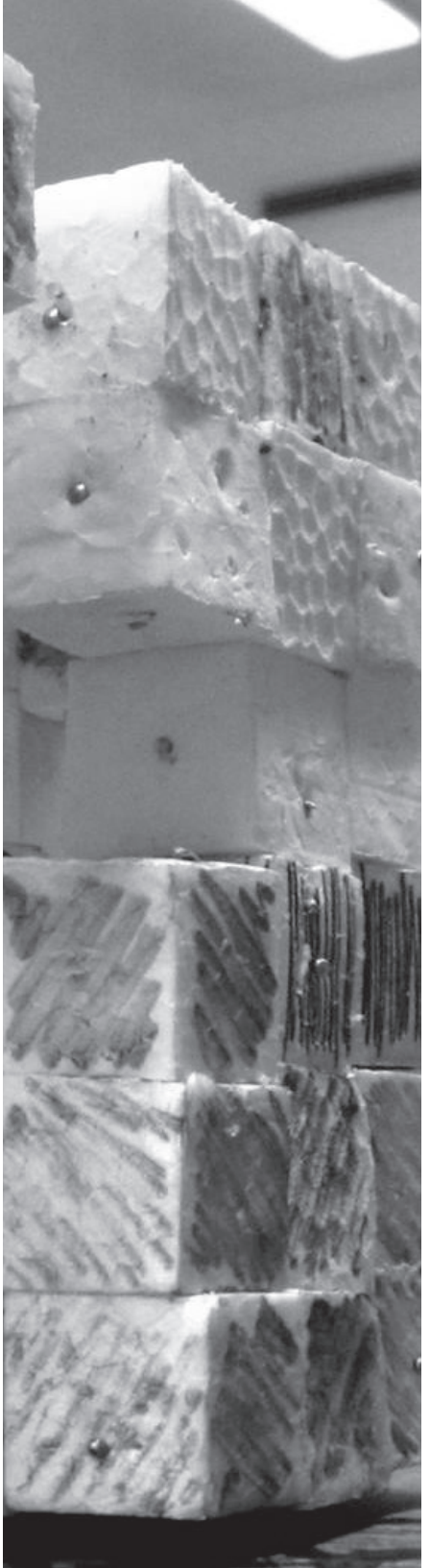


Maqueta de estudo










bafatá



Mais do que uma simples resposta formal ao programa, a nossa proposta parte de uma reflexão sobre o sítio. Um confronto entre a arquitetura funcional pré-existente, o hospital, com uma estrutura que, apesar de efémera, deixa uma marca simbólica da sua presença, oferece um novo caráter à cidade: uma maior abertura à diversidade cultural, muito caraterística de Bafatá.







o lugar

O projecto do Centro Interpretativo será implantado junto ao hospital, relacionando-se com a avenida principal da cidade e a rua que culmina na casa onde nasceu Amílcar Cabral. Esta localização é estratégica pela sua proximidade com a entrada da cidade e com o seu eixo estrutural urbano, ao longo do qual surgem os edifícios públicos.

O Hospital de Bafatá, anterior Enfermaria Mista, foi projetado em 1946, pelo arquiteto João Simões enquanto funcionário do Gabinete de Urbanização Colonial. Trata-se de um edifício que se desenvolve apenas num piso térreo, assente sobre um embasamento. Da volumetria simétrica, destaca-se um corpo central de frontão triangular ladeado por galerias alpendradas que permitem a ventilação do edifício e o protegem do calor. O edifício segue uma filosofia de desenho pragmática, que pretende resolver os problemas inerentes ao clima caraterístico do sítio, juntamente com um entendimento moderno do programa com uma linguagem de configuração tradicionalista portuguesa. É possível afirmar que o Hospital de Bafatá é uma obra de arquitetura tropical assente em princípios funcionais, construído, segundo a linha de pensamento de João Aguiar em L'Habitation dans les pays tropicaux, "com caraterísticas especiais adaptadas ao clima, exigindo a adoção de elementos de proteção destinados a contrariar a influência de agentes climáticos" (Milheiro, 2011, p.10). Neste contexto, propomos confrontar a funcionalidade extrema do desenho de João Simões, com a ideologia inerente ao efémero e à forma do Centro Interpretativo, acentuado pela informalidade dos percursos pedonais existentes, integrados na nossa proposta.

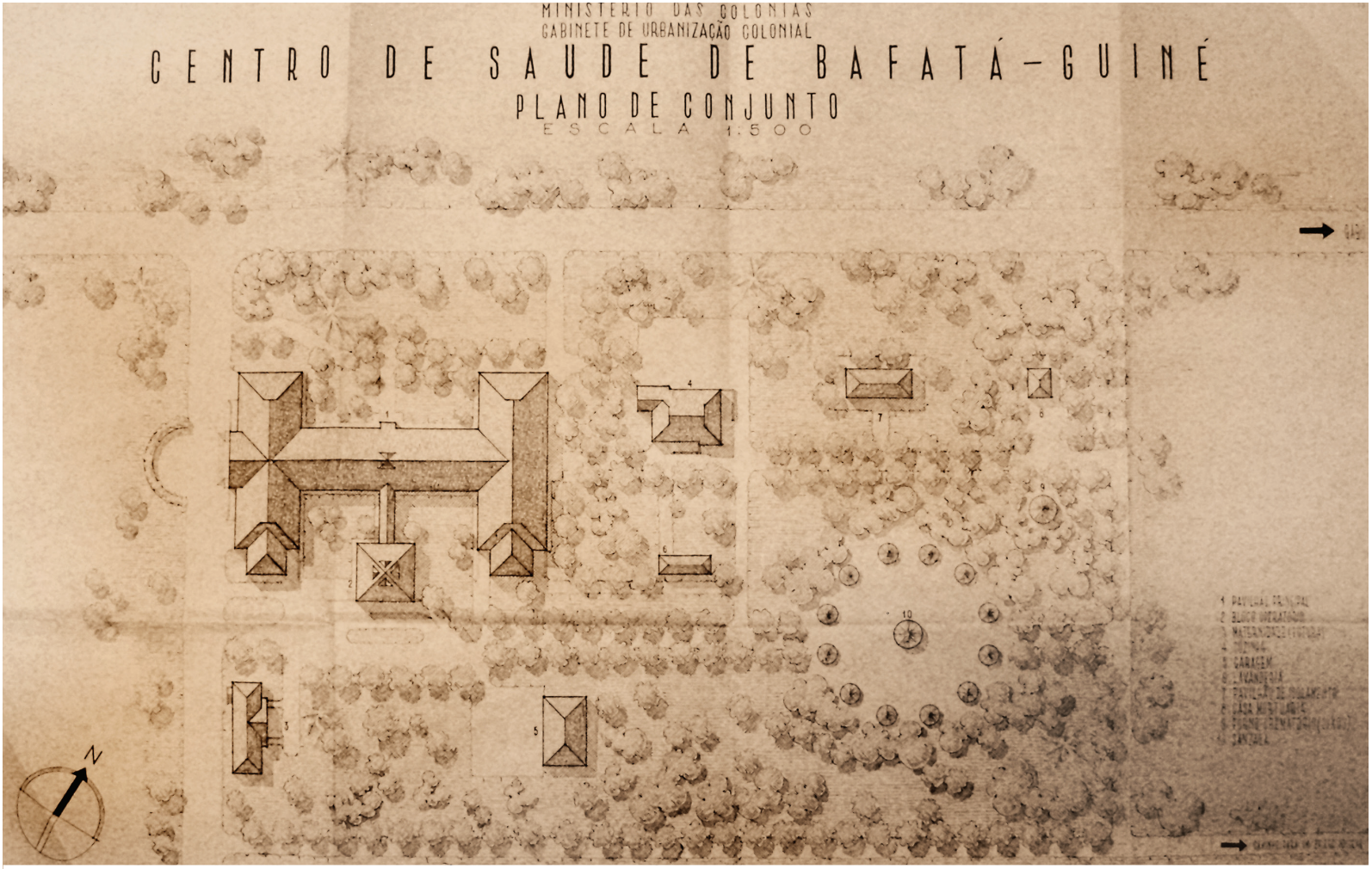
Hospital de Bafatá, João Simões, 1946.
Fonte: AHU

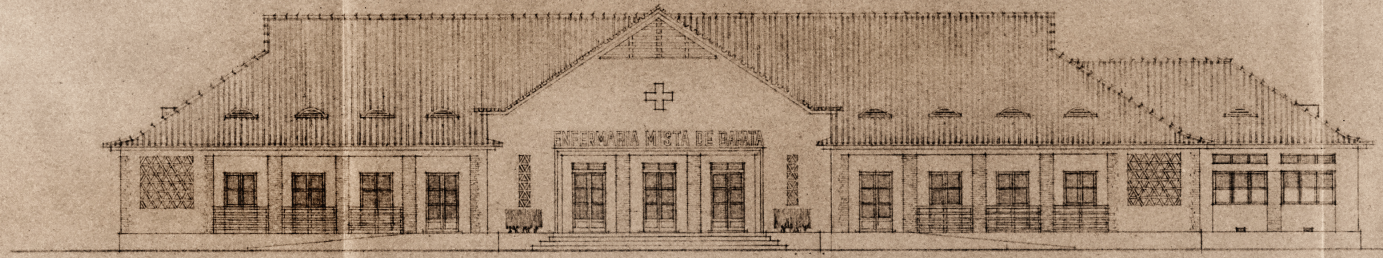
MINISTERIO DAS COLONIAS
GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL

CENTRO DE SAUDE DE BAFATÁ-GUINÉ

PLANO DE CONJUNTO

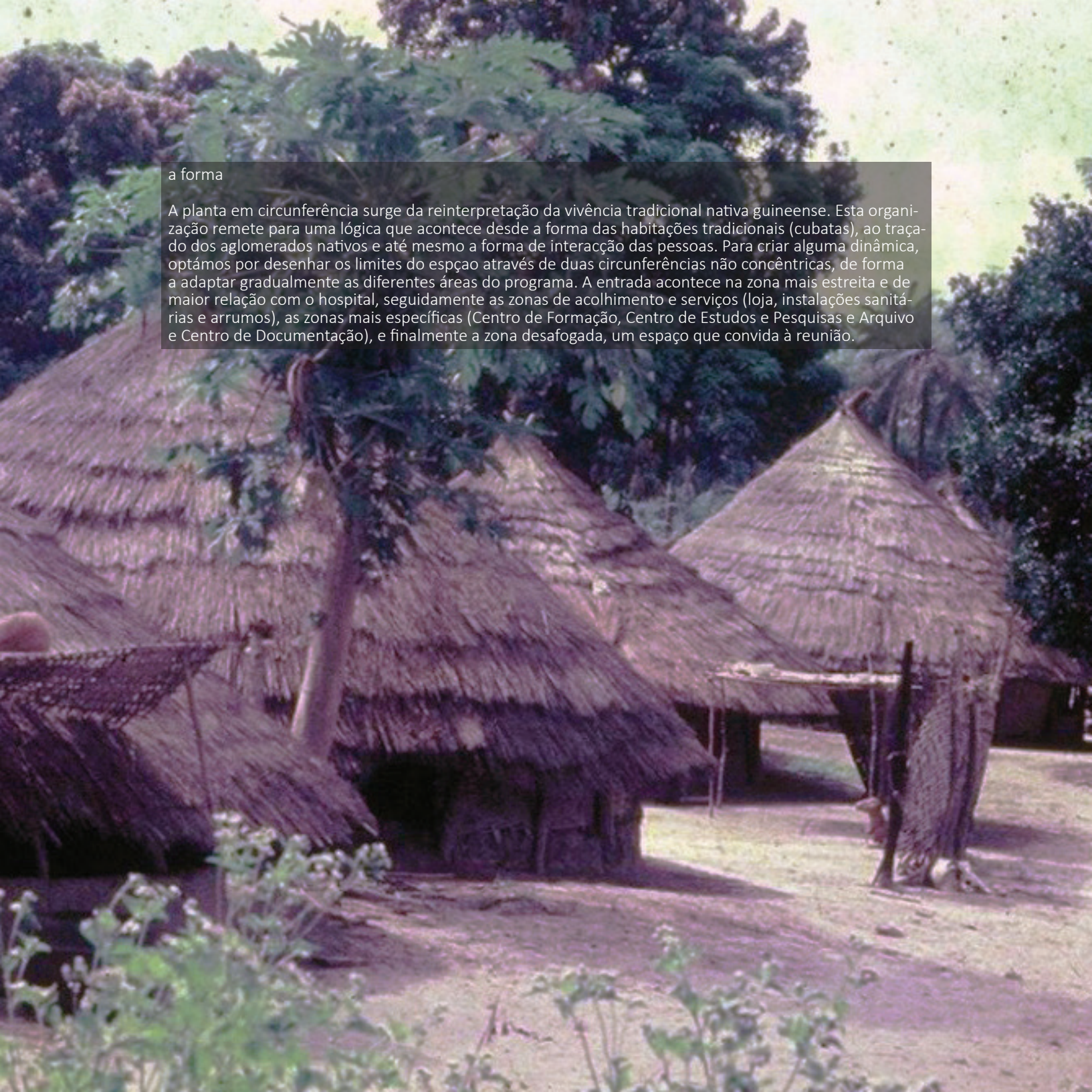
ESCALA 1:500





ALÇADO PRINCIPAL SUL





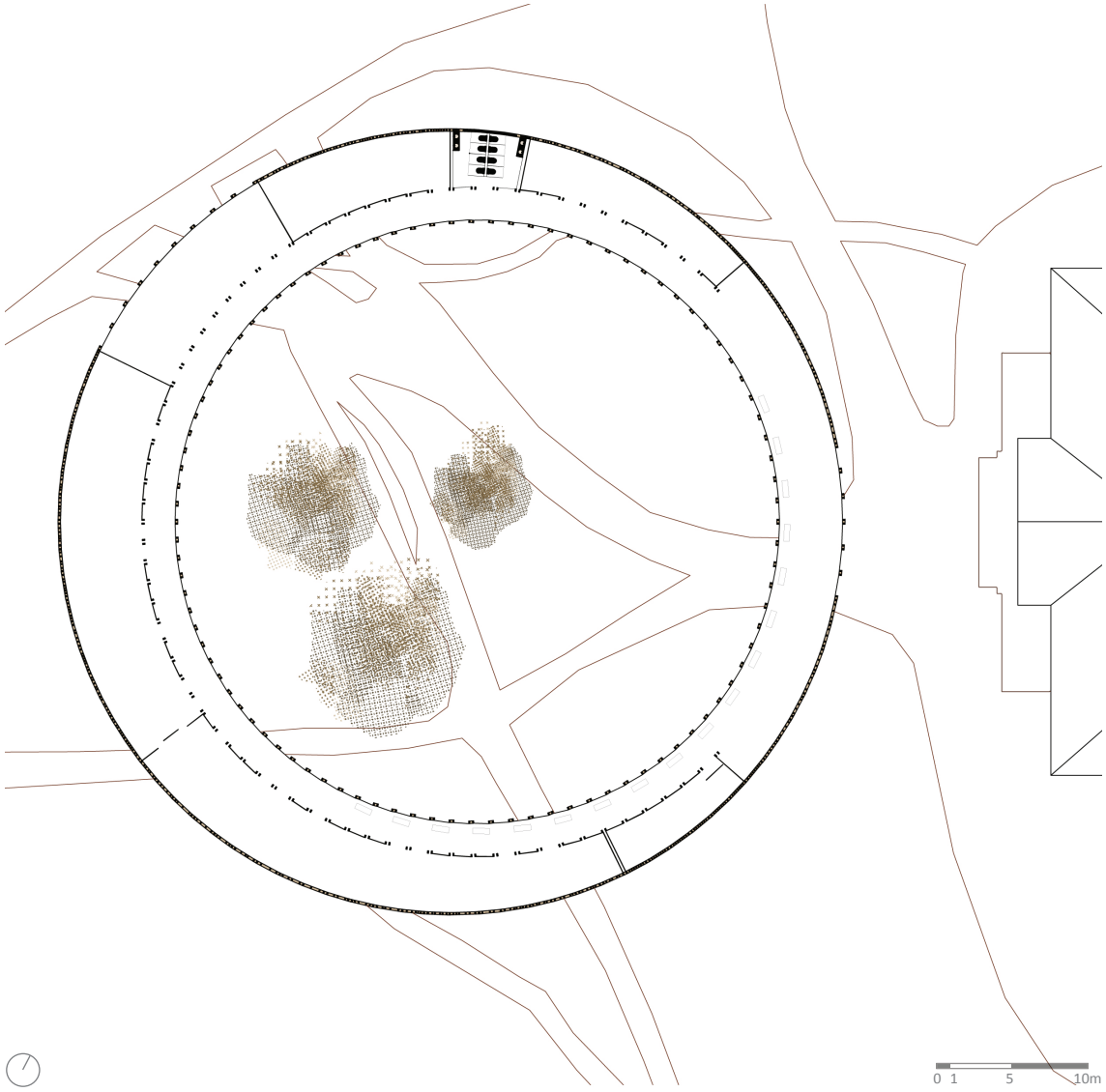
a forma

A planta em circunferência surge da reinterpretação da vivência tradicional nativa guineense. Esta organização remete para uma lógica que acontece desde a forma das habitações tradicionais (cubatas), ao traçado dos aglomerados nativos e até mesmo a forma de interacção das pessoas. Para criar alguma dinâmica, optámos por desenhar os limites do espçao através de duas circunferências não concêntricas, de forma a adaptar gradualmente as diferentes áreas do programa. A entrada acontece na zona mais estreita e de maior relação com o hospital, seguidamente as zonas de acolhimento e serviços (loja, instalações sanitárias e arrumos), as zonas mais específicas (Centro de Formação, Centro de Estudos e Pesquisas e Arquivo e Centro de Documentação), e finalmente a zona desafogada, um espaço que convida à reunião.

o conceito

No Exercício de Arranque trabalhámos a ideia da sombra dando-lhe uma lógica de materialização, espacialidade e gravidade. Como referência às ideias desenvolvidas, reinterpretámos esta mesma lógica através da estrutura, onde criamos uma gradação visual que funciona como um filtro, deixando entrar ou não a luz, num jogo de sombras. Todo o projecto é envolvido por uma ideia de convergência gravitacional, relacionando-se constantemente com o seu coração, através de diversos elementos – inclinação da cobertura, galeria, ligação visual, bancos do auditório. Este coração não é formalmente definido, mas sim enunciado pelas árvores propostas e por percursos pedonais que atravessam este espaço, onde funciona o "palco" do auditório.

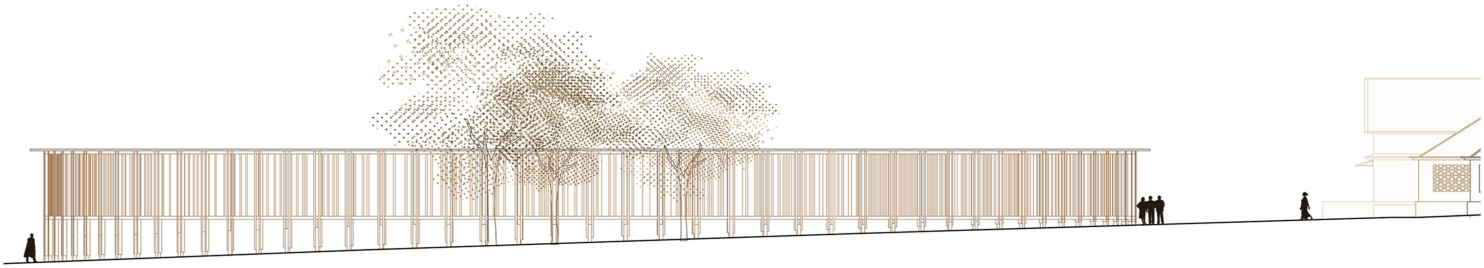


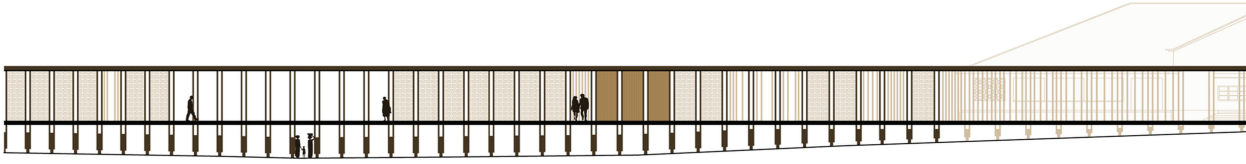


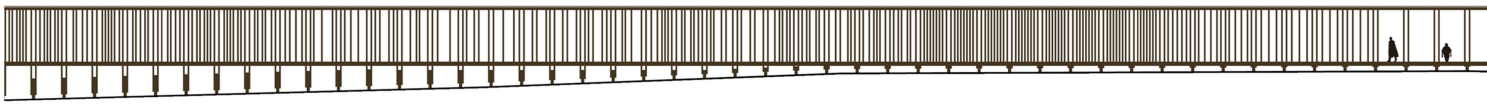
em cima
planta centro intrepretativo

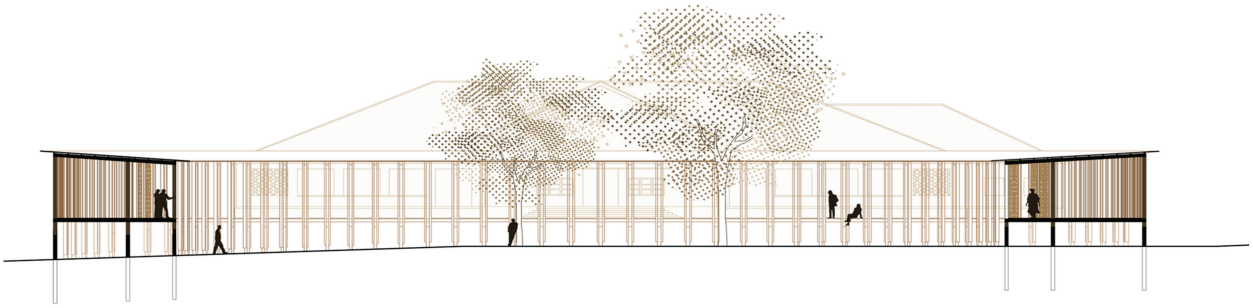
à direita
esquema relação do centro interpretativo com o hospital
(antes, durante e após intervenção)

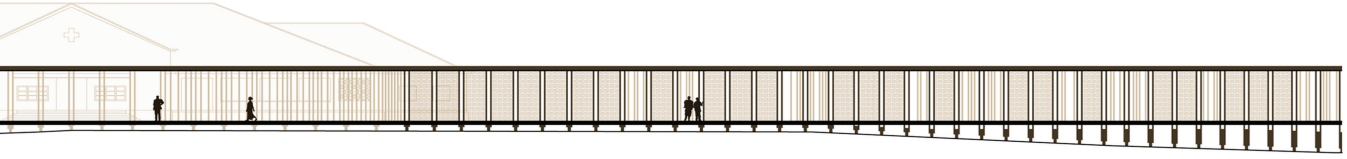












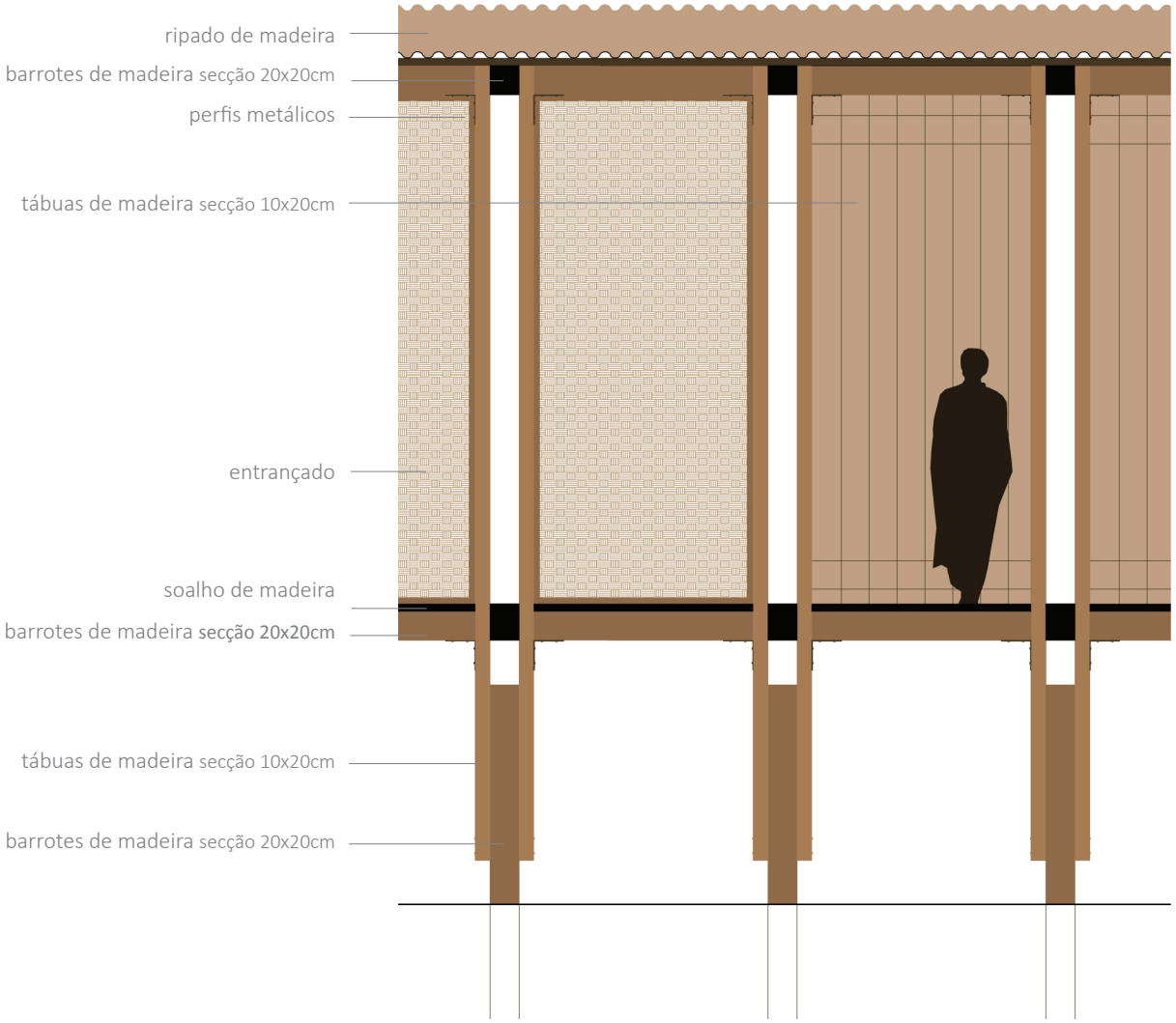


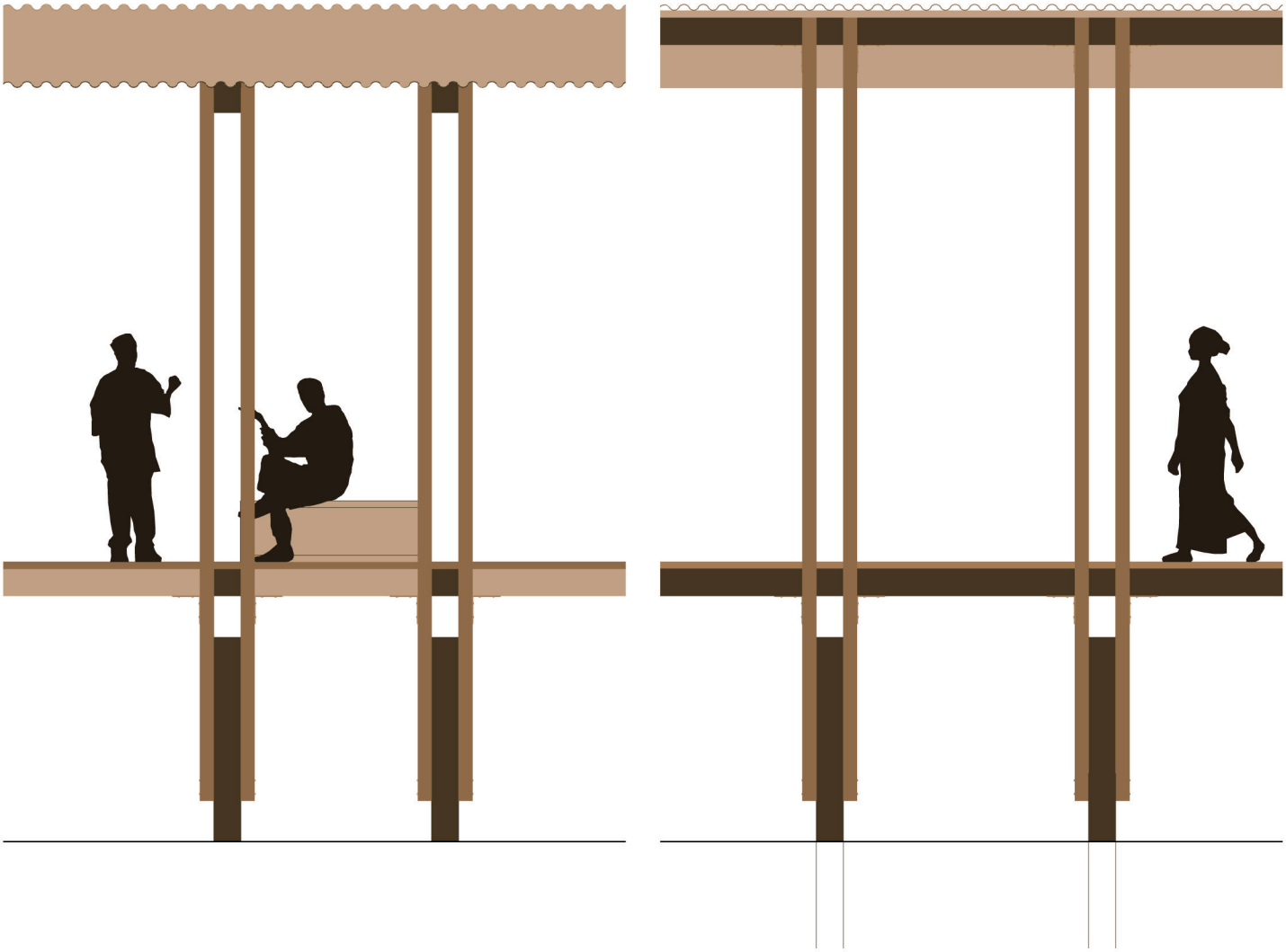


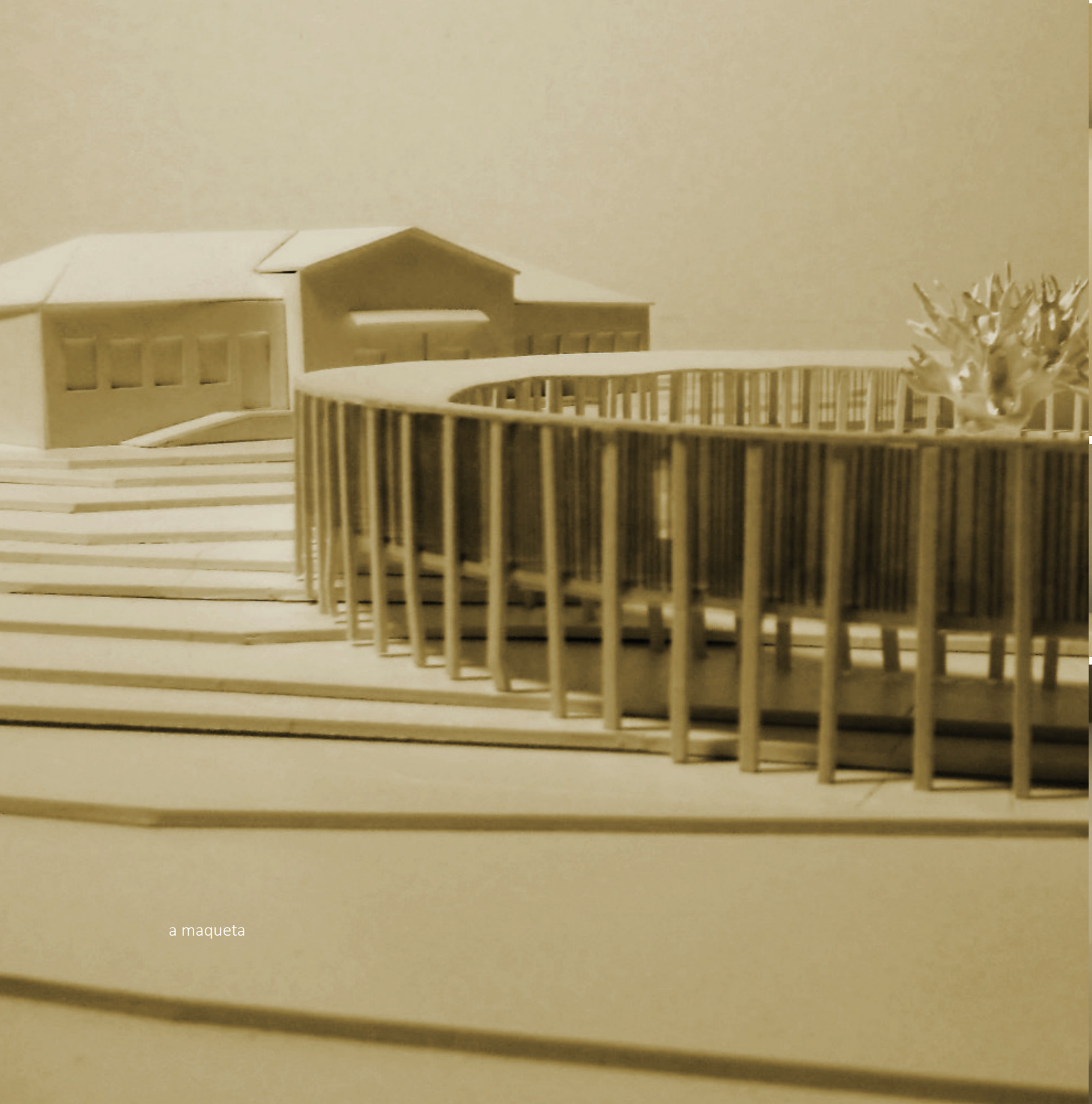
a estrutura

Com o objetivo de acentuar o carácter efémero da estrutura e distanciar-se do lugar, elevámo-la do terreno através de um sistema de estacas, o que é aproveitado para resolver a questão das cheias e da humidade do solo. Todo o sistema construtivo é composto por elementos de madeira, desde barrotes de fundação, às tábuas que compõem as paredes e suportam a cobertura. Também houve uma preocupação de ir ao encontro dos materiais locais, neste caso a utilização dos painéis de entrançados de bambu que resolvem as paredes da galeria. É no detalhe do sistema construtivo proposto que se encontra o interesse arquitetónico do projeto. Ao mesmo tempo que resolve questões técnicas em resposta ao clima tropical, como por exemplo o espaçamento entre as tábuas que compõem as paredes, cria um jogo de sombras e também permite a ventilação cruzada. Deste modo tentámos conciliar os 3 princípios Vitruvianos - solidez, utilidade e beleza.

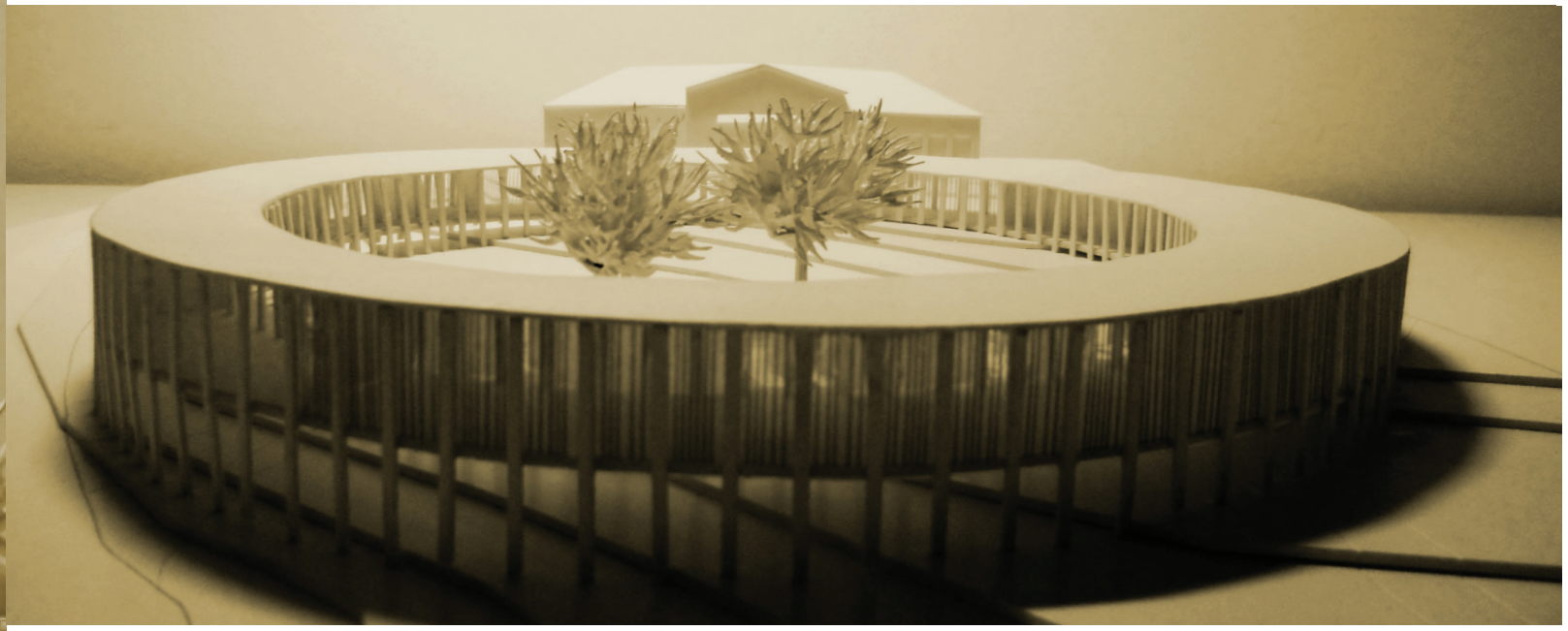


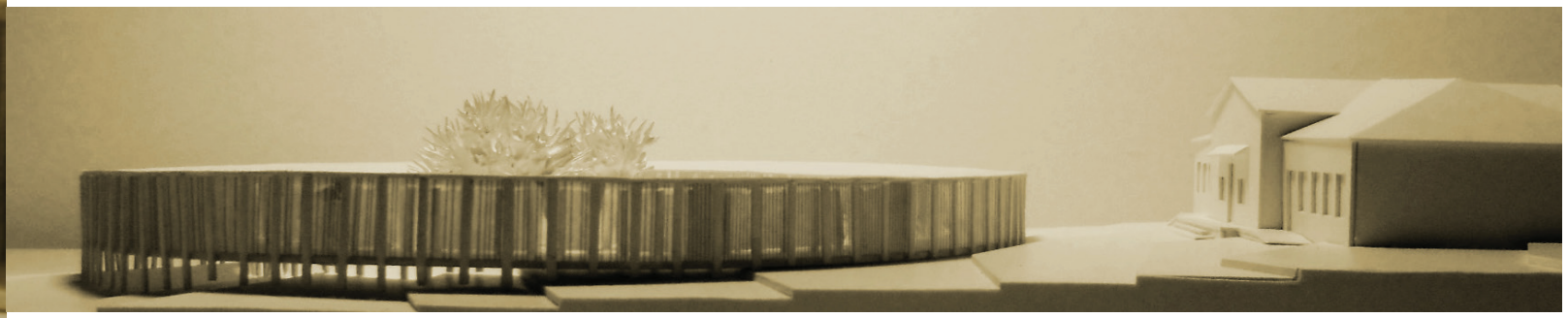

ripado de madeira
barrotes de madeira secção 20x20cm
perfis metálicos
tábuas de madeira secção 10x20cm
entrançado
soalho de madeira
barrotes de madeira secção 20x20cm
tábuas de madeira secção 10x20cm
barrotes de madeira secção 20x20cm

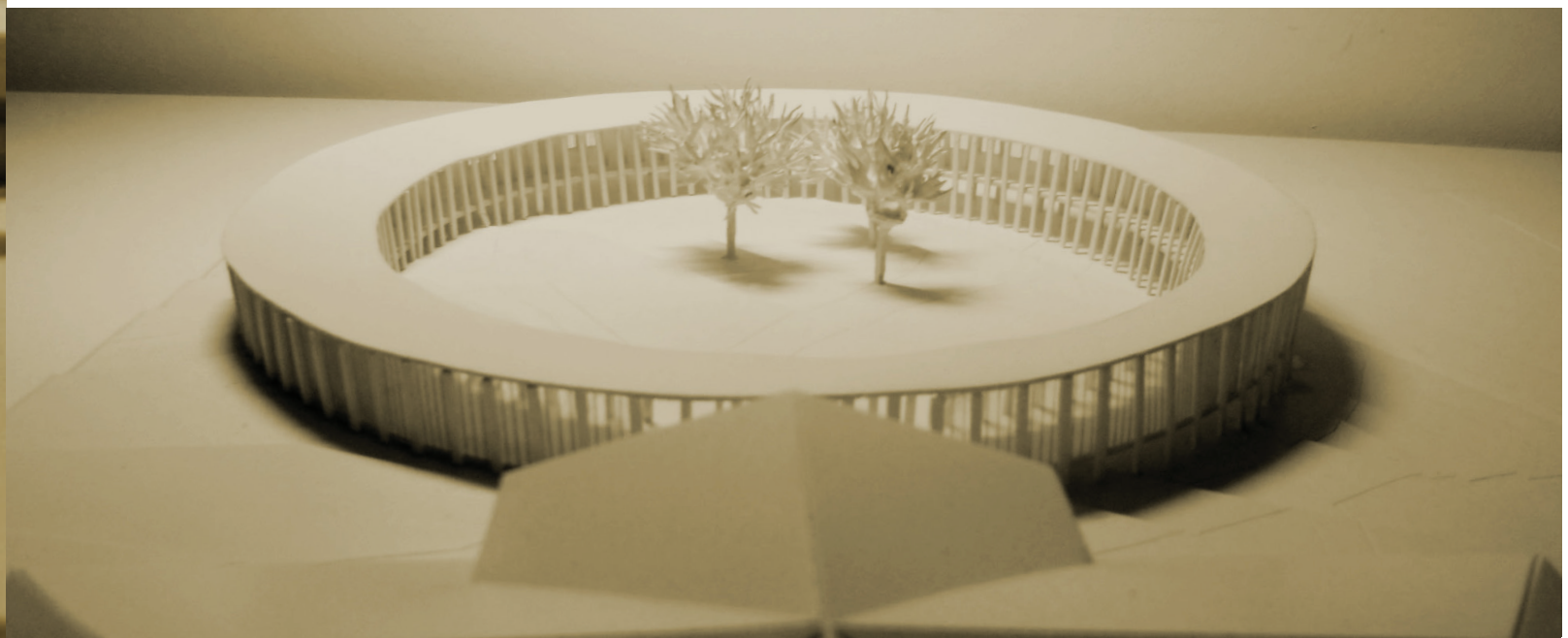




a maqueta











a marca

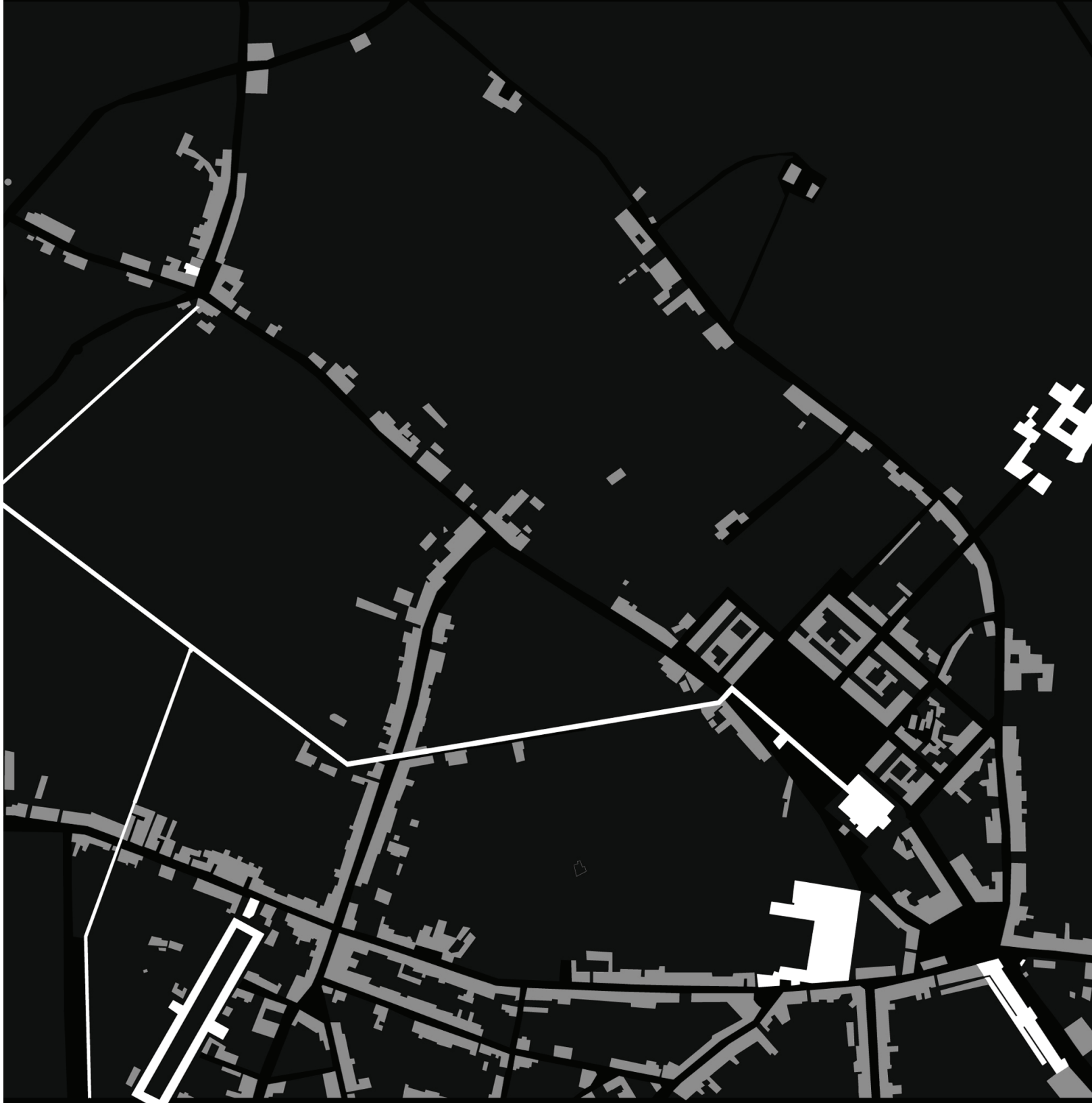
Como marca da presença do centro interpretativo, propomos manter as árvores plantadas, os percursos pedonais e os barrotes estruturais, delimitando um espaço que poderá, posteriormente, ser utilizado para diversas atividades da comunidade.


amoreiras
2033

evolução histórica

A zona das Amoreiras, atualmente beneficiada quer pela sua proximidade ao centro tradicional quer pela periferia imediata da cidade, deve o seu desenvolvimento mais considerável à presença do Aqueduto das Águas Livres (1713-1748). Até à sua construção, toda a área era somente ocupada por alguns conventos e quintas, como é exemplo o Convento das Trinas do Rato (1614-1721). O tema da água era de extrema importância ao garantir a autonomia da cidade. A sua qualidade, quantidade e forma de abastecimento eram relevantes nos rituais de implantação, fundação e expansão da cidade, e consequentemente, no seu desenho urbano. De acordo com o ***Journal Entranger de Paris***, em 1755, o aqueduto das Águas Livres era a "mais magnífica e a mais sumptuosa empresa deste género sem excluir as dos Romanos e dos Franceses". A sua construção concedeu ao Largo do Rato um novo caracter: espaço de intercâmbio entre o urbano e o rural. É importante mencionar que o aqueduto, construído sobre uma falha sísmica, foi edificado paralelemente a vestígios encontrados de um aqueduto romano. Apesar do interesse de D. João V na sua construção, a obra foi inteiramente paga pelo tributo da população ao longo de várias décadas. O soberano unicamente zelou pelo andamento da obra e pela justeza dos gastos e estabeleceu que a expropriação dos terrenos deveria ser feita mediante um preço justo. Em simultaneo, foram edificadas casas, fábricas e rasgados novos arruamentos junto ao Largo do Rato.

Zona de intervenção 1856
redesenho sobre o levantamento de Lisboa de Filipe Folque

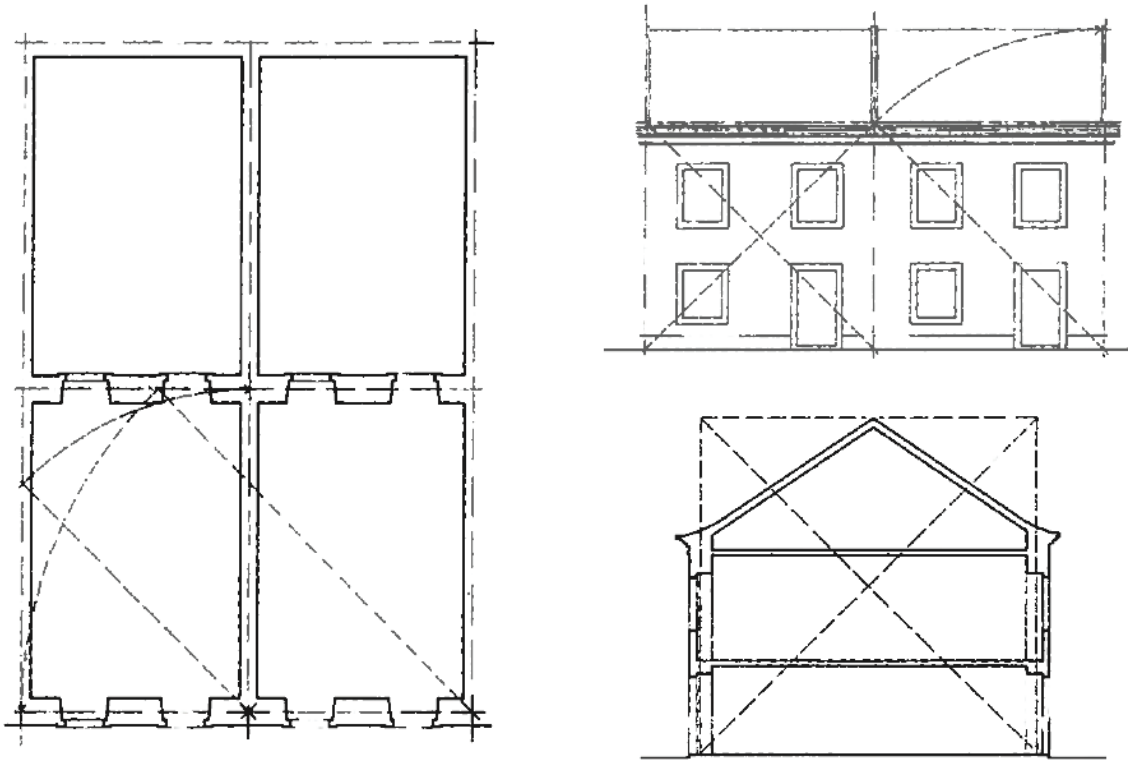


Aquando do terramoto de 1755, a zona das Amoreiras foi uma das mais poupadas na cidade. Conhecidas as suas potencialidades naturais e planeadas, e comprovada a sua segurança em termos sísmicos, o Estado mostrou interesse em construir no local, prevendo o crescimento da cidade sobre o eixo do já existente núcleo joanino da Fábrica das Sedas (reinstalada como Real Fábrica das Sedas em 1757), proibindo qualquer construção dentro dos limites definidos para a cidade. Aí foram instaladas novas industrias: o Real Colégio das Manufacturas, a Fábrica dos Pentes (1764), a Fábrica dos Relógios (1765) e a Fábrica de Louça do Rato (1767). Foram criadas instalações provisórias para o Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na actual Praça das Águas Livres, e para o Convento de São Francisco. A proibição foi repetidamente violada com a construção de barracas no Largo do Rato, nas quintas a norte e na muralha da Mãe de Água e a construção de casas burguesas em toda a zona. A rua das Amoreiras rapidamente foi ladeada de casas até ao Largo de Campolide. Em 1759 foi desenvolvido um plano de urbanização do então conhecido Bairro das Águas Livres, compreendido entre a Mãe de Água, a actual rua Artilharia 1, o Rato e o Campolide. Enquadrando-se na restruturação da Fábrica das Sedas, a agora Real Fábrica das Sedas "passava a ser uma unidade urbana pombalina de elite", encarregue da construção de 60 casas com as quais se iniciou o processo de urbanização. A solução adoptada, de Carlos Mardel, datada de 1759, procurava respeitar, na generalidade, o plano anteriormente desenvolvido em 1756, pelo próprio, Eugénio dos Santos, Elias Poppe e Carlos Andreis: "a ideia da praça junto aos arcos e aproveitamento de muro de suporte criada pela Mãe de Água e o alto de São Francisco para nivelamento da encosta; a regularização do traçado da rua que o Rato e a para São Sebastião da Pedreira, actual Francisco Sales e Artilharia 1; o estabelecimento de uma malha ortogonal variada que articulasse as novas praças". O desenho de Mardel propunha uma malha quadrada uniforme onde a praça correspondia à ausência de 2 quarteirões, marcando o eixo da praça pelo meio da arcaria e fechando por completo no seu limite poente sem libertar os cantos no enfiamento das ruas opostas. O Largo do Rato foi revisto segundo um eixo de simetria do chafariz. A largura das vias era de 40 palmos. Esta solução, em comparação com as restantes, revelava uma "maior calma e maturidade", assumindo "um maior respeito e capacidade de valorização pela forte presença do conjunto final e monumental do Aqueduto".

Fábrica de Tecidos de Seda, actual Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva
Fonte: AML


FABRICA DE TECIDOS DE SEDA
49
50
51
52

Apenas os 4 quarteirões que ladeiam a praça foram ocupados na época, com um total de 56 fogos. Quanto à construção dos fogos, estes apresentam uma estrutura do "tipo tradicional, com arcos de alvenaria e sobrado", sendo que o ritmo entre os vãos varia com a mudança do fogo. "A cobertura é em duas águas longitudinais com tacaniças de remate nos topos. O beirado é nas traseiras directamente assente sobre a alvenaria, ao contrário do que sucede nas fachadas públicas. Como único elemento decorativo surgia um pequeno botão em calcário ao lado das portas. As peças de cantaria dos vãos têm dimensões que permitem o uso de uma peça em posições diversas o que, mais uma vez, confirma a produção seriada dos elementos construtivos" (Rossa, 2009, p.27). Cada quarteirão era definido com duas frentes de casas separadas por um pátio. Cada alçado apresentava duas janelas, de guilhotina quadrada, rectangulares no primeiro andar, e uma porta e janela, quase quadrada, no rés-do-chão. No centro da praça foi construído um chafariz, ladeado por 331 amoreiras plantadas pelo Marquês em 1771. No entanto, em 1863, foram substituídos por um jardim romântico e um novo chafariz. Da época desta intervenção é também a Capela de Nossa Senhora de Monserrate (1768), substituindo a barraca de madeira no Alto de São Francisco. De nave oitavada, apresenta no seu exterior uma fachada simples que se estrutura a partir de um quadrado com frontão sobreposto, "procurando inserir os frisos na continuidade dos do aqueduto" (*idem,* 2009, p.). Sobre a porta, com trabalho de cantaria simples, encontra-se uma janela.



Esquemas de composição dos espaços, alçados e volumes originais para os lotes do Bairro das Águas Livres
Fonte: Rossa, 2009, p.27

No século XIX, a Revolução Industrial provocou um considerável aumento da classe operária na cidade de Lisboa. Consequentemente foram construidos novos bairros (Estefânia, Campo de Ourique, o Bairro de Camões e, posteriormente, a Almirante Reis e as Avenidas Novas). A classe operária não tinha capacidade económica para ocupar estes bairros, alonjando-se em habitações deprimentes, palácios arruinados e conventos. Foi neste contexto de habitação precária que surgiram os pátios e as vilas operárias. Na zona das Amoreiras destacava-se o Pátio do Biaggi, na rua das Amoreiras, composto por centenas de habitações. Tratando-se de um pátio, é provável que fosse desprovido de qualquer tipo de instalações sanitárias e de abastecimento de água, sem as condições mínimas de salubridade. As vilas eram edificações multifamiliares, sendo estas de dois tipos: edifícios alongados, em forma de corredor, e edifícios tipo bloco, com quatro fachadas de acesso central, em forma de pátio. Muitas vezes, a fachada principal fazia parte de um prédio burguês (pequena burguesia), sendo a vila ou o pátio destinado às famílias do operariado desenvolvidas nas traseiras. De materiais baratos, como o tijolo, o remate das coberturas era presente na maioria das vilas. Na zona das Amoreiras é possível ainda hoje encontrar a Vila Romão da Silva (pátio), a Vila Bagatella (com frente para a rua, de pátio alongado, 1890), o Pátio do Monteiro e a Vila Raul.

zona de intervenção 1910
redesenho sobre o levantamento de Lisboa de Silva Pinto
vilas e pátios operários



A estrada da Circunvalação de Lisboa, construída em 1886, estabeleceu os novos limites da cidade. No seguimento dos estudos do Plano de Urbanização, iniciados em 1938 por Duarte Pacheco, foram rasgados novos arruamentos na zona das Amoreiras, por exemplo a rua D. João V (1942). Já em 1943, foram construídos vários prédios destinados à habitação da classe média alta, na área compreendida entre a rua das Amoreiras, a rua Silva Carvalho e a rua D. João V. Devido às ordens de Cristino da Silva, responsável por esses empreendimentos, os arquitectos do movimento moderno português, foram obrigados a sacrificar cordatamente ao novo gosto do tempo oficial, em contraste com as suas realizações inovadoras ainda recentes. A construção da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco (1940) surge como elo de ligamento entre a Rotunda Marquês de Pombal e a Estrada da Circunvalação, e quebra a zona das Amoreiras em 2 partes.

Zona de intervenção actual



Nessa mesma zona, entre 1955-1959, foi construído o Bloco das Águas Livres, projetado pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral em colaboração com artistas plásticos e o arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Teles. Ao desenvolverem o projeto, estes arquitetos inspiraram o seu desenho no Bloco de Habitação de Marselha, de Le Corbusier. Por essa razão, a unidade de habitação, propondo um modo de vida coletivo ou comunitário, impunha-se como edifício moderno, diferente e de grande qualidade em relação à sua envolvente. Este bloco, pensado para ser auto-suficiente, é composto por um corpo principal com 12 piso, dos quais oito são de habitação, um de escritórios e um de comércio, sendo também equipado com uma sala de festas, reuniões e exposições, terraço e habitação para o porteiro. Cada piso tem sete fogos que variam entre quatro diferentes tipologias. A sua fachada nobre foi pensada para os residentes enquanto que a fachada oposta para acesso dos serviços vários.

Bloco das Águas Livres
Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa, 1953
Fotografia de Claudia Diniz



Um dos projectos que maior impacto teve sobre a zona foi o Complexo das Amoreiras (1980-87), pelo arquitecto Tomás Taveira. Este localiza-se na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, no alto da Colina das Amoreiras. Desenvolvido numa altura em que o abandono das atividades ligadas à indústria tinham libertado grandes espaços dentro das cidades, foram construídos edifícios funcionais destinados a escritórios e comércio de modo a renovar essas zonas, criando assim um novo centro urbano. Neste complexo trabalham pelo menos sete mil pessoas em actividades ligadas ao serviço, comércio, atividades culturais e administração. A implantação deste complexo teve impactos consideráveis na zona, como por exemplo no aumento do tráfego, alteração do caráter da área, quer pelas suas formas arquitectónicas, quer pelos usos, e a renovação da estrutura urbana da área, não só reorganizando o espaço urbano privado, como também definindo-lhe um desenho mais compacto. No entanto, o maior impacto deu-se na alteração da imagem de Lisboa quer pela sua localização quer pela sua altura, sendo visível de vários pontos da cidade. A sua implantação fomentou a construção nesta área, contribuindo assim para a sua regeneração: o Diana Park, no novo edifício da Mundifer e o Hotel D. Pedro.
Atualmente, a zona das Amoreiras mantém-se uma área da cidade de grande valor imobiliário. Apesar de uma heterogeneidade, quer a nível de usos, quer a nível de população, prevalecem pessoas com algum poder económico. Enquanto que algumas da vilas operárias são ocupadas por pessoas de baixo rendimento, algumas estão a ser transformadas em equipamentos de apoio ao serviço terciário (restauração, comércio). Apesar do abrandamento do desenvolvimento do centro de escritórios causado pelo desenvolvimento da zona da Expo, mantém-se um centro importante na zona que influencia toda a sua envolvente. Ainda é possível encontrar comércio tradicional.

Complexo das Amoreiras
Tomás Taveira, 1980-87
Fotografia de Rita Patinha


amoreiras

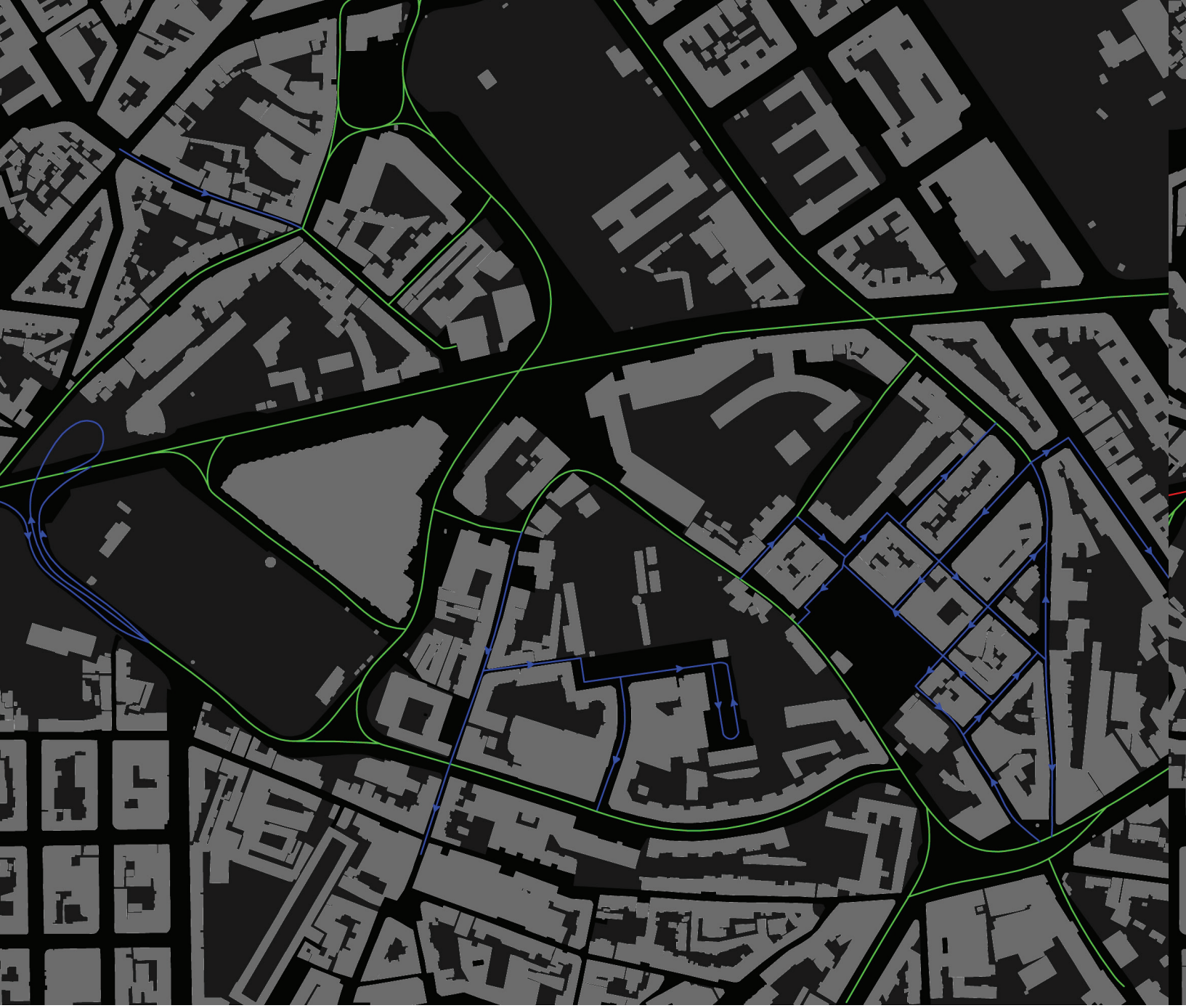


mobilidade

Do ponto de vista do peão, a circulação nesta zona é considerada normal. Sendo que por normal considera-se a privilegiação dos transportes rodoviários, e dada que esta é intensa e em grandes quantidades, por existirem grandes vias e cruzamentos de grande densidade automóvel, mais vezes e mais demoradas são as interrupções no percurso pedonal. O percurso pedonal contínuo (ininterrupto) é inexistente. Não existem ciclovias. O meio de transporte predominante é o carro. A circulação na cidade, ao longo dos anos, tem vindo a aumentar em relação á densidade automóvel. Há 20 anos a circulação na cidade seria mais sustentável e no futuro também deveria ser, privilegiando-se o percurso pedonal, de bicicleta e os transportes públicos eléctricos. Devido à tão vasta rede viária, que vive dentro desta zona, e por as Amoreiras se localizarem praticamente no centro geométrico de Lisboa, a deslocação a partir de qualquer ponto até aqui é feita de forma extremamente acessível: chega-se rapidamente, vindo de várias direcções, através de vários meios transporte e possível a todos os visitantes. O transporte colectivo predominante é o autocarro, cujo maior número de carreiras ligam as Avenidas Novas à periferia da cidade, passando pelas Amoreiras. Existe a necessidade de integrar as Amoreiras na rede de Metropolitano de Lisboa, para aumentar a diversidade do transporte colectivo. Por haver uma dispersa e ampla rede viária, os seus cruzamentos tornam-se frequentes. Estes são de grande dimensão e intensidade, devido à densidade de transportes e às necessárias mudanças de direcções. Assim, o acesso pedonal torna-se limitado de certa forma, e sendo o peão quem vive e constrói a cidade, limita-se a si próprio, pois quem conduz os automóveis, que não ele próprio?



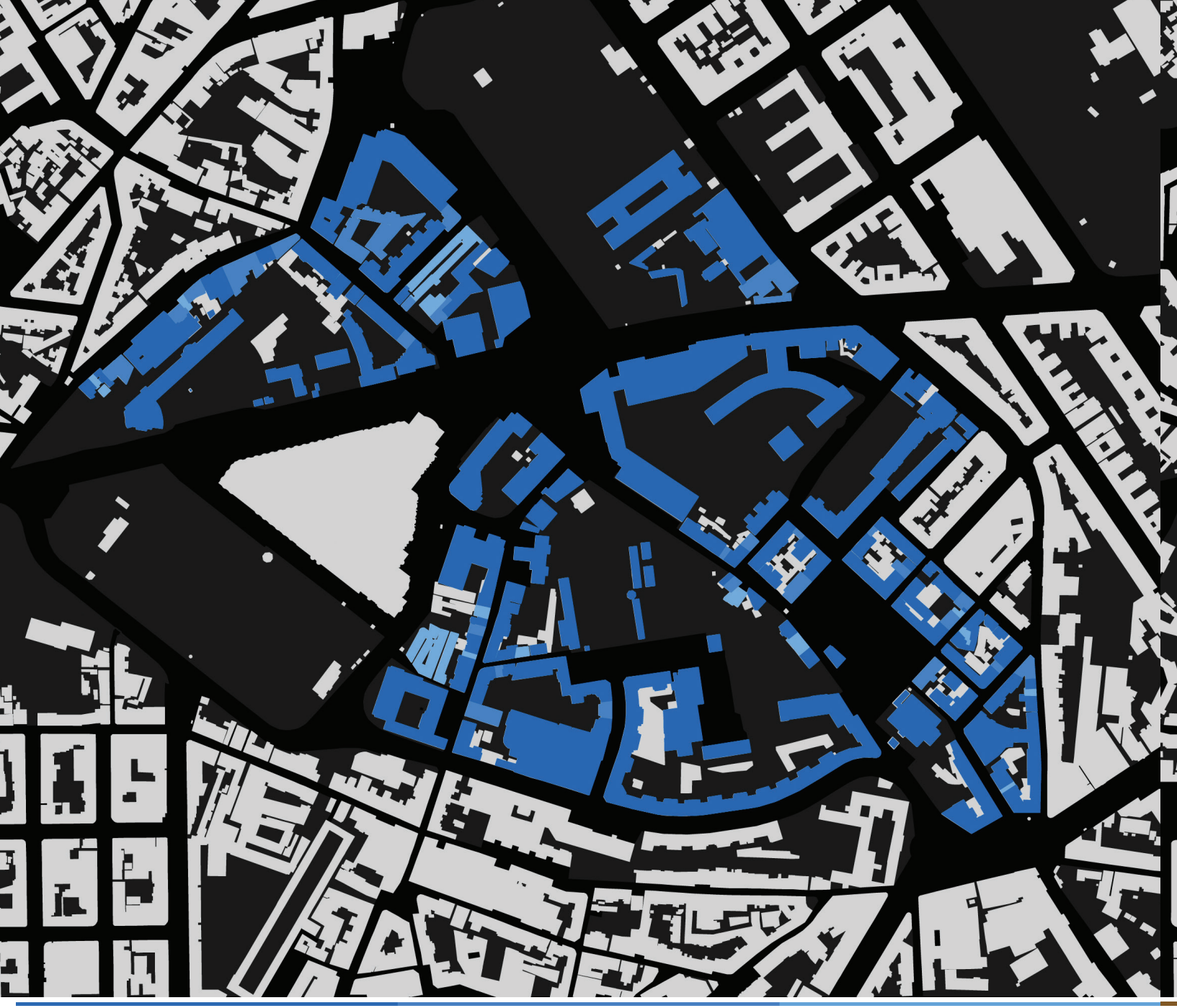
Meio de transporte carros autocarros bicicletas comboio (estação) metro pedomal táxis



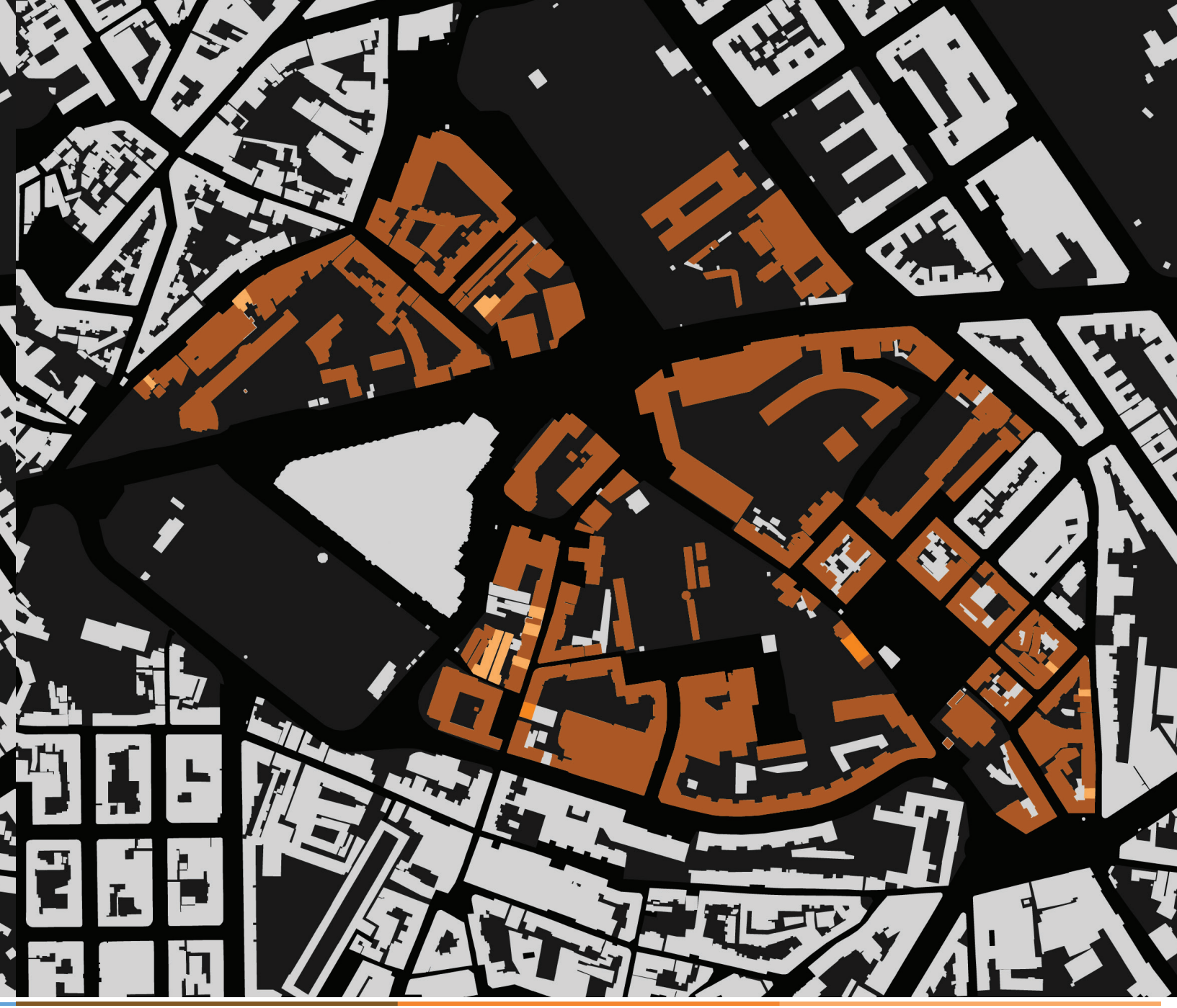
Meio de transporte — 2 sentidos 1 sentido ▸ sentido



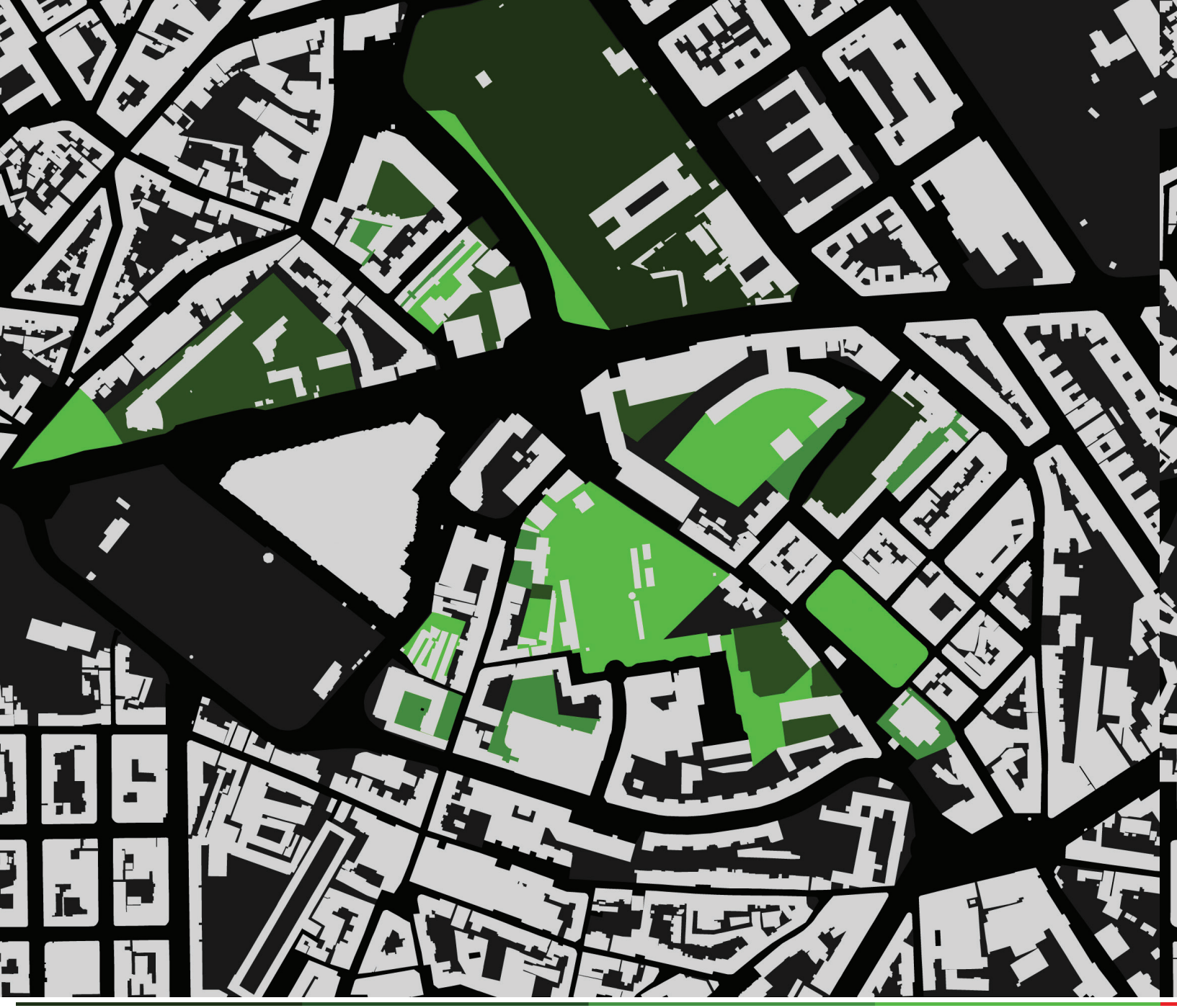
Fluxo/tráfego ●alta densidade automóvel ●média densidade automóvel ●baixa densidade automóvel



bom intermédio mau



ocupado em construção devoluto



espectante esquipamentos/estacionamento largos/pátios espaços verdes



habitação (comércio pontual)

escritórios

serviços

CONTÁGIO

séc. XVIII/XIX/XX INDUSTRIA
(bairro das amoreiras, pátios e vilas operárias)

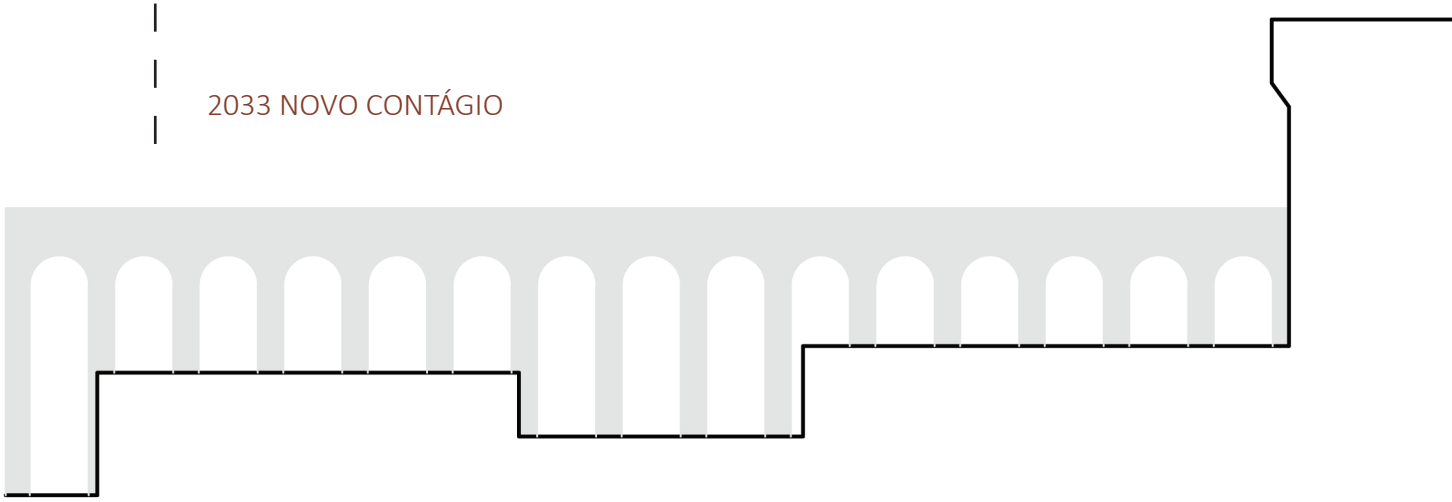
anos 40 HABITAÇÕES
para classe média alta

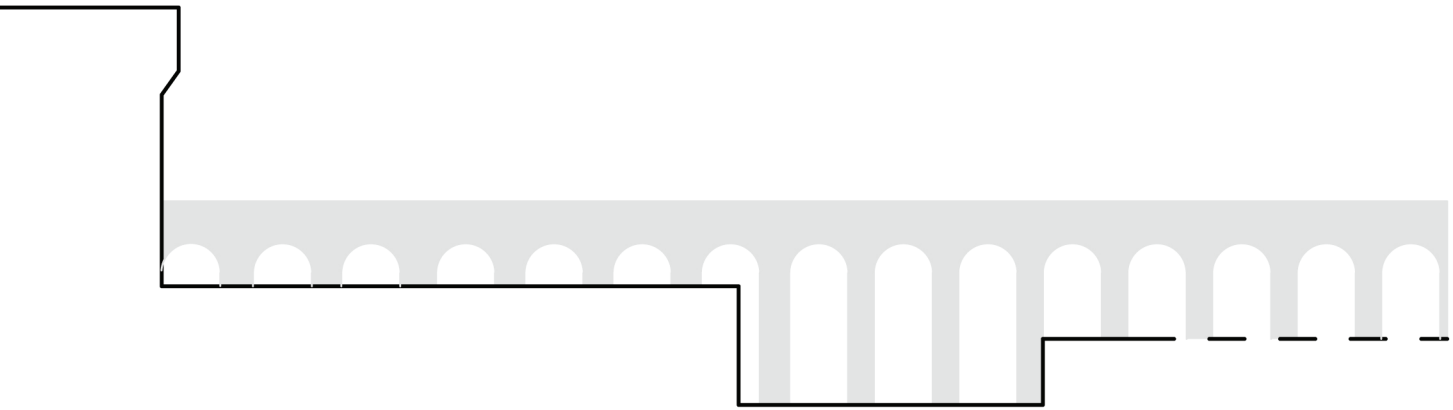
anos 80 COMPLEXO DAS AMOREIRAS

2012-2032 INDIVIDUALISMO

2033 NOVO CONTÁGIO

aqueduto das águas livres







As Amoreiras, local geograficamente privilegiado na cidade de Lisboa, é caraterizada por uma paisagem urbana heterogénea formada por uma série de ocupações distintas ao longo da história. Interpretámos estes diferentes momentos como vários "vírus" que se sobrepuseram e adaptaram, criando um traçado urbano e arquitetura contrastantes. O Aqueduto das Águas Livres, infra-estrutura impulsionadora da ocupação da zona, manteve-se inalterado, servindo como elo de ligação entre toda a heterogeneidade: a partir do século XVIII, a indústria fez surgir tanto o bairro das amoreiras, como os pátios e as vilas operárias; nos anos 80, o carácter e escala residencial existentes, viram despontar um novo estimulo, o Complexo das Amoreiras. Consideramos de extrema relevância a manutenção deste caráter heterogéneo, tão evocativo da sua evolução histórica. Contudo, cremos que, em 2033, a globalização e a mobilidade criarão novas formas de vida, de habitar e de utilização do espaço público.


Google
UNIÃO
務中心
我們
擁有
一切

Essa forma de interação com novos territórios, de caráter global e de transição, supõe novos modos de habitar a casa, transformando o sentimento de apropriação do indivíduo. No passado, a casa era um bem que passava de geração em geração e era alterada consoante as necessidades familiares. Atualmente, e com as alterações à lei do arrendamento, essas mesmas necessidades são resolvidas pela troca de residência cada vez mais flexível. Acreditamos que a habitação estaria cada vez mais direcionada para a vida em comunidade, pois serão espaços de transição, onde as zonas privados servem somente para a satisfação das necessidades básicas dos seus moradores (espaços de áreas mínimas), e as zonas comuns teriam uma maior importância (espaços de convívio, confecção de alimentos, refeição, serviço). Suportado pelas novas tecnologias, a distância entre a casa e o trabalho seria menor. Na cidade surgiriam espaços destinados ao aluguer temporário de gabinetes e salas de trabalho *coworking*, ou até mesmo espaços de trabalho nas próprias habitações.

Em cima: Hotel Cápsula Shinjuku, Japão
Fotografia de Ko Sasaki
Em baixo: *NextSpace Community*


605


SANTA CRUZ MOUNTAINS
Surf
LESSONS
Beach

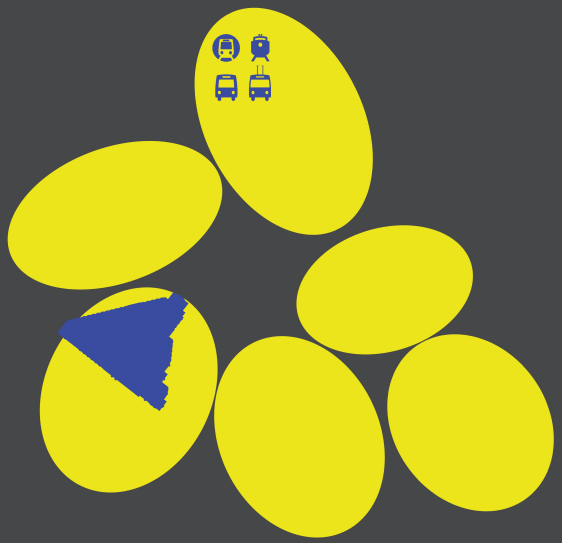


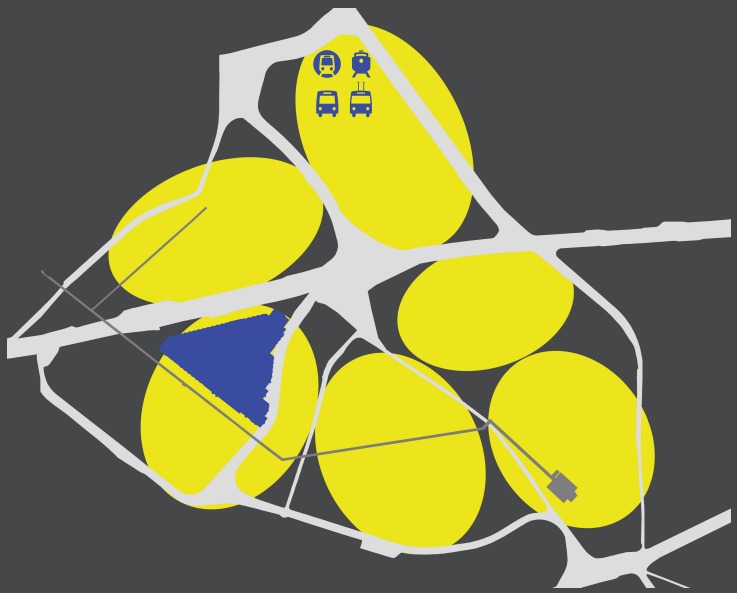
Jardim das Amoreiras
Fotografia de Claudia Diniz

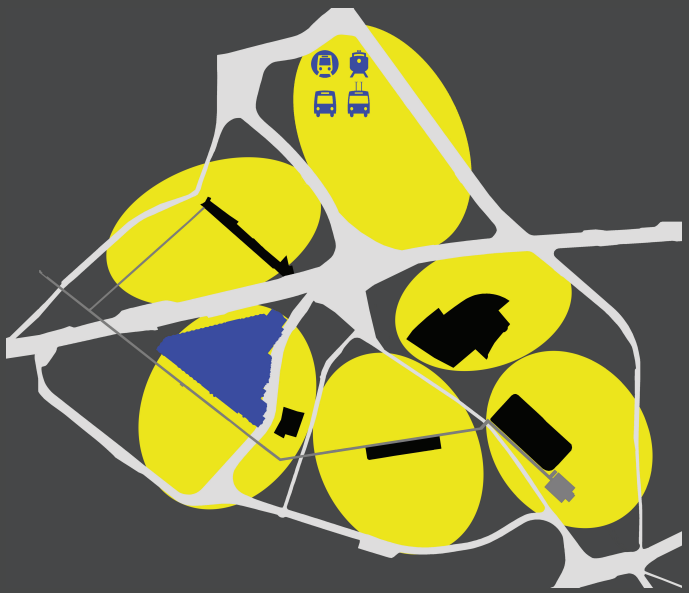


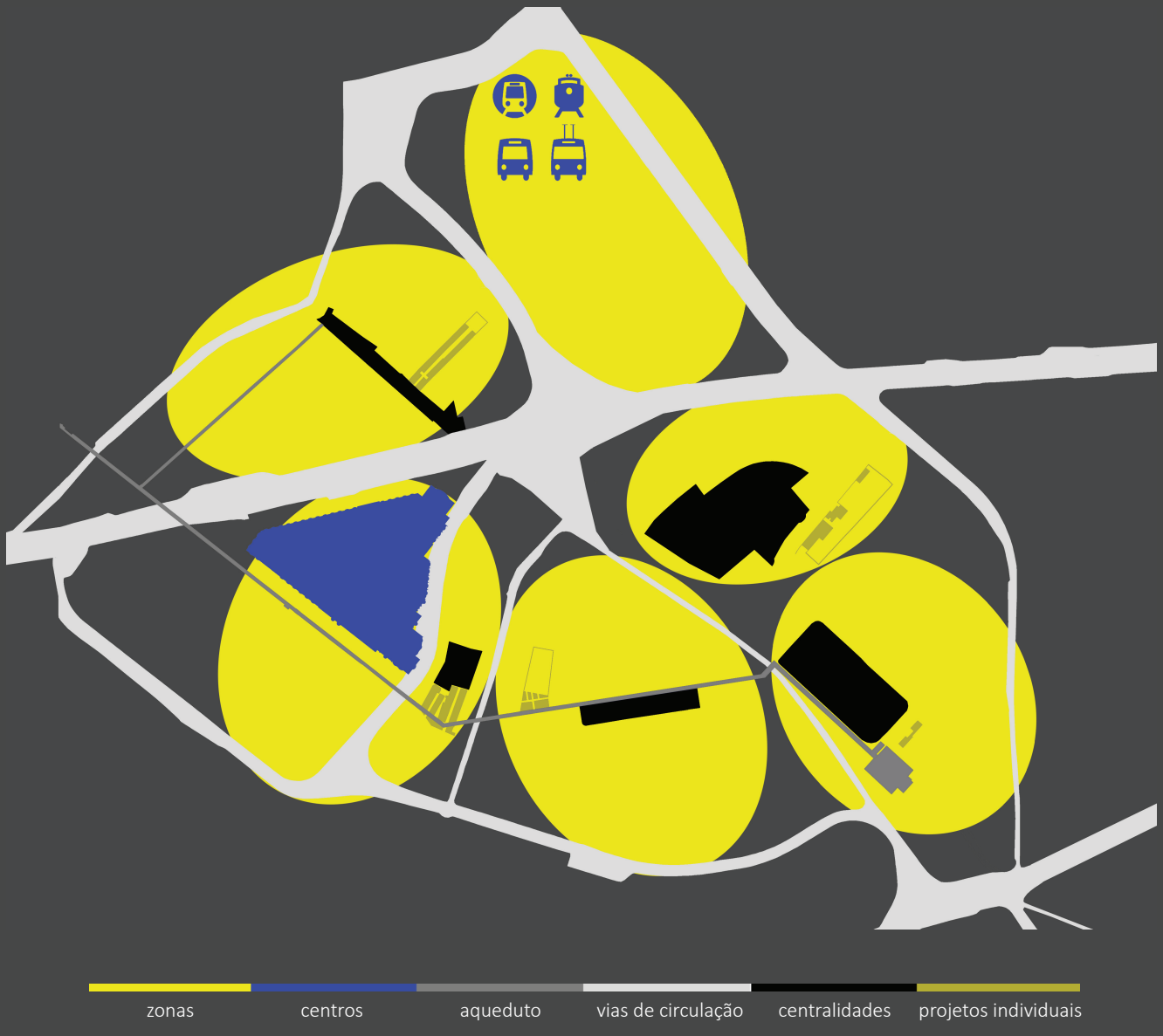
Esta nova forma de habitar pressupõe não só alterações no desenho das casas como também do espaço público. Os espaços de convívio seriam alargados para a vivência no exterior, pois acreditamos que a globalidade e a mobilidade incentivam a um estilo de vida cosmopolita. O espaço público torna-se assim um momento de encontro e reunião, cada vez mais importante na vida social, como forma de integração e convivência (cafés, esplanadas, jardins e novos espaços comunitários).



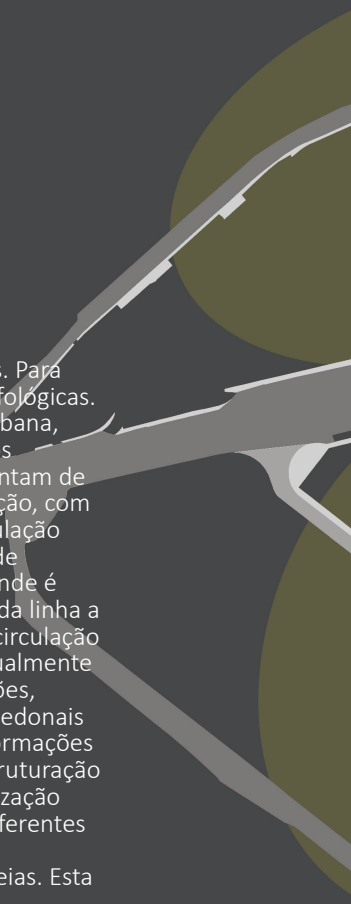


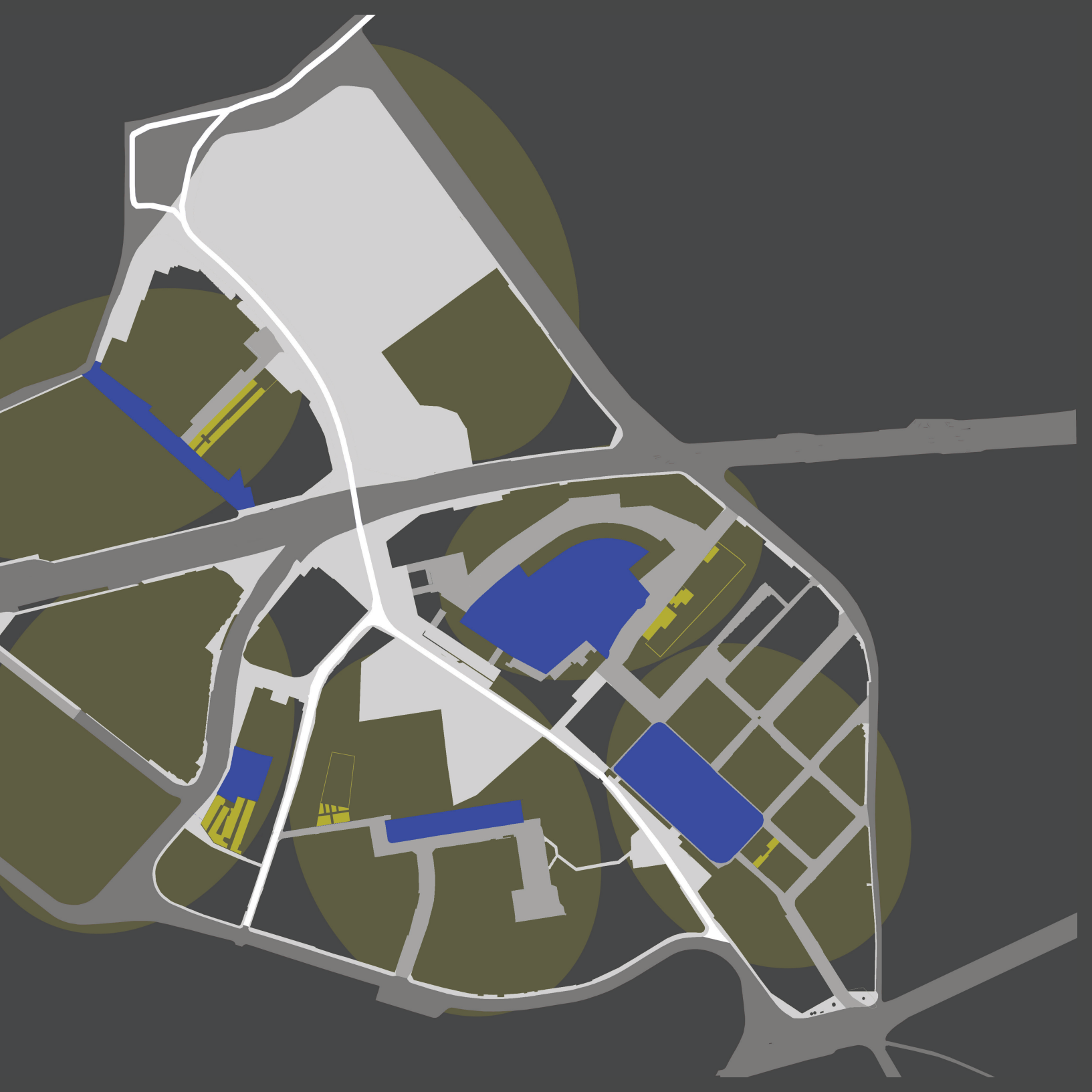





zonas
centros
aqueduto
vias de circulação
centralidades
projetos individuais

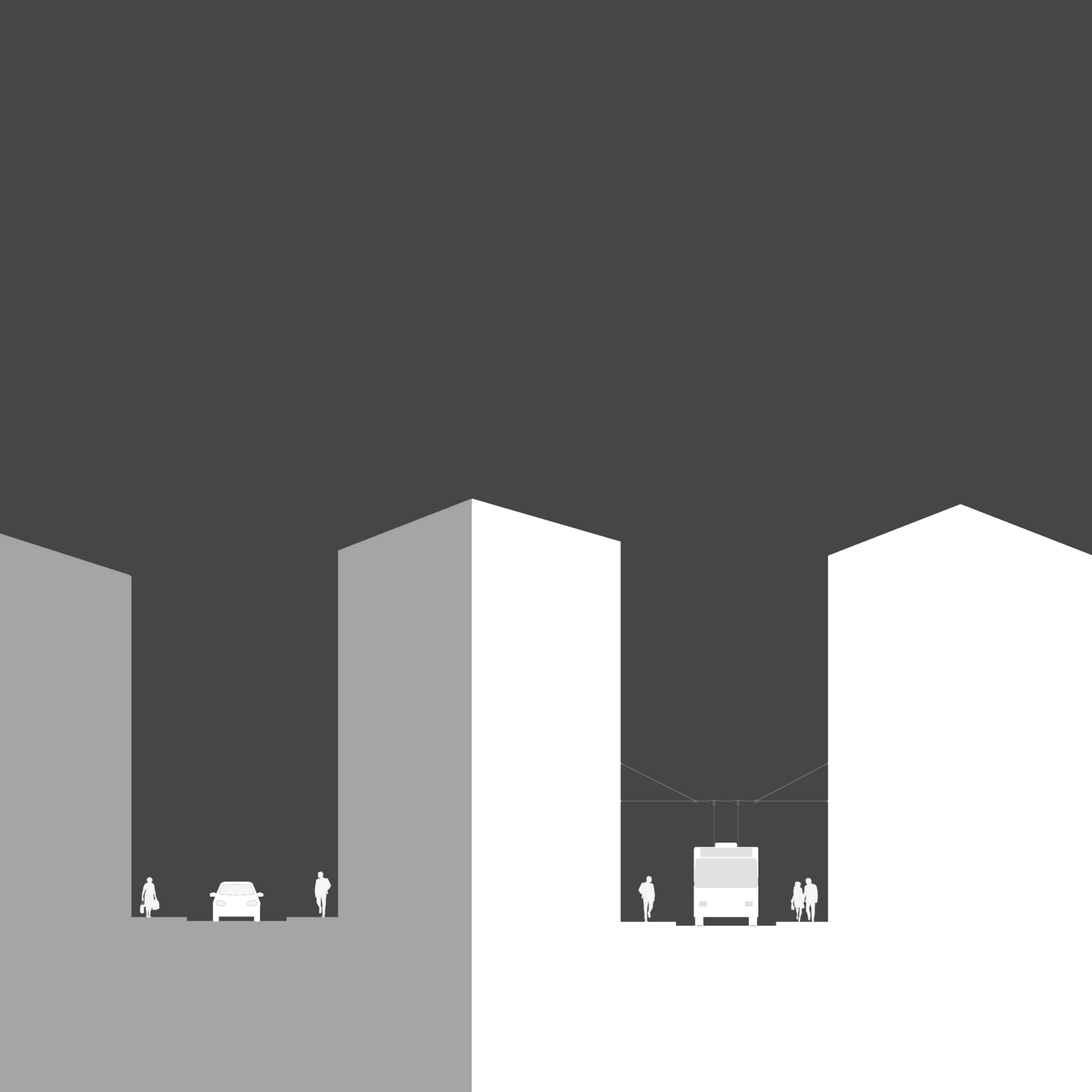
A proposta urbana passa por revelar e intensificar o caráter heterogéneo da colina das Amoreiras. Para tal, intervimos no território dividindo-o em seis zonas segundo determinadas características morfológicas. Para cada zona é definida uma centralidade muito própria que serve de suporte à sua vivência urbana, capaz de criar zonas de convergência - os espaços de convívio. O desenvolvimento desses espaços públicos é feito em articulação com os projetos das habitações, na medida em que se complementam de acordo com os preceitos do perfil social proposto. São maioritariamente intervenções de nomeação, com operações cirúrgicas de restauro e reabilitação. No conjunto destacam-se dois centros pela articulação que têm com o resto da cidade, nomeadamente o Complexo das Amoreiras e o futuro interface de Campolide, na Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, centro de confluência de pessoas para onde é proposto a convergência da linha de metro, comboio, autocarro e *trolleybus*. No prolongamento da linha a Sul desta estação, é ainda proposta uma outra estação de Metro – a das Amoreiras. Tornamos a circulação pedonal prioritária em detrimento da circulação rodoviária. O automóvel, meio de transporte atualmente indispensável, será progressivamente menos utilizado devido aos custos de manutenção (inspeções, impostos, etc.) e alimentação (combustível, gás, etc.). Para isso, propomos ruas exclusivamente pedonais e ruas cuja circulação pedonal é prioritária, sem no entanto prejudicar os moradores. Tais transformações poderão ser implementadas pelo simples calcetamento das ruas. Propomos um sistema de reestruturação ao nível da mobilidade que poderá questionar a utilização do automóvel no quotidiano. A revitalização de parte da antiga rede de elétricos que atravessa a zona, em função dos *trolleybus*, unindo as diferentes centralidades, é importante para a redução dos carros nos núcleos residenciais. Consideramos a implementação de uma rede de aluguer de bicicletas, vulgar em grande parte das cidades europeias. Esta estratégia constitui um ensaio que poderá ser alargado ao resto da cidade de Lisboa.



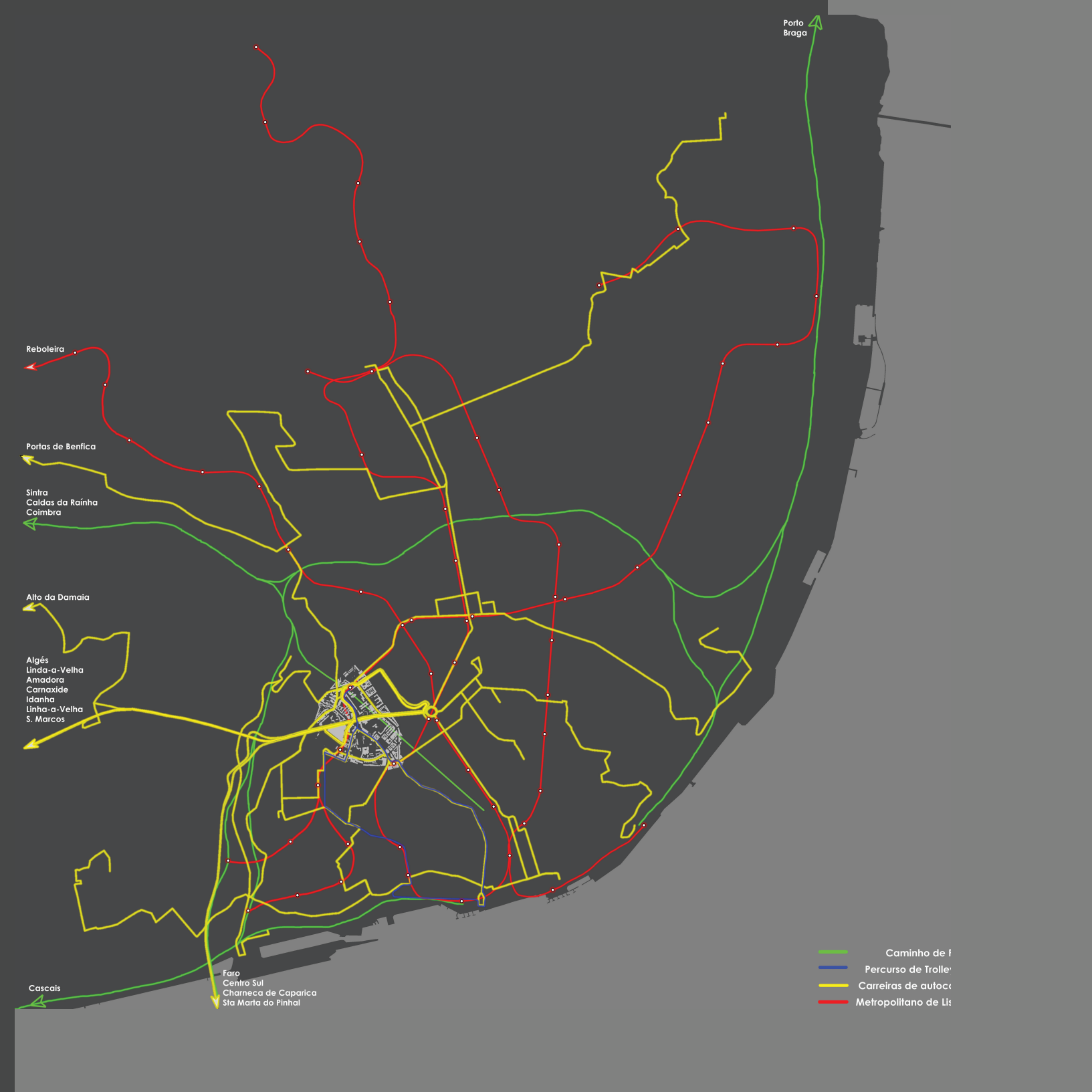




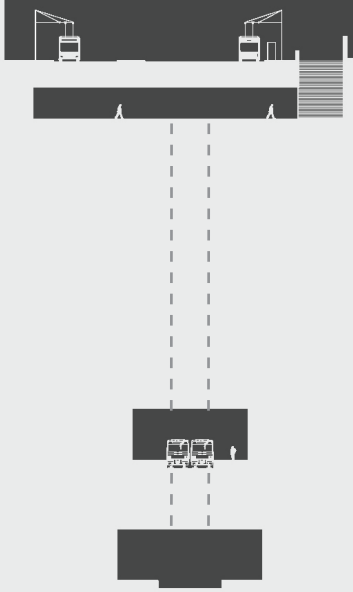
Perfis tipo dos eixos viários



Sendo um dos nossos maiores desejos tornar a circulação pedonal uma prioridade, é importante a redução da circulação automóvel. Para tal, toda a zona tem que ser fortemente servida a nível de transportes públicos. A zona das Amoreiras, tratando-se já de um ponto central na cidade, é já bem servida a nível de autocarros, sendo somente necessário o reforço do transporte local, trolleybus, e a ligação à rede de metropolitano, através das duas novas estações de Campolide e das Amoreiras. Ambas encontram-se integradas na linha vermelha, com acesso directo ao Aeroporto.


Porto
Braga
Reboleira
Portas de Benfica
Sintra
Caldas da Raínha
Coimbra
Alto da Damaia
Algés
Linda-a-Velha
Amadora
Carnaxide
Idanha
Linha-a-Velha
S. Marcos
Cascais
Faro
Centro Sul
Charneca de Caparica
Sta Marta do Pinhal
Caminho de F
Percurso de Trolle
Carreiras de autoc
Metropolitano de Lis

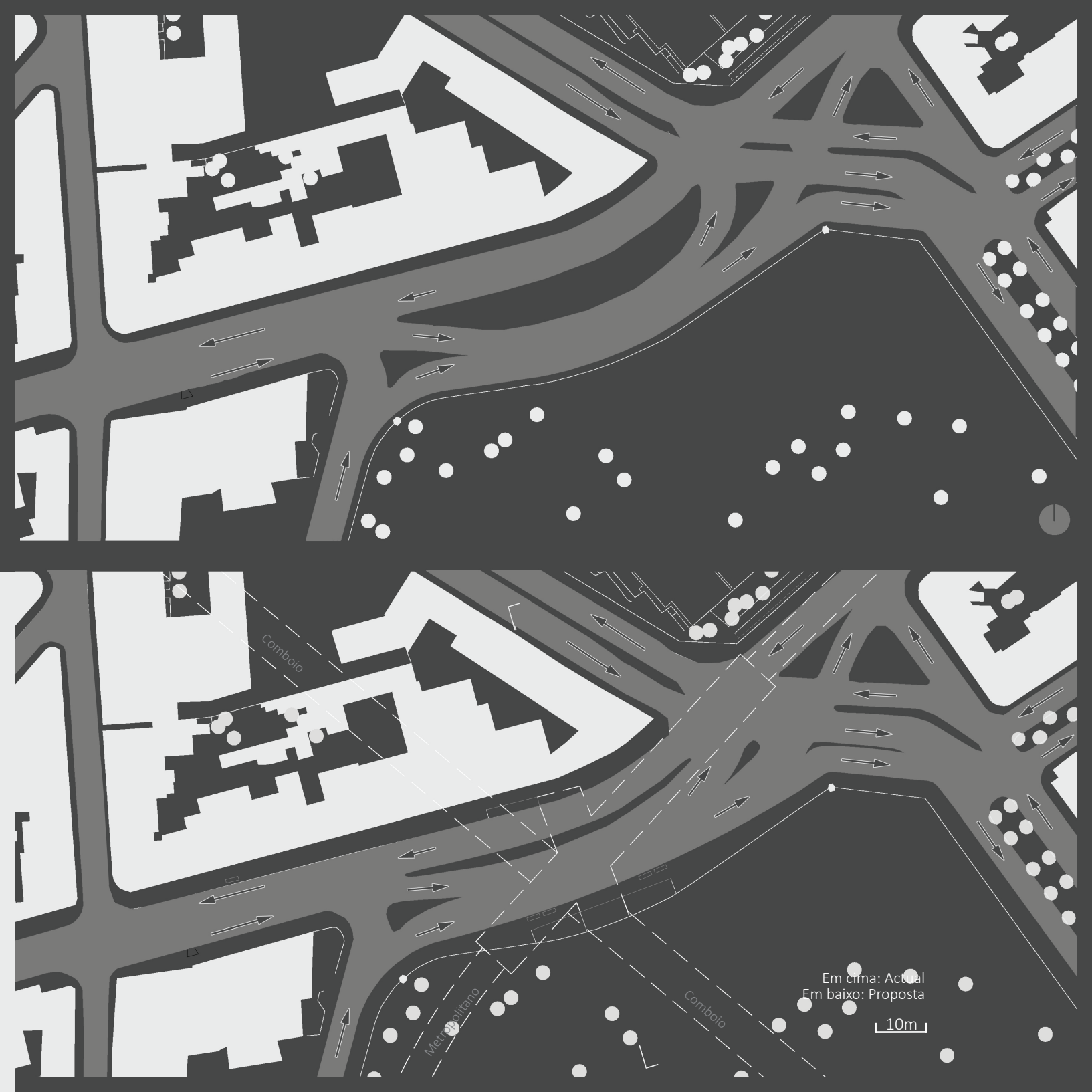
A proposta interface de Campolide, onde no subterrâneo se situam a estação de Metropolitano, a estação de caminho de ferro - à cota do actual Túnel ferroviário do Rossio - e à superfície é dada primazia ao peão e ao transporte público: os passeiossão alargados em deterimento da circulação automóvel, e são implantadas paragens da linha proposta de trolleybus.



Metropolitano

Comboio

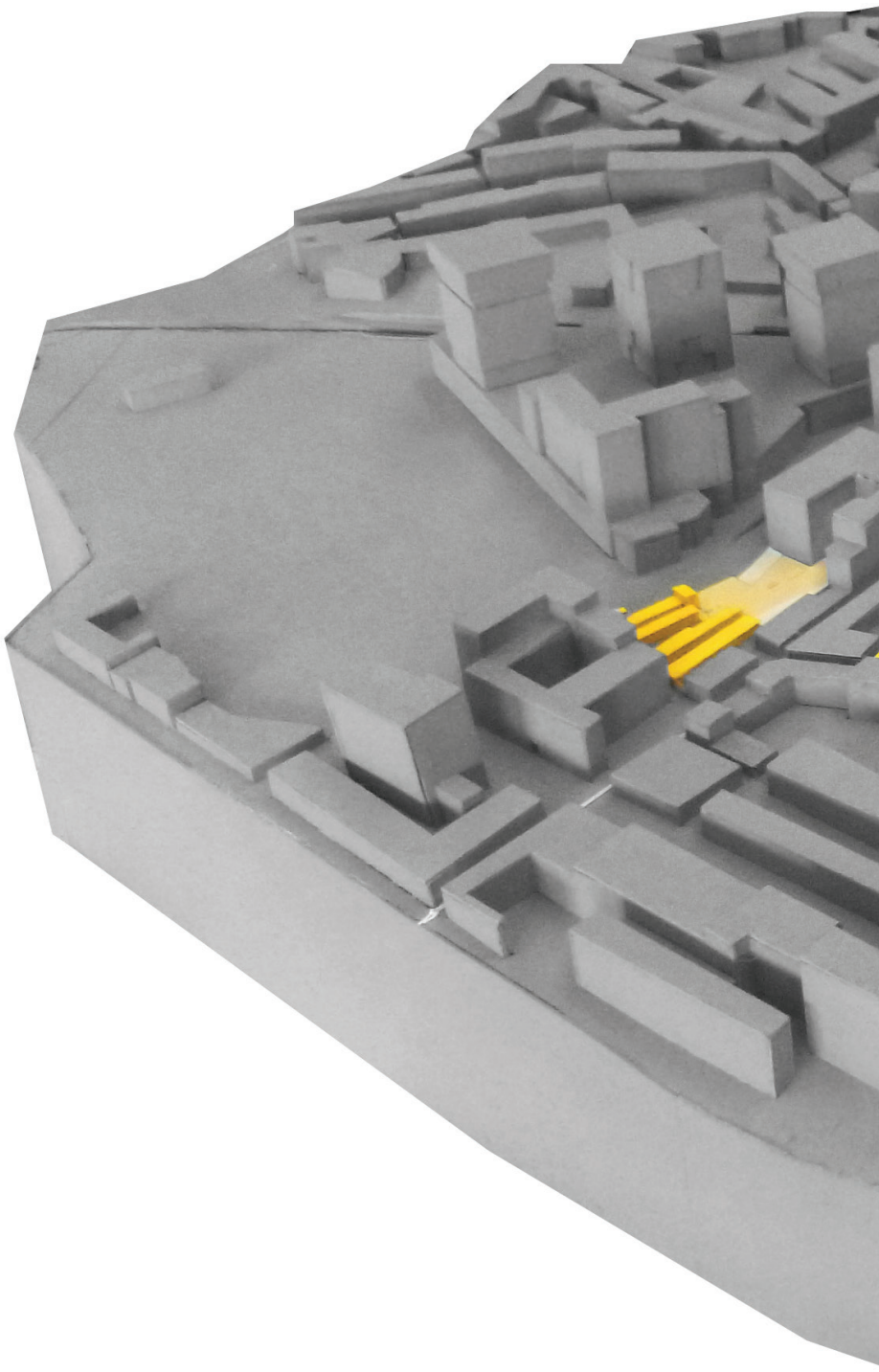
Secção transversal


Comboio
Metropolitano
Comboio
Em cima: Actual
Em baixo: Proposta
10m

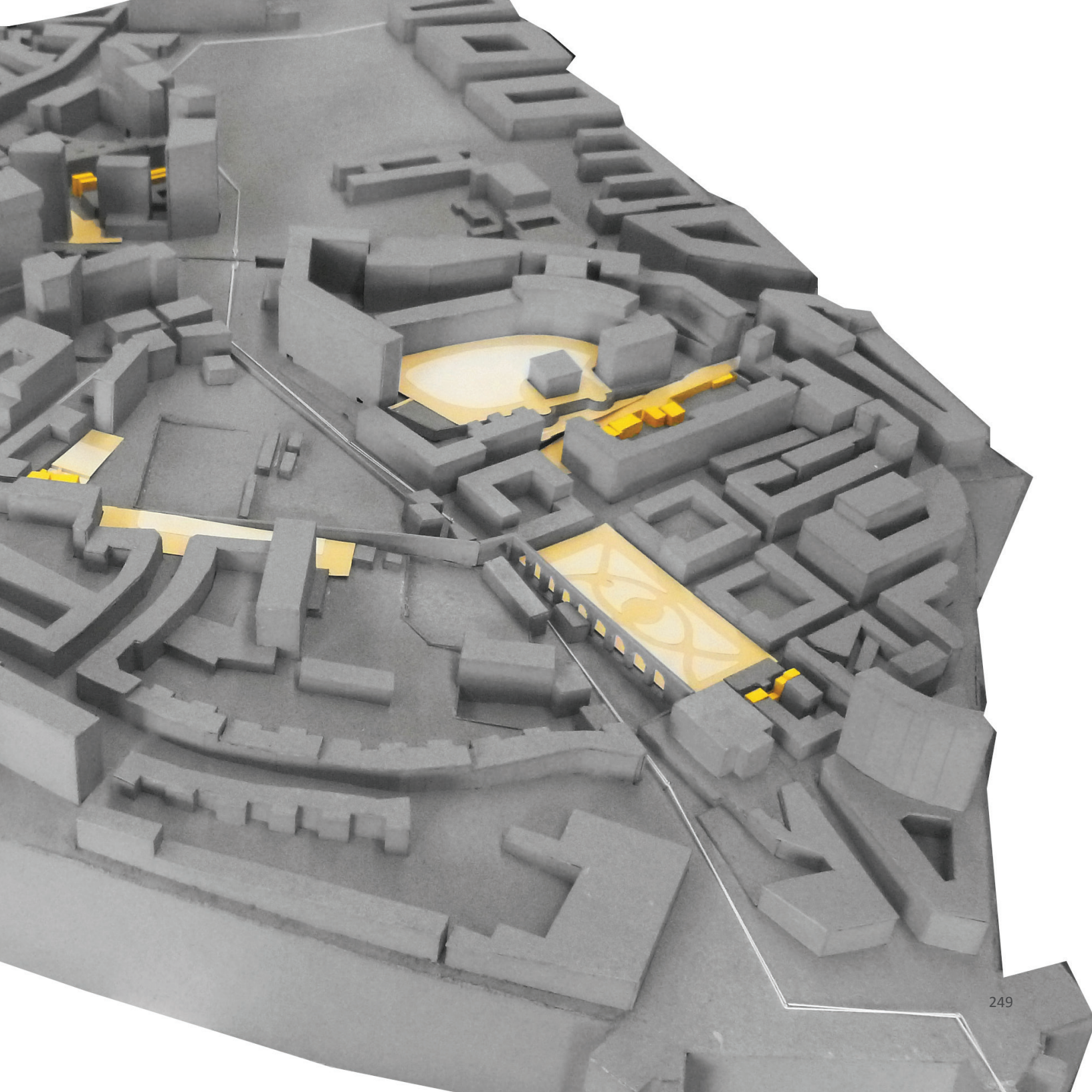
Propomos um novo meio de transporte público para o local, o Trolleybus. Tratando-se aparentemente de um comum autocarro urbano, utiliza electricidade como fonte de alimentação. É uma opção mais eco-
-frendly e reutiliza as catenárias dos eléctricos, actualmente desaproveitadas.



Montagem sobre fotografia de Rúben Viegas



maqueta escala 1.1000

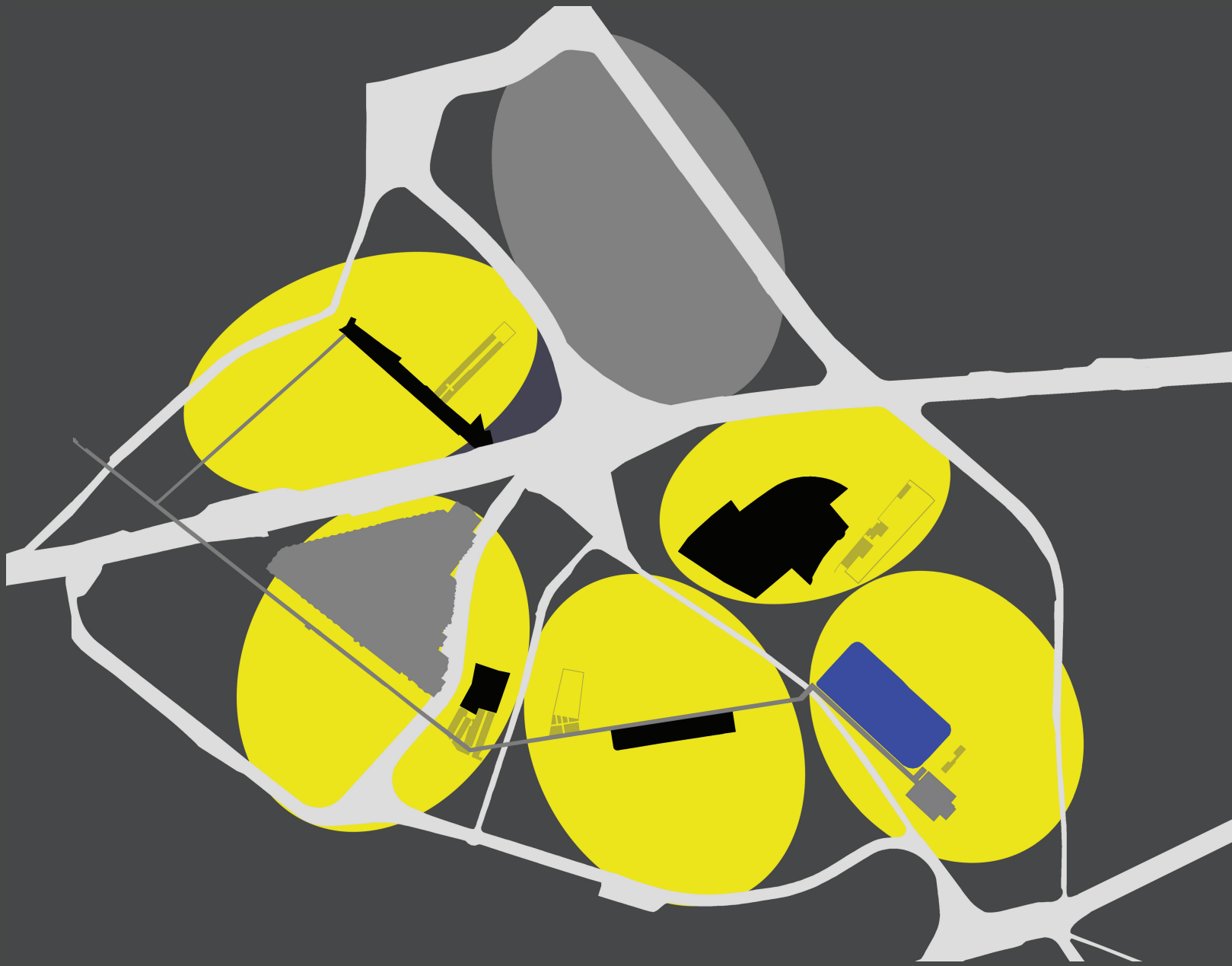


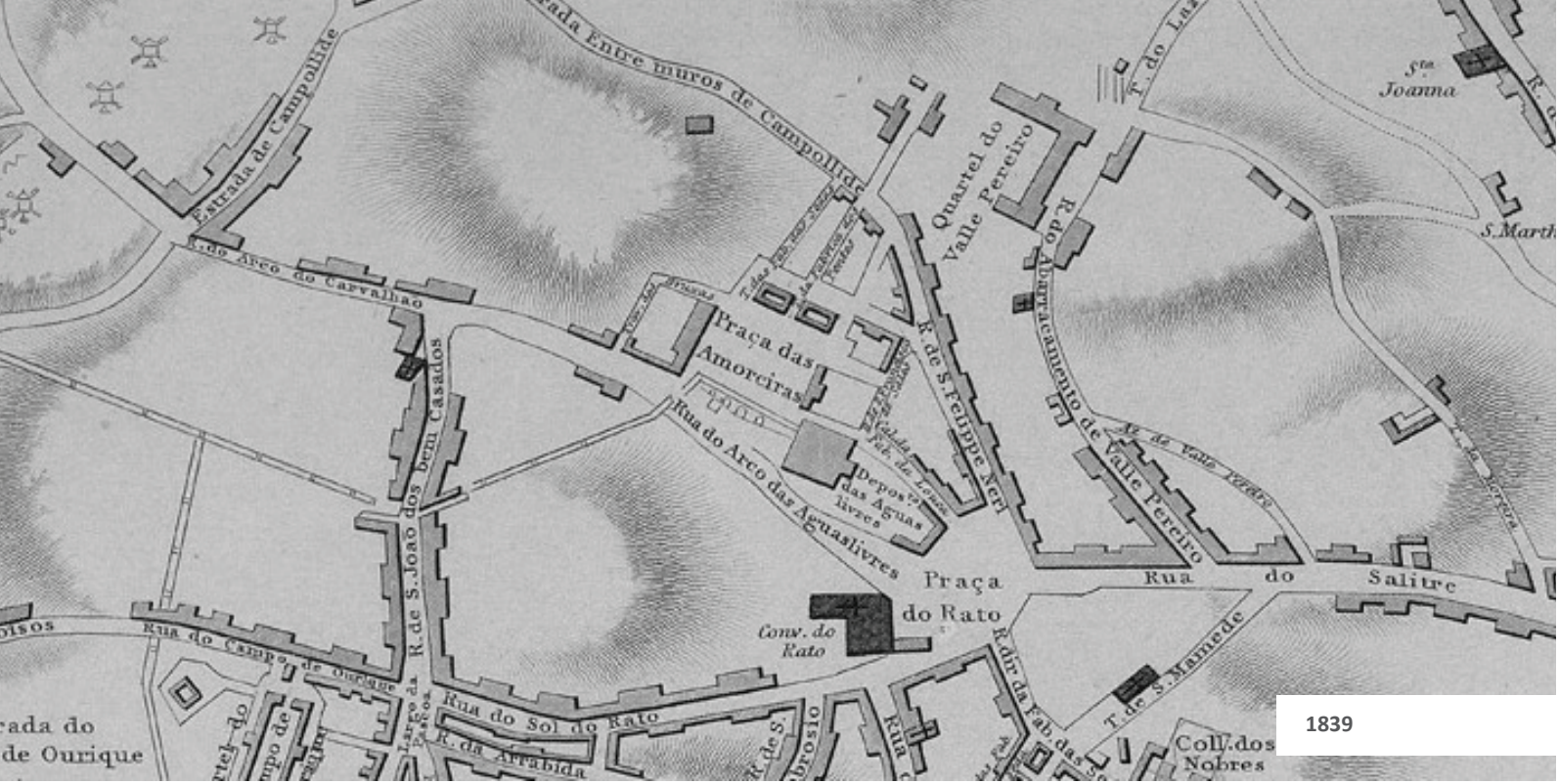
individual


espaço
público

Esta zona de intervenção, pelas suas características urbanísticas tão vincadas formou um dos núcleos definidos pelo grupo de trabalho. Tendo como inquestionável centralidade o Jardim das Amoreiras, definimos a melhor estratégia para o fortalecer, através da reabilitação mas sobretudo pelo restauro.

Trata-se de um Jardim com muita afluência, tanto durante o dia como à noite, devido à sua localização e sobretudo à atmosfera agradável. Contudo, é de salientar uma falta de manutenção a acrescentar a actos de vandalismo. O facto de nos encontrarmos num bairro histórico deveria garantir uma manutenção mais frequente. Este exercício prático trata-se fundamentalmente de um trabalho de nomeação, visto que o espaço está bem desenhado e é muito utilizado, logo proponho pequenas intervenções.




Estrada de Campollide
Entre muros de Campollide
Quartel do Valle Pereiro
R. do Abarracamento de Valle Pereiro
Sta. Joanna
S. Marth
R. do Arco do Carvalhão
Praça das Amoreiras
R. de S. Felippe Neri
Rua do Arco das Aguaslivres
Depos.to das Aguas livres
R. de S. João dos bem Casados
Praça do Rato
Conv. do Rato
Rua do Salitre
Rua do Campo de Ourique
Rua do Sol do Rato
R. da Arrabida
R. dir. da Fab. das
T. de S. Mamede
Coll. dos Nobres
de Ourique

1839



1864



1983

O sítio das Amoreiras foi concebido por Marquês de Pombal em 1759, sendo originalmente denominado por Bairro dos Fabricantes da Seda. Actualmente conhecido como Jardim das Amoreiras e formalmente intitulado por Jardim Marcelino Mesquita, em homenagem ao dramaturgo português Marcelino Mesquita (1856-1919), era inicialmente um local de feira, denominado por Largo dos Fabricantes. Em 1771, foram plantados 331 pés de amoreiras, para manter a indústria das sedas.

Com cerca de 6 mil metros quadrados, o Jardim é delimitado pelo Aqueduto das Águas Livres, a Capela de Nossa Senhora de Monserrate e a antiga Real Fábrica de Tecidos de Seda, actualmente Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva.



PEREIRA, Nuno Teotónio; CABRAL, Bartolomeu Costa – Bloco das Águas Livres. Lisboa: 1959.



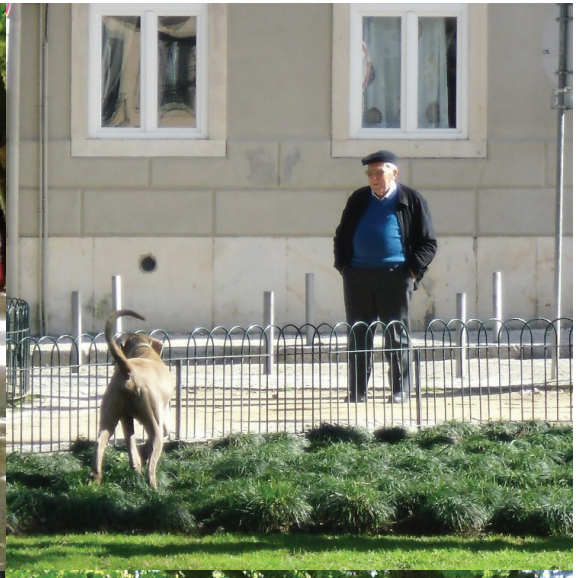
rua das Amoreiras, Lisboa
abril de 2013

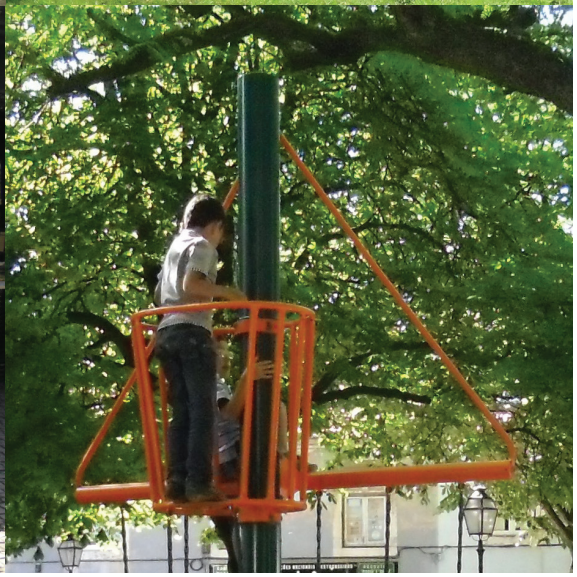






jardim das Amoreiras, Lisboa
abril de 2013



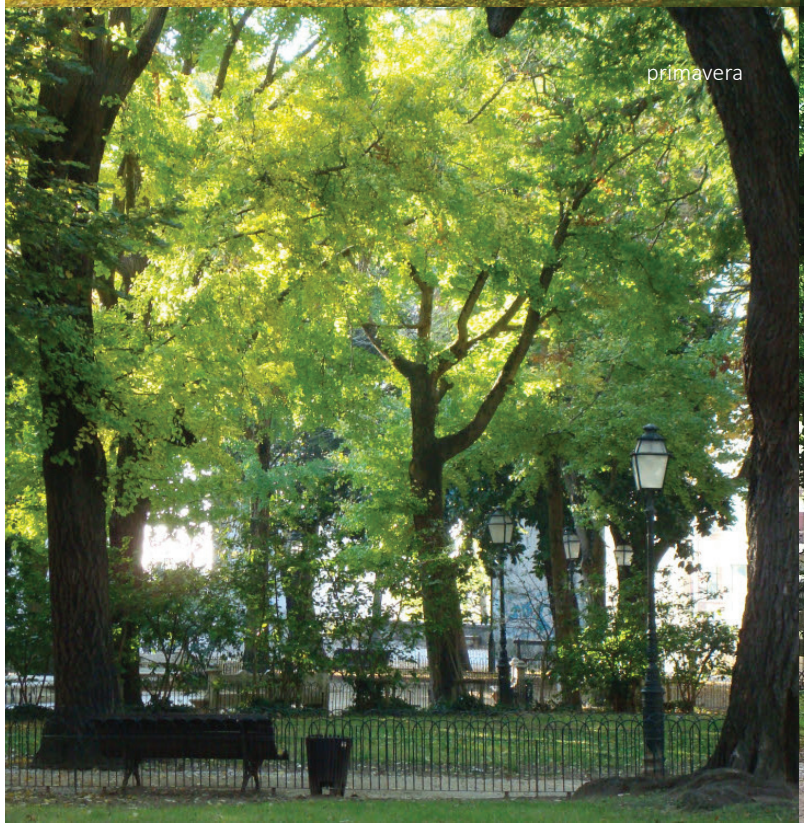


Sendo um Jardim projectado para fornecer a Real Fábrica de Tecidos da Seda, foi originalmente concebido para amoreiras. Com o encerrado da Fábrica, em 1835, esta espécie foi gradualmente substituída por outras árvores, só restando presentemente uma Amoreira no Jardim.

Actualmente há uma grande diversidade de árvores no Jardim das Amoreiras, sendo as Tílias, os Ginkgos e os Freixos as espécies mais comuns. O espaço é predominantemente composto por árvores de folha caduca, permitindo a existência de sombras do verão, um ambiente ensolarado no inverno e uma atmosfera outonal no outono. Contudo, também podemos encontrar várias espécies de folha perene, como os Ciprestes ou e as Magnólias, mas também uma espécie rara e exótica, o *Cycas revoluta*.


outouno

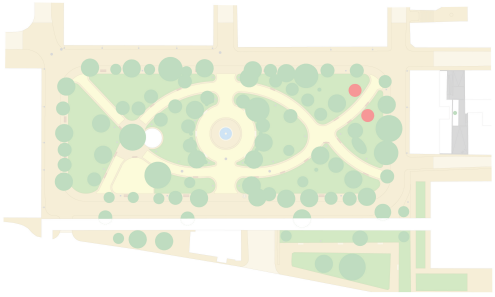

inverno


primavera


verão

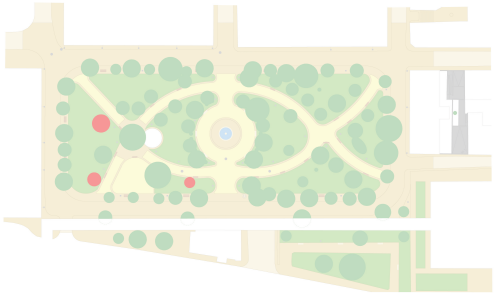


nome botânico: *Acer Pseudoplatanus*
nome comum: Acer
família: *Sapindaceae*
origem: Europa Central e sudoeste da Ásia
folha: Caduca



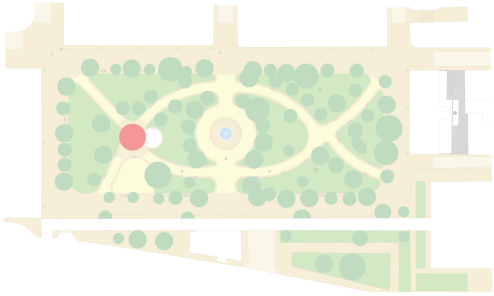


nome botânico: *Aesculus Hippocastanum*
nome comum: Castanheiro-da-Índia
família: *Hippocastanaceae*
origem: Península Balcânica e Ásia
folha: Caduca



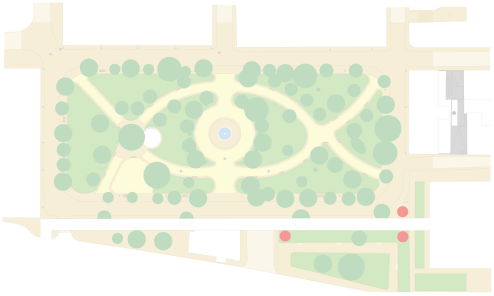


nome botânico: *Alnus Glutinosa*
nome comum: **Amieiro**
família: ***Betulaceae***
origem: **Chile**
folha: **Caduca**





nome botânico: ***Cupressus Sempervirens Stricta***
nome comum: **Cipreste**
família: ***Cupressaceae***
origem: **Mediterrâneo Oriental**
folha: **Perene**

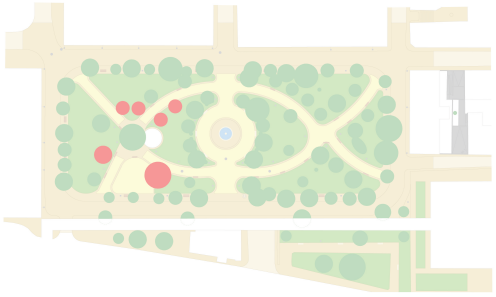




nome botânico: *Cycas Revoluta*
nome comum: Sagu-de-Jardim
família: *Cycadaceae*
origem: China e Japão
folha: Perene

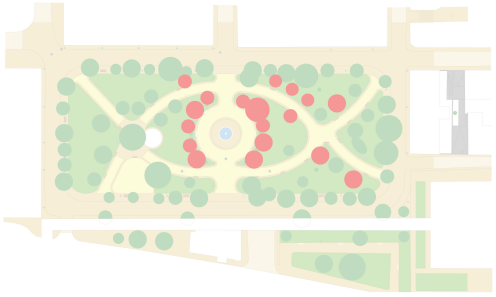


nome botânico: *Fraxinus Angustifolia*
nome comum: Freixo
família: *Oleaceae*
origem: Europa Ocidental
folha: Caduca



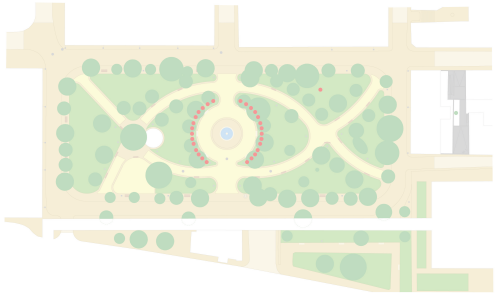


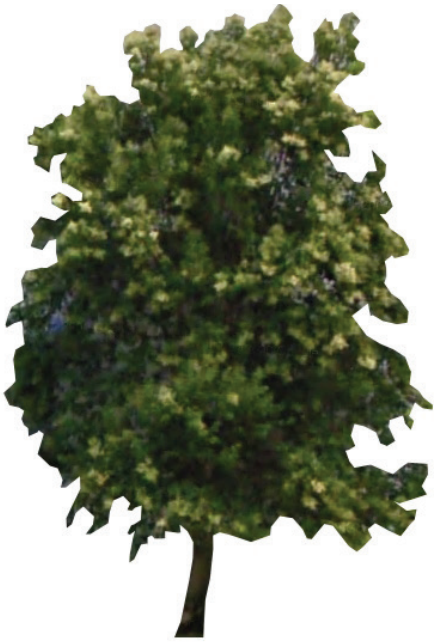
nome botânico: *Ginkgo Biloba*
nome comum: **Ginkgo**
família: *Ginkgoaceae*
origem: **Sudeste da China**
folha: **Caduca**



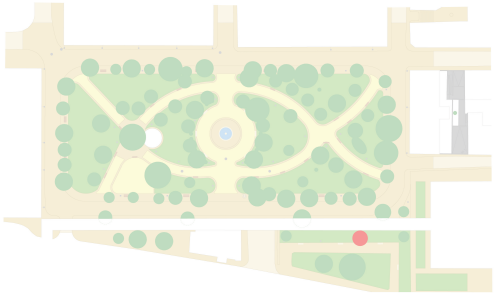


nome botânico: *Hibiscus Rosa-Sinensis*
nome comum: **Hibisco**
família: *Malvaceae*
origem: **Ásia Tropical e Havai**
folha: **Perene**



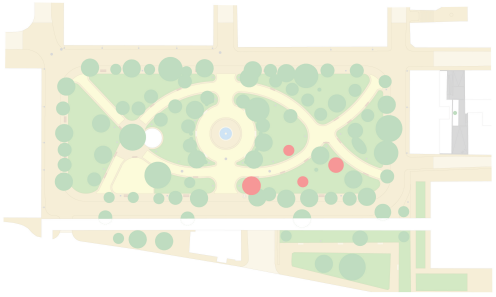


nome botânico: *Ligustrum Ovalifolium*
nome comum: **Ligustrum**
família: ***Oleaceae***
origem: **Europa e Ásia**
folha: **Perene**



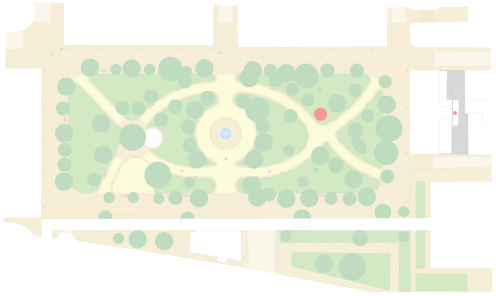


nome botânico: *Magnolia Grandiflora*
nome comum: **Magnolia**
família: ***Magnoliaceae***
origem: **América do Norte**
folha: **Perene**



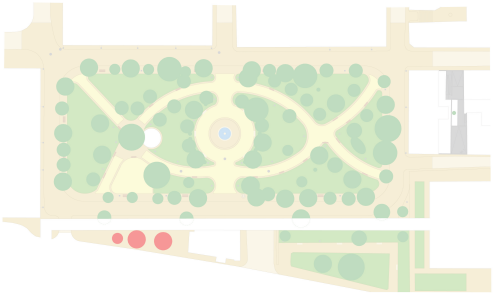


nome botânico: *Morus sp*
nome comum: **Amoreiras**
família: *Moraceae*
origem: **Ásia**
folha: **Caduca**



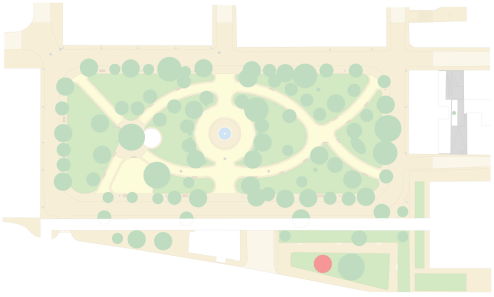


nome botânico: *Platanus Hybrida*
nome comum: **Plátano**
família: *Platanaceae*
origem: **América do Norte, Turquia e Ilhas Gregas**
folha: **Caduca**



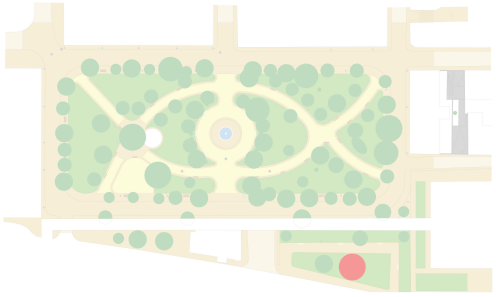


nome botânico: ***Punica Granatum***
nome comum: **Romãzeira**
família: ***Lythraceae***
origem: **Ásia Ocidental e Mediterrâneo Oriental**
folha: **Caduca**



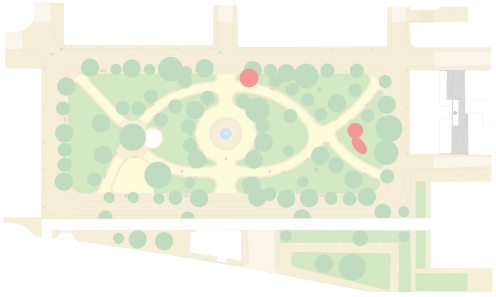


nome botânico: ***Robinia Pseudoacacia***
nome comum: Robinia
família: ***Papilionaceae***
origem: **Estados Unidos da América (Pensilvânia, Georgia e Alabama)**
folha: **Caduca**



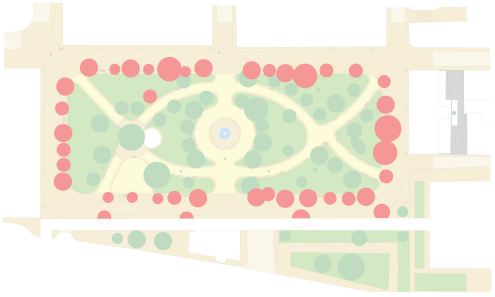


nome botânico: *Taxus sp*
nome comum: **Teixo**
família: ***Taxaceae***
origem: **Europa Ocidental e Ásia Menor**
folha: **Perene**

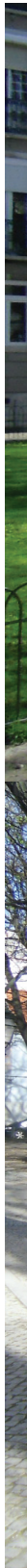




nome botânico: *Tilia Cordata*
nome comum: TÌlia
família: ***Tiliaceae***
origem: **Europa de clima temperado e Ásia Ocidental**
folha: **Caduca**



O mobiliário urbano presente no Jardim das Amoreiras é variado e representativo de várias épocas, como tal, proponho manter esta diversidade. Contudo, estas peças encontram-se negligenciadas, devido ao vandalismo e notória escassez de manutenção.





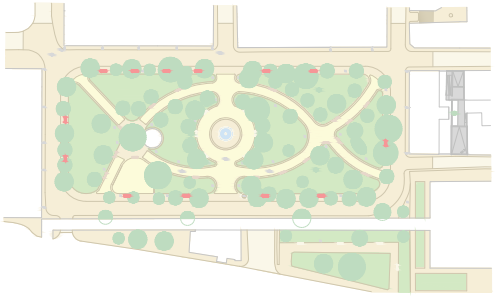




jardim das Amoreiras, Lisboa
abril de 2012

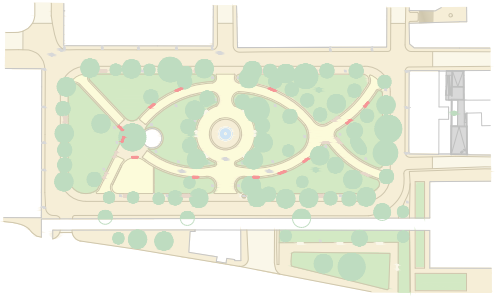


mobiliário urbano: **Banco 1**
materiais: **Madeira e Ferro Frojado**



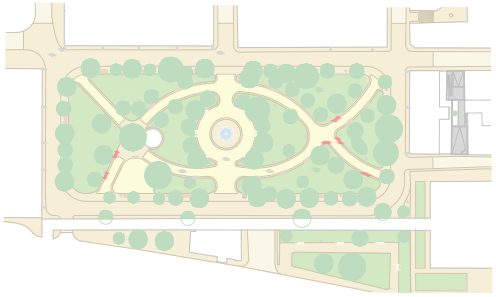


mobiliário urbano: **Banco 2**
materiais: **Madeira e Ferro Frojado**



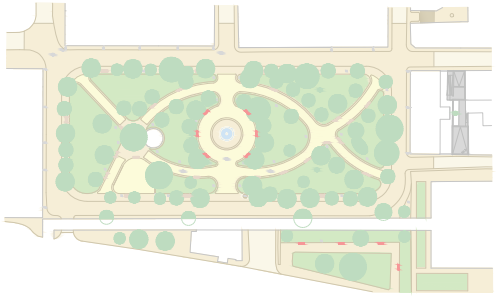


mobiliário urbano: **Banco 3**
materiais: **Madeira e Ferro Frojado**



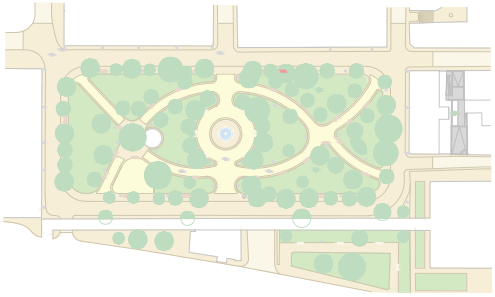


mobiliário urbano: **Banco 4**
materiais: **Pedra Lioz**



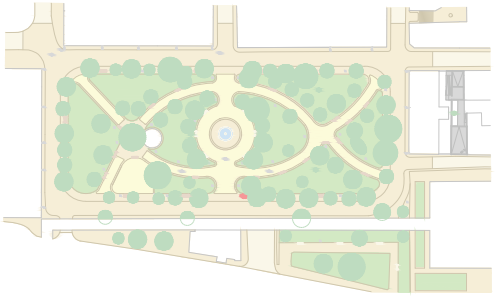


mobiliário urbano: **Banco Antero de Quental**
materiais: **Pedra Lioz**



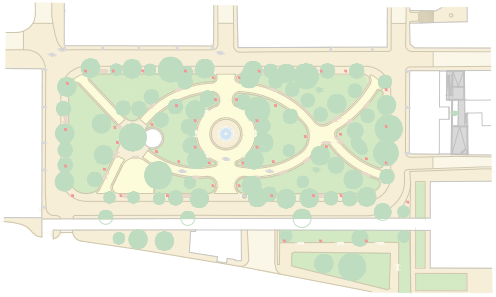


mobiliário urbano: **Bebedouro**
materiais: **Pedra Lioz**



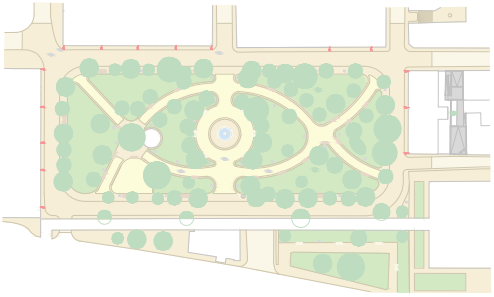


mobiliário urbano: **Candeeiro de pé alto**
materiais: **Ferro Frojado e Vidro**





mobiliário urbano: **Candeeiro**
materiais: **Ferro Frojado e Vidro**



O Jardim das Amoreiras teve um Quiosque até 2007, tendo sido fechado por falta de condições de atendimento ao público. Porém, no âmbito da *Estratégia de Recuperação e Dinamização dos Jardins, Miradouros e Espaços Públicos de Lisboa*, foi colocado um novo Quiosque em 2009.

Trata-se de um café/restaurante agradável e com muitos clientes, tanto durante o dia como à noite. Com música ambiente, jornais e revistas actuais, bom serviço e almofadas e mantas à disposição dos clientes, são muitos os factores que contribuem para o sucesso do espaço. O parque infantil junto ao Quiosque promove a utilização da esplanada por famílias com filhos, a acrescentar aos grupos de amigos que frequentam o espaço.





quiosque do jardim das Amoreiras, Lisboa
abril de 2013



Todo o Jardim das Amoreiras é muito bem iluminado, sendo utilizados candeeiros metálicos retro, característicos de Lisboa. A iluminação é a característica mais relevante para a grande utilização do espaço à noite. São muitas as pessoas que por ali caminham, passeiam os cães e aproveitam a esplanada do Quiosque.





planta actual
1.500





planta proposta
1.500







maqueta do jardim das Amoreiras, Lisboa
1.200



maqueta do jardim das Amoreiras, Lisboa
1.200




quatro
habitações

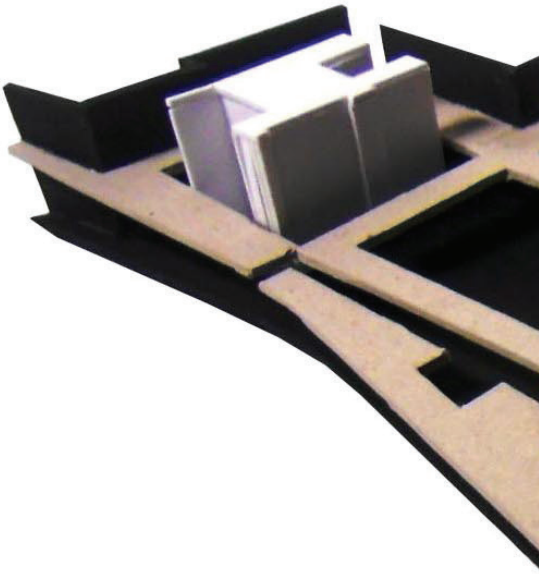
Normalmente, a unidade curricular de Projecto de Arquitectura foca-se em áreas periféricas, pouco consolidadas ou em elevado estado de degradação. As Amoreiras são a antítese dos locais onde por norma trabalhamos. É precisamente por esse motivo que escolhi trabalhar na zona do Jardim das Amoreiras. Trata-se de uma área marcada pela ortogonalidade, extremamente consolidada e de raiz habitacional. Contudo, com o desenvolvimento das zonas envolventes, principalmente com a construção do Complexo comercial e residencial das Amoreiras, este local ganhou um carácter empresarial. Este momento no território contaminou as áreas envolventes, incluindo a que elegi. Verificamos que por este motivo, mas não só, muitos lotes de matriz habitacional estão convertidos em sedes de pequenas empresas e ateliers. Esta dinâmica é interessante e enriquece significativamente o local.

A minha perspectiva é a manutenção da diversidade de usos e o estudo sobre o quarteirão, principalmente do que sobra deste. O modelo, de negativo do quarteirão, enfatiza as relações de vizinhança e potencializa espaços comunitários, o que vai de encontro ao tipo de sociedade que, em grupo, prevemos que irá existir dentro de 20 anos. O meu estudo reflecte na saturação da cidade, ou seja, de que forma uma zona tão consolidada consegue densificar-se ainda mais.

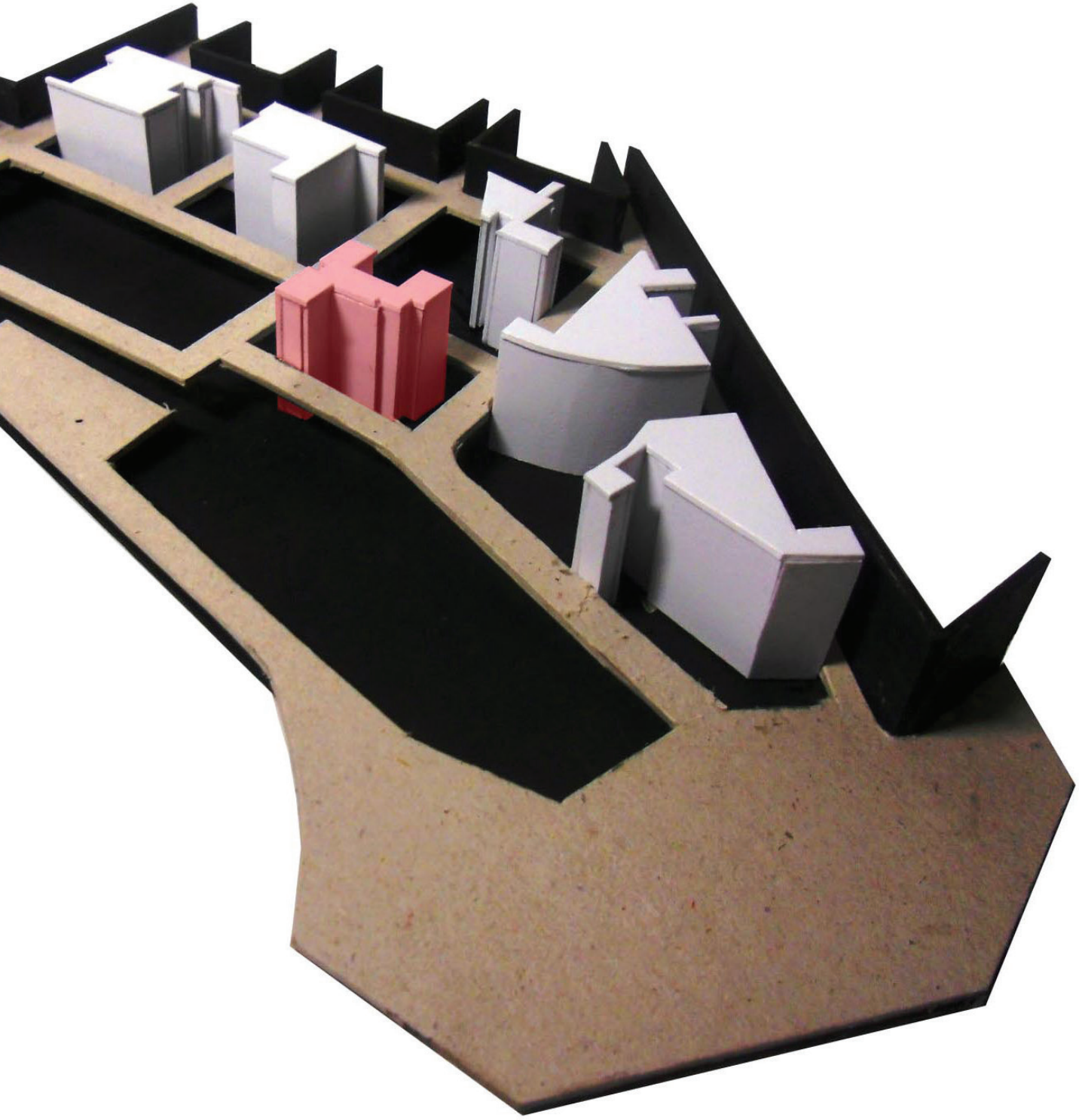
A maquete conceptual que executei foi determinante na escolha do quarteirão em que desenvolvi as minhas quatro habitações, junto à Mãe d'Água das Amoreiras e o Jardim Marcelino Mesquita, vulgarmente conhecido por Jardim das Amoreiras, por me permitir criar uma relação entre a Calçada Bento da Rocha Cabral e a Travessa das Amoreiras..



amoreiras, Lisboa



maqueta conceptual das amoreiras, Lisboa
1.500





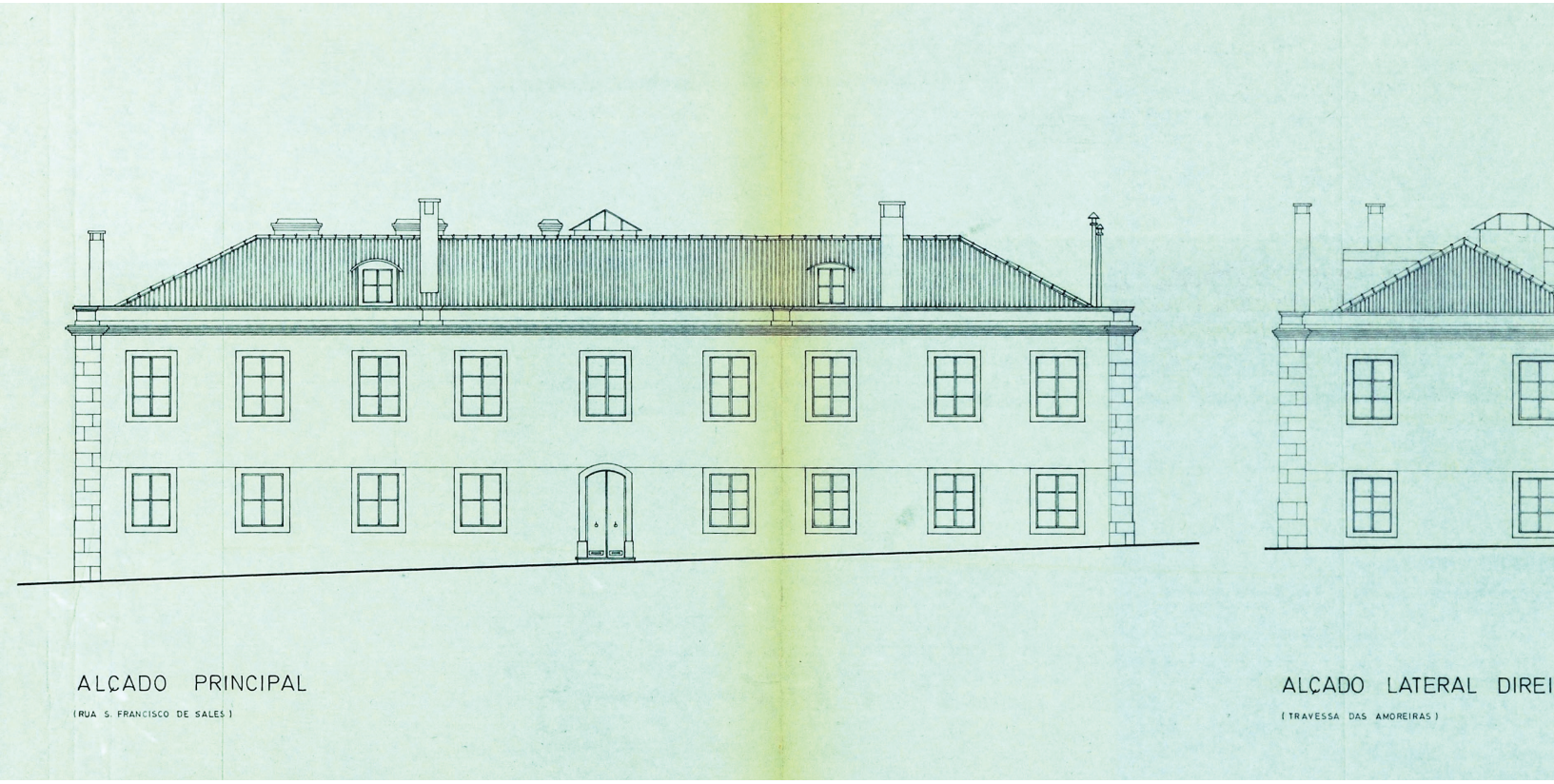


Travessa das Amoreiras, Lisboa
dezembro 2012

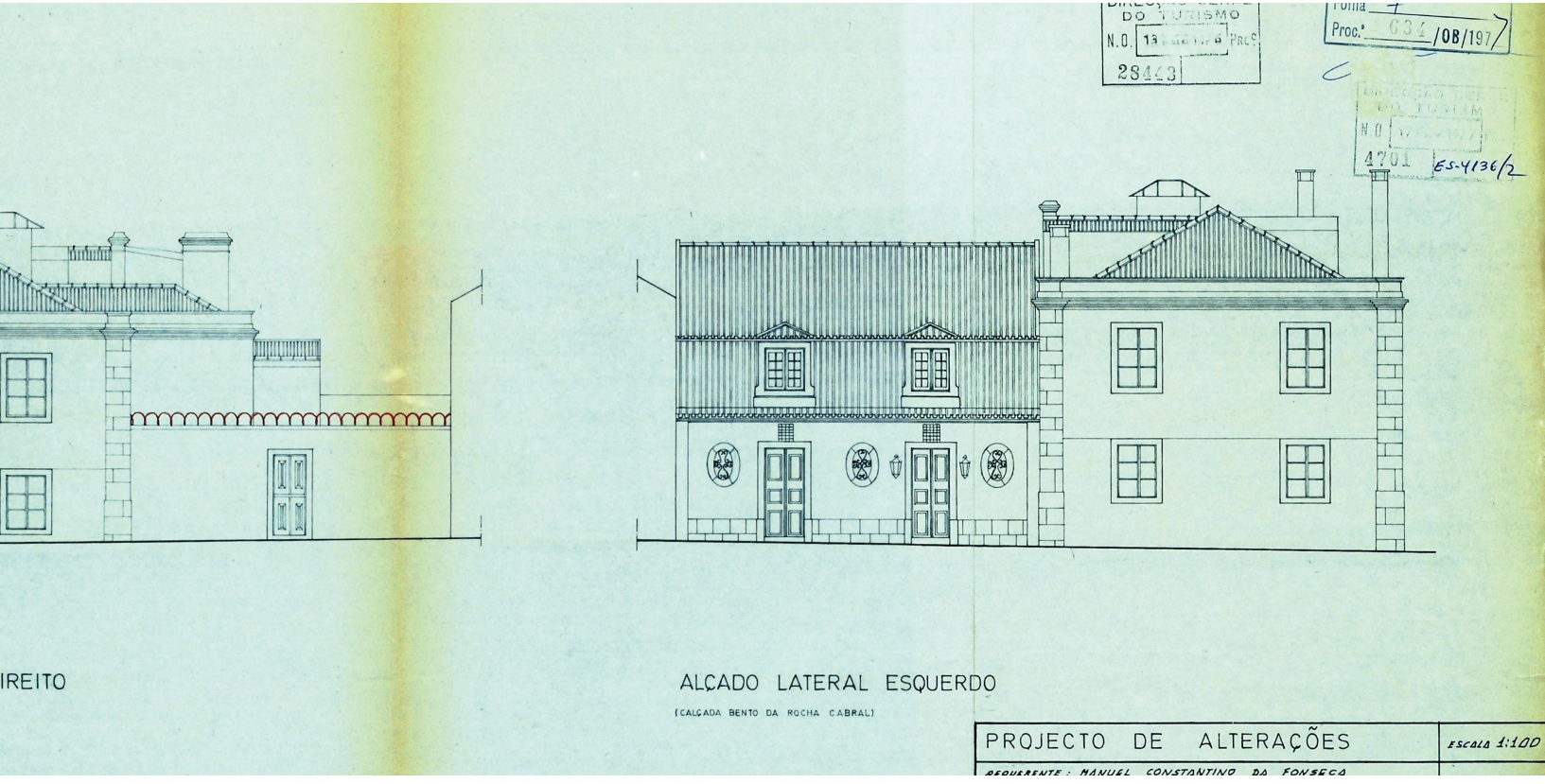


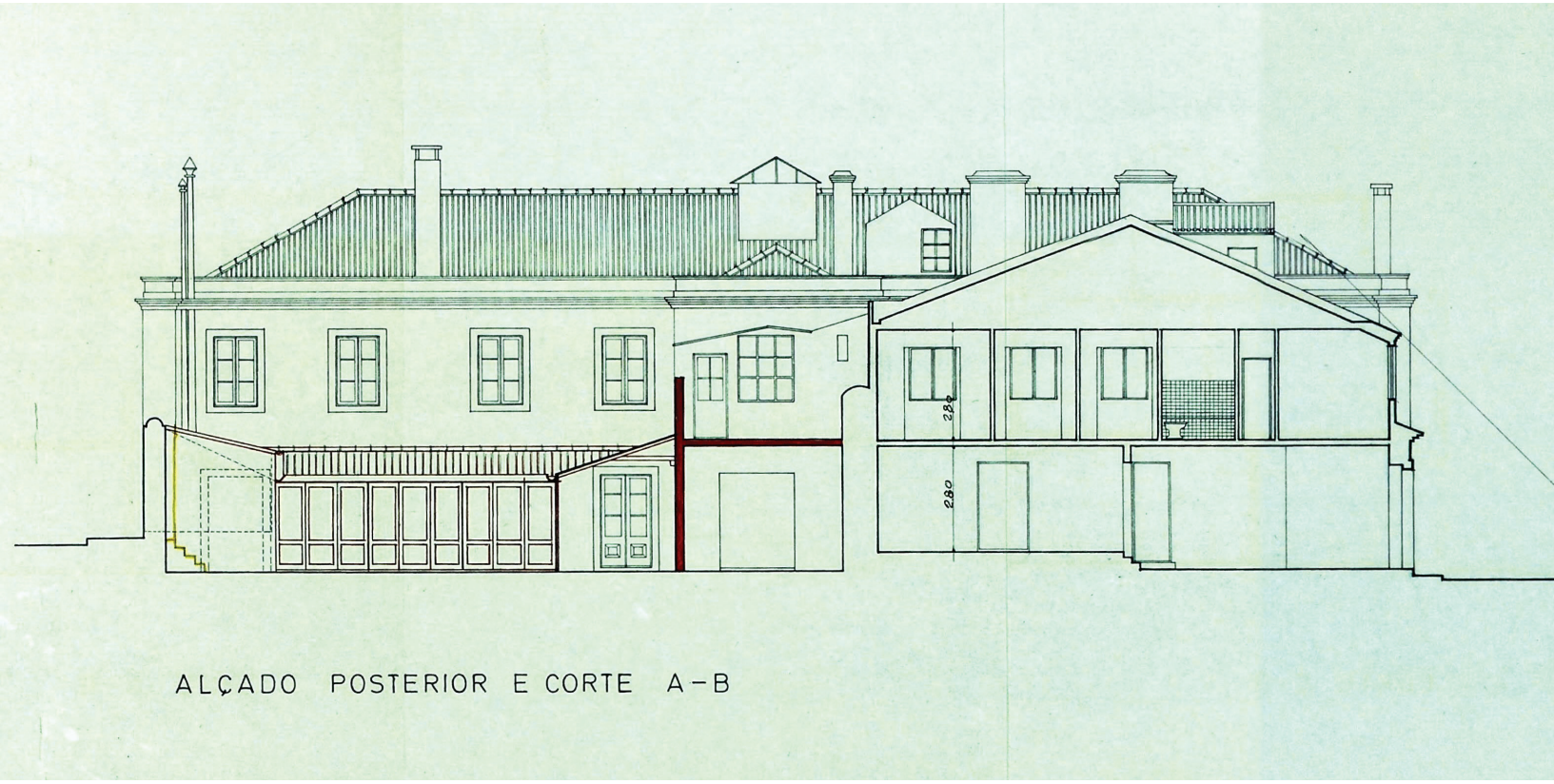
Calçada Bento da Rocha Cabral, Lisboa
dezembro 2012


pingo doce



rua São Francisco de Sales, 20
travessa das Amoreiras, 1
calçada Bento da Rocha Cabral, 18-18ª
arquivo municipal de lisboa, nº. 25393

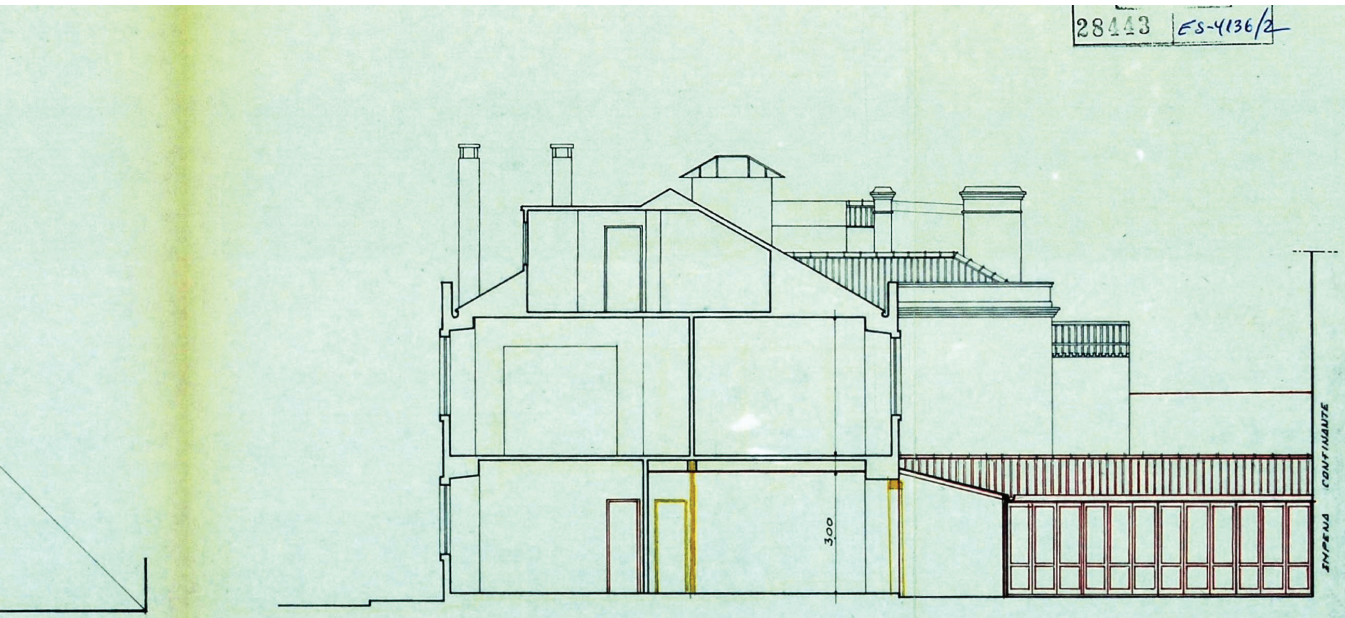

DO TURISMO
N.O. 13
28443
Proc.º 634 /OB/197
N.O
4701
ES-4136/2
IREITO
ALÇADO LATERAL ESQUERDO
(CALÇADA BENTO DA ROCHA CABRAL)
PROJECTO DE ALTERAÇÕES
ESCALA 1:100
REQUERENTE: MANUEL CONSTANTINO DA FONSECA



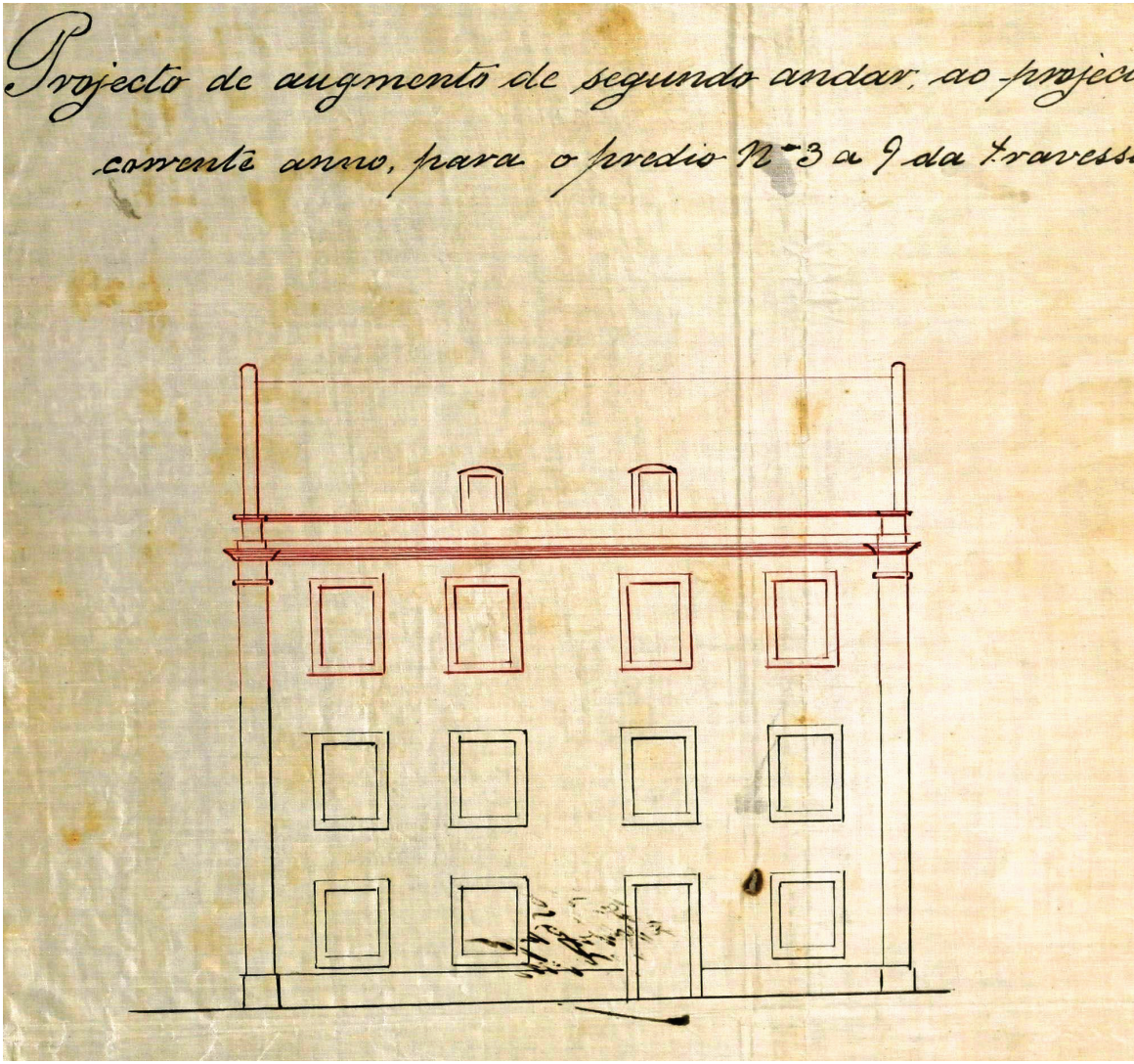
ALÇADO POSTERIOR E CORTE A-B

rua São Francisco de Sales, 20
travessa das Amoreiras, 1
calçada Bento da Rocha Cabral, 18-18ª
arquivo municipal de lisboa, nº. 25393

28443 ES-4136/2



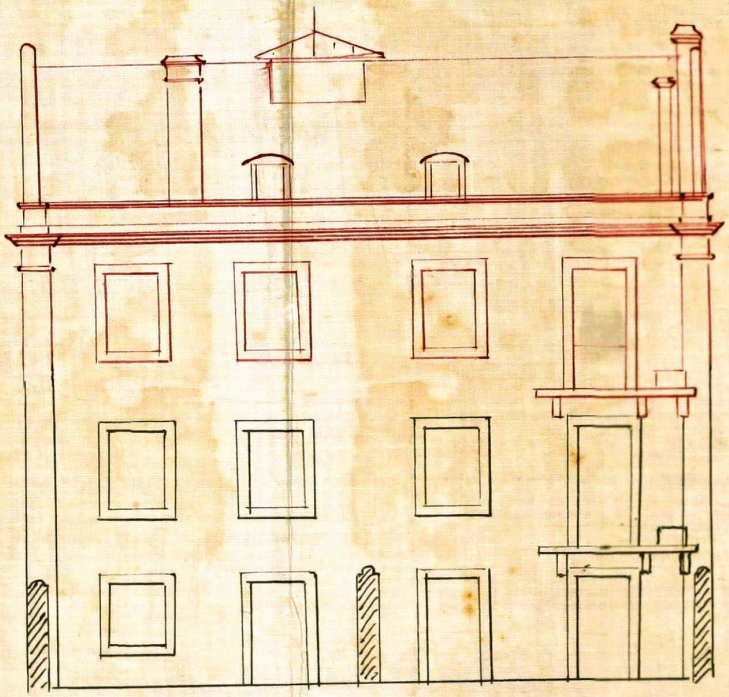
CORTE C-D



travessa das Amoreiras, 3
arquivo municipal de lisboa, nº. 80

ecto das obras aprovado pela Exma Camara em 1 de Junho do-

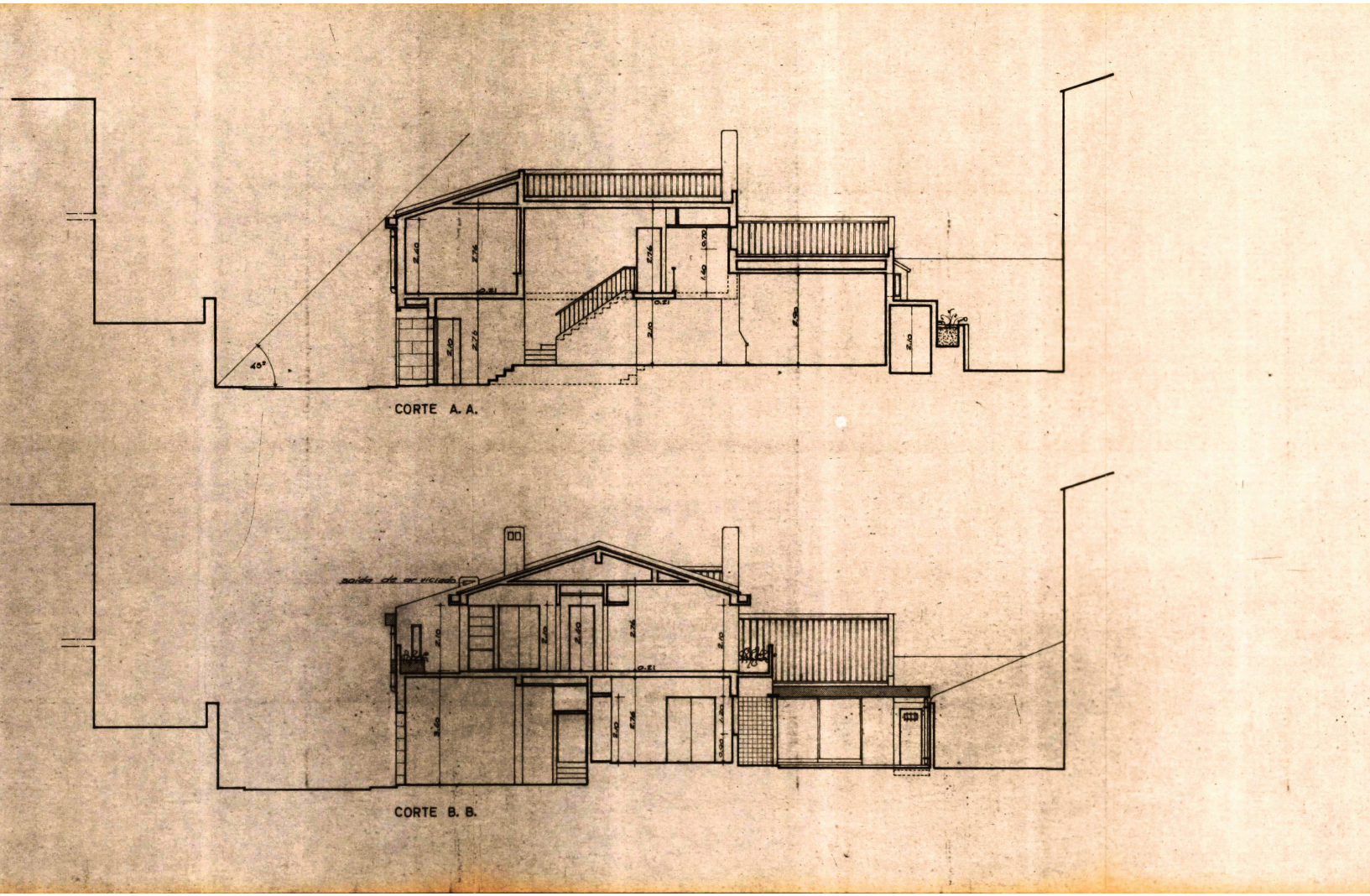
essa das Fabricas das Sedas, de Manoel Joaquim Gourlade.



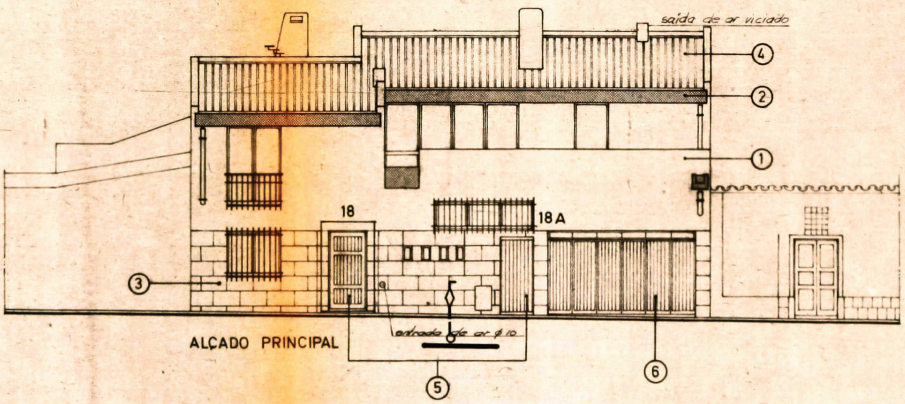


Approvado, satisfazendo-se a respectiva taxa, e com a clausula de se a obra no prazo de seis mezes.
Camª 20 d'agosto 1888.
O Presidente

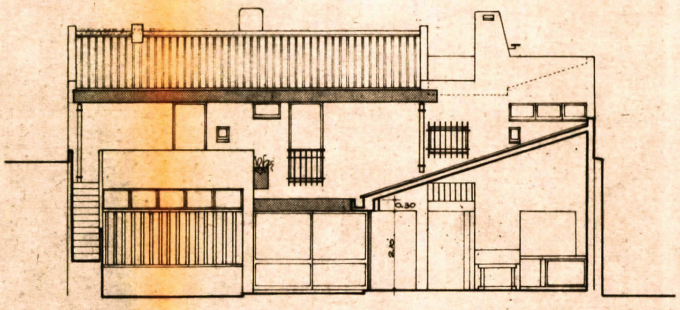
Nota. A divisão interna he a mesma já aprovada para o primeiro andar.



calçada Bento da Rocha Cabral, 22-24
arquivo municipal de lisboa nº. 59011



ALÇADO PRINCIPAL



ALÇADO CORTE C. C.

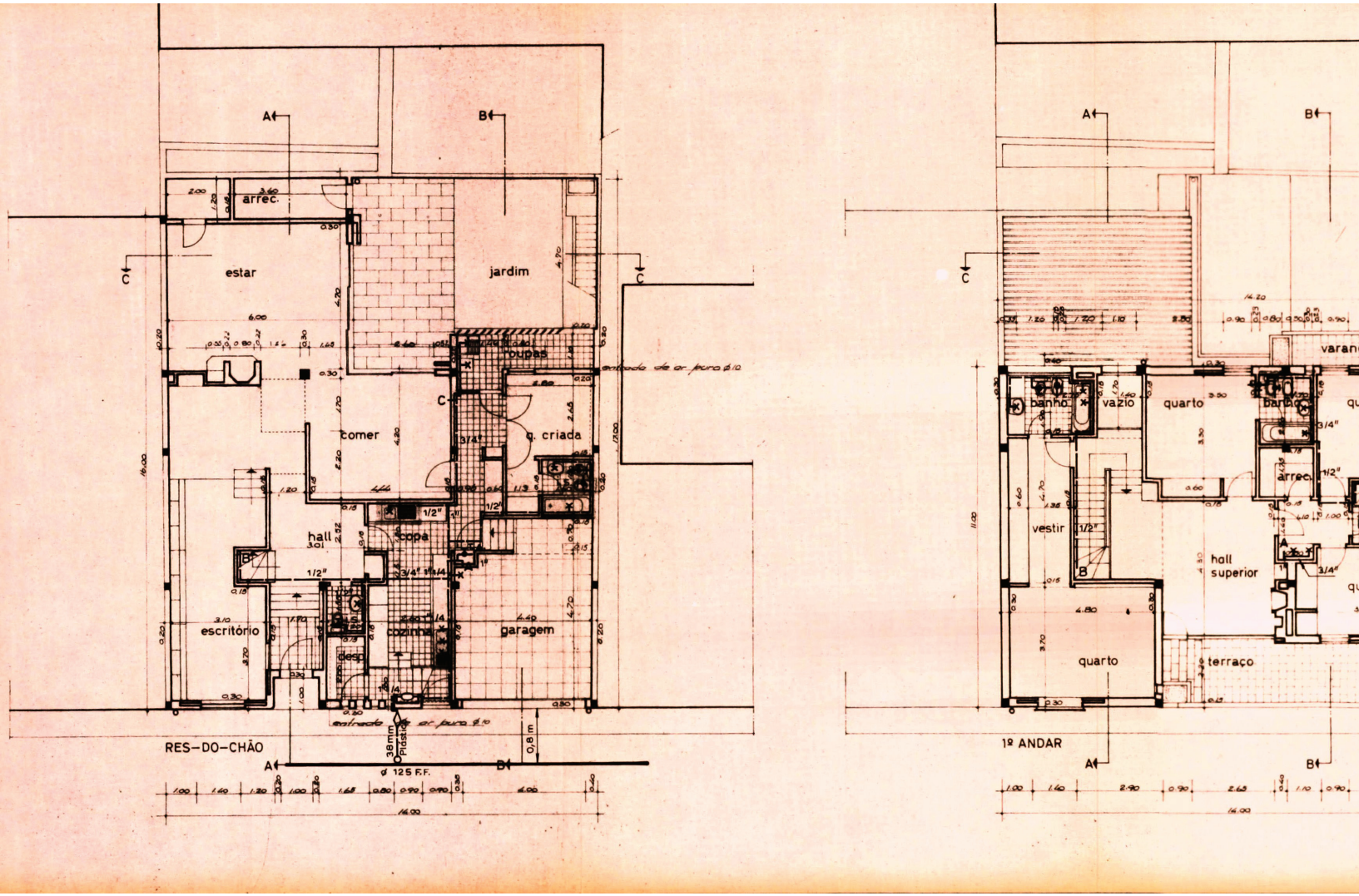
Folha 9
Proc.º 2168 /OB/1974

1 — reboco pintado de branco
2 — betão à vista
3 — pedra (tipo lioz)
4 — telha
5 — madeira envernizada
6 — porta em ferro pintada de verde escuro

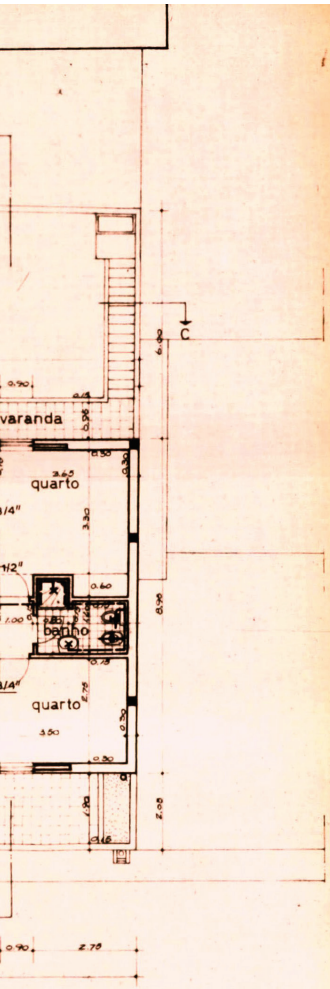
Nota — as grades são em ferro pintado a preto

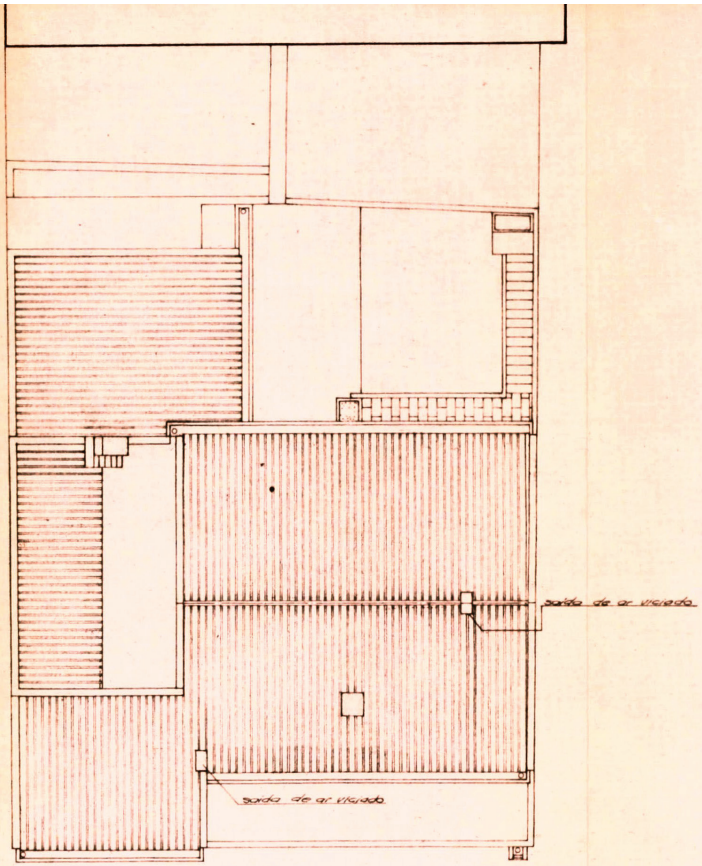
PROJECTO DE UMA MORADIA	esc. 1:100	P. 58/H.R.
Calçada Bento da Rocha Cabral 18A		
CORTES E ALÇADOS		desenho n.º 2P
[redacted]		
ANTONIO HIPOLITO RAPOSO arquitecto		
visto	data insc. n.º 318	substdo por

ozalid 331



calçada Bento da Rocha Cabral, 22-24
arquivo municipal de lisboa nº. 59011





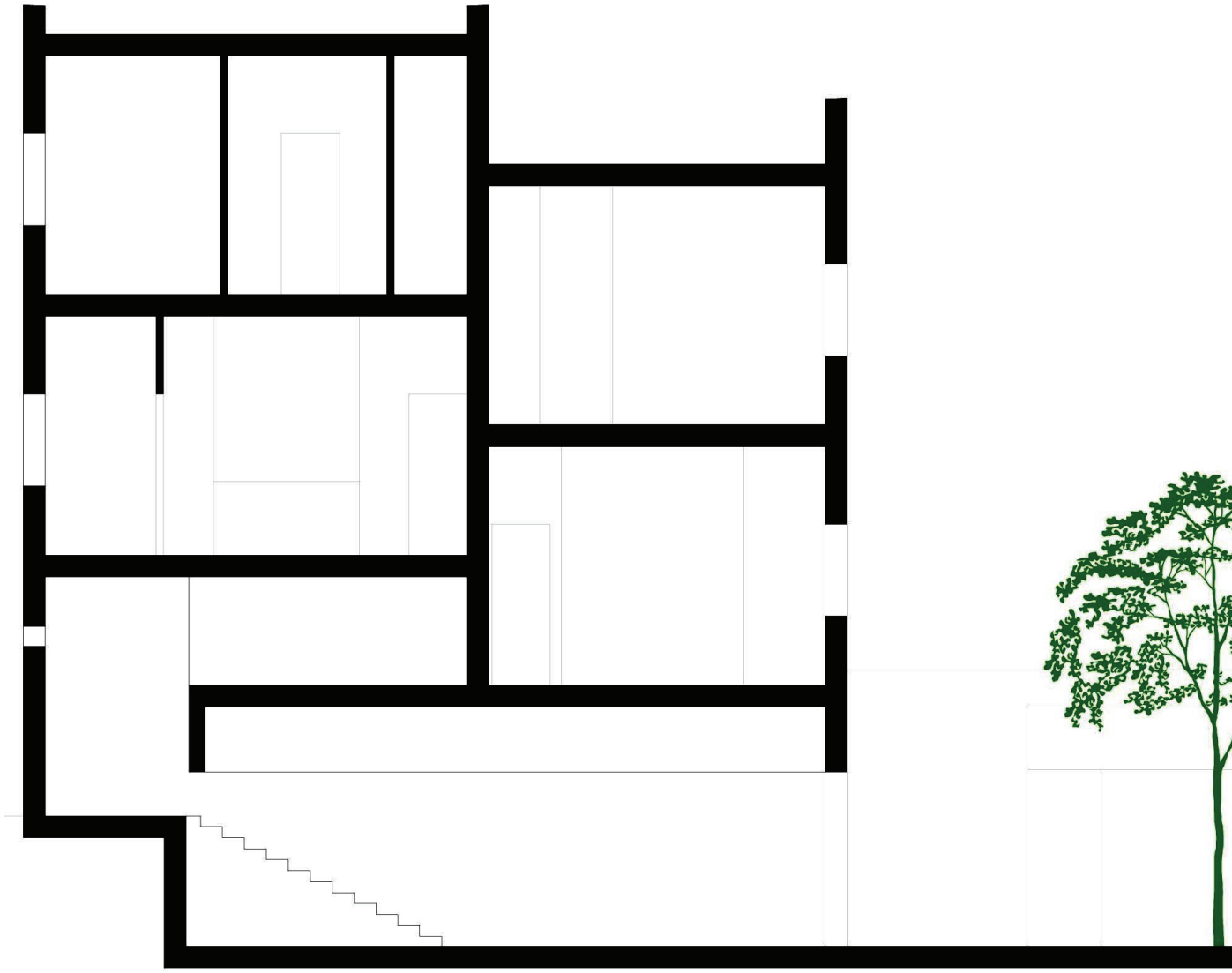
COBERTURAS

6$00 PORTUGAL 6619 ESCUDOS

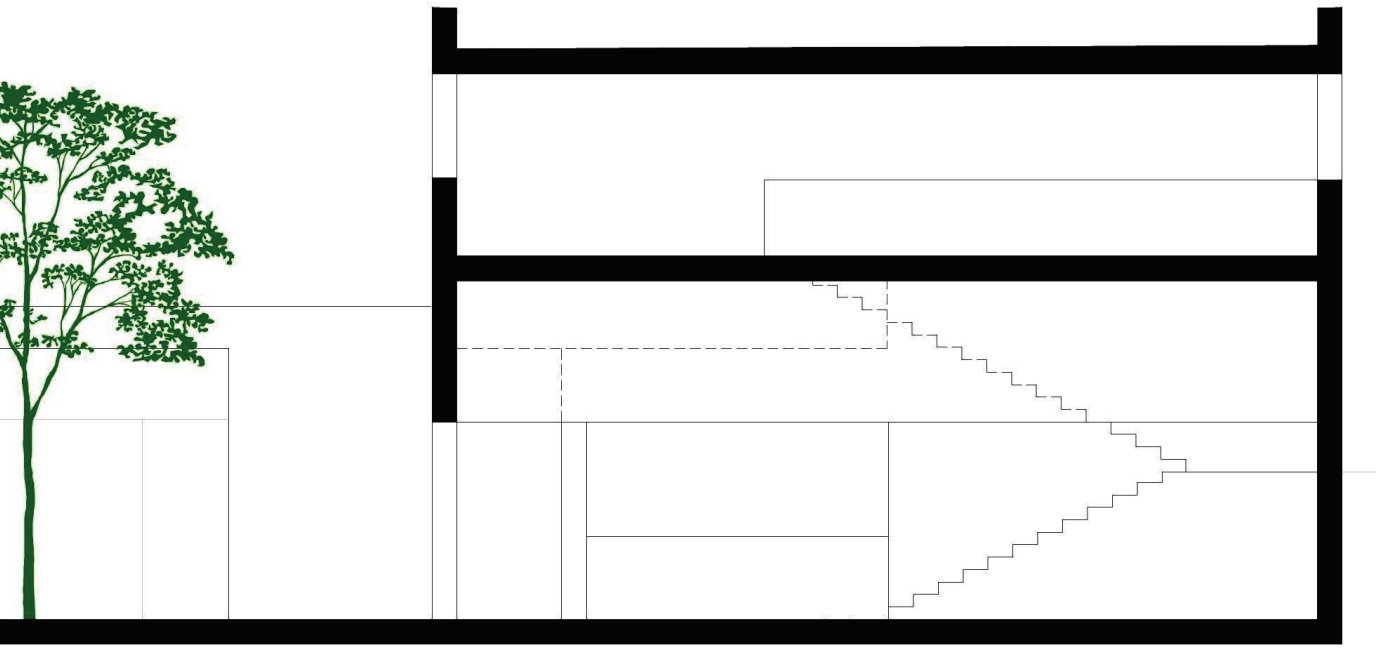
Folha 10
Proc.º 2168 /08/1974

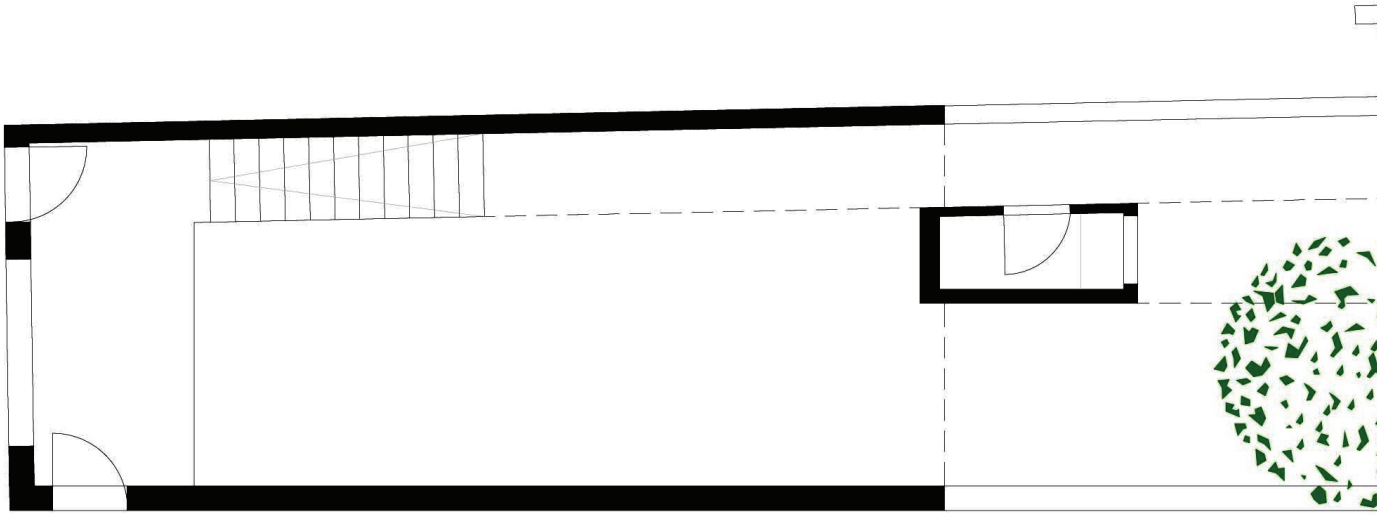
PROJECTO DE UMA MORADIA	esc. 1:100	P. 58/H.R.
Calçada Bento da Rocha Cabral 18A		
PLANTAS		desenho n.º 1P
[redacted]		
ANTONIO HIPOLITO RAPOSO	arquitecto	
visto	data insc. n.º 318	substdo por

ozalid 33

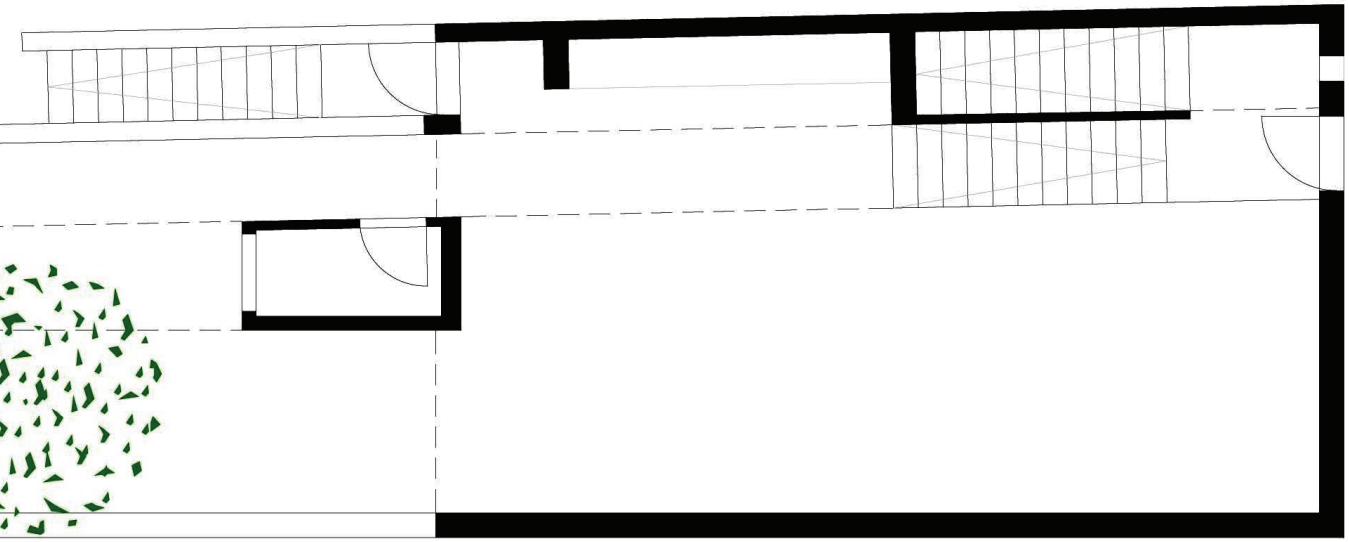


projecto *quatro habitações*
corte a 1.100





projecto *quatro habitações*
planta piso 0 a 1.100



Tal como definido pelo grupo, o espaço de tempo que as pessoas ocupariam as habitações seria temporário, para jovens casais, alunos deslocados, casais de idosos, entre outros. Assim como a definição das próprias habitações, onde os espaços comuns das habitações seriam fundamentalmente comunitários. Zonas de convívio, cozinha, espaço de refeições, zona coworking, lavandaria, são de uso comum das quatro habitações. Sendo que, as únicas áreas privadas são os quartos e as instalações sanitárias, onde podem estar alojadas no máximo três pessoas. Contudo, era essencial que o acesso aos espaços privados fossem independentes, conferindo-lhes uma maior privacidade.

Junto à Calçada Bento da Rocha Cabral localizam-se essencialmente espaços comuns, devido ao carácter da rua, movimentada e fazendo ligando entre o Rato e o Jardim das Amoreiras. Na Travessa das Amoreiras, de cariz residencial e escala habitacional, encontram-se os quartos.

O projecto tem como base a densificação da cidade, ocupando inclusivamente os interiores de quarteirão. Como tal a ventilação, iluminação e privacidade foram elementos presentes ao longo do trabalho, de forma a que a saturação dos meios urbanos não significa-se uma diminuição da qualidade de vida, tanto para os novos, como para os antigos residentes.

Este projecto é organizado por um eixo estruturante, o corredor dos espaços comuns, no piso 0. Reforçado pelo pé direito mais alto, culmina com os vãos de acesso ao exterior, criando uma conexão visual entre ambos.



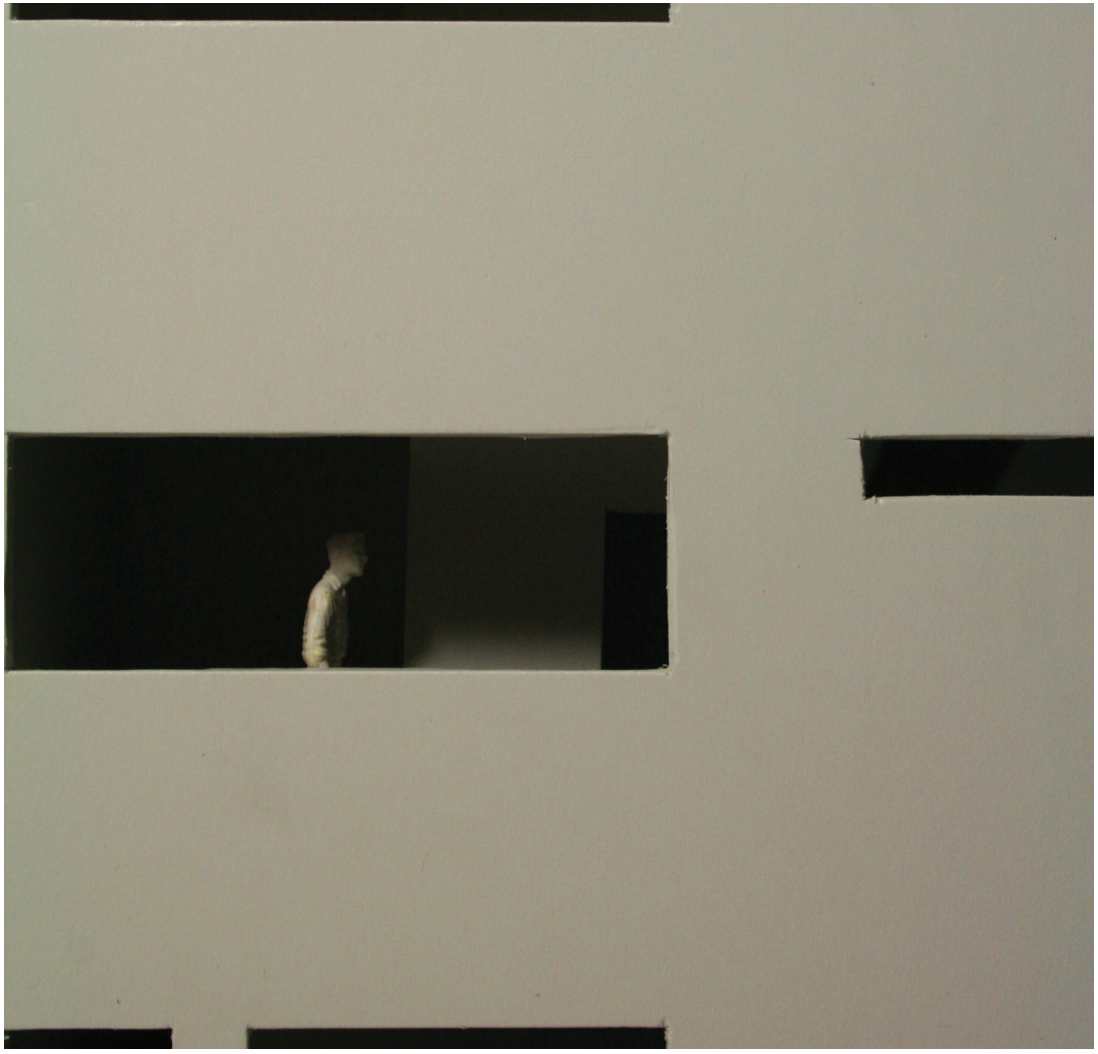
corredor estruturante do projecto *quatro habitaçõe*s
maqueta 1.50



projecto *quatro habitações*,
maqueta 1.50







projecto *quatro habitações*,
maqueta 1.50



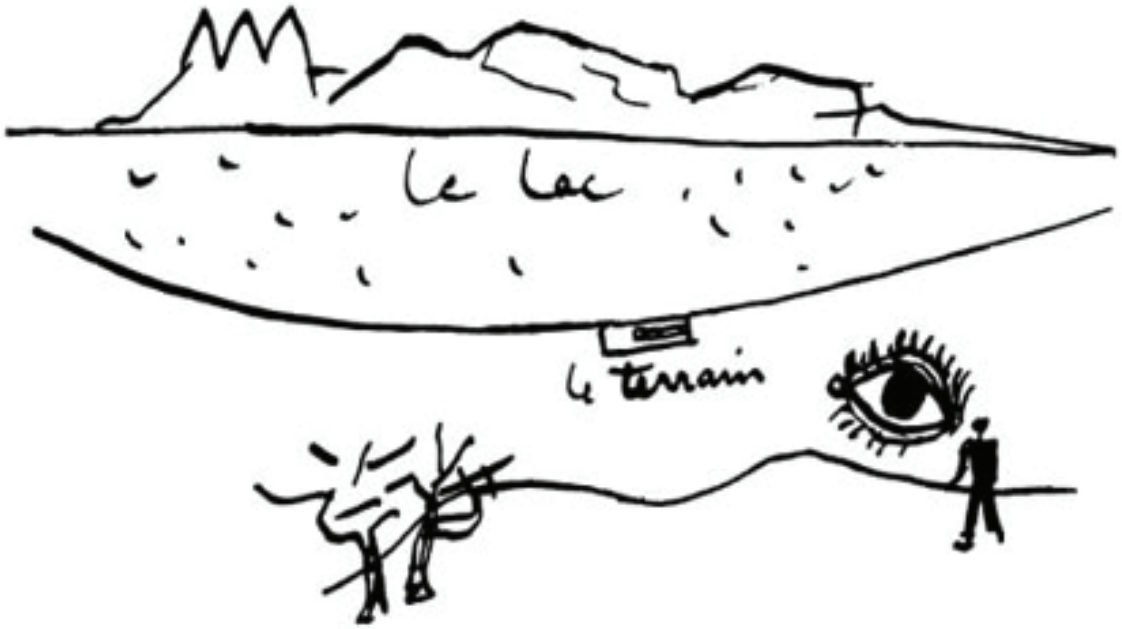
projecto *quatro habitações*,
maqueta 1.50



As quatro habitações não pretendem uma ruptura com o local de intervenção, as Amoreiras. Como tal, escolhi materiais comuns para os alçados exteriores do quarteirão, o betão armado e o isolamento exterior tipo capoto. Contudo, os alçados que dão para o logradouro do quarteirão são compostos fachadas ventiladas revestidas por perfis de aço galvanizado, pois a obra *La Petite Maison* de Le Corbusier é uma referência no meu percurso académico. Quanto aos pavimentos exteriores escolhi lajetas de betão e aos pavimentos interiores optei por linóleo e faia.

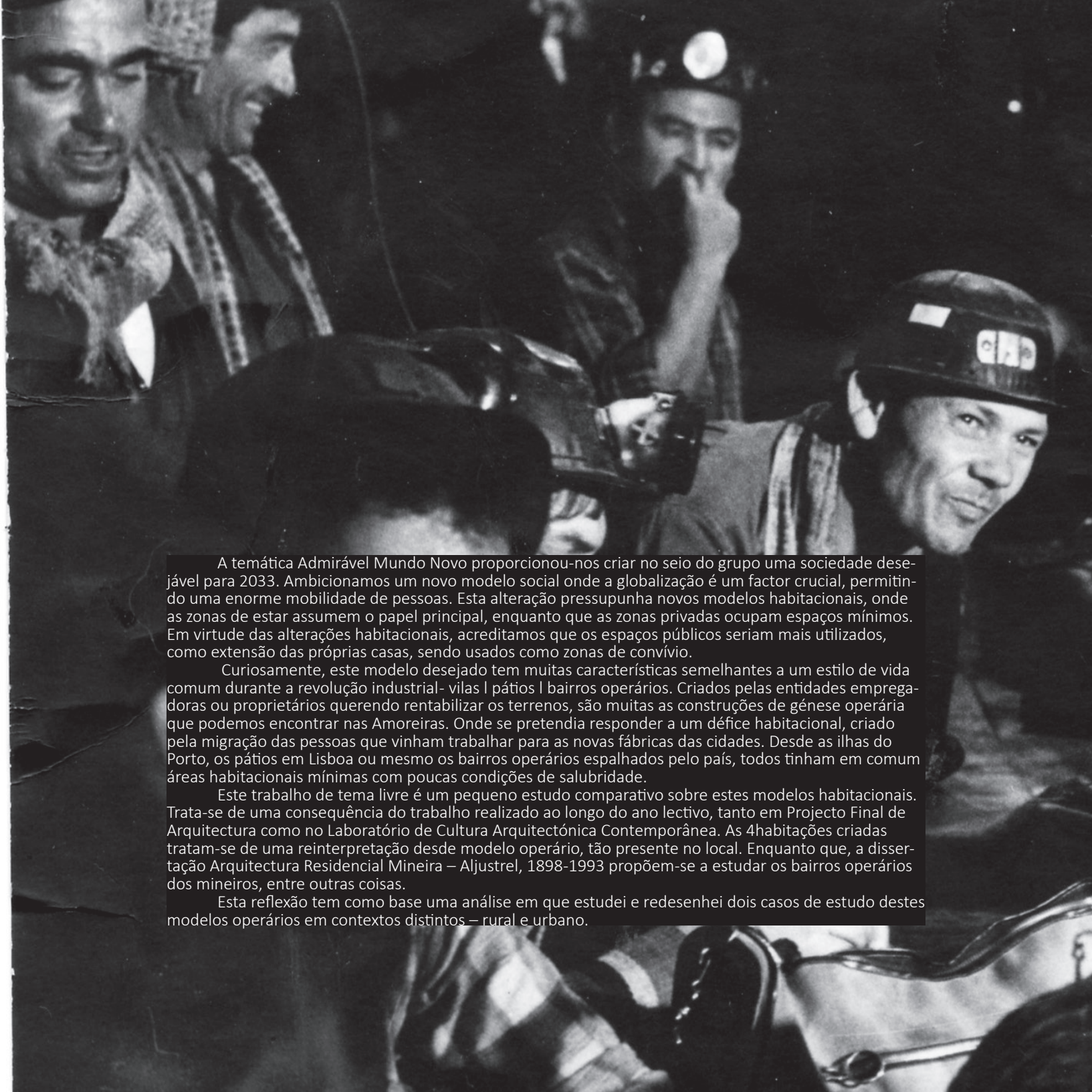






Le Corbusier- *La Petite Maison*, Corseaux, 1923-24





A temática Admirável Mundo Novo proporcionou-nos criar no seio do grupo uma sociedade desejável para 2033. Ambicionamos um novo modelo social onde a globalização é um factor crucial, permitindo uma enorme mobilidade de pessoas. Esta alteração pressupunha novos modelos habitacionais, onde as zonas de estar assumem o papel principal, enquanto que as zonas privadas ocupam espaços mínimos. Em virtude das alterações habitacionais, acreditamos que os espaços públicos seriam mais utilizados, como extensão das próprias casas, sendo usados como zonas de convívio.

Curiosamente, este modelo desejado tem muitas características semelhantes a um estilo de vida comum durante a revolução industrial- vilas l pátios l bairros operários. Criados pelas entidades empregadoras ou proprietários querendo rentabilizar os terrenos, são muitas as construções de génese operária que podemos encontrar nas Amoreiras. Onde se pretendia responder a um défice habitacional, criado pela migração das pessoas que vinham trabalhar para as novas fábricas das cidades. Desde as ilhas do Porto, os pátios em Lisboa ou mesmo os bairros operários espalhados pelo país, todos tinham em comum áreas habitacionais mínimas com poucas condições de salubridade.

Este trabalho de tema livre é um pequeno estudo comparativo sobre estes modelos habitacionais. Trata-se de uma consequência do trabalho realizado ao longo do ano lectivo, tanto em Projecto Final de Arquitectura como no Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea. As 4habitações criadas tratam-se de uma reinterpretação desde modelo operário, tão presente no local. Enquanto que, a dissertação Arquitectura Residencial Mineira – Aljustrel, 1898-1993 propõem-se a estudar os bairros operários dos mineiros, entre outras coisas.

Esta reflexão tem como base uma análise em que estudei e redesenhei dois casos de estudo destes modelos operários em contextos distintos – rural e urbano.



refeitório da mina do moinho, piso 265, Aljustrel.
Jorge Barros, 1977.
Fonte: espólio Eng. Francisco Colaço

CONTEXTO URBANO



aljustrel, beja

ESCALA: 1.15000

HABITANTES: 5100

INDÚSTRIA: mineira

habitações dos directores

bairros operários



CONTEXTO URBANO



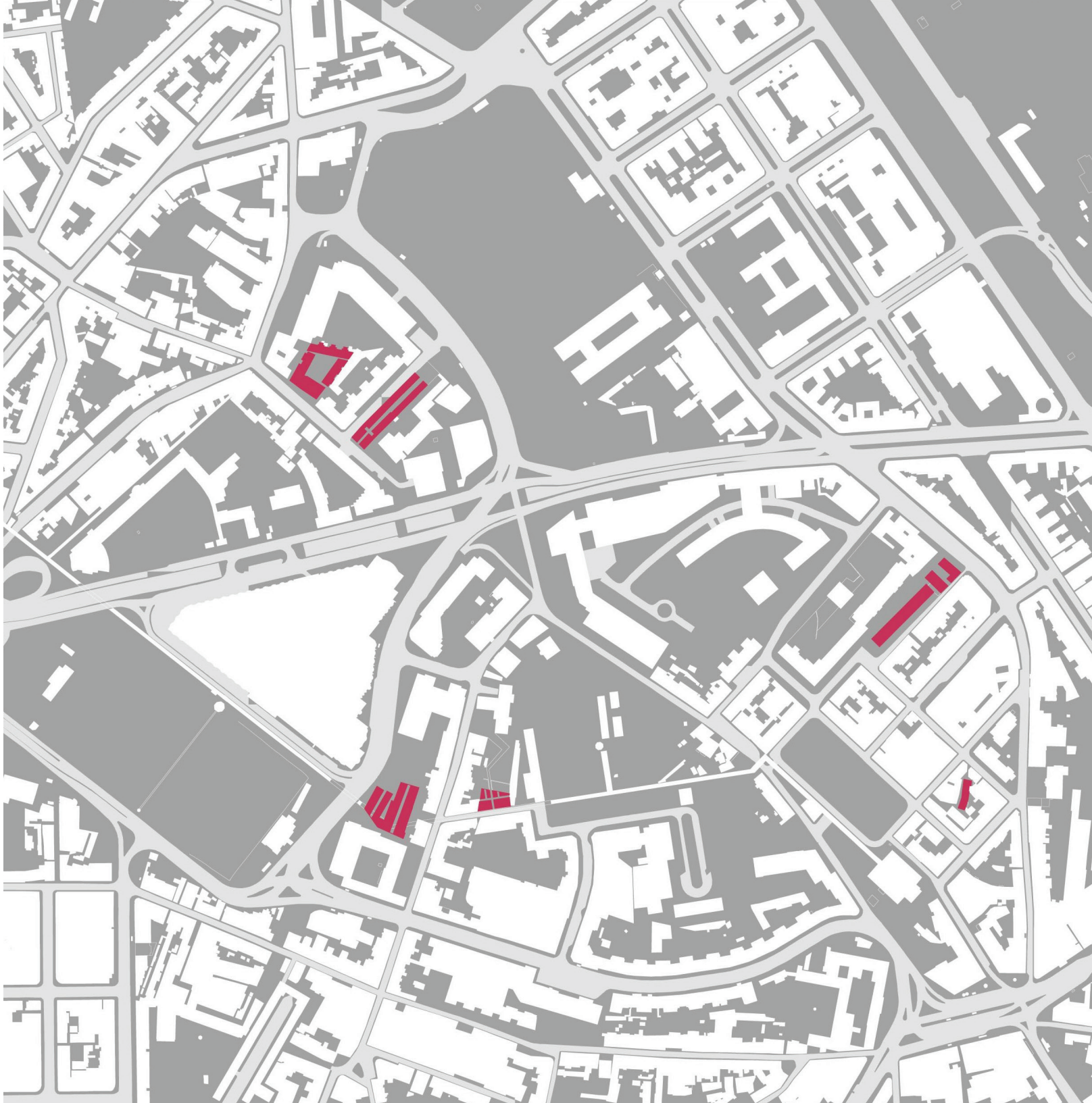
amoreiras, Lisboa

ESCALA: 1.5000

HABITANTES: 27 000

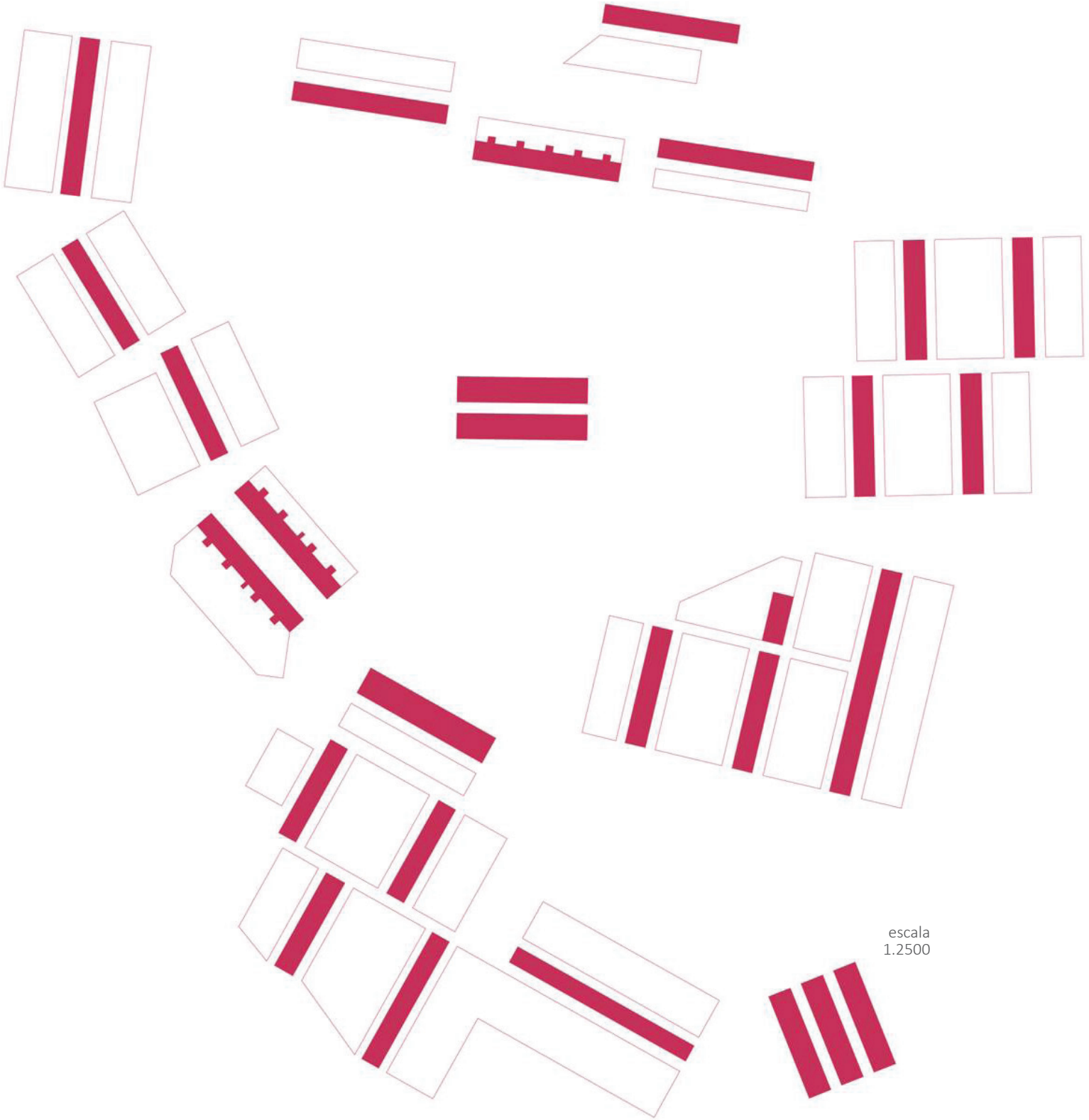
INDÚSTRIA: tecidos, pentes, entre outros

bairros operários



Os bairros operários da vila alentejana de Aljustrel são todos empreendimentos uma única empresa, a Société Anonyme Belge des Mines d' Aljustrel. Esta sociedade foi concessionária do couto mineiro entre 1898 e 1973, tendo sido responsável por criar grande parte do tecido urbano da vila, directa e indirectamente. A empresa criou habitações de diferentes tipologias para todos os trabalhadores – directores, técnicos, empregados e mineiros. Se ocupassem um bom cargo na empresa viviam numa moradia ajardinada, no centro da vila. Contudo, caso fossem mineiros eram-lhes facultadas residências em bairros operários junto aos poços das minas.

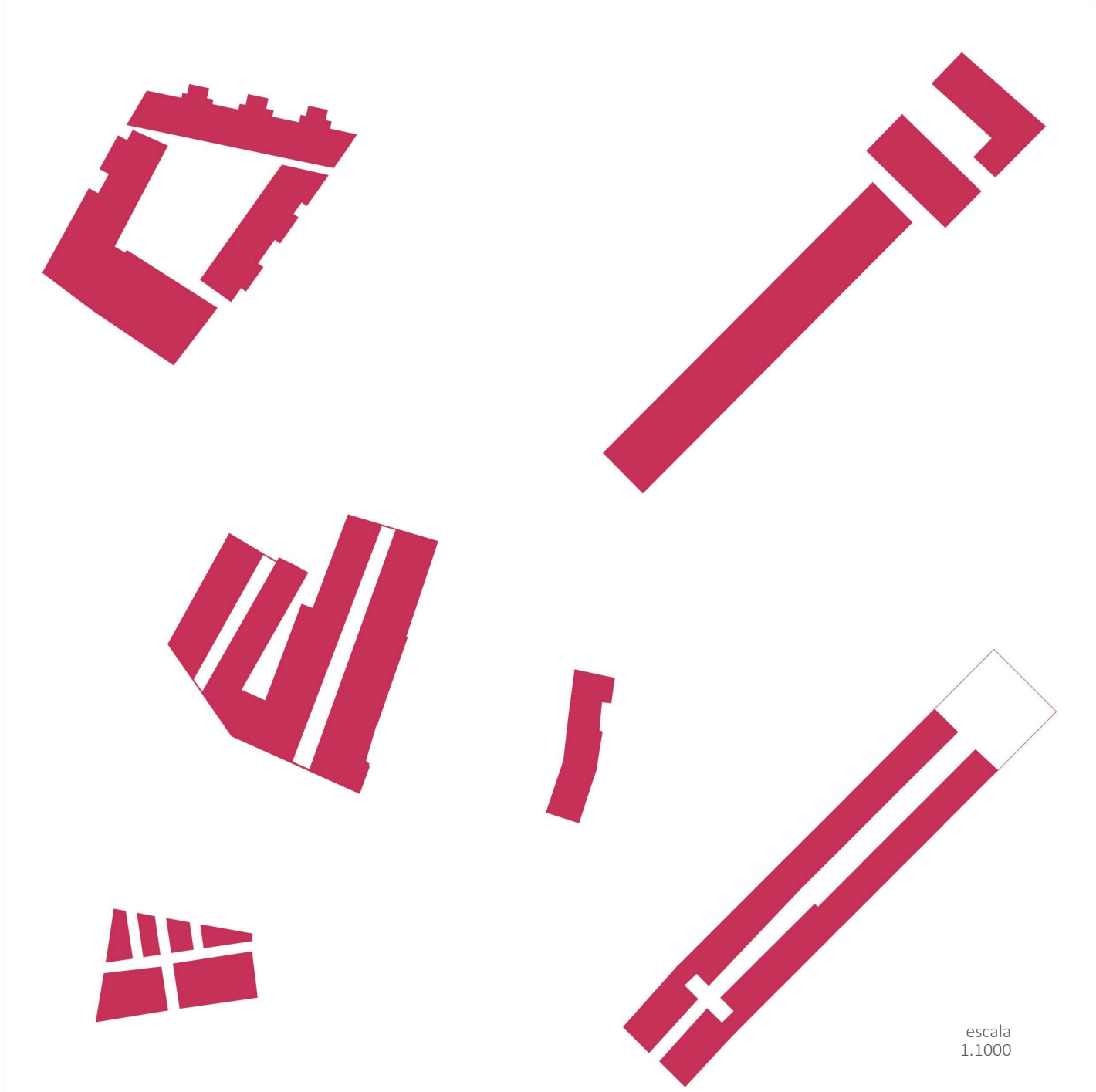
Os bairros são definidos por bandas habitacionais, de configuração simples, sendo construídos consoante os locais de extracção de minério. Cada banda tem aproximadamente dez pequenas habitações, formando assim "baterias" de casas. O facto de se encontrarem num contexto rural possibilita que todos os mineiros tenham direito a uma horta anexa às suas habitações, sendo uma grande ajuda à economia doméstica.



escala
1.2500

Os bairros operários da vila alentejana de Aljustrel são todos empreendimentos uma única empresa, a Société Anonyme Belge des Mines d' Aljustrel. Esta sociedade foi concessionária do couto mineiro entre 1898 e 1973, tendo sido responsável por criar grande parte do tecido urbano da vila, directa e indirectamente. A empresa criou habitações de diferentes tipologias para todos os trabalhadores – directores, técnicos, empregados e mineiros. Se ocupassem um bom cargo na empresa viviam numa moradia ajardinada, no centro da vila. Contudo, caso fossem mineiros eram-lhes facultadas residências em bairros operários junto aos poços das minas.

Os bairros são definidos por bandas habitacionais, de configuração simples, sendo construídos consoante os locais de extracção de minério. Cada banda tem aproximadamente dez pequenas habitações, formando assim "baterias" de casas. O facto de se encontrarem num contexto rural possibilita que todos os mineiros tenham direito a uma horta anexa às suas habitações, sendo uma grande ajuda à economia doméstica.


escala
1.1000

CONTEXTO DE ESTUDO

Vale d’Oca

bairro operário

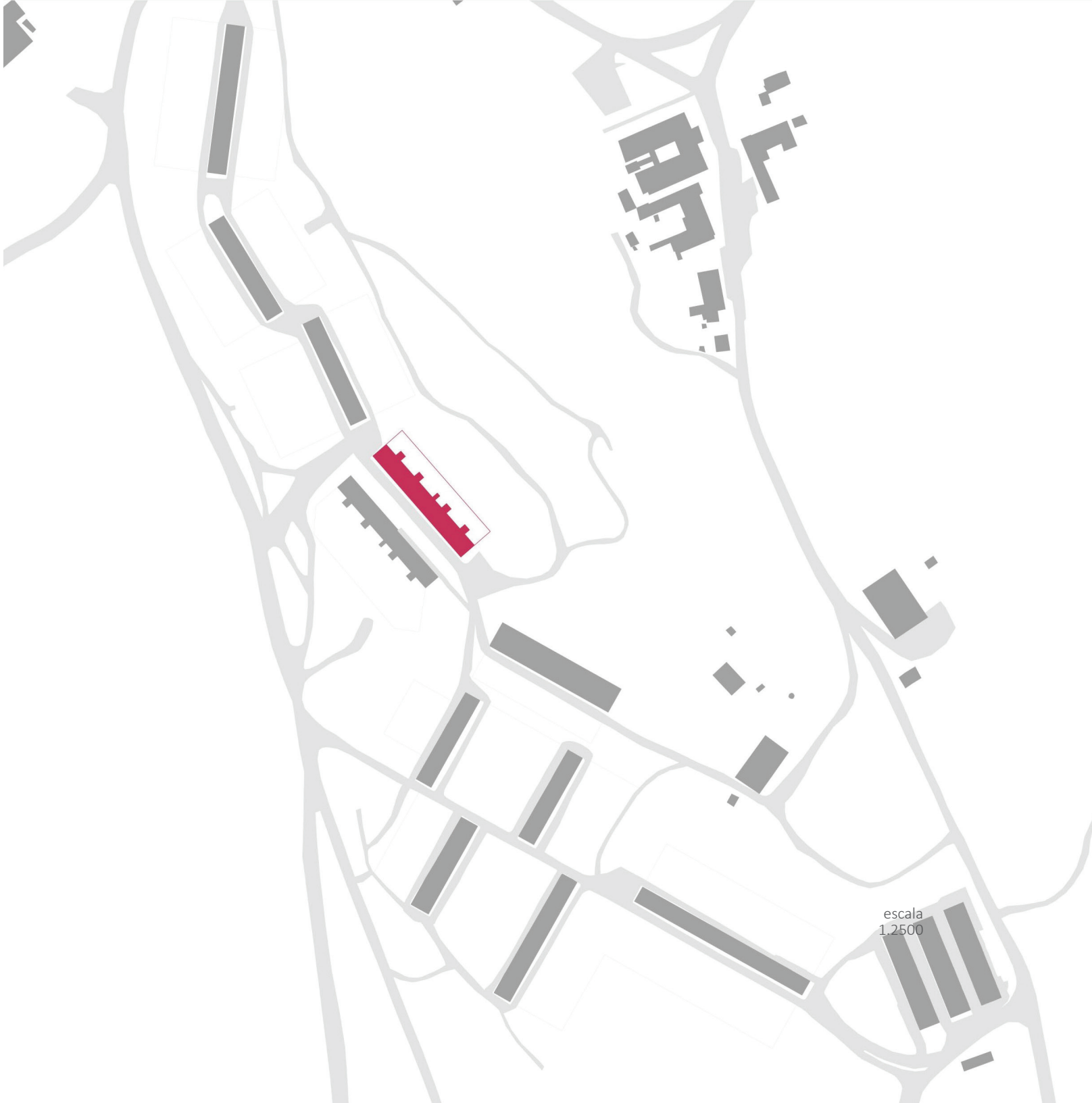




bairro de Santa Bárbara em Vale d'Oca, Aljustrel.
autor desconhecido, sem data

O bairro operário de Vale D'Oca é o conjunto mais a sul da vila de Aljustrel e deve o seu nome à extracção de ocre no local. A sua construção divide-se em várias fases, pois as bandas eram construídas quando havia necessidade de alojar mais operários. Como tal, o bairro de Vale D'Oca teve um longo período de construção, entre o início do século XX e 1970. A primeira fase de construção é constituída pelas três bandas a poente, sendo denominadas por "Quarteis" de Vale D'Oca ou Vale D'Oca Velho. A segunda fase é composta por uma única banda, a mais comprida do conjunto e conhecida por Vale D'Oca Novo. Todo o restante conjunto é denominado por Bairro de Santa Bárbara, devendo o nome à santa padroeira dos mineiros. A última fase é iniciada em 1951, começando junto à banda de Vale D'Oca Novo e terminando em 1970 no limiar da vila.

A banda analisada em maior detalhe, assinalada no mapa, é construída em 1966. Trata-se do primeiro conjunto em que o projecto prevê a instalação de casas de banhos dentro das habitações, constituindo uma grande inovação. Até então as instalações sanitárias encontravam-se nos quintais, contíguos às residências, onde os mineiros as construíam precariamente em pequenos anexos, tornando-se necessário sair de casa para aceder à casa de banho.


escala
1.2500



bairro de Santa Bárbara em Vale d'Oca e malacate do poço de *Vipasca*, Aljustrel.
autor desconhecido, 1980



escala
1.100

convívio

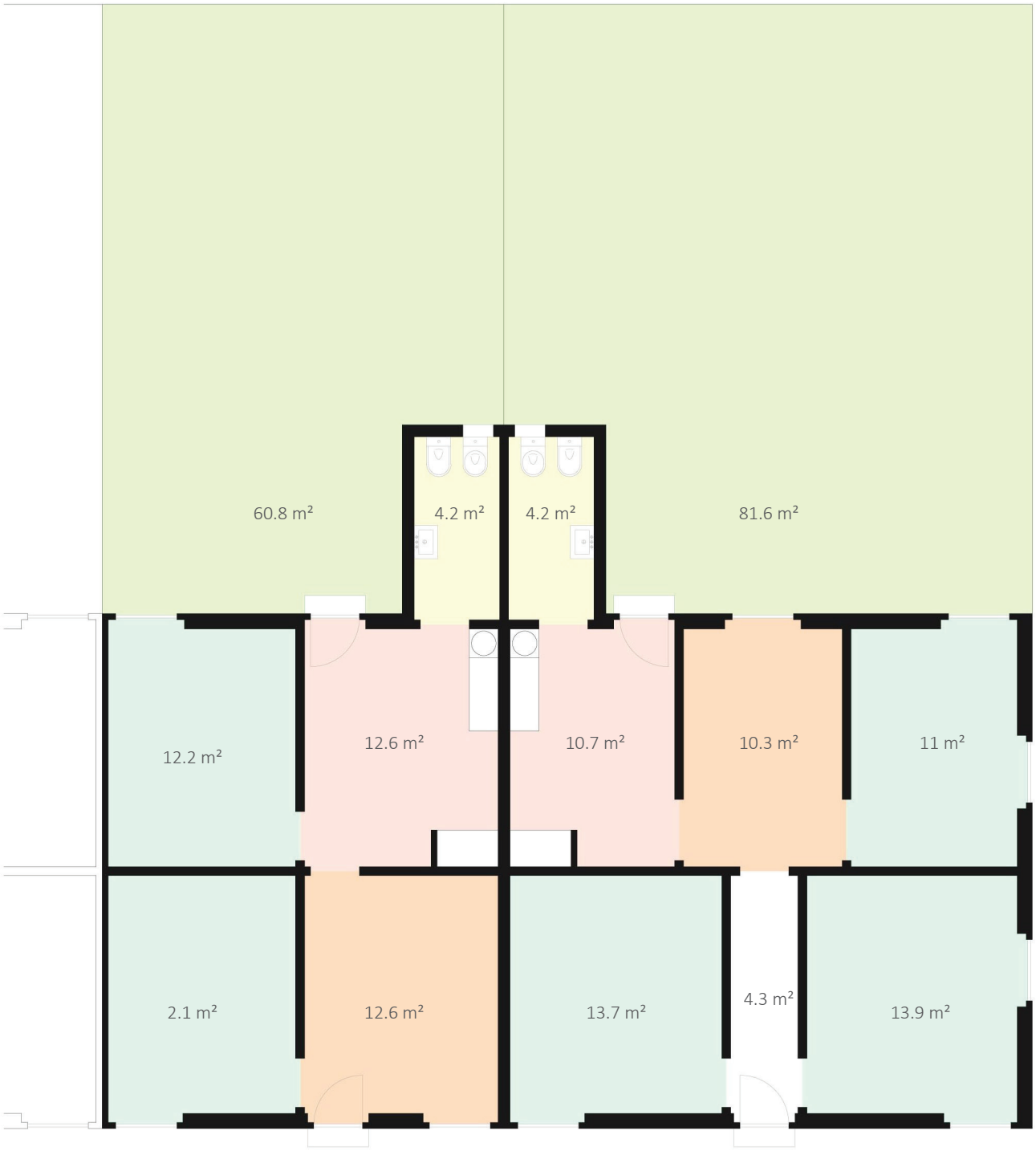
comer

dormir

i.s.

horta

As bandas habitacionais dos mineiros são formadas por “baterias” de casas. O conjunto estudado é composto por nove residências, sendo que as casas que se encontram nos topos das bandas eram reservadas para os encarregados e capatazes, ou seja, mineiros incumbidos de monitorizar os colegas. Estas residências tinham cerca de 65m², enquanto que os mineiros eram alojados em residências com 55m², para além de disporem de quintais maiores.


60.8 m²
4.2 m²
4.2 m²
81.6 m²
12.2 m²
12.6 m²
10.7 m²
10.3 m²
11 m²
2.1 m²
12.6 m²
13.7 m²
4.3 m²
13.9 m²

CONTEXTO DE ESTUDO

Vila Raul

vila operária

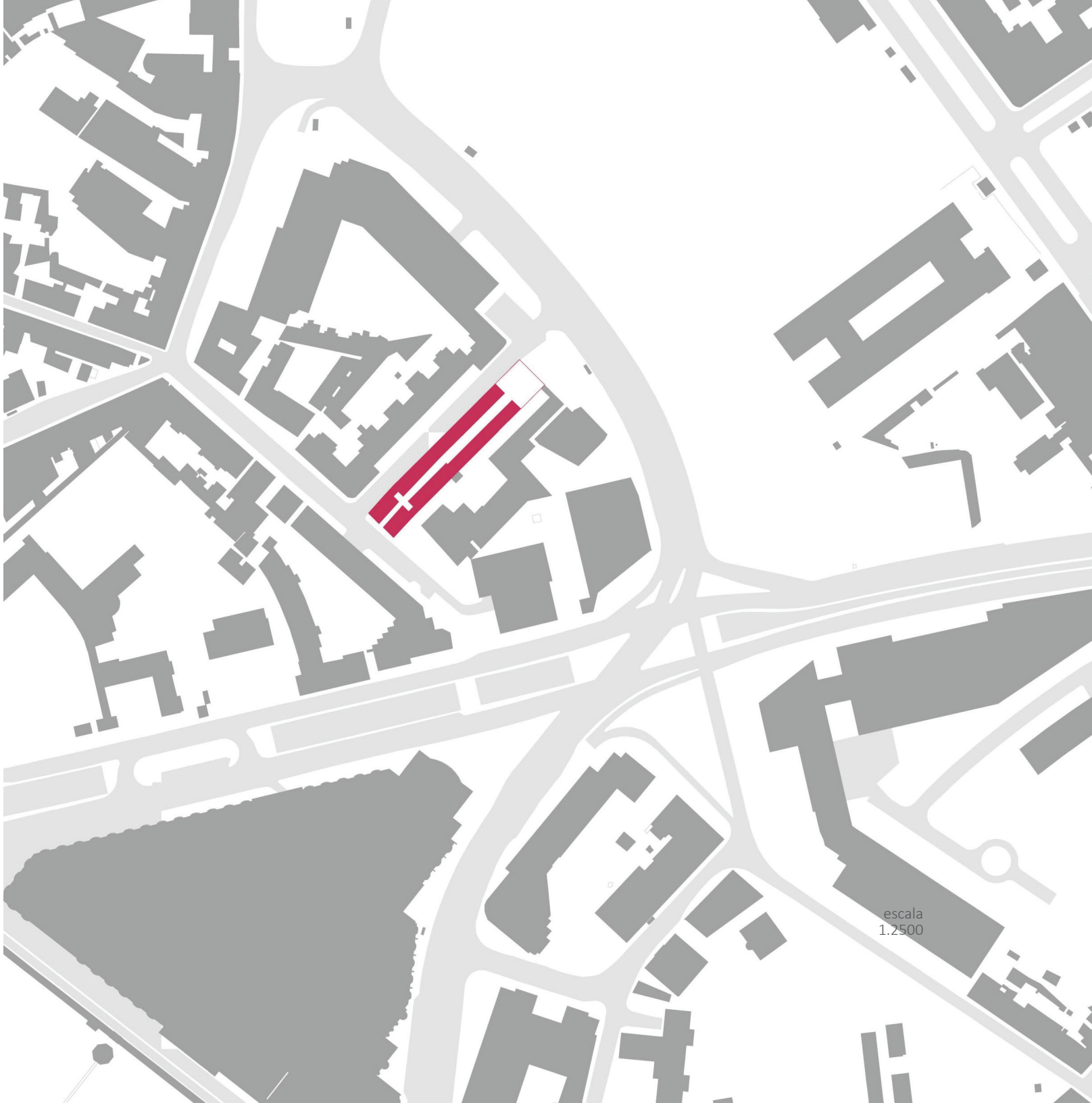




vila Raul, Amoreiras, Lisboa
claudia diniz, dezembro de 2012

A Vila Raul é uma vila operária, que se situava junto à Rua das Amoreiras, até à construção da Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, denominando-se actualmente por Rua Prof. Sousa da Câmara. Inicialmente, o conjunto era constituído apenas por duas casas geminadas. O Arquivo Municipal de Lisboa tem projectos de ampliação datados de 1895, em que se pretendia construir mais 2 pisos sobre a habitações existentes e uma vila operária na retaguarda. Esta forma de ocupar o anterior logradouro das habitações é uma forma de rentabilizar o terreno, respondendo ao défice habitacional vivido na época.

A rua interior de distribuição da vila culmina num espaço que teve diversos usos. Inicialmente, era um espaço verde com um ponto de água, servindo assim os operários. Actualmente, tem uma construção abandonada, após ter sido um canil.


escala
1.2500



vila Raul, Amoreiras, Lisboa
inês amaro, dezembro de 2012



escala
1.100

convívio

comer

dormir

i.s.

As habitações operárias da Vila Raul são significativamente reduzidas. Em apenas 30,5m², o espaço é dividido em quatro zonas: dois quartos; um espaço que é simultaneamente uma cozinha e uma sala de estar; e um logradouro. Este espaço, que servia para ventilar e iluminar a casa, foi aproveitado, em grande parte das habitações, para colocar instalações sanitárias. Tornando as residências num local ainda mais inóspito.

Num contexto urbano, este modelo habitacional é claramente mais reduzido. Isto deve-se ao facto de haver menos espaço para construir, mas também aos proprietários dos terrenos, que queriam rentabilizar ao máximo o espaço disponível.

As residências com presença na rua principal seriam, provavelmente, habitadas pelos proprietários da vila ou encarregados fabris. Trata-se de uma casa que sofre alterações no inicio do séc. XX e como tal ainda não dispõem de instalação sanitária. Sendo construída posteriormente num espaço de arrumos, entre a habitação e as residências dos operários.


10 m²
8 m²
8 m²
4.5 m²
10.8 m²
10.7 m²
15 m²
7 m²


anexos

Ficha de Unidade Curricular
Projeto Final de Arquitetura

Objetivos:

Projeto Final de Arquitetura é a Unidade Curricular que encerra a formação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura, adquirindo, por isso, um papel de síntese na consolidação e aprofundamento das competências alcançadas pelos estudantes ao longo dos 4 anos anteriores.

Preconiza-se, nesta UC, o incentivo a cada vez maior autonomia, por parte dos estudantes, na resolução dos exercícios propostos e nas decisões de ordem conceptual que venham a adotar.

Outro objetivo é a clarificação de um entendimento crítico da expressão da arquitetura definida e enquadrada na transversalidade dos vários saberes.

Programa:

Como base programática utilizaremos uma temática de fundo, que suportará a orientação dos diversos trabalhos a desenvolver ao longo do ano letivo. Será o "Mundo Novo" (Título inspirado em Admirável Mundo Novo de Aldous Huxley, 1932) o tema central que desenvolveremos em 2012/2013. O programa da UC de Projeto Final em Arquitetura consiste na elaboração de um Trabalho de Projeto, requisito obrigatório para a obtenção do grau de mestre. O Trabalho de Projeto é composto por duas vertentes: uma de âmbito projetual e outra de âmbito teórico.Uma outra vertente que surge agregada a este tema, consiste numa possível revisão da ideia de manifesto. Será a partir da compilação *Programs and Manifestos on 20th-century architecture de Ulrich Conrads* que se irão estruturar os debates relacionados com esta Unidade Curricular.

Processo de Avalização:

Será atribuída uma classificação final (de 0 a 20 valores) no final do 2º semestre atribuída em júri. No final do 1º semestre será dada uma classificação intermédia informativa do estado de progressão de cada aluno. Será dada uma atenção à assiduidade que entrará como parâmetro no processo de avaliação. Todo o processo de avaliação final da UC de Projeto Final de Arquitetura esta explicitado do REACC.

Processo de ensino-aprendizagem:

O modo como serão estruturadas as aulas e os exercícios seguirá o espírito do Processo de Bolonha, ou seja será incentivada a aquisição de competências, fundamentando a progressiva autonomia dos estudantes. Será contudo fundamental, alicerçar-se um amplo debate sobre os trabalhos em curso, o qual será realizado nas horas letivas da UC. Está também previsto um conjunto de seminários temáticos que contribuirão para ampliar criticamente os conteúdos da UC.

Exercício de Arranque e Aquecimento

Título: marca, texto e espaço

O exercício de arranque tem como objectivo enquadrar os estudantes nos pressupostos gerais da Unidade Curricular, funcionando como revisão sumária da formação adquirida nos 4 anos anteriores. Para tal será desenvolvido um projecto de carácter abstracto.

Materiais necessários

-Objecto de uso comum; Papel cavalinho A2; Tinta da China; Materiais para maqueta a definir em cada caso específico;

Metodologia e tarefas a desenvolver:

Os estudantes constituem-se em grupos de 5 elementos, no seio de cada grupo deverão ser seleccionados objecto(s) de uso comum - algo tão inesperado e acessível que possa ser adquirido na numa grande superfície, achado na rua ou comprado na loja do chinês....

O objecto seleccionado deverá ser embebido (total ou parcialmente) em tinta da china, funcionando como carimbo que irá produzir marca(s) no papel cavalinho.

O processo deverá ser repetido por diversas vezes, procurando seleccionar-se uma marca gráfica que possa ser considerada mais estimulante para o desenvolvimento do exercício.

Seguidamente, no contexto do grupo, deverá realizar-se a apropriação de um excerto literário que possa ser ilustrado com a marca anteriormente seleccionada (o excerto literário não deverá ser maior que uma folha A4). A preocupação fundamental desta selecção deverá residir numa tentativa de conversão da mancha representada no papel cavalinho, em unidade espacial.

Posteriormente, considerando-se um volume de aproximadamente 30 dm3 como limite, será realizada 1 maqueta que fixe a espacialidade, previamente invocada pela marca gráfica e ilustrada pelo texto. Para a elaboração da maqueta deverá definir-se a escala a que esta irá ser representada.

A materialização da maqueta deverá contemplar um dos seguintes sistemas compositivos baseados em: planos; subtracções; adições

A entregar:

Marca gráfica em A2, que deverá ser afixada na parede da sala de aula;

Caderno com formato 21x21 cm onde se incluí: impressão digitalizada da marca seleccionada; O texto ilustrativo; Imagens fotográficas da maqueta; Plantas, cortes e alçados, a escala conveniente da maqueta; Digitalização de uma sequência de pelo menos 5 esquissos relativos às espacialidades representadas pela maqueta. Estes esquissos deverão ser elaborados por cada elemento do grupo (devidamente identificado); Deverá ainda ser reservada uma área do caderno para a demonstração do processo de realização de todo o processo em forma de story board, para tal deverá utilizar-se o recurso fotográfico;

Apresentação:

Digital tipo Power-point, com exibição da maqueta e marca na sala de aula.

Lisboa, 18 de Setembro 2012

2ª Worshop
Cidade Guineense de Bafatá

1. Argumento

Considerando a proximidade da comemoração dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral (em 12 de Setembro de 1924) na cidade de Bafatá, pretende-se levar a cabo a edificação de uma estrutura que possa albergar um centro de estudos tendo como base o pensamento e a obra literária do fundador do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Este centro de estudos deve ser visto na esfera dos estudos pós-coloniais, devendo para tal ser pensado com o propósito do estabelecimento de uma leitura de amplo espectro, não só, em torno das décadas de 50 a 70 em que a acção política dos movimentos independentistas, no mundo colonial português, foi mais activa, como deve ser capaz de incluir uma leitura sobre o contexto social e politico em que germinaram tais movimentos, estendendo-se ainda ao estudo do resultado contemporâneo da afirmação da independência de estados como a Guiné- Bissau.

O edifício a construir em Bafatá deve ser projectado com base numa estrutura efémera e de baixo custo, admitindo-se uma abordagem que integre elementos amovíveis de fácil montagem e desmontagem de modo que se possa considerar a edificação de um equipamento similar em outros locais do país. Pelas suas características programáticas este equipamento deverá abrir-se à cidade, podendo acolher actividades paralelas de interesse comunitário. Este projecto deverá ainda privilegiar toda uma reflexão sobre o ajustamento construtivo do edifício ao clima tropical.

2. Breve descrição da Cidade de Bafatá

A cidade de Bafatá situa-se no coração do território da Guiné-Bissau e é banhada pelo Rio Geba.

O centro da cidade é fortemente marcado pela presença colonial portuguesa, visível tanto no traçado urbano, como também nos diversos estratos arquitectónicos que a qualificam.

É em torno de um boulevard que articula, no sentido Nodeste/Sudoeste, a principal entrada na cidade com o Geba, que o traçado de quarteirões urbanos se organiza. Este grande eixo, estruturante, conecta também os edifícios públicos mais marcantes da cidade.

Junto á entrada do núcleo urbano situa-se o hospital, desenhado em 1946 por João Simões, caracterizado por uma composição simétrica de volumetria térrea dando expressão à cobertura, alta, de telha cerâmica, recordando as construções vernaculares do Sul de Portugal. Um pouco mais abaixo situa-se a área mais administrativa da cidade, neste núcleo inclui-se a casa do governador de características fino-oitocentistas e a escola integrando uma construção de aspecto ecléctico. A completar este sector urbano, existem ainda edifícios desenhados sob a matriz da arquitectura pública do Estado Novo, tais como a igreja com desenho de Eurico Pinto Lopes de 1950 e o posto de correios, realizado em 1943, por Francisco de Matos.

Ao fundo do eixo fundamental da cidade, já na proximidade da Rio Geba, localiza-se um largo, onde foi implantado o busto de Amílcar Cabral. Para este largo convergem edifícios como o mercado municipal delineado sob um tematismo moçárabe, bem como um núcleo de piscinas, possivelmente projectado na década de 60 e que actualmente se encontra em elevado estado de degradação.

É neste núcleo habitacional que se situa a casa onde terá nascido Amílcar Cabral. A cidade de Bafatá encontra-se, de modo geral, num estado depressivo com pouca actividade, situação que contrasta fortemente com a sua periferia, de grande dimensão, agregadora de uma forte actividade comercial.

3. Programa
O programa deve incluir:

	Área bruta
Arquivo e Centro de Documentação	150,00 m2
Centro de Estudos e Pesquisas	150,00 m2
Centro de Formação	75,00 m2
Auditório	150,00 m2
Loja	50,00 m2
Total de área bruta	575,00 m2

Nota: Instalações sanitárias e/ou zonas de serviço estão incluídas nos grupos de áreas parciais.

4. Metodologia:
- O trabalho será desenvolvido em grupos de 5 alunos;
- A implantação do Centro Interpretativo ficará a cargo de cada grupo de alunos;
- Como ponto de partida para a definição espacial, cada um dos grupos deverá reflectir sobre o exercício de aquecimento, desenvolvido no arranque do ano lectivo;

5. Elementos a entregar:
- Apresentação em formato power-point, para 15 minutos;
- Maqueta à escala 1:200 (ou outra a acordar com os docentes)
- Caderno 21x21cm, incluindo síntese gráfica e memoria descritiva;
- 2 painéis de formato A1, incluindo simulações do edifício e plantas cortes e alçados;

6. Datas de entrega:
- Apresentação dos projectos no dia 15 de Novembro, com base no power-point e maqueta;
- Entrega de painéis e caderno 21x21 no dia 23 de Novembro em horário a definir.

Lisboa, 30 de Outubro 2012

Tema I

Tendo por base a área de intervenção estipulada na ficha de unidade curricular, localizada em Lisboa, no eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras, propõe-se a elaboração de um exercício que permita o estabelecimento da relação entre a macro escala (análise estratégica do território) e a micro escala (intervenção arquitectónica detalhada).

Pretende-se que este exercício possa desencadear um debate centrado em leituras prospectivas em relação à sociedade. Como tal, em paralelo com a elaboração dos projecto de arquitectura deverá realizar-se, no contexto de cada grupo de trabalho, a definição de um perfil social que se preveja possível num futuro a médio prazo (2 décadas). Para tal algumas perguntas poderão colocadas, como por exemplo:

- como a organização económica e politica poderá influenciar os modos de vida e a relação do individuo com a sua comunidade;
- em que medida a tecnologia poderá influenciar a organização social;
- de que modo os recursos naturais poderão influenciar as acções sobre o território e localização e organização do espaço doméstico;

O objectivo final do exercício consiste na elaboração de projectos para quatro habitações. Estas habitações serão encaradas como tipologia associadas ao universo social definido pelo debate atrás mencionado.

Caberá a cada estudante a decisão de onde implantar as habitações e de que modo estas se organizam, não só em função do espaço doméstico, mas também na sua relação como a envolvente urbana que suporta o exercício. Neste sentido, deverá o estudante ser capaz de estabelecer um discurso que lhe permita relacionar a proposta tipológica e habitacional com o trecho urbano que caracteriza a sua envolvente próxima.

Área de Intervenção:
Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras

Metodologia:

1. Num primeiro momento, serão constituídos grupos de aproximadamente 5 estudantes;
2. A área de intervenção será parcelada, pela docência da Unidade Curricular, de acordo com planta anexa, tendo como critério os diversos extractos temporais referidos na FUC;
3. Cada um dos elementos, de cada grupo, ficará individualmente afecto a uma das parcelas, anteriormente designadas.
4. Os projectos das habitações serão desenvolvidos individualmente dando seguimento ao âmbito do exercício;
5. Ao mesmo tempo que são desenvolvidas as propostas individuais, deverá ser mantido um debate, no seio de cada um dos grupos, que permita desenvolver uma estratégia de harmonização das várias intervenções.

Entregas e Avaliação:

1ª Entrega intermédia: 25 de Outubro 2012 (caderno em formato A3) + maqueta esc. 1:5000/1:2000 da área de intervenção e sua relação com as habitações;

2ª Entrega intermédia: 13 de Dezembro 2012 (caderno em formato A3)

Entrega Final: 28 de Janeiro de 2013 (desenhos e maquetas de escala a determinar pelo aluno, sugerindo-se a 1/1000 e 1/200 ou 1/50; simulações gráficas da proposta; e caderno síntese em formato 21 x 21 cm)

Apresentação e Avaliação: de 29 Janeiro a 1 de Fevereiro de 2013

Modelo de Apresentação

As apresentações finais das propostas individuais de cada um dos alunos serão realizadas por Grupo, sendo que, deverá apresentar-se a definição do perfil social pedido, associando-se uma a estratégia geral para a área de intervenção.

Lisboa, 18 de Setembro 2012

Tema II - Trabalho de Grupo, 1º Semestre

Numa das extremidades da área de intervenção, a Colina das Amoreiras, assumiu, maioritariamente a partir da década de 1980, um protagonismo urbano muito assinalável perspectivando-se para aquele local a implementação de um centro de negócios, à semelhança de outros modelos internacionais que potenciavam, na época, novas centralidades urbanas a partir do conceito de CBD (Central Business District). Esta convicção urbanística permitiu desenvolver naquele local um conjunto de novas inserções rodoviárias na cidade de Lisboa, atraindo outros investimentos que ampliaram os programas de comercio e serviços, à habitação e à hotelaria. Com o final do milénio os investimentos na área oriental da cidade, após a Expo 98, vieram retirar protagonismo urbano deste tecido urbano, sobretudo no que se refere à especialização com que se pretendia afirmar.

Passadas cerca de 3 décadas desde a construção do complexo das Amoreiras, é hoje possível lançar sobre aquela envolvente um olhar mais distanciado, dada a estabilização urbanística que actualmente se verifica.

O objectivo do Tema II passa pela definição de um conceito síntese caracterizador de leitura e interpretação da área de estudo. Com este exercício pretende também criar-se a base para o reconhecimento das potencialidades da colina das Amoreiras, que servirão de base para a elaboração de um projecto a desenvolver no 2º semestre ao abrigo do Tema III.

1ª Fase - Reconhecimento do Território

Numa etapa preliminar de aprofundamento da estratégia de intervenção num determinado território torna-se imprescindível o seu reconhecimento. Para esse efeito deverá possuir-se a informação necessária para avaliar as potencialidades dos sítios e os conflitos aí existentes, só assim será possível credibilizar a formulação das propostas.

O trabalho de grupo deverá proceder à recolha de informação, nomeadamente em áreas como:
- Caracterização biofísica da área de intervenção:- topografia, estrutura de espaços verdes, orografia e sistemas de drenagem natural; geologia - hidrologia; orientação e exposição solar.
- Evolução histórica da área de estudo:- caracterização do processo de formação do tecido edificado; recolha de plantas de várias épocas; monografias e descrições.
- Caracterização da mobilidade, potencialidades e estrangulamentos: caracterização de acessos, da rede viária; Percursos pedonais, etc.
- Caracterização da estrutura edificada, da distribuição de funções e dos espaços públicos: - Tipologias de espaços públicos; Estruturas urbanas existentes; Edificado com valor histórico e arquitectónico; Edificado recente consolidado; Estado de conservação; Espaços vazios; Espaços públicos; Equipamentos públicos e privado, etc.
- Planos Urbanísticos condicionantes, projectos mais relevantes para a área de intervenção:
    - P.D.M.; P.P.; Condicionantes Urbanísticas; Loteamentos; projectos mais relevantes para a área de intervenção.

2 Fase - Programa/Conceito/Proposta

Na posse dos dados anteriormente recolhidos proceder-se-á à designação de um conceito síntese caracterizador de leitura e interpretação da área de estudo.

Elementos a entregar:
-Explicitação de um argumento de transformação. Memorando, máximo 6 páginas A4.
- Planta de enquadramento à escala 1/5000 e ou 1/2000
- Planta da estrutura urbana à escala 1/1000
- Cortes significativos à escala 1/1000
- Esquemas gráficos e ou esquiços que explicitem a proposta e a sua integração na área envolvente.
- Simulações gráficas da proposta (esquissos, 3ds, fotomontagens)

Entrega intermédia: 25 de Outubro de 2012 (1ºfase)
Formato: caderno A3 e CD com o mesmo conteúdo.

Entrega Final: 28 de Janeiro de 2012
Formato: Caderno A3 (incluindo o memorando) e CD com Power Point.

Discussão e Apresentação do Trabalho: Semana de 29 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 2011, em Power Point.

18 de Setembro 2012

Tema III

Tendo como base os resultados dos exercícios dos Tema I e II, é lançado um novo exercício que tem como objectivo reforçar a estratégia urbana na área de intervenção em estudo, definida pelo eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras.

O exercício do Tema III incide na vertente do espaço público, ou seja o espaço de mediação entre as diversas propostas individuais realizadas no 1º semestre. Neste exercício pressupõe-se uma acção concertada, ao nível dos grupos de trabalhos, no sentido da clarificação das intenções de transformação preconizadas para o local. Através deste exercício deverão também intensificar-se os desejos (narrativos), definidos pelos grupos de trabalho, relativos ao perfil social dominante que habitará a colina das Amoreiras num futuro a médio prazo, de duas décadas.

Durante o espaço temporal em que decorrerá o Tema III deverão ser realizadas revisões de projecto, tendo em vista a melhoria das propostas individuais realizadas ao abrigo do Tema I, procurando-se o melhor ajustamento dos projectos às estratégias deste novo exercício.

Os objectivos do Tema III passam pelos seguintes pontos:

1. Definição de um plano de estrutura da área de intervenção.

Neste ponto deverão ser repensados, num primeiro momento, os argumentos que estão na base das escolhas dos locais de intervenção individuais, reflectindo sobre os pontos em comum que podem caracterizar as várias propostas. Num segundo momento deverá ponderar-se sobre uma possível centralidade [ou possíveis centralidades] que possam emergir no tecido urbano. Num terceiro momento deve ser definida uma estratégia de mobilidade e de utilização do espaço público;

2. Definição de um projecto detalhado de caracterização do espaço público.

Neste ponto serão realizadas propostas concretas de projecto, com detalhes, definindo materiais, mobiliário urbano, espécies vegetais e todos os parâmetros julgados convenientes para o projecto de espaço público.

3. Enquadramento dos projectos individuais, realizados no Tema I, na estratégia projectual para o espaço público.

Prevê-se que a estratégia de projecto, concertada em grupo, seja validada em projectos de pormenor na envolvente dos projectos individuais.

Área de Intervenção:

Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras

Metodologia:

1. Serão mantidos os grupos de trabalhos definidos no 1º semestre com aproximadamente 5 estudantes;

2. O exercício abrange toda a área de intervenção, devendo o grupo definir os momentos mais particulares onde as acções de projecto sobre o espaço público possam ser mais relevantes, agindo nesses locais com maior detalhe.

3. Individualmente, deverá ser detalhada a envolvente dos projectos realizados no Tema I

Entregas e Avaliação:
1ª Entrega intermédia: 21 de Março, (power-point e maquetas esc. 1:1000/1:200 da área de intervenção e sua relação com as habitações);
Entrega Final: 23 de Abril de 2013 (desenhos e maquetas de escala a determinar pelo grupo, sugerindo-se a 1/1000 e 1/200 ou 1/50; caracterizações dos ambientes propostos; e caderno síntese em formato 21 x 21 cm)
Apresentação e Avaliação: 23 de Abril 2013

Modelo de Apresentação
As apresentações finais das propostas serão realizadas em Grupo, sendo montado um júri para comentar os projectos.
Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

Tema IV

Como conclusão do ano lectivo será realizado um trabalho individual que visa o estabelecimento de uma síntese em relação ao percurso de cada um dos estudantes. Este trabalho, pensado para ser desenvolvido no espaço do último mês de aulas, pressupõe a realização de um tema livre a enquadrar pelo próprio estudante. Condiciona-se apenas o desenvolvimento deste último Tema ao estabelecimento de uma relação em torno dos exercícios elaborados no curso do ano lectivo.
Como linhas orientadoras são lançadas algumas pistas:
1. Aplicação directa de um ensaio extraído a partir do trabalho desenvolvido nos laboratórios;
2. Elaboração de projectos de extensão em relação ao programa lançados ao longo escolar;
3. Exercício específico de representação ou performativo em torno do projecto das habitações.

Os objectivos do Tema IV passam pelos seguintes pontos:
1. Desenvolvimento de competências ao nível da problematização em torno da arquitectura produzida por cada estudante. Este exercício será uma oportunidade para construir um enredo discursivo em torno do trabalho de projecto, enriquecendo os pressupostos de base com que cada proposta foi realizada
2. Consolidação da autonomia dos estudantes em relação aos temas desenvolvidos durante o ano lectivo. Ao solicitar-se que cada estudante construa o seu próprio enunciado, procura estimular-se a autonomia em relação ao acompanhamento e orientação dos docentes da UC de PFA.
3. Melhoria e credibilização das propostas individuais iniciadas no 1º semestre. Este exercício deve ser visto como oportunidade para retomar e solidificar as decisões de projecto inicialmente lançadas no âmbito dos exercícios anteriores, nomeadamente do exercício do Tema I.

Área de Intervenção:
Área de intervenção atribuída em contexto de grupo a cada um dos estudantes;

Metodologia:
1. O trabalho deverá ser realizado individualmente;
2. Cada estudante deverá socorrer-se dos meios que julgar conveniente para o desenvolvimento deste exercício;
3. O trabalho deverá evidenciar quer a autonomia, quer a capacidade de problematização de cada estudante.

Entregas e Avaliação:
O resultado deste exercício deverá ser integrado no contexto da entrega final de PFA

Modelo de Apresentação
A decisão do suporte em que o exercício é desenvolvido fica a cargo de cada estudante, devendo contudo ser realizado relatório a integrar o caderno de formato
21x21 cm

Lisboa, 2 de Maio de 2013

Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea

Mundos Ficcionados: Seis cidades africanas – planos urbanos entre 1940 e 1974

Apresentação:
O Estado Novo "inventou" um território urbano capaz de homogeneizar algumas paisagens construídas. É esse território que vamos analisar a partir de seis cidades, uma no continente europeu e as restantes em África. Os desenhos – ou os planos directores – funcionam como um "guião" que se vai transformando à medida que princípios deterministas começam a apresentar lacunas. Os desenhos mais geométricos e positivistas, de uma primeira fase, dão progressivamente lugar a esquemas mais adaptáveis e moldáveis, de uma segunda e terceira investida estado-novista, e à medida que os arquitectos descobrem as culturas locais. Paradoxalmente, também são os "planos amáveis", aqueles que menos sobrevivem ao tempo, enquanto as geometrias rígidas prevalecem. Com o tema deste ano pretende-se promover leituras sobre a construção do território como um lugar ficcionado e por isso expressão de diversas narrativas que se sobrepõem, completam ou anulam.

Metodologia:
Os trabalhos decorrem em duas fases. 1º semestre: os alunos organizam-se em três grupos de trabalho, distribuindo entre si as seis cidades. Fase de pesquisa em arquivos (Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Documentação do IPAD, etc.), bibliográfica e entrevistas. Abordagem inicial aos casos de estudo. São produzidos um relatório e três recensões de grupo. A primeira recensão parte da análise comparativa dos filmes A Costa dos Murmúrios, de Margarida Cardoso (2004) e 20, 13, de Joaquim Leitão (2006) numa tentativa em identificar esquemas de representação do território africano, através do cinema, no imaginário português recente. Pretende-se que cada grupo produza não um documento escrito, mas ilustrado, a partir do visionamento sugerido pelos dois filmes.

As recensões seguintes inscrevem-se numa metodologia mais convencional, analisando os livros dos arquitectos Francisco Castro Rodrigues, Um Cesto de Cerejas, Conversas, Memórias, uma vida (organização e introdução de Eduarda Dionísio, Lisboa: Casa da Achada, 2009); e Pancho Guedes, Manifestos Ensaios Falas Publicações (Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007).

2º semestre: cada aluno encontra a sua linha individual de pesquisa dentro do tema geral. A pesquisa bibliográfica torna-se mas específica. A análise é individual e pretende-se original.

É produzido um trabalho final com cerca de 26 páginas dactilografadas. Documentação fotográfica, imagens, entrevistas, etc., são incluídos em anexo e não são contabilizados nas 26 páginas finais.

Cada aluno deverá juntar ao trabalho de projecto final o relatório produzido em grupo (facultativo) e o trabalho final individual.

Cidades

1. Lisboa;
2. Praia;
3. Bissau;
4. São Tomé;
5. Luanda;
6. Maputo.

bibliografia

Monografias

ARAÚJO, N. *Peregrinações em Lisboa.* Lisboa: Parceria A.M. Pereira, [1938] - 1939.

DIONÍSIO, E. (org.); RODRIGUES, F. C. *Um cesto de cerejas. Conversas, memórias, uma vida.* Lisboa: Casa da Achada, 2009.

FERREIRA, V.M. "Lisboa evolução: De Ressano Garcia a Duarte Pacheco" in *Dicionário da História de Lisboa.* Sacavém: Carlos Quintas & Associados - Consultores, lda, 1994, p. 526-528.

GUEDES, P. *Manifestos Ensaios Falas Publicações.* Lisboa: Ordem dos Arquitecos, 2007.

HUXLEY, A. *Admirável Mundo Novo.* Lisboa: Unibolso, s.d.

PEREIRA, N. T. "Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário" in *Análise Social*, vol.XXIX (127), 1994, p. 509-524.

ROSSA, W. *Património e biografia: Vieira da Silva e o Jardim das Amoreiras.* Lisboa: Fundação ARPAD SZENES-VIEIRA DA SILVA, 2009.

TANIZAKI, J. *Elogio da Sombra.* Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2008.

Documentos electrónicos

IGESPAR. *Real Fabrica das Sedas. ,* [em linha], [13/10/2012] Disponível em WWW:<http://igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73569/>.

SOUSA, S. *O novo modernismo,* [em linha], [12/10/2012] Disponível em WWW:<http://arquitecturaen.no.sapo.pt/reacmoderna.html>.

THE NEW YOURK TIMES. *Jobless, and living in a Bunk,* [em linha], [13/10/2012] Disponível em WWW:<http://www.nytimes.com/slideshow/2010/01/01/business/CAPSULESLIDE_5.html?_r=0>.

WILDER, A. *Aeneas Wilder: exhibitions Pit, Art In The Public Space Of Borgloon - Heers, Belgium,* [em linha], [s.d.] Disponível em WWW:<http://www.aeneaswilder.co.uk/exhibitionsBGL02.html>.

s.n. *KLH,* [em linha], [2/06/2013] Disponível em WWW:<http://www.klh.at/en.html>.